

Ministério Público do Rio Grande do Sul
Relatório

2007



Relatório 2007



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

Relatório 2007/organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2008.
84p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca João Bonumá, da Procuradoria-Geral de Justiça/RS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
Ministério Público

Relatório 2007

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

Isabel Dias Almeida,
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Anizio Pires Gavião Filho,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Eduardo de Lima Veiga,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Mário Cavalheiro Lisbôa,
Corregedor-Geral do Ministério Pùblico.

Armando Antônio Lotti,
Subcorregedor-Geral do Ministério Pùblico.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
ORGANOGRAMA / MAPA ESTRATÉGICO.....	7/8
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	10
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....	17
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.....	35
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.....	120
EIXOS DE ATUAÇÃO.....	151
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	200
PANORAMA 2007.....	218

APRESENTAÇÃO

Compete ao Procurador-Geral de Justiça elaborar o relatório das atividades anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembléia Legislativa. A instituição aproveita a previsão legal (Lei Estadual nº 7.669/82, art. 25, inc. III) para prestar contas à cidadania, instância final de legitimação nas repúblicas democráticas.

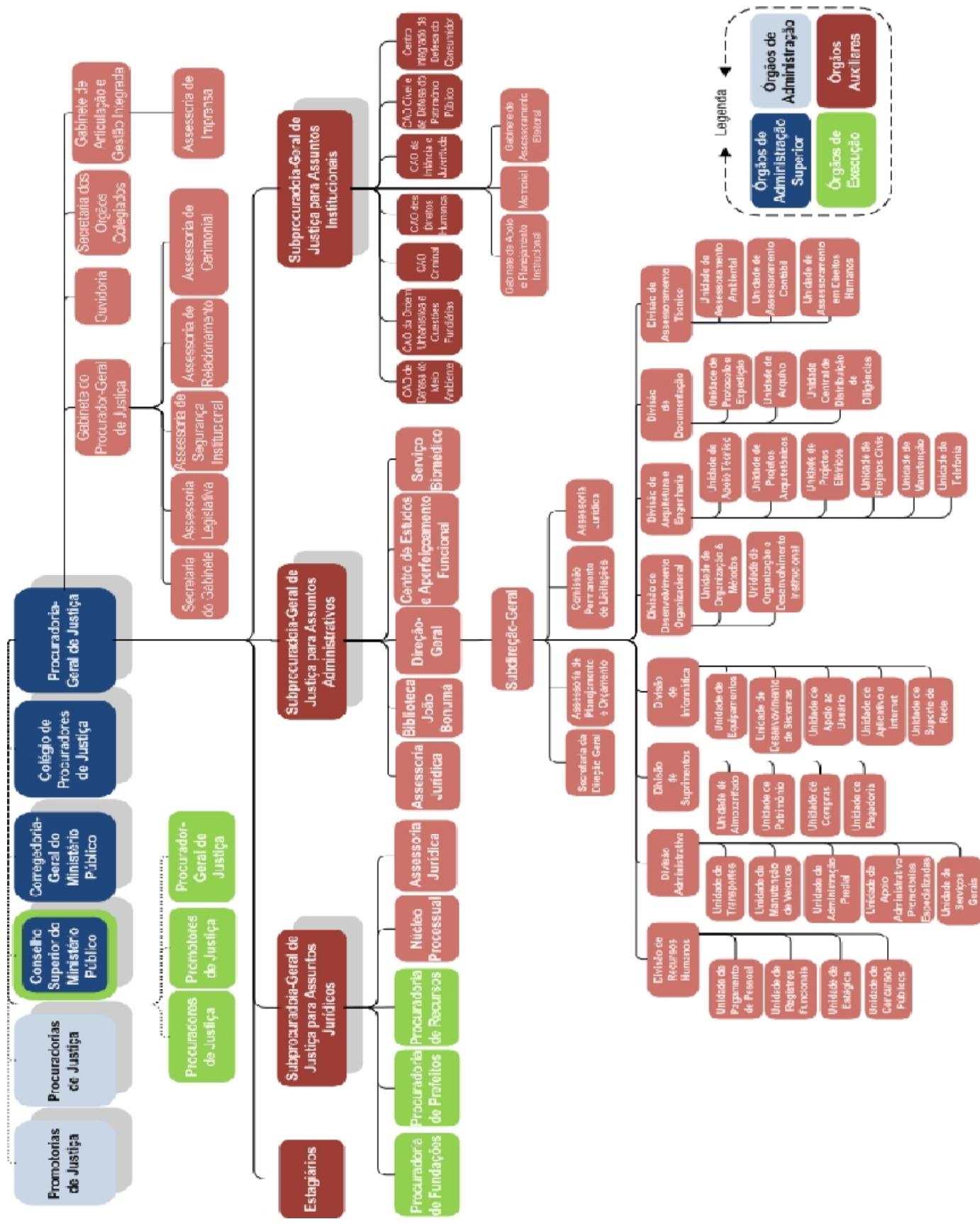
O Ministério Público em 2007, mantendo a excelência de sua atuação relacionada aos fins constitucionais – nas áreas criminal, cível e de defesa comunitária, tanto em juízo quanto, preferencialmente, antes de litigar –, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica.

Iniciou-se nova representação política, no que tange à chefia institucional, em 04 de abril de 2007, depois que a Governadora do Estado confirmou a escolha da classe, firmando-se praxe constitucional de abrangência nacional. Em maio de 2008, cerca de 77% dos Procuradores-Gerais de Justiça em exercício (20 dos 26 estados) têm em comum o fato de terem sido os mais votados pelos integrantes da carreira.

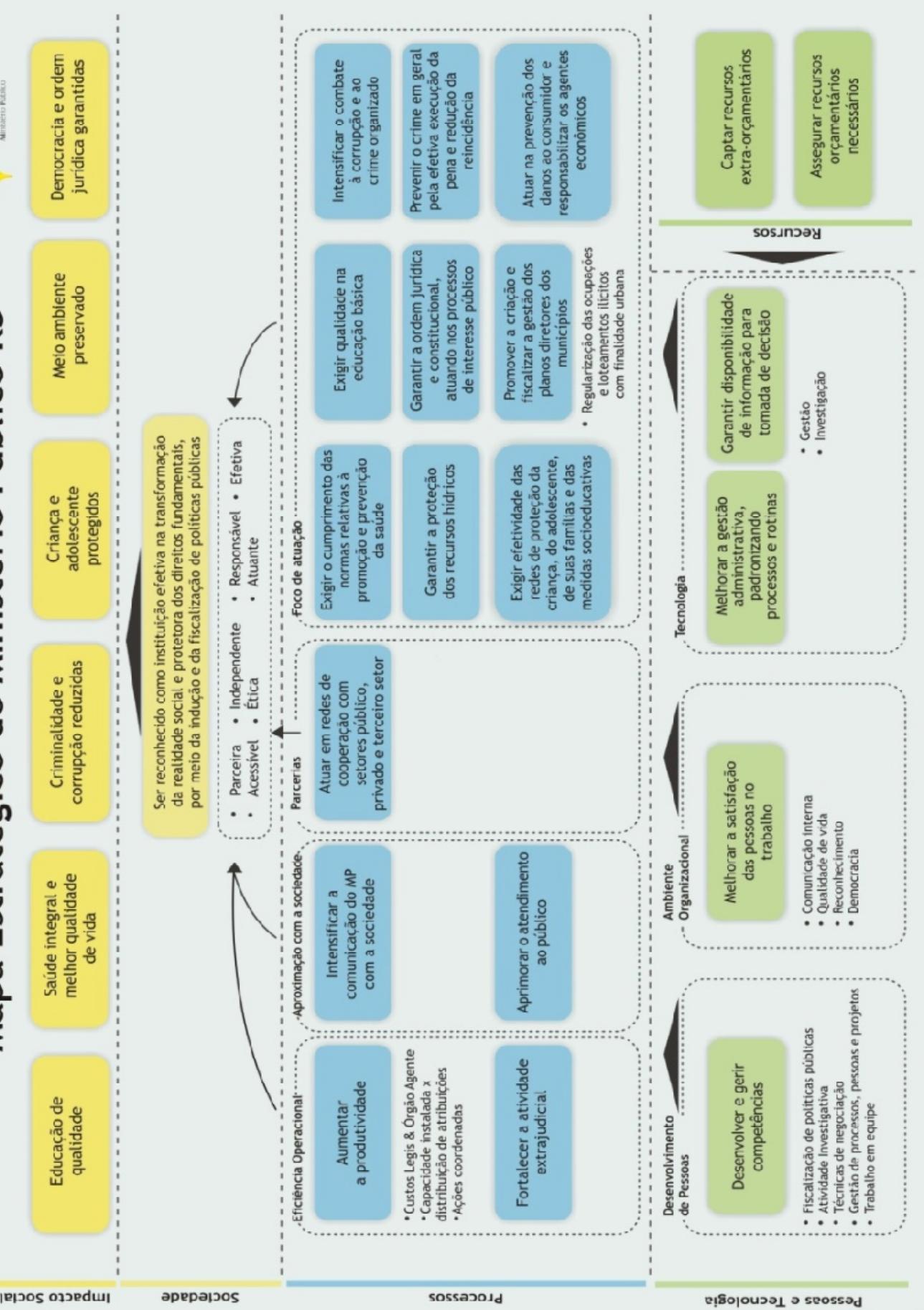
Quanto ao relatório, procurou-se inovar, ofertando sumário executivo que forneça visão ampla e seja de fácil consulta, disponível informe completo, com detalhes de todos os setores, em www.mp.rs.gov.br/transparencia/prestacaodecontas. Trata-se de não soterrar a informação num volume desmesurado de dados. Destacam-se o organograma, mais fiel à dinâmica institucional, e o mapa estratégico divulgado em 14 de dezembro de 2007, uma síntese gráfica da agenda do Ministério Público para os próximos 15 anos, com objetivos prioritários e indicadores de desempenho e metas. Além das notícias mais relevantes dos órgãos de administração e auxiliares, ordenou-se a atividade dos órgãos de execução de 2º e 1º graus. Panorama final sinaliza aspectos financeiros, administrativos e de atuação funcional que também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público, órgão de controle conforme o art. 130-A da Constituição Federal.

No fecho, com a atual nominata de todos os membros da instituição, o registro de que sem o talento e a dedicação de cada um o Ministério Público seria apenas uma abstração.

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.



Mapa Estratégico do Ministério Público RS



**PROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA**



SECRETARIA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

A Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral desenvolve as seguintes atividades:

Informações em processos de Ajuda de Custo; Comandos de pagamento de férias dos Membros (1/3 e antecipação de vencimentos); Controle dos pedidos de férias do Membro pertencentes à Administração, no Sistema Gerenciador de Férias – SGF; Implantação de efetividade de Promotores e Procuradores, na Procergs; Implantação, no Mapa de Frequência, dos comandos de pagamento de substituição, emitidos pela Subcorregedoria-Geral; Atestado,em processos de acúmulo de cargo; Controle da agenda dos auditórios, anfiteatro, sala do Conselho e espaço para exposições; Registro, na Base de Dados da Secretaria de todas as correspondências dirigidas ao Procurador-Geral; Análise da documentação dirigida ao Procurador-Geral e posterior confecção do despacho para encaminhamento ao órgão competente; Controle da publicação do Diário Oficial do Estado, para inclusão e exclusão de pagamentos de gratificação de difícil provimento, bem como para informar, à Secretaria dos Órgãos Colegiados, sobre a vacância de cargos;

Totais Desenvolvidos:	
Autorização de portarias.....	1212
Correspondências recebidas.....	10.185
Memorandos.....	1.792
Memorandos Circulares.....	87
Ofícios.....	1.525
Ofícios Circulares.....	94
Pagamentos de diárias.....	610

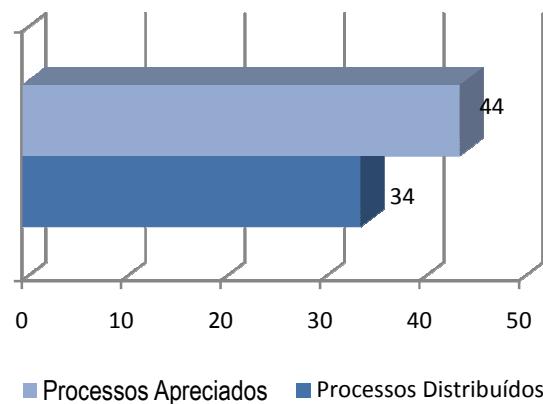
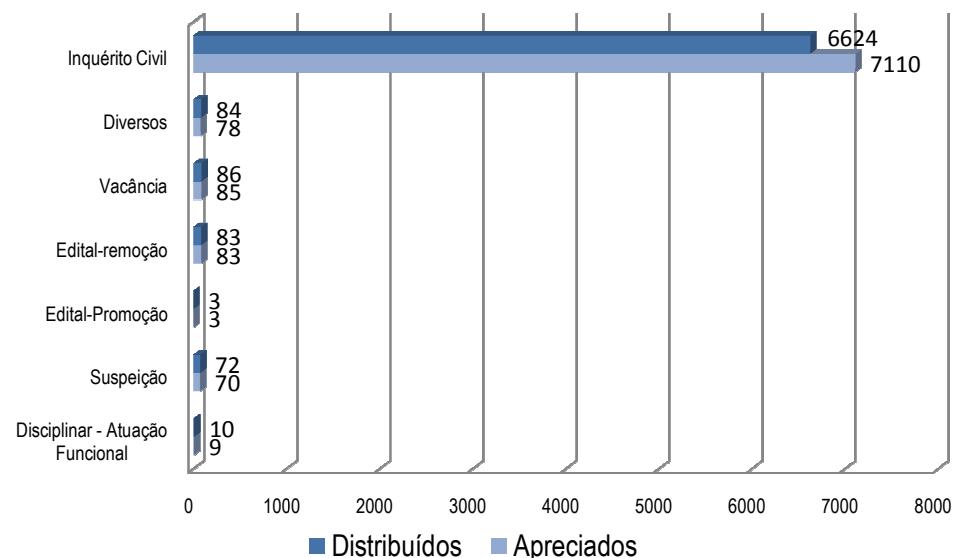
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A Secretaria dos Órgãos Colegiados, coordenada por Promotor-Assessor e vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, do Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público, no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Conselho Superior do Ministério Público:	
Processos distribuídos.....	6.962
Processos apreciados.....	7.438
Pautas elaboradas.....	43
Atas registradas.....	43
Avisos publicados.....	63
Sessões realizadas.....	43
Ofícios expedidos.....	533
Memorandos expedidos.....	20

Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público	
Processos distribuídos.....	34
Processos apreciados.....	44
Pautas elaboradas.....	10
Atas registradas.....	11
Sessões realizadas.....	11

Processos Distribuídos x Apreciados



COMPARAÇÃO PERCENTUAL

PROCESSOS	2006	2007	*DIFERENÇA ~ %
Inquéritos Civis	7447	7110	-0,95
Diversos	85	84	-0,98
Vacância	84	85	0,1
Edital Remoção	90	83	-0,92
Edital Promoção	12	03	-0,25
E. Probatório	75	0	-
Suspeição	68	72	0,5
Disciplinar	13	09	-0,6
TOTAL	7874	7446	-0,9

COMPARAÇÃO PERCENTUAL

	2006	2007	*DIFERENÇA ~ %
PROCESSOS	40	34	- 0,85

* Diferença percentual em relação ao ano anterior.

Outras Atividades

Posse dos 05 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos para o CSMP – Gestão 2007/09.....	01
Lavratura de Termos de Posse.....	05
Organização de processo eleutivo para composição do Conselho Superior.....	01
Gravações/Degravações de sessões pela Técnica de Áudio.....	88
Degravações diversas pela Técnica de Áudio.....	15
Processo de formação da lista tríplice para as vagas destinadas a membros do MP dos Estados no Conselho Nacional do MP.....	01
Processo de formação da lista tríplice para as vagas destinadas a membros do MPRS no Conselho Nacional do MP e Conselho Nacional de Justiça.....	01
Ofícios do CNPG/RS.....	254
Ofícios do CNPG - GAB/PRES.....	53
ATAS do CNPG.....	10
Pautas do CNPG.....	10
Posses Diretoria do CNPG.....	02
Reuniões Ordinárias do CNPG.....	11

GABINETE DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA

O Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (GAGI) tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão.

Considerando as atribuições elencadas, o GAGI assumiu a condução do processo de construção do planejamento estratégico da Instituição, ciente de que apenas planejar não era suficiente, e sim gerenciar a implantação gradativa da estratégia, aferindo os progressos e as dificuldades, de forma a garantir a execução daquilo que foi planejado.

Também é encargo do GAGI:
I - sistematizar, atualizar e divulgar os indicadores de efetividade da atuação do Ministério Público e elaborar o relatório previsto no artigo 25, III, da Lei Estadual nº 7.669/82;
II - coordenar, na sua atuação externa, a Assessoria de Comunicação Social.

Neste contexto, é desenvolvido o projeto GEMP 2022, que contempla a implantação de um sistema de governança, responsável pela gestão estratégica do Ministério Público até 2022. O projeto compreende as seguintes etapas: Alinhamento Estratégico, Mapa Estratégico, Indicadores de Efetividade, Metas e Planos de Ação e Monitoramento.

Cartaz de Comunicação das Etapas do GEMP 2022



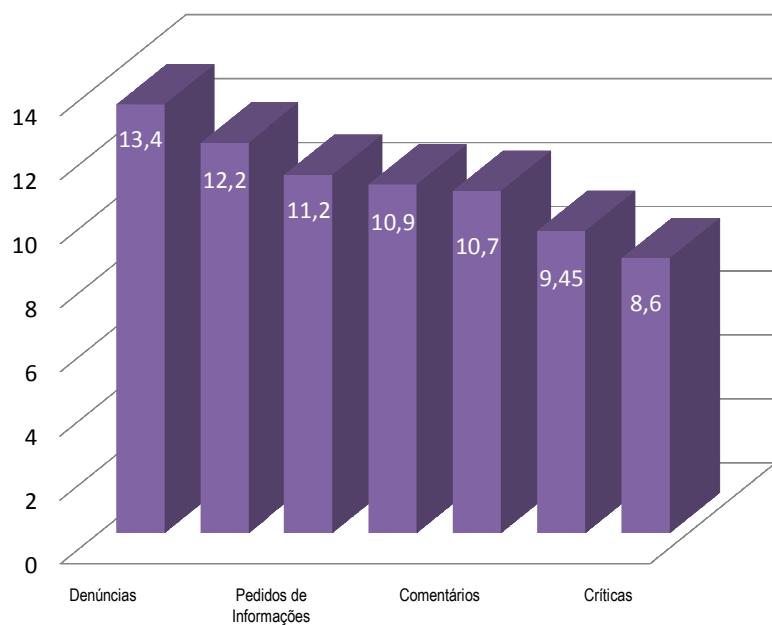
Partindo de um encontro de Alinhamento Estratégico (08 a 10/08/2007, com cerca de 400 membros e servidores) e passando por 12 encontros regionais, ocorridos entre 24/10 e 09/12/2007 (Santana do Livramento, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Tramandaí, Canoas, Porto Alegre) o Mapa Estratégico, com os respectivos indicadores, foi lançado à sociedade gaúcha em 14/12/2007, dia nacional do Ministério Pùblico.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Pùblico do Rio Grande do Sul, criada em maio de 2006, passa a ser um importante canal de comunicação do cidadão e da comunidade com a Instituição, objetivando o aprimoramento no atendimento e nos serviços que presta à sociedade.

MÉDIA DE TEMPO ENTRE RECEBIMENTO E RESPOSTA: 10,8 DIAS

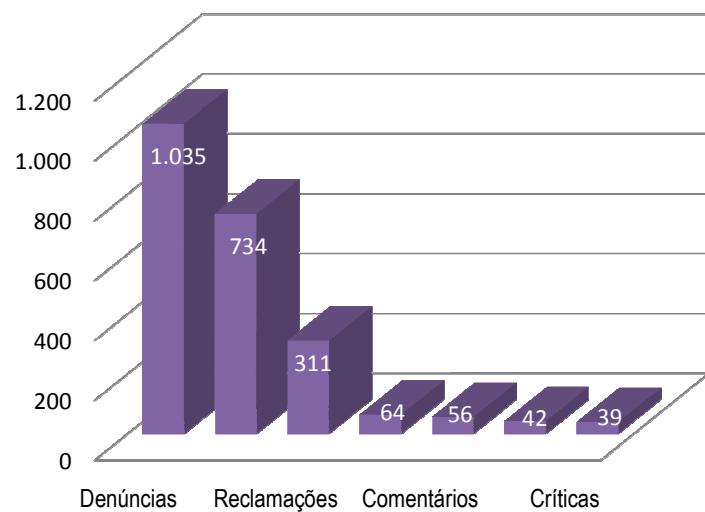
*Fonte: <http://www.mp.rs.gov.br/ouvidoria/estatisticas>



Nos primeiros seis meses de atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público, é possível constatar que o cidadão, de forma expressiva¹, tem buscado este Órgão como um canal de comunicação e de pedido de informação referente a atividades desenvolvidas pelo Ministério Público e por inúmeras outras Instituições e serviços prestados pelo Poder Público, não só do Rio Grande do Sul como de outros estados da Federação.

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS: 2.281

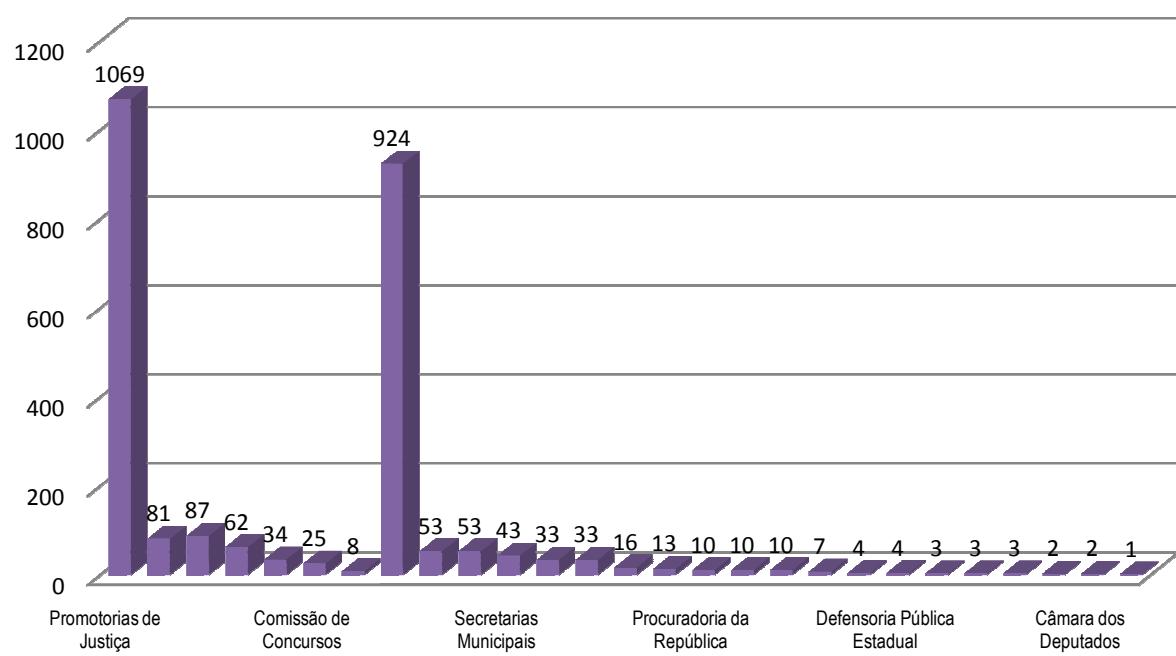
*Fonte: <http://www.mp.rs.gov.br/ouvidoria/estatisticas>



¹ Foram realizados, até 25/01/07, 481 atendimentos na Ouvidoria do Ministério Público do RGS, conforme relatórios. Disponível em: >www.mp.rs.gov.br<.

DESTINO DOS ENCaminhamentos

*Fonte: Bases de dados - sistema interno da Ouvidoria



**SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, como Órgão Auxiliar do Ministério Público, presta assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça na forma do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n.º 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público. Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica, bem como dos serviços prestados pelo Núcleo Processual e pela Sala de Apoio do Ministério Público no Tribunal de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público.

A atuação da Procuradoria de Fundações também se vincula diretamente ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, conforme alteração introduzida no Provimento 15/2003.

Estão vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos a Assessoria Jurídica, a Procuradoria de Recursos e a Procuradoria de Prefeitos.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça tem sua competência assentada no parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n.º 7.669, de 17 de Junho de 1982 (Lei Orgânica do Ministério Público Estadual), nos seguintes termos:

Art. 17 - reunir tudo num parágrafo
§ 1º - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete:
I - substituir o Procurador-Geral em suas faltas;
II - coordenar os serviços da Assessoria;
III - coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação;
IV - remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais;
V - elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;
VI - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

Atividades da Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Cumpre à Assessoria Jurídica, examinar:

- a. Processos e expedientes que versem sobre vício de constitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal;
- b. Promoções de arquivamento não homologadas em Inquéritos Policiais (art. 28 do CPP), em Inquéritos Policiais Militares (art. 397 do CPPM) e em Procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 181, § 2º, do ECA), com o oferecimento de denúncia/representação, se for o caso;
- c. Conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público;
- d. Recursos Ordinários em Habeas Corpus e em Mandados de Segurança interpostos nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça;
- e. Representações Para Fins de Intervenção Federal no Estado e neste nos Municípios;
- f. Precatórios;
- g. Expedientes Administrativos;
- h. Representações cíveis e criminais dirigidas ao Procurador-Geral de Justiça;
- i. Mandados de Segurança impetrados contra autoridades com assento na Procuradoria-Geral de Justiça;
- j. Processos Cíveis, Criminais e Administrativos de competência do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça, em que deva haver atuação do Procurador-Geral de Justiça;
- k. Ações ajuizadas contra o Ministério Público.

A Secretaria da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos é responsável pela rotina administrativa, cabendo-lhe receber e expedir documentos, registrar e distribuir processos à Assessoria Jurídica, com a consequente devolução dos autos à origem. Também incumbe à Secretaria cumprir as diligências necessárias à instrução de expedientes instaurados no âmbito da Assessoria Jurídica, bem como acompanhar o andamento de processos de interesse da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos junto aos órgãos do Poder Judiciário.

Processos Recebidos pela Assessoria Jurídica Comparativo 2006x2007

PROCESSOS	2006	2007	TOTAL
ADI	447	711	1.158
ADM E ADM ESP	292	444	736
CA	37	35	72
CC	134	214	348
DIV	253	139	392
IPANH	74	77	151
IPFP	260	200	460
ITVE E ITVF	80	80	160
MS	78	394	472
PRE	90	269	359
ROMS E RHC	12	19	31
TOTAL	1.757	2.582	4.339

Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

O Procurador-Geral de Justiça, no período de 01/12/2006 a 31/12/2007, propôs, através da Assessoria Jurídica, 134 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Desses, 39 foram julgadas procedentes; 01 procedente em parte; 04 improcedentes; 07 extintas sem julgamento do mérito e 83 pendem de julgamento, conforme situações abaixo relacionadas:

Atividades Específicas em Assuntos Administrativos

ATIVIDADE	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Reuniões, Palestras, Comissões,Seminários	3	3	2	4	8	5	2	2	2	4	3	4	6	48
Convênios e Minutas de Súmulas de Termo de Convênio e Cooperação	5	1	4	2	3	2	1	6	8	5	2	4	11	54
Ofícios e Informações	6	5	8	17	13	7	8	22	18	7	10	6	21	148
Sindicâncias e Revisão e Decisão em Procedimento Adm.Disciplinar	2	4	0	1	3	6	1	8	3	4	3	1	2	38
Promoções	20	14	14	27	17	35	29	26	40	17	8	16	30	293
Pareceres	12	12	11	16	13	21	16	16	13	14	17	10	15	186
Instruções Normativas/Anteproj eto de Lei/Ordem de Serviço/Portaria/ Despachos/outros	4	1	1	0	9	12	5	5	4	8	8	5	3	65
Provimentos e Minutas de Provimento	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	5
TOTAL	53	40	40	69	66	88	62	85	88	59	52	46	89	837

Núcleo Processual

O Núcleo Processual é o setor, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, responsável pela distribuição de processos às Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, bem como pela organização do material necessário ao comparecimento dos Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento do Tribunal de Justiça.

Atividades Desenvolvidas na Sala do Ministério Público Junto ao Tribunal de Justiça

Referida sala dispõe de computador com acesso à Internet e à Intranet do MP para o fim de propiciar a solicitação, on line, de interposição de recursos à Procuradoria de Recursos, mediante o uso de formulário eletrônico, bem como dispõe, ainda, de Scanner, para o fim de digitalizar cópias de peças processuais solicitadas pelos diversos setores, e remetê-las mediante o uso de correio eletrônico.

Procuradorias de Justiça com Atuação Delegada

São atribuições da Sala do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça:

- I – Atender ao público que busca o Ministério Público no prédio do Tribunal de Justiça;
- II - prestar apoio aos Procuradores de Justiça em dias de sessão de julgamento, além de auxiliar aos demais Órgãos da Instituição e, por vezes, Órgãos de Ministérios Públicos de outros Estados;
- III – providenciar solicitações de extração de cópias de peças processuais e retirada de processos em carga;
- IV- receber recursos encaminhados pelas Promotorias de Justiça via fax;
- V- realizar pesquisas em processos de 1.º grau (Foro Central e Promotorias);
- VI- acompanhar processos aguardando intimação do Ministério Público, para retirada em carga;
- VII – digitalizar peças de processos;
- VIII- enviar pesquisas (acórdãos, artigos, decisões, peças, sentenças....) por e-mail;
- IX - acompanhar pedidos (acórdãos, decisões e despachos) feitos por Promotorias e Procuradorias de Justiça;

Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos passou a funcionar no decorrer de abril de 2003, resultando da extinção do então Departamento de Recursos, bem como das alterações efetuadas na Assessoria Jurídica, donde foram deslocados, inicialmente, membros e servidores para compor, juntamente com os serviços auxiliares do extinto Departamento, a equipe de atuação nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores.

Em 03 de janeiro de 2007, o ex-Procurador-Geral de Justiça, determinou a extinção da Procuradoria com atuação de “custus legis”.

Em 2007, a Procuradoria de Recursos, apresentou a movimentação seguinte:

RELATÓRIO GERAL TOTALIZADO - DADOS GERAIS:

PROCESSOS RECEBIDOS	8096
MEDIDAS JUDICIAIS PROTOCOLADAS	6168
PROCESSOS COM INVIALIDADE RECURSAL	863
PROCESSOS COM OUTRAS PROVIDÊNCIAS	2367

TIPOS DE RECURSOS INTERPOSTOS:

TIPO DE RECURSO	CÍVEL	CRIME	TOTAL
Agravo de Instrumento	111	405	516
Agravo de Instrumento-Contra-Razões	260	634	894
Agravo Interno	85	0	85
Agravo Regimental	5	15	20
Apelação Cível	0	0	0
Carta Sentença	0	266	266
Embargos Declaração	54	156	210
Embargos Infringentes	16	0	16
Habeas Corpus	1	0	1
Medida Cautelar	2	1	3
Outros Feitos	23	103	126
Pedido Reconsideração	1	0	1
Promoção de Praxe	0	5	5
Recurso Especial	231	1912	2143
Recurso Extraordinário	94	376	470
Recurso Especial/Extraordinário Contra-Razões	0	971	971
Recurso Especial/Extraordinário ECA Contra-Razões	148	0	148
Recurso Especial/Extraordinário MP Parte Contra-Razões	281	0	281
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	4	4

Recurso Ordinário em Habeas Corpus	0	1	1
Recurso Ordinário em Habeas Corpus – Contra-Razões	0	2	2
Reclamação STJ/STF	0	1	1
Suspensão de Segurança	0	0	0
Contestação de Medida Cautelar	1	0	1
Parecer em Recurso Ordinário	0	3	3
TOTAL	1313	4855	6168

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL JUNTO AOS TRIBUNAIS

STF	
1.1 Área Criminal	
1.1.1 LIMINAR DEFERIDA	
AGRADO DE INSTRUMENTO	1
Total	1
1.1.2 NÃO CONHECIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	4
Total	4
1.1.3 NÃO PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	22
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	2
Total	24
1.1.4 NEG.SEG.PERDA DE OBJETO-PROV.DO RESP	
AGRADO DE INSTRUMENTO	2
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	3
1.1.5 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	50
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	18
Total	69
1.1.6 PREJUDICADO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	101
RECURSO ESPECIAL E EXTRAODINÁRIO	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	50
Total	152

1.1.7 PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	13
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	14
Total	28
1.2 Área Cível	
1.2.1 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	3
Total	3
1.2.2 NÃO PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	8
Total	8
1.2.3 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	7
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	3
Total	10
1.2.4 PREJUDICADO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL E EXTRAODINÁRIO	1
RECURSO ESPECIAL E EXTRAODINÁRIO	13
Total	15
1.2.5 PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	4
RECURSO ESPECIAL	1
RECURSO ESPECIAL E EXTRAODINÁRIO	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	7

2. STJ	
2.1 Área Criminal	
2.1.1 ADMITIDO	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	1
RECURSO ESPECIAL	4
Total	5
2.1.2 IMPROCEDENTE	
MEDIDA CAUTELAR	3
Total	3

2.1.3 LIMINAR NÃO DEFERIDA

HABEAS CORPUS	2
RECURSO ESPECIAL	1
Total	3

2.1.4 NÃO ADMITIDO

AGRADO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	4
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	3
Total	8

2.1.5 NÃO CONHECIDO

AGRADO DE INSTRUMENTO	16
HABEAS CORPUS	1
RECURSO ESPECIAL	22
Total	39

2.1.6 NÃO PROVIDO

AGRADO DE INSTRUMENTO	97
RECURSO ESPECIAL	46
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO	3
Total	146

2.1.7 NEGADO SEGUIMENTO

AGRADO DE INSTRUMENTO	6
RECURSO ESPECIAL	111
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO	1
Total	118

2.1.8 PARCIALMENTE PROVIDO

AGRADO DE INSTRUMENTO	2
RECURSO ESPECIAL	126
Total	128

2.1.9 PREJUDICADO

AGRADO DE INSTRUMENTO	4
HABEAS CORPUS	1
MEDIDA CAUTELAR	1
RECURSO ESPECIAL	32
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1
Total	39

2.2.0 PROCEDENTE

MEDIDA CAUTELAR	1
Total	1

2.2.1 PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	49
RECURSO ESPECIAL	865
TOTAL	914
2.2. Área Cível	
2.2.1 ADMITIDO	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
RECURSO ESPECIAL	5
Total	7
2.2.2 LIMINAR NÃO DEFERIDA	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	6
Total	6
2.2.3 NÃO ADMITIDO	
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	3
RECURSO ESPECIAL	3
Total	6
2.2.4 NÃO CONHECIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	6
RECURSO ESPECIAL	7
Total	13
2.2.5 NÃO PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	18
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	5
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1
RECURSO ESPECIAL	25
Total	49
2.2.6 NEGADO SEGUIMENTO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	1
RECURSO ESPECIAL	22
Total	23
2.2.7 PARCIALMENTE PROVIDO	
RECURSO ESPECIAL	2
Total	2
2.2.8 PREJUDICADO	
MEDIDA CAUTELAR	1
RECURSO ESPECIAL	1

Total	2
2.2.9 PROVIDO	
AGRADO DE INSTRUMENTO	15
EMBARGO DE DIVERGÊNCIA	3
RECURSO ESPECIAL	63
Total	81
2.3.0 PROCESSO EXTINTO	
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	1

3 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
3.1 Área Criminal	
3.1.1 ADMITIDO	
CARTA DE SENTENÇA	2
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	1
RECURSO ESPECIAL	1649
RECURSO ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO	1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	178
Total	1831
3.1.2 LIMINAR DEFERIDA	
MEDIDA CAUTELAR	1
Total	1
3.1.3 NÃO ADMITIDO	
AGRADO REGIMENTAL	1
CARTA DE SENTENÇA	1
RECURSO ESPECIAL	258
RECURSO ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO	3
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	361
Total	624
3.1.4 NEGADO SEGUIMENTO	
RECURSO ESPECIAL	4
Total	4
3.2 Área Cível	
3.2.1 ADMITIDO	
RECURSO ESPECIAL	95
RECURSO ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO	2
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	37
Total	134

3.2.2 NÃO ADMITIDO	
AGRADO INTERNO	1
RECURSO ESPECIAL	70
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	16
Total	87
3.2.3 NÃO CONHECIDO	
RECURSO ESPECIAL	1
Total	1
3.2.4 NÃO PROVIDO	
AGRADO INTERNO	1
Total	1

Procuradoria de Prefeitos

Em 01 de agosto de 2005, fundiram-se a anterior Procuradoria de Prefeitos com a então Procuradoria da Probidade Administrativa, formando-se a atual Procuradoria de Prefeitos.

Convém lembrar que a Procuradoria da Probidade Administrativa foi criada em razão da edição da Lei n.º 10.628/02, bem como da criação da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça que detinha competência, entre outras matérias, para processar e julgar, originariamente, as ações de improbidade administrativa promovidas contra Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais. A referida Procuradoria iniciou suas atividades em fevereiro de 2003 em função da Lei n.º 10.628/02, que alterou a redação do art. 84 do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, centralizando sua atuação em Processos e Inquéritos Civis contra Prefeitos e ex-Prefeitos.

No período de dezembro de 2006 a dezembro de 2007, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

	EM EXPEDIENTES	TOTAL
I	Denúncias oferecidas/aditamentos - Atuais Prefeitos	38
	<i>Denúncias oferecidas/aditamentos - Ex- Prefeitos</i>	29
	Arquivamentos	249
	Pareceres com remessa a Tribunais Federais	4
	Pareceres com remessa de feitos às Comarcas	3
	Parecer sobre audiências preliminares/Transações	17
	Pedido de quebra do sigilo bancário/Telefônico	5

II	<i>EM PROCESSOS</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Manifestações sobre respostas escritas</i>	36
	<i>Pedidos de dilig. e apresentação de quesitos-Art.10</i>	25
	<i>Alegações Finais</i>	15
	<i>Pedidos de extinção de punibilidade</i>	12
	<i>Promoções e pareceres diversos</i>	63
III	<i>Recursos – Especial/Extraordinário</i>	4
IV	<i>Intimações</i>	186
V	<i>Inquéritos Policiais, QC, e TCs</i>	60
VI	<i>DECISÕES EM SESSÕES DE JULGAMENTO</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Condenações</i>	6
	<i>Absolvições</i>	5
	<i>Denúncias recebidas/Queixas-Crime</i>	26
	<i>Denúncias não recebidas/Queixas-Crime</i>	3
VII	<i>Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal</i>	35
	<i>N.º de Processos julgados e arquivamentos apreciados</i>	112
VIII	<i>AUDIÊNCIAS INSTRUÇÃO PROCESSUAL</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Audiência por precatória (Promotores Comarca)</i>	4
	<i>Audiências de instrução no interior</i>	79
	<i>Audiências de instrução em Porto Alegre</i>	70

IX	<i>Processos em andamento na 4.^a Câmara Criminal – TJE – em 30/11/2007</i>	80
----	---	----

E, em matéria de improbidade administrativa a movimentação processual foi a seguinte:

ANO	ACP 22.CCR	PRE	DEP	SEC	GOV	OUT	MP	TJ	TC	TOTAL
2006	28	292	-	-	-	-	-	-	-	320
2007	13	230	0	0	0	0	0	0	0	243

ACP – Ação Civil Pública – Processos;

PRE – Prefeitos - Inquéritos;

DEP – Deputados - Inquéritos;

SEC – Secretários - Inquéritos;

GOV – Governador - Inquéritos;

OUT – Outros - Inquéritos;

MP – Ministério Público - Inquéritos;

TJ – Tribunal de Justiça - Inquéritos;

TC – Tribunal de Contas - Inquéritos.

Ainda em matéria de improbidade administrativa, a Procuradoria de Prefeitos apresentou os resultados resumidos no quadro abaixo:

	2007
ACP Ajuizadas	56
Arquivamentos no CSMP	481
Promoções/diligências e Procedimentos Investigatórios	851

Procuradorias de Justiça

O Ministério Público, para atuar em 2.^º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça. Tal se deu mediante a Lei n.^º 11.282/98, com a instituição dos seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada.

Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	1721	63989	59845	2524	993
2007	5159	80316	77056	4677	1045

Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Cível

Câmara/Grupo	2006	2007	% 2006/2007
1ª Câmara Cível	4319	3315	-23,25
1ª Câmara Especial Cível	46	341	641,30
2ª Câmara Cível	5218	4747	-9,03
2ª Câmara Especial Cível	59	267	352,54
3ª Câmara Cível	12128	8131	-32,96
3ª Câmara Especial Cível	0	23334	0
4ª Câmara Cível	10065	7342	-27,05
5ª Câmara Cível	1631	1288	-21,03
6ª Câmara Cível	904	827	-8,52
7ª Câmara Cível	5416	6177	14,05
8ª Câmara Cível	4917	5851	18,99
9ª Câmara Cível	1315	1754	33,38
10ª Câmara Cível	1580	1863	17,91
11ª Câmara Cível	869	860	-1,03
12ª Câmara Cível	942	891	-5,41
13ª Câmara Cível	294	131	-55,44
14ª Câmara Cível	147	112	-23,80
15ª Câmara Cível	236	303	28,39
16ª Câmara Cível	374	540	44,38
17ª Câmara Cível	430	375	-12,79
18ª Câmara Cível	453	445	-1,77
19ª Câmara Cível	675	691	2,37
20ª Câmara Cível	331	370	11,78
21ª Câmara Cível	8095	6200	-23,41
22ª Câmara Cível	2169	2427	-11,89
Câmara Medidas Urgentes Dir.Priv.e Fam.	0	240	0
Câmara Medidas Urgentes Dir.Priv.	0	6	0
Câmara Medidas Urgentes Dir.Púb.	0	258	0
Grupos Cíveis – 1º ao 4º	987	1054	6,79

Grupos Cíveis – 5º ao 8º	116	137	18,10
Grupos Cíveis – 9º ao 11º	270	302	11,85
Grupo Especial Cível	3	0	0
TOTAL	63989	80579	25,93

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2006	695	30936	30118	975	397
2007	1778	35793	35552	855	428

Comparativo do Volume de Processos Recebidos pela Procuradoria de Justiça Criminal

Câmara/Grupo	2006	2007	% (2006/2007)
1ª Câmara Criminal	3566	4740	23,78
2ª Câmara Criminal	3149	4987	49,50
3ª Câmara Criminal	3351	4829	42,20
4ª Câmara Criminal	1519	3631	122,91
5ª Câmara Criminal	4597	3919	-20,53
6ª Câmara Criminal	4455	4198	-11,22
7ª Câmara Criminal	4421	3953	-16,99
8ª Câmara Criminal	4753	4120	-19,10
Câmara Especial Criminal	0	213	0
Câmara Medidas Urgentes Criminal	0	298	0
Grupos Criminais 1º ao 4º	1125	905	-25,24
TOTAL	30936	35793	15,70

Procuradoria de Justiça perante o Tribunal Militar

Perante o Tribunal Militar atua um Procurador de Justiça Criminal, nos termos da Lei n.º 11.282/98, que exerce as atribuições do Ministério Público perante aquela Corte.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	364	364	50
2007	695	690	49

Procuradoria de Justiça Especializada (Atuação perante o Tribunal de Contas)

Atuam perante o Tribunal de Contas do Estado dois Procuradores de Justiça classificados nas Procuradorias de Justiça instaladas junto àquela Corte, cujos cargos serão transformados em cargos de Procurador de Justiça Substituto na medida em que vagarem, conforme dispõe a Lei nº.º 11.313, de 20 de janeiro de 1999.

ANO	Recebidos no Ano	Pareceres Emitidos	Sessões de Julgamento
2006	9246	8737	109
2007	12261	13232	107

Procuradoria de Justiça perante a Junta Comercial

Conforme a Lei n.º 11.978, de 07 de outubro de 2003, atua perante a Junta Comercial, o Procurador de Justiça Luiz Inácio Vigil Neto, cuja atuação e atribuições são definidas através de ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça.

Segue abaixo, resumo das atividades desenvolvidas pelo Ministério Pùblico perante a Junta Comercial:

<i>Pesquisas de Atos Constitutivos</i>	223	266	142	324	312	317	240	345	303	163	150	75	76	2936
<i>Ofícios Expedidos</i>	222	277	155	272	289	295	216	316	258	93	116	116	60	2685
<i>Total</i>	477	583	306	630	640	634	493	698	600	299	325	295	262	6242

**SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS**



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos presta assessoramento, por meio de qualificado corpo funcional, nas mais variadas atividades-meio, além de realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços públicos nas atividades-fim.

COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

a) Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2007

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados: 57 (cinquenta e sete), e 02 (dois) Processos Administrativos Disciplinares.

Situação atual dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2007:

- 49 (quarenta e nove) Procedimentos de Sindicâncias arquivados;
- 05 (cinco) Procedimentos de Sindicâncias em instrução;
- 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias conclusos para decisão;
- 01 (um) Procedimento Administrativo Disciplinar Arquivado e 01 (um) concluso.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias encerrados:

- 39 (trinta e nove) Procedimentos de Sindicâncias arquivados sem aplicação de penalidade disciplinar;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 04 dias;
- 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de suspensão por 05 dias;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 10 dias;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 08 dias convertida em multa;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 10 dias convertida em multa;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 15 dias convertida em multa;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 20 dias convertida em multa;
- 04 (quatro) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;
- 02 (dois) Procedimentos de Sindicâncias com Pedido de Exoneração do Cargo, durante a instrução da Sindicância;

b) Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2006 com penalidade aplicada em 2007

Número de Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2006 com penalidade aplicada em 2007: 11 (onze) Procedimentos e 01 (um) Procedimento Administrativo Disciplinar.

Resultado dos Procedimentos Administrativos de Sindicâncias instaurados em 2006 com penalidade aplicada em 2007:

- 03 (três) Procedimentos de Sindicâncias com aplicação de penalidade de repreensão por escrito;
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com pedido de exoneração
- 01 (um) Procedimento de Sindicância com aplicação de penalidade de suspensão por 10 dias;
- 06 (oito) Procedimentos de Sindicâncias sem aplicação de pena;
- 01 (um) Procedimento Administrativo Disciplinar com aplicação de penalidade de demissão em janeiro/2007.

SERVIÇO BIOMÉDICO

O Serviço Biomédico tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores do Ministério Público. Este Serviço é composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Em 2007, o Serviço Biomédico emitiu 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) laudos, tendo como principais demandas as perícias para concessão de licença para tratamento de saúde de membros, servidores e seus familiares, perícias para ingresso em cargos do quadro de pessoal do Procuradoria-Geral de Justiça e assessoramentos técnicos às Promotorias de Justiça.

Na atividade de assessoramento técnico, foram realizadas 453 (quatrocentas e cinqüenta e três) assessorias com 512 (quinhetas e doze) avaliações de pessoas. Em atividades assistenciais de emergência, o Serviço Biomédico prestou 207 (duzentos e sete) atendimentos clínicos, odontológicos, psicológicos e psiquiátricos, além de 1.065 (um mil e sessenta e cinco) procedimentos de enfermagem, considerando os atendimentos na Sede Administrativa e no Posto da Sede Institucional. O Gabinete Odontológico realizou 480 (quatrocentos e oitenta) atendimentos assistenciais a membros e servidores.

Além disso, o Serviço Biomédico participou de atividades de apoio institucional, mantendo plantões médicos em eventos do Ministério Público, promovendo palestra de orientações no combate à dengue e vacinação contra rubéola.

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF

O CEAF é o órgão auxiliar do Ministério Público responsável pela educação institucional. Através do desenvolvimento de projetos educacionais que atendam às necessidades de membros

e servidores, propõe-se a contribuir para promoção do reconhecimento do Ministério Público do Rio Grande do Sul perante a sociedade.

O Plano Anual de Educação Institucional induz que os projetos educacionais sejam executados com base nas linhas traçadas pelo Plano Geral de Atuação Institucional, pelo Plano Geral de Atuação Administrativa e, agora, pelo Mapa Estratégico do Ministério Público, além dos apontamentos feitos nas Ficha de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores e de demandas pontuais de membros e servidores.

Análise do Planejamento de 2007

Para o ano de 2007, o CEAF foi pioneiro na elaboração de um planejamento estratégico com base na metodologia BSC – *balanced scorecard*, a qual baseia-se na identificação de conjuntos de medidas estratégicas, denominadas perspectivas. Tais medidas foram identificadas como: responsabilidade financeira, aprendizagem e crescimento, processos internos, público-alvo (membros e servidores) e social (sociedade). Dentro de cada um foram delineados os objetivos, as ações, o modo de desenvolvê-las e os indicadores para medir a consecução de cada uma.

Atuação do CEAF em 2007

O uso da metodologia BSC no planejamento permitiu que este Centro de Estudos focasse a sua atuação, no ano de 2007, na Missão Institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o CEAF vem ampliando o desenvolvimento de projetos que aproximam o MP da sociedade gaúcha. Exemplo disso foram as duas edições do Seminário FICAI 10 Anos de Garantia do Direito à Educação, realizados em julho e novembro, que reuniram quase quinhentas pessoas em ambas. Outros exemplos são o I Fórum Estadual de Medicamentos e as Relações de Consumo e o Seminário Rede de Abrigos de Porto Alegre- um olhar sobre a realidade, que tiveram a participação de aproximadamente duzentas e cinqüenta pessoas. Também houve a comemoração do dia mundial da água, com o evento: “ Os 10 anos da Lei de Política Nacional dos Recursos Hídricos: efetividade e perspectivas da proteção” que contou com a participação de 116 pessoas. Outro evento com participação expressiva foi o Seminário de Combate à Pirataria, que contou com aproximadamente duzentas pessoas.

Já no início do ano, em janeiro e fevereiro, o CEAF ofereceu treinamento no Sistema Integrado das Procuradorias de Justiça para 169 servidores. Em 2007, o CEAF tornou mais ampla a abrangência dos cursos de informática básica. Antes realizados apenas na capital, os cursos passaram a ser oferecidos também no interior, através de convênio celebrado com o SENAC.

No interior do Estado, também foram desenvolvidos projetos educacionais que buscavam uma maior integração do Ministério Público com outros segmentos importantes da sociedade. Em Taquara, destaque para os eventos: Seminário Regional Desafios Ambientais do Cotidiano e No Caminho do Trem: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento, e em Rio Pardo o evento Portas Abertas: Voltando pra Casa.

O Programa de Integração de Novos Servidores – PROSERV – foi adaptado às novas tecnologias em matéria educacional e agora tem um novo formato em seu primeiro módulo. O Treinamento Básico, módulo inicial do programa é o primeiro curso desenvolvido e gerenciado na modalidade de Ensino a Distância – EAD – pelo CEAF, por intermédio do Portal de Ensino a

Distância do Ministério Público, usando recursos de hipertextos, vídeos, fotos e gráficos. O seu objetivo foi o de proporcionar conhecimentos básicos acerca da Instituição a servidores recém chegados, especificamente neste ano, servidores concursados que ainda não haviam participado das edições anteriores do PROSERV.

As etapas seguintes, Socialização Institucional e Treinamento Específico foram desenvolvidas no modo presencial e reuniram servidores da capital e interior. A Socialização Institucional foi ofertada a servidores de todos os cargos, e seu objetivo foi de socializar a trajetória e identidade institucionais por meio da difusão e do fortalecimento dos valores do Ministério Público. Já o Treinamento Específico, buscou capacitar em matérias específicas de acordo com cada atribuição. Dessa forma, foi oferecido apenas àqueles cargos com maior densidade de conteúdo e amplitude de lotações, como assessores jurídicos, secretários de diligências, agentes administrativos, assistentes de promotoria e assistentes de procuradoria.

Foi dada continuidade ao Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça, que tem por objetivo transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para gestão de uma unidade administrativa (Promotoria de Justiça). Renovada a parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o curso ocorreu em Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas, e contou com a presença de promotores de justiça dessas regiões.

O Programa de Formação de Gestores – Servidores – teve sua continuidade no desenvolvimento dos cursos de atualização em *Coaching* e Comunicação Interna. Ainda no campo de ação desse programa, foi desenvolvido junto à Divisão de Informática, o Desenvolvimento Interpessoal: Integração e Preparação para a Mudança para as Unidades de Equipamentos e Apoio ao Usuário, que focou na sensibilização, através de abordagens comportamentais, preparando os servidores para um processo de reestruturação na sua forma de trabalho.

Quanto ao Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, houve inauguração na sede nova, bem como reforço nos prédios da Santana e Andrade Neves. Também foi desenvolvido o projeto na Promotoria de Justiça de Canoas, primeira promotoria fora da capital.

Destaque também para a presença de professores estrangeiros em alguns cursos, como o Técnica de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil, que contou com a presença da Professora Amina Memon, PhD, da Universidade de Aberdeen (Escócia) e o curso Técnicas de Entrevista com Testemunha e Vítimas, que teve a participação do Professor Ray Bull, Dr., da Universidade de Leicester (Inglaterra). Para fechar o ano, trouxemos a palestra da Dra. Susan Andrews, que teve como tema “Stress a seu Favor”. A palestrante é psicóloga e antropóloga formada pela Universidade de Harvard (EUA) e doutora em Psicologia Transpessoal pela Universidade de Greenwich (EUA). É colunista das revistas Época e Época Negócios e autora de mais de uma dezena de livros, traduzidos para vários idiomas.

No âmbito da medicina preventiva, houve palestra para 32 participantes e curso sobre aspectos práticos de prevenção e combate à dengue para 107 funcionários terceirizados. Já no âmbito de emergência médica, houve o treinamento Salva Coração para 84 participantes, divididos em cinco turmas, ensinando a utilizar o desfibrilador automático adquirido pela Instituição.

Outro projeto de educação institucional que merece ser destacado, principalmente por sua repercussão e extensibilidade, é o que tratou das alterações no Processo Civil, o qual foi desenvolvido em convênio com a Fundação Escola Superior do MP. Esse curso, oferecido em duas edições em Porto Alegre e foi estendido às promotorias da região de Passo Fundo.

Dois projetos realizados são de fundamental importância para a atuação dos membros: ABIN- procedimentos básicos de inteligência, que contou com 31 participantes e Técnicas de Negociação, realizado em Santa do Livramento, com 13 participantes.

No âmbito do assessoramento técnico merece destaque o curso GPS- Sistema de Posicionamento Global. Também direcionado à Divisão de Assessoramento Técnico foi realizado o curso Projeto e Controle Operacional de Estações de Tratamento de Efluentes Sanitários e Industriais. Uma outra demanda da sociedade atendida foi a palestra Curadores. Através deste projeto pode-se oferecer ao público pertinente informações relevantes sobre a curatela e a importância da elaboração adequada da prestação de contas.

Já em termos de gerenciamento de questões relacionadas à gestão do conhecimento, a novidade foi o desenvolvimento do Banco de Talentos, ferramenta que tem por objetivo identificar o conhecimento de membros e servidores do Ministério Público, na intenção de melhor aproveitar o conhecimento e identificar possíveis contribuições, inclusive em projetos educacionais de aperfeiçoamento funcional.

No desenvolvimento de pesquisas, o CEAF, além de auxiliar na elaboração de pesquisas de outras áreas do Ministério Público, realizou levantamento para analisar as necessidades de capacitação no atendimento aos públicos internos e externos do Ministério Público. Tal pesquisa, que se utilizou de análises estatísticas, inclusive uma análise multivariada de dados e análise fatorial, concluiu que para o desenvolvimento de um projeto educacional nessa área, deve-se focar primordialmente os aspectos comportamentais, definir os padrões de atendimento e oferecer um conhecimento mínimo sobre a Instituição às pessoas que realizam atendimentos no MP.

Pós-Graduação

Referente às bolsas parciais, concedidas a membros da Instituição em cursos de pós-graduação, em universidades do Rio Grande do Sul, são vinte e sete membros com cursos de especialização em andamento. Essas especializações englobam áreas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito Constitucional, Direito Penal, Processual Penal e Direito Civil. Há também os cursos de Mestrado em Direito do Estado e Mestrado em Filosofia.

Avaliações dos Projetos

Quanto às avaliações dos eventos, o CEAF no ano de 2007, além das avaliações de evento, que buscam a opinião do participante ao final do evento, adotou a Avaliação de Resultado. No caso da Avaliação de Evento, houve uma composição entre as avaliações de reação e aplicação. A Avaliação de Resultado procura analisar o projeto educacional desde a sua concepção até o seu fechamento, a fim de verificar todos os acertos e erros para futuras correções de rumo.

Dessa forma, com o objetivo de aprimorar ainda mais a análise dos programas educacionais, softwares de suporte para a análise de dados foram testados e avaliados. A finalidade dessa busca foi para que em um futuro próximo, os programas educacionais possam ter uma análise ainda mais completa e para que as pesquisas junto ao público interno possam ter uma análise estatística ainda mais aprofundada.

A seguir o Centro de Estudos apresenta alguns números de 2007:

I – Capacitação

Dados Básicos Referentes ao Ano de 2007

TOTAL DE EVENTOS DO ANO	245
N º DE PARTICIPAÇÕES	4.771
INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 797.102,87
TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO	4.083 horas

II – Distribuição do Investimento por Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	VALOR EM R\$	% Representativo
Áreas Administrativas	35.935,80	4,51%
Área Médica	69.111,67	8,67%
Assessoramento Técnico	18.262,00	2,29%
Ciclo de Debates	187.405,25	23,51%
Demandas Isoladas	11.633,08	1,46%
Direito	48.705,00	6,11%
Formação de Gestores	163.982,40	20,57%
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	600,00	0,08%
Informática - Desenvolvedor	1.880,00	0,24%
Informática Usuários	20.644,20	2,59%
Proserv	52.914,18	6,64%
Pós-Graduação de Membros	87.044,70	10,92%
Qualidade de Vida	6.960,00	0,87%
TOTAIS	797.102,87	100,00%

III – Estágio Probatório

Em razão dos concursos realizados, há, hoje, muitos servidores em estágio probatório, que têm tido a atenção das áreas de capacitação e treinamento.

Dados básicos referentes ao ano de 2007:

- Servidores em estágio probatório: 448

- Reuniões realizadas: 12
- Reuniões ordinárias: 12
- Reuniões extraordinárias: 0
- Média de processos relatados por reunião: 102
- Número de processos analisados: 1218
- Diligências realizadas: 59
- Encaminhamentos para treinamento: Atualmente, as eventuais solicitações de treinamento da chefia imediata e/ou do servidor avaliando são automaticamente analisadas pelo CEAF.
- Exonerações a pedido: 53
- Recomendações de estabilidade: 250
- Deflagração de Avaliação Especial de Desempenho antecipada, de acordo com o artigo 7º, § 1º, do Provimento 14/2000, com posterior confirmação no cargo: 2
- Exoneração por insuficiência no cargo em 2007: 0

III – Promoções

O Processo de Promoção referente ao Período Avaliativo de 01/06/2003 a 30/11/2004, foi concluído totalmente no ano de 2006, e não há previsão de abertura de novo processo de promoções até o momento.

BIBLIOTECA JOÃO BONUMÁ

A Biblioteca João Bonumá localiza-se no andar térreo do prédio sede do Ministério Público em Porto Alegre, oferecendo acesso para consulta local e pesquisas a toda comunidade e empréstimos somente para membros e servidores do Ministério Público. A equipe atual conta com cinco bibliotecários, dois agentes administrativos, dois estagiários de nível médio e um funcionário terceirizado.

As atividades desenvolvidas pela Biblioteca compreendem a seleção, aquisição, indexação, catalogação, revisão, preparo para empréstimo, divulgação do material bibliográfico, pesquisas bibliográficas e atendimento aos usuários.

A Biblioteca conta com um acervo de 12.257 (doze mil duzentos e cinqüenta e sete) livros e 11.167 (onze mil cento e sessenta e sete) periódicos, além de outros materiais para consulta, tais como CD-ROMs, diários oficiais, folhetos, microfichas e pastas, conforme tabela abaixo:

TIPO DE OBRA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	9.680	12.257
Folhetos	444	470
Artigos indexados	3.217	-
Pastas	35	35
Folhas Soltas	164	164
Microfichas	1	1
Periódicos	299	11.516
Capítulos de Livros indexados	1.180	-
CD-ROM	41	43
TOTAL	15.052	24.137

Em 2007, a Biblioteca adquiriu 996 (novecentos e noventa e seis) exemplares de livros, 20 (vinte) exemplares de folhetos, 720 (setecentos e vinte) fascículos de periódicos e 15 (quinze) exemplares de outros materiais para consulta. O investimento foi de R\$ 49.015,24 para livros e folhetos, R\$ 66.707,00 para periódicos da Biblioteca e de R\$ 83.267,40 para periódicos e jornais de outros órgãos do Ministério Público, totalizando um investimento de R\$ 198.989,64 (cento e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Durante o ano de 2007 foi efetuada a renovação de um contrato anual com a CORAG para fornecimento do Diário Oficial do Estado Eletrônico (consulta e edição), com até 150 diferentes pontos de acesso, no valor mensal de R\$ 2.695,00, bem como foi solicitada a renovação do contrato com a Associação Paranaense de Cultura para manutenção do software Pergamum, que gerencia o acervo e sistema de empréstimos desta Biblioteca no valor mensal de R\$ 467,50.

Considerando que, em 2007, foram realizados 12.870 (doze mil oitocentos e setenta) empréstimos, conforme tabela abaixo, o investimento em software e material bibliográfico é essencial para a permanente atualização do acervo disponibilizado.

	Livros	Periódicos	TOTAL
Empréstimos	11.441	1.429	12.870
Devoluções	11.316	1.404	12.720
Renovações	14.169	1.836	16.005

Durante o ano de 2007, foi implantado o projeto de sinalização gráfica das estantes, mesas de estudo e terminais de acesso dos usuários, visando propiciar economia de tempo aos bibliotecários e aos atendentes, bem como à própria independência dos usuários no seu fluxo costumeiro ao ambiente da biblioteca.

Visando a conservação, preservação e higiene, bem como a reversão de danos físicos causados pelo manuseio inadequado e a ação do tempo, foi realizada a restauração e ou encadernação de 50 obras do acervo da Biblioteca.

A Biblioteca oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, que são mantidas e atualizadas pelos bibliotecários (estas bases estão disponíveis aos usuários internos via intranet). Além delas, também existem outras bases de dados jurídicas em CD-ROM que podem ser consultadas no local.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Dentre os diversos projetos e estudos, realizados em 2007, destacam-se:

- Proposta de política de administração para área de recursos humanos.
- Análise da sistemática de avaliação do atendimento no projeto veraneio.
- Análise e reformulação do procedimento de compras.
- Análise da área responsável pelos recursos audiovisuais.
- Descrição de sistema de controle de manutenção de veículos.
- Descrição de sistema para gestão de contratos pela Unidade de Serviços Gerais.
- Análise administrativa da Divisão de Assessoramento Técnico.
- Análise administrativa do serviço de atendimento ao usuário da Divisão de informática.
- Apoio a construção da página da Subprocuradoria Administrativa na *Intranet*.
- Estudo sobre cargos de nível fundamental *versus* terceirização.
- Estudo sobre a dinâmica do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público.
- Análise Administrativa da Unidade de Manutenção.
- Análise das denúncias na área criminal, nas Promotorias de Justiça de Caxias do Sul.
- Levantamento de dados na Ouvidoria do Ministério Público.
- Análise dos procedimentos de informática relativos às sessões informatizadas do Tribunal de Justiça.
- Análise administrativa na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.
- Descrição de sistema para Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – controle de internações compulsórias.
- Implantação do Sistema Gerenciador de Promotorias em 15 (quinze) Promotorias de Justiça.
- Criação e implantação da Unidade Central de Distribuição e Diligências.
- Descrição de sistema para a Promotoria de Justiça de Controle e Execução Criminal – Grupo de Controle Externo de Atividade Policial.

Por força de regimento ou por provocação da Administração, os servidores lotados na DDO exercem, ainda, atividades de pregoeiro e integram diversas Comissões, a saber: Comissão de Estágio Probatório, Comissão de Promoções, Comissão do GEMP2022, Comissão Executiva do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Comissão de Concurso, Comissão do Protocolo Único, Comissão para Avaliação do RHE, Comissão Permanente de Informática, Comissão de Licenças do Biomédico, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Comissão de Qualidade de Vida.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A Divisão de Documentação, setor pertencente à área administrativa do Ministério Público do RS, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos/Direção Geral estabeleceu, para o exercício de 2007, as seguintes metas prioritárias desdobradas em projetos, além da manutenção de suas atividades de rotina:

- encaminhar estudo da necessidade de criação da Unidade de Protocolo de Processos (ou Unidade de Distribuição e Diligências, conforme proposta da DDO) e concluir-lo até julho de 2007;
- dar continuidade ao processo de implantação do Serviço e Sistema de Protocolo Unificado - SPU, formatando e executando o treinamento dos usuários;
- consolidar, por treinamento específico e/ou através do monitoramento, a aplicação das Regras de Sigilo – Prov. 31/2004, a partir do conhecimento de como a Instituição vem procedendo sua utilização;
- disponibilizar 100% das informações do acervo do Arquivo Geral, segundo normas de acesso do MP, a partir de dezembro/2007;
- estudar e construir alternativa de aplicação do método funcionalista no PCD e TTD, simplificando e padronizando sua aplicação até dezembro de 2008;
- redefinir a destinação das 2^{as} vias das peças processuais produzidas e arquivadas no MP;
- influir na definição de uma política Institucional de preservação e acesso à informação de natureza arquivística produzida em meio digital (e-arq);
- encaminhar, definitivamente, a questão do espaço físico destinado ao Arquivo-Geral.

Todas as metas prioritárias têm por princípios o estabelecimento gradativo de padrão de atuação no que diz respeito à informação registrada em qualquer meio no cumprimento das funções institucionais e, como consequência, a garantia da preservação e acesso às mesmas para a tomada de decisões, no cumprimento da missão institucional e para a cidadania. As Unidades ligadas à DIVDOC, com seu corpo funcional, são as responsáveis pelo trabalho planejado e realizado.

UNIDADE DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO

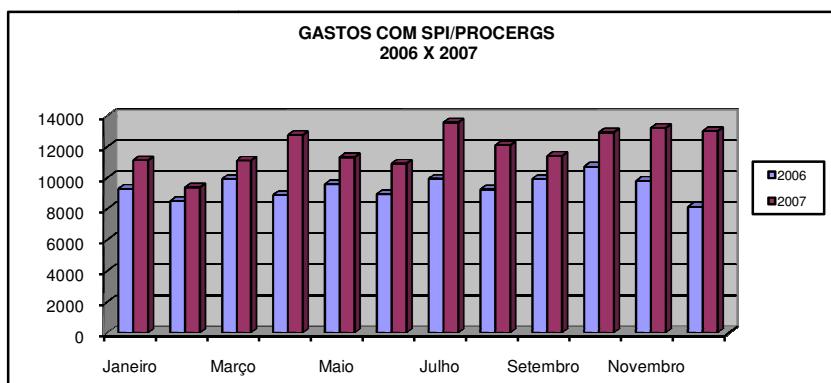
a) Ações de Protocolo

As operações de Protocolo englobam tanto as relativas ao registro de entrada e distribuição de correspondências, documentos e volumes quanto as de autuação de Processos. Assume ainda, muitas vezes, a função de localizar alguma informação que tenha sido produzida ou recebida pela Instituição na ausência de um Sistema integrador disponível para a sociedade.

Em sua função de autuação de Processos Administrativos e Institucionais onde não há outro Sistema de registro, faz uso ainda do Sistema de Protocolo Integrado do Estado – SPI administrado pela PROCERGS e paga por este serviço.

O total de despesas com a PROCERGS para o gerenciamento das operações de SPI em 2006 foi de R\$ 112.779,32 (cento e doze mil, setecentos e setenta e nove reais e centavos) e em 2007 foi de R\$ 142.738,97 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e centavos), observando-se que o valor de dezembro foi estimado como o de novembro.

Levantamento dos processos autuados no SPI por assunto, destacando-se aqueles com tramitação externa



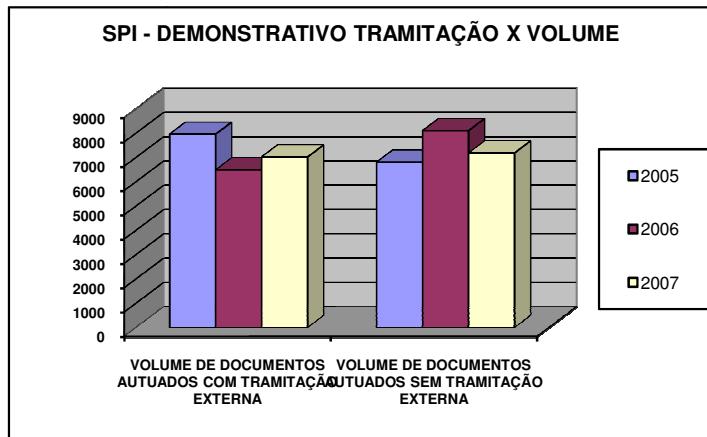
Visando ter um panorama do volume de Processos que têm tramitação externa, apenas a título de se ter a devida dimensão de quanto economizaremos com a implantação do Sistema de Protocolo Unificado do Ministério Público do RS – SPU que passará a autuar os processos com movimentação apenas interna, apresentamos os seguintes controles por ASSUNTO:

ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO						TOTAL			TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO			ARQUIVADO						SIM	NÃO
	05	06	07	05	06	07	05	06	07		
1. Abono	03	00	01	18	09	07	21	09	08	X	
2. Acúmulo de cargo	24	02	24	130	144	113	154	146	137		X
3. Adiantamento	82	102	128	01	01	01	83	103	129	X	
4. Ajuda de custo	00	35	08	00	00	23	00	35	31	X	
5. Alteração	39	33	77	11	55	03	50	88	80		X
6. Alvará	03	05	02	00	04	00	03	09	02		X
7. Análise	30	62	59	13	13	30	43	65	89		X
8. Aposentadoria	04	04	04	15	04	03	19	08	07	X	
9. Atuação funcional	22	36	28	42	41	49	64	78	77		X

ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO						TOTAL			TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO			ARQUIVADO						SIM	NÃO
	05	06	07	05	06	07	05	06	07		
10. Auxílio-creche/ auxílio-babá	93	109	65	03	01	02	96	110	67	X	
11. Averbação de tempo de serviço	13	38	08	140	125	57	153	163	65		X
12. Cancelamento	03	05	01	03	03	00	06	08	01	X	
13. Comunicação	11	07	04	05	05	03	16	12	07		X
14. Conflito de atribuições	03	08	00	00	02	03	03	10	03		X
15. Denúncia	29	28	30	18	29	17	47	57	47		X
16. Diária	1233	875	796	25	07	40	1258	882	836	X	
17. Dispensa	00	02	02	01	01	03	01	03	05		X
18. Doação	48	167	97	01	01	135	49	168	232	X	
19. Empenho	493	329	264	10	11	27	503	340	291	X	
20. Especialização	00	00	00	01	00	00	00	00	00		X
21. Estágio	00	00	01	04	01	00	01	01	01		X
22. Estágio probatório	100	245	04	04	08	01	104	253	05		X
23. Estudo	07	03	06	01	00	03	08	03	09		X
24. Exoneração	15	41	09	60	103	92	75	144	101		X
25. Improbidade administrativa	870	32	03	54	16	05	924	48	08	X	
26. Incorporação de função gratificada	02	08	00	05	04	05	07	12	05	X	
27. Indenização	11	10	14	02	02	02	13	12	16	X	
28. Inscrição concurso MP	01	01	00	01	00	00	02	01	00		X
29. Irregularidades	81	123	20	13	23	04	94	146	24		X
30. Isenção	44	12	04	13	18	15	57	30	19	X	
31. Licença	14	33	59	32	23	15	46	56	74		X
32. Licitação	36	79	83	02	01	04	38	80	87	X	

ASSUNTO	QUANTIDADE POR SITUAÇÃO							TOTAL			TRAMITAÇÃO EXTERNA	
	ATIVO			ARQUIVADO							SIM	NÃO
	05	06	07	05	06	07	05	06	07			
33. Minuta	02	04	09	05	01	08	07	05	17		X	
34. Pagamento	3932	3737	4580	128	99	54	4060	3836	4634	X		
35. Parecer	22	43	07	00	06	01	22	49	08		X	
36. Prestação de contas	436	444	397	354	264	200	790	708	597	X		
37. Promoção	08	00	03	20	00	03	28	00	06		X	
38. Promoção de arquivamento	5471	6275	6120	01	11	18	5472	6286	6138		X	
39. Prorrogação	00	03	02	00	00	04	00	03	06		X	
40. Providência	42	76	38	38	63	66	80	139	104		X	
41. Reativação	03	02	00	00	00	01	03	02	01		X	
42. Remoção	65	37	33	80	71	55	145	108	88		X	
43. Representação	23	29	25	07	07	23	30	36	48	X		
44. Requerimento	14	06	08	29	05	10	43	11	18		X	
45. Sindicância	15	28	18	18	31	32	33	59	50		X	
46. Solicitação	60	124	00	32	69	00	92	193	00		X	
47. Termo	08	06	11	02	07	07	10	13	18		X	
48. Títulos para promoção	01	00	00	00	07	02	01	07	02		X	
TOTAL	13416	13248	13052	1342	851	1146	14758	14588	14198	7016	7182	

De um total de 48 ASSUNTOS autuados em 2007, apenas 17 têm tramitação externa, cujo volume vem sofrendo redução, correspondendo à 49,41% do total, portanto, inferior ao volume de tramitação interna. Houve porém, aumento em relação aos processos com tramitação externa autuados em 2006.



DESTAQUE

Apenas a título de projeção e considerando-se que exista proporcionalidade entre os gastos com a PROCERGS e o volume de Processos autuados, deveremos ter uma redução na despesa quando da implantação do Sistema de Protocolo Unificado - SPU, em torno de R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais). É bom considerar que a composição da despesa não inclui apenas gastos com autuação e sim todas as operações de protocolo, inclusive emissão de guias, relatórios, consultas, arquivamento, etc..

SERVIÇO E SISTEMA DE PROTOCOLO UNIFICADO

O grupo de trabalho constituído por integrantes da Comissão de Estudos para a Implantação do Protocolo Único no Ministério Público do RS, criada pela Portaria n.º 3236/2004, complementada pela Portaria n.º 3655/2004, em 30 de julho e 02 de setembro respectivamente – Processo n.º 5854-09.00/04-6, concluiu todas as etapas necessárias para a implantação do Serviço e Sistema de Protocolo Unificado do Ministério Público do RS. São elas:

- montagem de todo o Sistema, testagem e colocação no ar como piloto;
- elaboração de todas as regras de funcionamento do Serviço de Protocolo, arcabouço do Sistema – Minutas de Provimento e Ordem de Serviço anexas;
- elaboração de todo o Programa de Treinamento (E-learning) contendo as especificações do Conteúdo Pedagógico tanto para a capacitação relativa ao Serviço (Módulo I), quanto relativa ao Sistema (Módulo II) – (Proposta Pedagógica em anexo) – contida no Processo 6084.0900/07-8 (ainda SPI);

- participação no processo de Licitação, modalidade Carta-convite, para escolha de Agência para montagem do Curso, onde saiu vencedora como única licitante, INTEGRAÇÃO – Escola de Negócios;
- acompanhamento permanente do processo de criação, validando cada etapa prevista em cronograma, pela Agência;
- elaboração de cronograma final de implantação – anexo;
- elaboração das minutas das peças de divulgação da implantação;
- elaboração dos conteúdos para a página da Intranet do SPU e encaminhamento para confecção;
- participação na montagem do processo para aquisição das impressoras de etiquetas para o Protocolo, Processo 15.999.0900-/07-6 (ainda SPI).

DESTAQUE

Observando-se o cronograma prevê-se a entrega final do curso pela Agência em 29 de fevereiro, o início do curso em 24 de março e o lançamento da operação do Sistema entre 31 de março e 07 de abril/08, data a ser definida pela administração superior quando da apresentação do Sistema à Comissão Permanente de Informática prevista para a 2ª quinzena de janeiro de 2008.

Com a implantação do Serviço e Sistema de Protocolo Unificado do Ministério Público do RS – SPU, todos os Sistemas com funcionalidades exclusivas de Protocolo serão extintos, razão pela qual deixamos de relatar as operações do PMP por considerarmos irrelevantes para o propósito deste documento.

Ações de Expedição

No ano corrente, além de suas atividades diárias, quais sejam as de recebimento, registro e destinação de correspondências, processos e volumes, a Expedição buscou aumentar a conscientização dos setores usuários no que respeita à melhor utilização das diversas modalidades de expedição disponibilizadas pelos Correios.

Para isso, a par das instruções cotidianas passadas diretamente via telefone ou pessoalmente no guichê de atendimento aos usuários envolvidos no processo, elaborou e disponibilizou por e-mail e por link na intranet, informações detalhadas acerca dos procedimentos para expedição de correspondências, bem como tabela para escolha da forma de envio mais econômica.

SITUAÇÃO	COMUNIC. INTERNA	DOCUMENTOS DUPLICÁVEIS		DOCUMENTOS NÃO DUPLICÁVEIS		PROCESSOS/ EXPEDIENTES		VOLUMES MAIS DE 0,5kg
		até 0,5kg	mais 0,5kg	até 0,5kg	mais 0,5kg	até 0,5kg	mais 0,5kg	
rotina (destino MP)	e-mail	malote Banrisul	PAC	carta registrada	PAC	carta registrada	sedex	PAC
rotina (outros destinos)	----	carta simples	PAC	carta registrada	PAC	carta registrada	sedex	PAC
requer rastreamento	e-mail com A.R.	carta registrada	PAC	carta registrada	PAC	carta registrada	sedex	PAC
urgência de 24h (destino MP)	e-mail	malote Banrisul	sedex	sedex	sedex	sedex	sedex	sedex
urgência de 24h (outros destinos)	----	sedex	sedex	sedex	sedex	sedex	sedex	sedex

GRATUITO

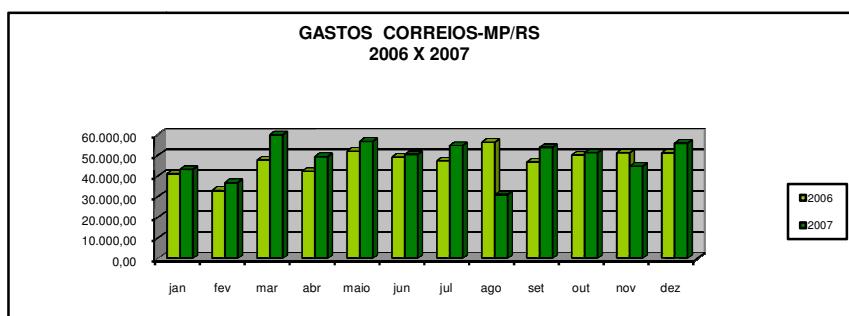
CARO

Também, visando aprimorar e agilizar o controle de gastos feito através do sistema de prestação de contas do uso do cartão correio, propôs e obteve a aprovação da Sub-procuradoria Administrativa fins de implementar mudanças no atual sistema, tornando-o mais ágil, simples e automatizado.

Por outro lado, buscou estreitar o relacionamento com seus principais parceiros no envio dos objetos, quais sejam os Correios e o Banrisul pelo seu sistema de malote, mantendo um estreito contato com suas gerências em Porto Alegre, evitando entraves na postagem dos objetos e criando um fluxo otimizado voltado para a rápida solução de problemas.

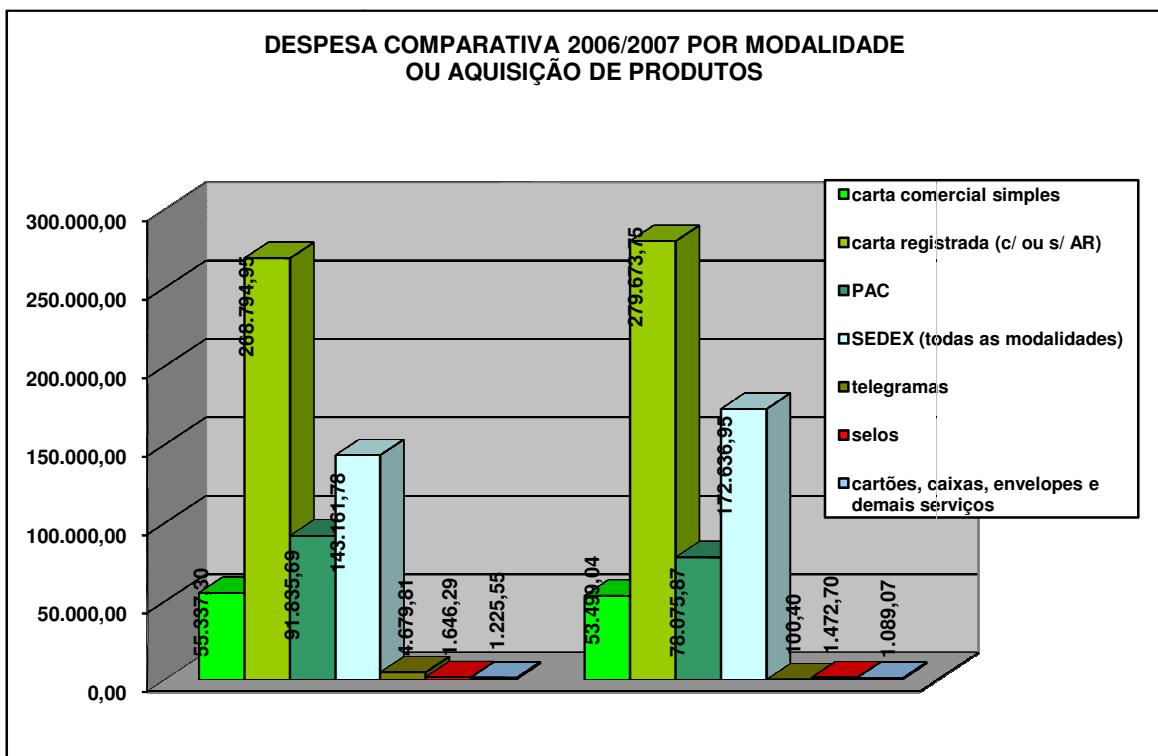
Tais ações garantiram, por parte dos Correios, as informações necessárias quanto aos valores efetivamente cobrados, com o devido resarcimento nos casos de cobrança indevida, e por parte do serviço de malote do Banrisul uma disponibilidade solidária no envio de objetos com peso muito superior às 500 gramas estipuladas, notadamente no período de deflagração da greve dos carteiros.

Seguem gráficos demonstrativos dos valores gastos com o envio de correspondências, mensalmente e pelas principais modalidades, relativamente aos anos de 2006 e 2007.



Em 2006 tivemos um gasto com a utilização dos serviços dos Correios da ordem de R\$566.681,37 (quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e centavos) e em 2007 da ordem de R\$586.547,78 (quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e centavos). Em 2007 houve a renovação do Contrato sob o n.º 9912175031/2007.

Ainda, com a intenção de demonstrar o foco no controle das despesas, apresentamos a composição destas pelas modalidades de serviços utilizados e suas respectivos custos:



UNIDADE CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E DILIGÊNCIAS

Instituída em 20 de agosto de 2007 através do Provimento 44/07, que alterou o Provimento 22/99, a Unidade Central de Distribuição e Diligências - UCDD foi criada na estrutura da Divisão de Documentação, com as seguintes atribuições:

- buscar e receber a carga de procedimentos judiciais e extrajudiciais, registrar nos sistemas corporativos e distribuir para as Promotorias de Justiça;
- realizar a carga de procedimentos judiciais nas Promotorias de Justiça e entregá-los nos respectivos fóruns.
- realizar as diligências solicitadas pelas Promotorias de Justiça e demais diligências administrativas;
- planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades dos Secretários de Diligências.

A UCDD foi criada com o objetivo de racionalizar o fluxo de tramitação, centralizando a busca da carga de processos, registro de entrada, distribuição interna e devolução da carga ao judiciário, atividades que antes eram desenvolvidas por duas Unidades distintas, a saber, Unidade de Protocolo e Expedição e Unidade de Apoio Administrativo. Além disso, foi instituída com o propósito de, a partir da experiência localizada, instituir regras do serviço.

SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO

A atividade da UCDD em relação ao registro de entrada de processos na Instituição, engloba tanto processos de 1º quanto de 2º grau, muito embora estes não estejam elencados no rol de atribuições do Provimento 44/07.

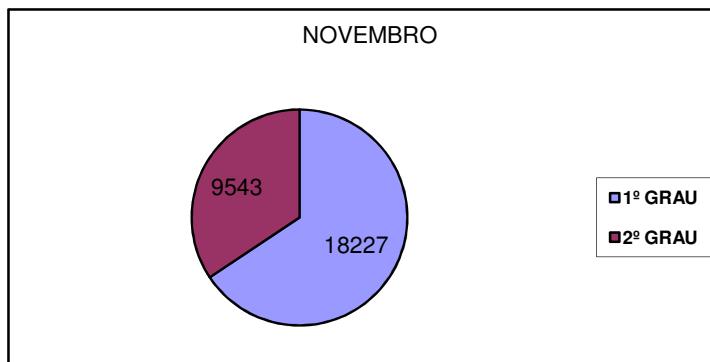
Processos de 2º Grau

Os processos oriundos do Tribunal de Justiça são entregues na UCDD por servidores do Poder Judiciário, em malotes identificados por Câmaras e Grupos, com guias de encaminhamento ao Ministério Público, para conferência. Tais processos, após conferidos, são registrados nos sistemas corporativos, conforme segue:

ORIGEM	SISTEMA	DESTINO
TRIBUNAL PLENO	SESP	SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
VICE-PRESIDÊNCIAS	SGR	PROCURADORIA DE RECURSOS
22ª CÂMARA CÍVEL (IMPROBIDADE) 4ª CÂMARA CRIMINAL (PREFEITOS)	SGP	PROCURADORIA DE PREFEITOS
DEMAIS CÂMARAS CRIMINAIS/CÍVEIS E GRUPOS	SIJ	NÚCLEO PROCESSUAL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PROCURADORES DE JUSTIÇA.

Salienta-se que tais processos, após devidamente registrados, são entregues nos locais de destino por terceirizados que trabalham junto à UCDD com guia de encaminhamento.

Os processos de 2º grau, no mês de novembro, representaram, aproximadamente, 35% da tarefa de registro de processos.



Importante ressaltar que existem processos em trâmite no Tribunal de Justiça que entram na Instituição para apresentação de contra-razões pela Promotoria de Plantão.

Por iniciativa da UCDD, a partir de setembro do corrente ano, tais processos passaram a ser registrados no SGP, como etapa de implementação da Política de Gestão da Informação, e, no último mês, houve o registro de 43 processos.

O registro no SESP é realizado diretamente na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. A UCDD apenas faz a conferência física dos processos.

Processos de 1º Grau

Em relação aos processos de 1º grau, a atividade da UCDD é mais ampla. Compreende a busca no Foro Central, a separação, registro no SGP, distribuição e encaminhamento às Promotorias.

Promotorias Atendidas

A quase totalidade das Promotorias de Justiça da sede da Aureliano de Figueiredo Pinto é atendida pela UCDD, a saber:

- Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre;
- Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de Porto Alegre;
- Promotoria de Justiça da Fazenda Pública de Porto Alegre;
- Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre;
- Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre- Turmas Recursais;
- Promotoria de Justiça Cível, Registros Públicos e Acidente do Trabalho;
- Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre- Fórum;
- Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre;

Exceções

Algumas Promotorias de Justiça utilizam os serviços prestados pela UCDD de forma peculiar, o que detalhamos abaixo:

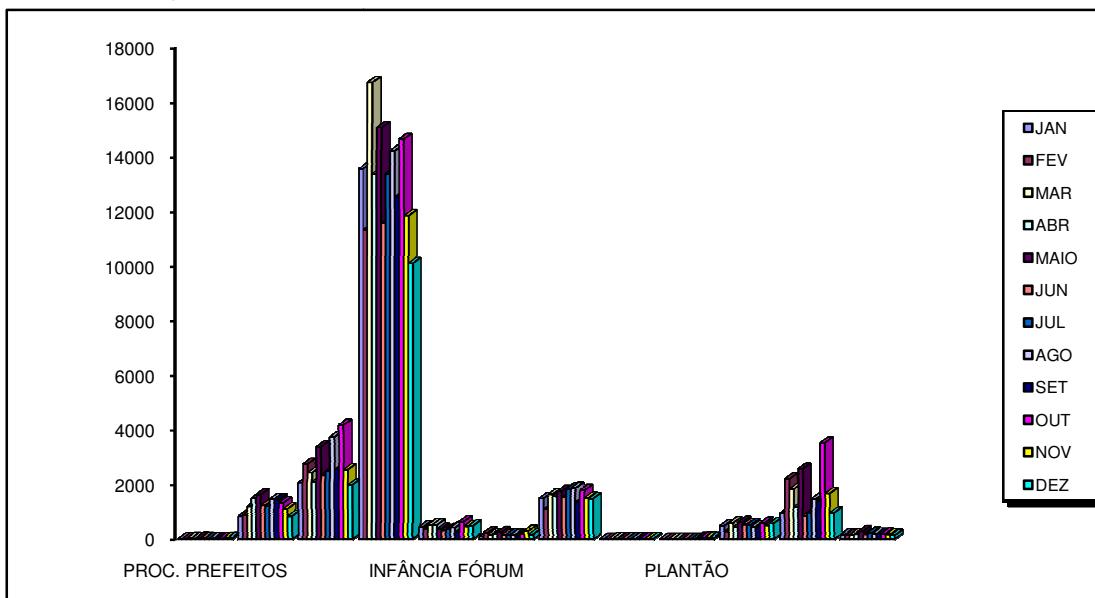
- Promotoria de Justiça de Falências e Recuperação de Empresas de Porto Alegre, onde a busca e devolução dos processos ao Judiciário são feitas pela UCDD, mas os registros são feitos na própria Promotoria;
- Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, onde a busca e devolução dos processos são feitas por Secretário de Diligências lotado na Promotoria, mas o registro é efetuado na UCDD;
- Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, que atualmente tem os processos da 6ª Vara Criminal do Foro Central e 9ª Vara Criminal do Foro Central encaminhados, respectivamente, a Dra. Liliane Pastoriz e Dr. Alexandre Spizirri, registrados pela UCDD.
- Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais, onde o registro de entrada e saída de processos é feito pela UCDD.

Volume de movimentação total do 1º Grau

Os registros de entrada de processos de 1º grau, efetuados no SGP, no mês de novembro, representaram, aproximadamente, 65% da tarefa de registro de entrada de processos na Instituição.

Visando ter um panorama do volume de processos que tramitam em cada Promotoria de Justiça, apresentamos o seguinte gráfico:

Movimentação por Promotoria:

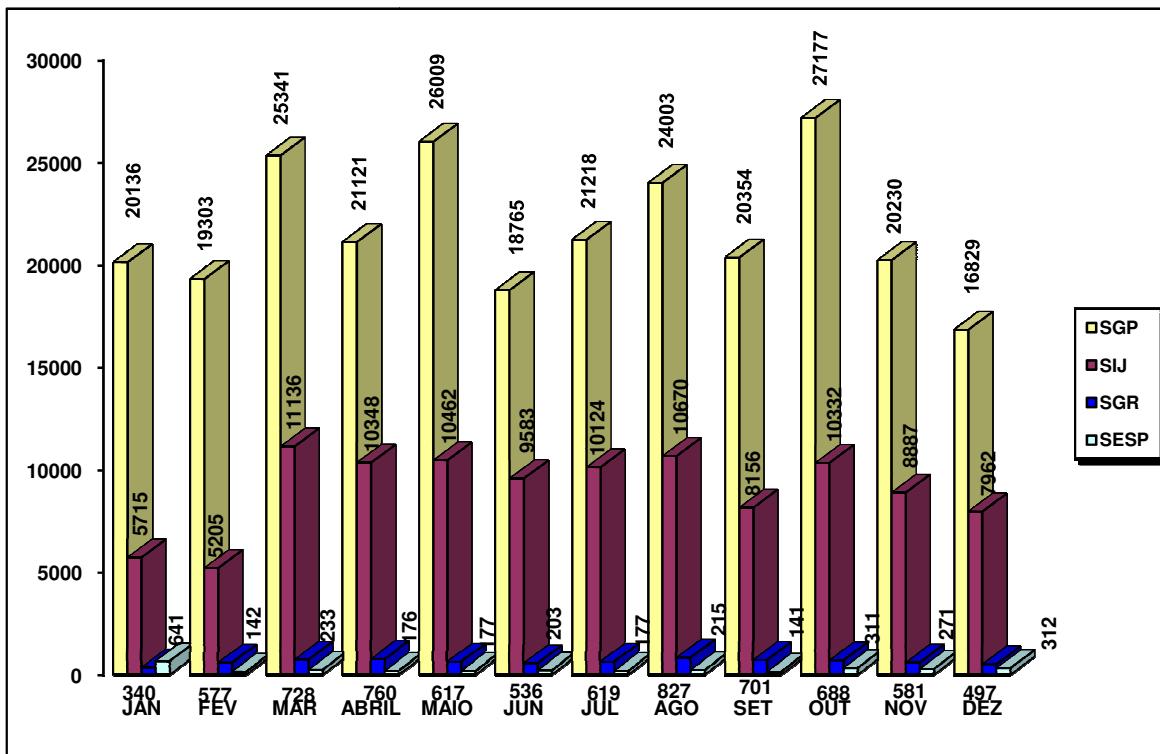


- os processos da infância fórum começaram a ser registrados pelo Protocolo após 09/07/2007.
- dados obtidos em consulta no SGP- relatório totalizado por entrada e saída.
- os resultados obtidos consideram a totalidade dos processos que ingressaram na Promotoria, incluindo aqueles registrados no SGP por servidores da própria Promotoria.

DESTAQUE

Foram 260.486 registros de entrada processos no SGP durante o exercício de 2007, na Sede do Ministério Público, sendo que destes, 60,8% foram da Fazenda Pública (158.474 registros).

Volume total de movimentação de Processos em 2007



Obs.: A UCDD deixou de efetuar registros no SESP, a partir da extinção da Procuradoria de Recursos – custos legis.

DESTAQUE

Dos 379.536 registros de entrada de processos nos sistemas SGP, SIJ, SGR e SESP realizados em 2007 na Sede do MP, 68,6% referem-se a registros efetuados no SGP (260.486 registros).

Serviço de Informação de Processos em Carga com o Ministério Público

Apesar de não haver sido prevista quando da sua criação, outra função importante foi assumida pela UCDD, como consectário das demais funções que lhe foram atribuídas. Referimo-nos ao serviço de informações de processos judiciais em carga com o Ministério Público.

Para o público interno, a Unidade tem aproveitado o ensejo para divulgar as vantagens da utilização do SPU, sistema que também é utilizado para fornecer informações ao público externo, já que é o único sistema que pesquisa dados nos demais sistemas corporativos da Instituição, sistemas esses que a própria UCDD utiliza para registrar os processos recebidos.

Serviço de Diligências

A atividade da UCDD em relação à realização de diligências consiste, basicamente, no recebimento de diligências oriundas de Promotorias de Justiça ou Unidades Administrativas da Instituição, distribuição aos Secretários de Diligências nela lotados, com controle de sua realização, prazo e devolução à origem.

Promotorias Atendidas

A UCDD tem atendido a integralidade das diligências da Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre, bem como as diligências das Promotorias de Justiça dos Juizados Especiais Criminais, face a ausência de Secretário de Diligências lotado nestas.

Quando da sua criação, algumas diligências da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri foram compartilhadas entre a UCDD e um secretário de diligências lotado na Promotoria, em virtude de licença-saúde de outra, situação que permanece até os dias de hoje.

Algumas diligências também estão sendo efetuadas à Secretaria dos Órgãos Colegiados, Comissão Disciplinar Permanente e Comissão do Estágio Probatório.

Recentemente, após reunião com o promotor coordenador da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, Dr. Alexandre Spizzirri e, compartilhamento de técnicas de realização de diligências entre os secretários lotados na Promotoria e os secretários lotados na UCDD, passamos a realizar diligências para esta Promotoria, em virtude de licença-saúde de servidores lá lotados.

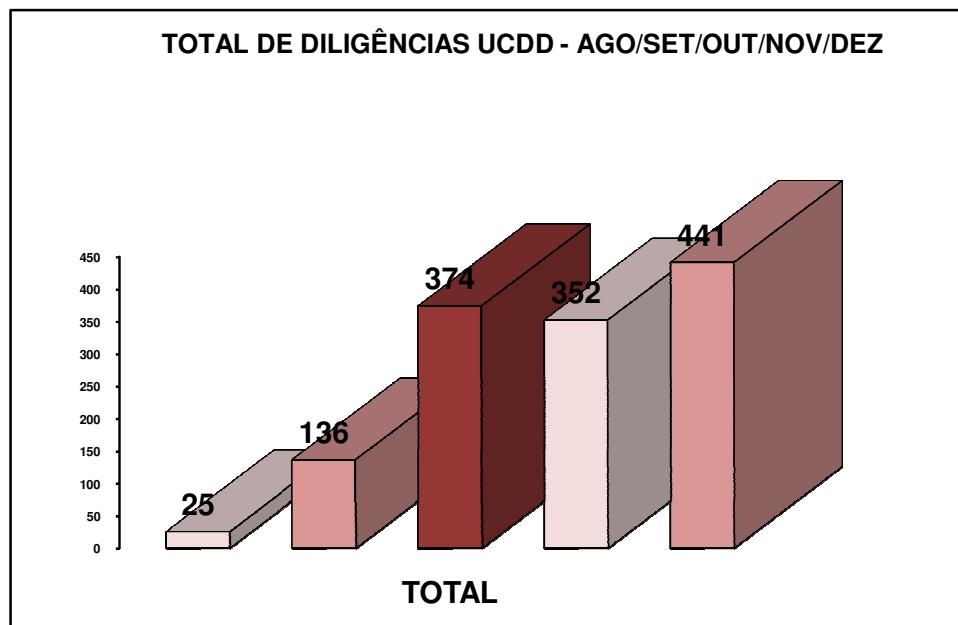
Por um período limitado, entendendo ser a carga atribuição exclusiva de secretário de diligências e, a pedido do promotor coordenador da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, Dr. Luciano Pretto, disponibilizamos Secretários de Diligências para acompanhar, no Foro Central, a carga dos processos com vista a referida Promotoria. Nesta oportunidade, foi disponibilizado, ainda, um agente administrativo lotado em outra unidade da Divisão de Documentação para efetuar o registro dos processos recebidos e devolvidos. Tal registro era feito em planilhas considerando a não utilização do SGP pela Promotoria. O serviço referido foi prestado de 10 de setembro a 05 de novembro do corrente ano.

Volume de Movimentação

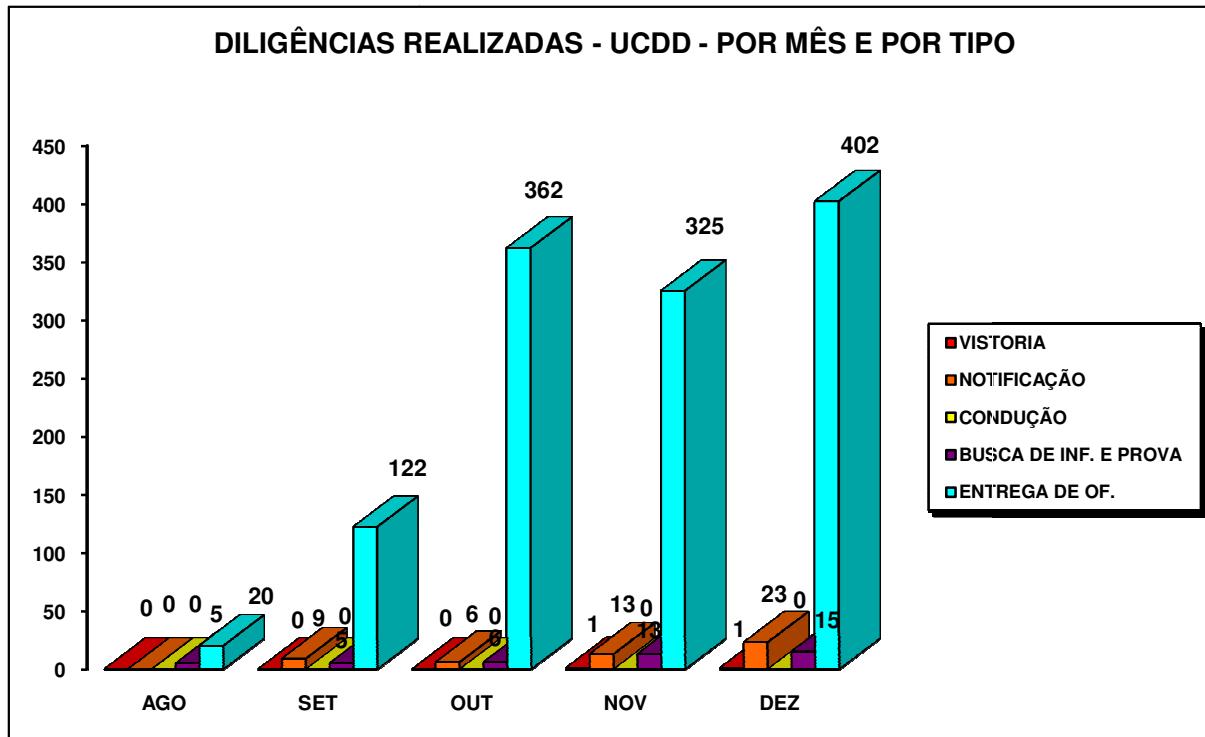
Gráfico demonstrativo de volumes

A demanda de diligências pode ser observada no gráfico a seguir exposto, que, denota o aumento do número de diligência encaminhadas a UCDD para cumprimento:

Diligências predominantes



Analisemos, agora, o gráfico a seguir, que demonstra os tipos de diligências realizadas pelos Secretários de Diligências lotados na UCDD.



DESTAQUE

Desde a criação da UCDD, o volume de diligências vem num crescente, todas sendo cumpridas com um efetivo de 07 Secretários de Diligências, num primeiro momento, e atualmente com 06. É feito o controle diário das diligências distribuídas e realizadas, por tipo, requerente, local e horário. Estes controles têm por objetivo a implantação do serviço de forma estruturada no exercício de 2008. Pela análise das informações, infere-se que das 1.328 diligências realizadas pela equipe desde 20 de agosto, 1.231, ou seja, 92,7% dizem respeito a entrega de ofícios e apenas 7,3% diligências tipicamente caracterizadas como atividade perigosa, segundo Lei Estadual 11.206/98, Art.2º.

Em dezembro, houve o aumento de notificações, em virtude do atendimento à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

Recursos Humanos

A UCDD conta, hoje, com 27 servidores, assim distribuídos:

- 07 Secretários de Diligências (01 em licença mandato classista);
- 04 Agentes Administrativos;
- 04 Estagiários;
- 10 Terceirizados;
- 01 Auxiliar de Serviços Gerais;
- 01 Assessor Superior;

UNIDADE DE ARQUIVO

As linhas de ação prioritárias estabelecidas pela Unidade de Arquivo, no Plano de Ação da Divisão de Documentação – 2007/2009, estão abaixo discriminadas com a correspondente avaliação dos resultados obtidos em 2007:

OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
GARANTIR A EFETIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA NO MP EM 100% DOS ÓRGÃOS /SETORES CONTROLANDO, ENTRE OUTRAS AÇÕES, A EXECUÇÃO A, NO MÍNIMO, 69 ÓRGÃOS DO INTERIOR AINDA NÃO VISITADOS IN LOCO.	1.1. DIAGNÓSTICO DETALHADO DA IMPLANTAÇÃO NOS SETORES N.º de Promotorias que implantaram e que não implantaram a Política Arquivística; Agentes Administrativos e Secretários de Diligências existentes e % treinado em cada Promotoria; Das que implantaram: N.º por ano; Volume de MDA tratado (em caixas e calcular em %)	Assessoria permanente aos 268 Setores do MP e monitoramento in loco na capital de 44 Setores e visita a 10 Promotorias do interior, com os seguintes resultados: (Gráficos 1, 2 e 3, e Tabelas 1 e 2) Dos 268 setores capacitados, 258 implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP; Dos 268 setores capacitados, 130 já aplicaram a Tabela de Temporalidade de Documentos.; 130 (48,51%) Setores já destinaram documentos. 115 Setores (42,91%) eliminaram documentos desde o início da implantação da Política. (Gráfico 4 e Tabela 3) Foram destinados à eliminação mais de 4 t. de documentos, (Gráfico 5 e Tabela 4) Foram recolhidos/transferidos ao Arquivo Geral, 658 caixas de documentos. Promotorias de Justiça do interior:

OBJETIVO	AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
	<p>1.2. SISTEMATIZAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES SOBRE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL</p>	<p>(Tabela 5) Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP p/ os docs. independente do ano – 160 Não implantaram a Política de Gestão Documental do MP – 02 Concluíram a classificação de documentos – 16 Destinaram documentos – 61 Eliminaram documentos – 55 Concluíram o trabalho de Gestão Documental – 09</p> <p>Situação de Promotorias de Justiça do interior em relação a servidores treinados e percentual de Secretários de Diligências e Agentes Administrativos:</p> <p>(Tabela 6 e Tabela 7)</p> <p>Promotorias de Justiça do interior que estão sem servidor capacitado em Gestão documental – 59 04 (2%) Promotorias de Justiça do interior não possuem Agente Administrativo ou Secretário de Diligências lotados</p> <p>Decidiu-se que não seria elaborado um manual com orientações jurídicas referentes à classificação dos documentos porque, no decorrer dos estudos entendeu-se que o Ementário da Corregedoria-Geral do MP é o instrumento que tem essa finalidade e contém tais orientações de forma completa.</p>
DESTAQUE É indispensável que se obtenha a informação de volume de MDA existente nas Promotorias de Justiça, por aproximação, meta definida em 2007, mas não executada. Passa a ser prioridade em 2008 como atividade do monitoramento.		

<p>IMPLEMENTAR O SISTEMA GERENCIADOR DE DOCUMENTOS – SGDOC – IMPLANTADO EM JANEIRO DE 2007, EFETIVANDO SUA INTEGRAÇÃO AOS DEMAIS SISTEMAS DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO ÀS FUNCIONALIDADES DE PROTOCOLO (REGISTRO DE MOVIMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS)</p>	<p>2.1MÓDULO EFETIVAMENTE IMPLANTADO</p>	<p>Acompanhamento efetivo da operação do Sistema, garantindo a correção dos erros detectados; ajustes no Sistema, tornando-o mais amigável e menos suscetível a erros; complementação do Manual de Gestão Documental com informações mais aprofundadas sobre o funcionamento do SGDOC; realização de ações pró-ativas, sobre as principais funcionalidades do sistema e erros dos usuários, através do Monitoramento por telefone, correio eletrônico e visitas in loco; socialização parcial dos fluxos de trabalho com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; .: As demais tarefas planejadas estão atrasadas e serão realizadas em 2008.</p> <p>Indicadores: Redução no % de erros cometidos pelos usuários: Gráfico 6 e Tabela 8.</p> <p>No ano de 2007 foram preenchidos pelos usuários 369 instrumentos de gestão documentos válidos (Termos, Listas e Formulário de Proposta de Alteração do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos) e destes, 98 apresentaram um ou mais problemas, erros.</p> <p>Garantido o acesso ao SGP, pela Unidade de Arquivo, a partir de junho de 2007 (até 21/12/2007, 2.400 Procedimentos Investigatórios provenientes da Procuradoria de Prefeitos, Promotoria da Infância e Juventude de Porto Alegre, Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com carga para a Unidade de Arquivo); Prevê-se que em 2008 além da possibilidade de associar dados para registro padronizado de localização</p>
--	--	--

	<p>2.2 CONSTRUIR O MÓDULO 2 COM BASE NO PILOTO</p> <p>física dos documentos no Arquivo Geral, deve-se também disponibilizar acesso a outros sistemas corporativos que possuam metadados de documentos encaminhados ao Arquivo Geral como SESP – Sistema de Entrada e Saída de Processos da Subjurídica e SGC – Sistema Gerenciador da Corregedoria; Levantamento e estudo de bibliografia sobre descrição arquivística, de modelos de sistemas automatizados de descrição documental em conformidade com as normas internacionais ISAD (G) e ISAAR (CPF) e de projetos em desenvolvimento de preservação digital a longo prazo e tecnologias envolvidas; Com base na análise do Banco de Dados provisório foi verificado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a maioria das informações estão previstas em campos específicos de sistemas corporativos como SESP, SGP, SIJ; b) não se encontra no padrão preconizado pelas Normas Nacionais e Internacionais de Descrição Arquivística (NOBRADE, ISAAR – CPF) c) ainda que possuam algumas informações previstas nas Normas, o Banco de Dados não prevê descrição multinível d) faltam no Banco de Dados informações, como por exemplo, de contextualização do acervo. <p>Projeto para elaboração de sistema informatizado de descrição arquivística conforme as Normas Nacionais e Internacionais de Descrição Arquivística (versão preliminar será submetida para discussão com a equipe da Divisão de Documentação até 11 de janeiro de 2008 e, após, será encaminhada para a Comissão Permanente de Informática).</p>
--	--

<p>CONSOLIDAR, POR TREINAMENTO ESPECÍFICO E/OU ATRAVÉS DO MONITORAMENTO, A APLICAÇÃO DAS REGRAS DE SIGILO – PROV. 31/2004, A PARTIR DO CONHECIMENTO DE COMO A INSTITUIÇÃO VEM PROCEDENDO SUA UTILIZAÇÃO</p>	<p>3.1 DIAGNÓSTICO PRECISO DA SITUAÇÃO</p> <p>3.2 TREINAR OS USUÁRIOS</p>	<p>Nas reuniões com Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Comissão Disciplinar Permanente e Serviço Biomédico foi diagnosticado que os setores estão implantando, com necessidade de adequação e treinamento; Os sistemas que possuem a informação de classificação de sigilo nos procedimentos são: SGP - Sistema Gerenciador de Promotorias; SPU - Sistema de Protocolo Unificado (sistema ainda não implantado); SESP - Sistema de Entrada/Saída de Processos (SubJur); SIJ - Sistema Processual das Procuradorias Cível e Criminal; e SGR - Sistema Gerenciador de Recursos (Procuradoria de Recursos) ; No SIJ e SGR esta classificação existe mas não é alimentada pelo usuário: é derivada em função da informação a respeito do Segredo de Justiça. (Segredo de Justiça=Segreto; senão Ostensivo, cfe. Prov 31/2004, art. 3º, § 5º); Fonte: UDS Encaminhamento de alterações do Provimento 31/2004 por meio do processo 12045-09.00/05-4 (desde 25/09/2007, na Assessoria Legislativa para aprovação).</p> <p>Obs.: Não foram retomadas junto ao CEAF as tratativas de revisão do plano de curso e adequação do conteúdo. Entendeu-se como melhor estratégia, aguardar a elaboração do treinamento para o SPU, que também se dará em e-learning.</p>
<p>DISPONIBILIZAR 100% DAS INFORMAÇÕES DO ACERVO DO ARQUIVO GERAL, SEGUNDO NORMAS DE ACESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, A PARTIR DE DEZEMBRO DE/2007</p>	<p>4.1 DAR CONTINUIDADE AO TRATAMENTO DO ACERVO ACUMULADO NO ARQUIVO GERAL (PROCESSOS E DOCUMENTOS AVULSOS)</p>	<p>Classificação, avaliação, destinação, conforme Plano de Classificação (PCD) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD); No caso dos processos, foi feito o registro no Sistema de Protocolo Integrado (SPI); Higienização e desmetalização dos</p>

	<p>documentos de guarda permanente; Classificação e ordenação de peças avulsas; Confecção de espelhos para as caixas-arquivo conforme PCD e TTD; Lançamento dos dados de localização dos documentos no Arquivo Geral nos formulários correspondentes; Elaboração de Listas e Termos de Eliminação de documentos;</p> <p>(Tabela 9 e Gráfico 7) Resultados sobre um total de 3335 caixas caixas-arquivo classificadas = 85,31%:= 2845 caixas 1.818 caixas-arquivo acessíveis para pesquisa = 54,51% 4.691 Kg (938 caixas) de documentos eliminados por Termo/Lista de Eliminação e documentos sem conteúdo arquivístico = 28,13%</p> <p>Obs: a diferença de 89 caixas se dá pela contagem aproximada de Kg e troca de ferragens por plástico, que aumenta a quantidade de caixas</p> <p>MDA de documentos avulsos concluída; Os 14,69% (490 caixas) restantes se referem a processos administrativos ainda não trabalhados.</p> <p>Descrição do conteúdo de cada caixa e registro no Banco de Dados: Expedientes (Processos) descritos com todos os elementos do tipo documental (natureza, classificação do SGP, assuntos e partes); Documentos avulsos descritos até os conjuntos documentais (Órgão/Série/Subsérie/Tipo Documental)</p> <p>Resultados</p>
--	---

	<p>4.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS DOCUMENTOS RECOLHIDOS AO ARQUIVO GERAL</p> <p>de 6624 caixas (acervo total recebido até final de 2006), 22,66% = 1501 caixas cadastradas.</p> <p>de 2030 caixas (recebidas até final de 2004), 63,50 % = 1289 caixas cadastradas.</p> <p>de 4594 caixas (recebidas de 2005 até final de 2006), 4,61% = 212 caixas cadastradas;</p> <p>Dados obtidos até 20/12/2007.</p> <p>Obs: O projeto inicial tinha definido o universo de 2030 caixas, volume do acervo até final de 2004. No decorrer do projeto, foi necessário incluir o volume referente ao recolhimento/ transferência do período de 2005 e 2006, acrescentando-se mais 4594 caixas, totalizando 6624 caixas. A partir de 2007, os documentos passaram a ser cadastrados no momento em que chegam ao Arquivo.</p> <p>Outras Atividades:</p> <p>Conferência de 166 caixas cadastradas no Banco de Dados do Arquivo Permanente.</p> <p>Ajustes no Formulário de Localização dos setores cadastrados no Banco de Dados.</p> <p>Levantamento do Conteúdo Documental em relatório único.</p> <p>Conferência/correções de registros incompletos no Banco de Dados</p> <p>Realizada a eliminação de 220,60 Kg documentos do Arquivo Geral que cumpriram prazo intermediário.</p> <p>Desenvolvimento do Banco de Dados (pendente Consultas e Relatórios)</p>
--	--

DESTAQUE

A tarefa de classificar, quanto ao valor os documentos acumulados, no Arquivo Geral está concluída. Hoje se tem a devida noção do que contém o Arquivo Geral.

ESTUDAR E CONSTRUIR ALTERNATIVA DE APLICAÇÃO DO MÉTODO FUNCIONALISTA NO PCD E TTD, SIMPLIFICANDO E PADRONIZANDO SUA APLICAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2008.	5.1 ESTRUTURAR O PC E A TTD POR FUNÇÃO	Visita ao Arquivo Público do RS para conhecer o Plano de Classificação Funcional elaborado para o Estado; Análise da tabela de assuntos do MP/RJ; Estudo da legislação do MP; Elaboração de pré-proposta do Plano de Classificação Funcional (para análise da UARQ).
REDEFINIR A DESTINAÇÃO DAS SEGUNDAS VIAS DAS PEÇAS PROCESSUAIS PRODUZIDAS E ARQUIVADAS NO MP.	6.1 AVALIAR O CONTEÚDO INFORMACIONAL DAS PEÇAS AVULSAS, POR TIPO DOCUMENTAL E POR AMOSTRAGEM 6.2 ELABORAR PROPOSTA DE TEMPORALIDADE, VALOR E DESTINAÇÃO POR TIPO DOCUMENTAL QUE COMPÕE ESSA MASSA DE PEÇAS AVULSAS 6.3 SUBMETER PROPOSTA À APROVAÇÃO	Elaborado o Projeto de Avaliação das Segundas Vias de Peças Processuais; Selecionada a amostra para Promotorias de Justiça: 5 Promotorias; documentos dos anos de 1974, 1985, 1986, 1991, 1992, 1993 e 1996; Iniciada a coleta de dados: analisados 176 documentos - 12 documentos de 1986, da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha; 59 documentos dos anos de 1985, 1986 e 1993, da Promotoria de Justiça de Piratini; e 105 documentos de 1996 Promotoria de Justiça de Tramandaí. Previsto para 2008. Previsto para 2008.

DESTAQUE

Como resultado preliminar da pesquisa pode-se afirmar que as peças avulsas Petição Inicial, Petição e Promoção, são desprovidas de conteúdo informacional que justifique² sua guarda permanente. As demais Denúncia, Representação, Parecer, Réplica à Contestação, Memorial, Alegações Finais, Razões de Recurso, Contra-Razões de Recurso, Correição Parcial e Impugnação aos Embargos, ainda merecem uma análise mais cuidadosa e ser submetidas à segunda etapa da pesquisa que é a da certeza de que podem ser acessadas nos Processos.

INFLUIR NA DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO DE NATUREZA ARQUIVÍSTICA PRODUZIDA EM MEIO DIGITAL (E-ARQ).	7.1 ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO EXISTENTES NO MP/RS ÀS REGRAS DO E-ARQ.	Levantamento e estudo de bibliografia sobre gestão e preservação de documentos digitais a longo prazo, de legislação e modelos de gestão de documentos digitais, sob a perspectiva arquivística, e tecnologias envolvidas; Levantamento preliminar de documentos arquivísticos digitais e Sistemas de Gestão Eletrônica de Documentos convencionais e digitais do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Elaboração de Proposta para a Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais (versão preliminar disponível para discussão com a equipe da Divisão de Documentação e, após, será encaminhada para a Comissão Permanente de Informática). Resultados 50% das etapas foram cumpridas.
ENCAMINHAR, DEFINITIVAMENTE, A QUESTÃO DO ESPAÇO FÍSICO DESTINADO AO ARQUIVO-GERAL	8.1 VOLUME DE ACERVO GERAL DO MP PARA IMPLANTAÇÃO DO FUTURO ARQUIVO GERAL DEFINITIVO	Volume do acervo em maio de 2007 e área ocupada: 10.553 caixas de documentos em 470m ² ; Projeção de crescimento do acervo até 2011 e previsão de área necessária: 16.509 caixas de documentos em 1.980m ² (área para acervo + área técnica);
	8.2 PROJETO DO ARQUIVO GERAL	Elaborado Projeto explicitando as necessidades de área para o Arquivo Geral do MP e encaminhado à Divisão de Arquitetura e Engenharia, pelo

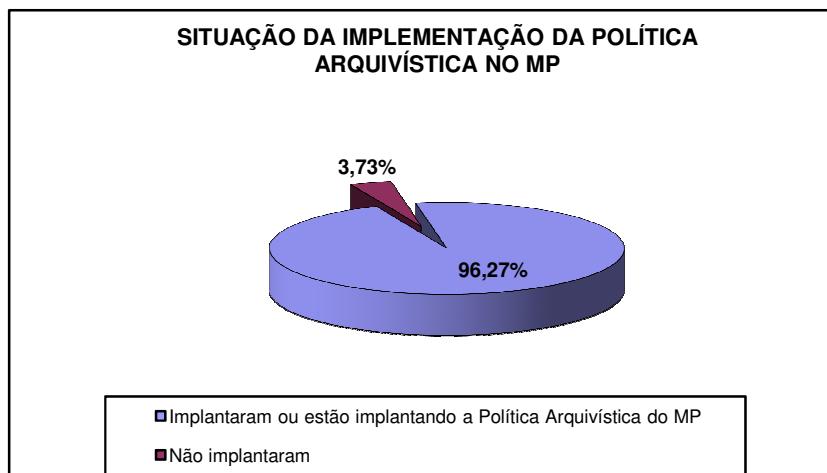
² Ter elementos internos ou substantivos, tais como: nome das partes, número do processo; data tópica e cronológica; signatário; se contém a narrativa do fato.

	8.3 LOCAL PROVISÓRIO COM CAPACIDADE DE SUPORTE POR, NO MÍNIMO, DOIS ANOS	Processo Administrativo 6343-09.00/07.2, em 29/05/2007; Definido pela Direção-Geral que o local provisório do Arquivo Geral continuará no prédio n.º 9 da Rua General Andrade Neves, até final de 2008;
--	--	--

DADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA

GRÁFICO 1

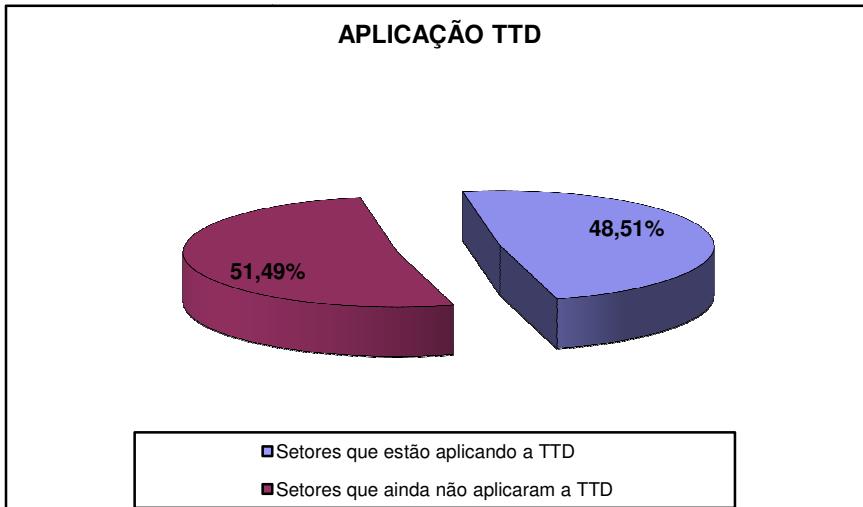
Dos 268 setores capacitados, 258 implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP



Fonte: MIPA e Planilha de documentos eliminados, recolhidos e transferidos

GRÁFICO 2

Dos 268 setores capacitados, 130 já aplicaram a Tabela de Temporalidade de Documentos.



Fonte: MIPA e Planilha de documentos eliminados, recolhidos e transferidos

TABELA 1

SITUAÇÃO	N.º DE SETORES		%	
	2006	2007	2006	2007
Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP para os documentos independente do ano	251	258	94,72	96,27
Não implantaram a Política de Gestão Documental	14	10	5,28	3,73
Concluíram a classificação de documentos	37	45	14	16,79
Concluíram a aplicação da TTD	34	35	13	13,06
Concluíram a gestão documental	26	31	9,8	11,57
Aplicaram a TTD – destinaram documentos	108	130	40,75	48,51

Fonte: MIPA

Obs.: Houve alteração no número total de Setores de 265 em 2006 para 268 Setores em 2007, em função de setores extintos (3 Setores) e criação de novos Setores (6 Setores), refletindo nos percentuais.

- 8 Setores que não estavam implantando a gestão documental, iniciaram a implantação em 2007.

- Entre os 10 Setores que não estão implantando, 4 são Setores novos, com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos elaborados recentemente ou em estruturação, portanto não aptos a serem avaliados em 2007.

TABELA 2

N.º	Setores que não implantaram a Política de Gestão Documental
	ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS PC e TTD revisado em 2007.
	ASSESSORIA EM PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PC e TTD aprovado em 2007
	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO NORTE No Promotoria enviou e-mail justificando a não implantação
	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE Promotora enviou e-mail justificando a não implantação
	UNIDADE DE APLICATIVOS E INTERNET PC e TTD em revisão. Possuem basicamente documentos eletrônicos
	UNIDADE DE SUPORTE À REDE de A PC e TTD em revisão. Possuem basicamente documentos eletrônicos. e Internet

Setores Novos

	NÚCLEO DE GEOPROCESSAMENTO PC e TTD aprovado em 2007. da Informação
	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELDORADO DO SUL s Setor criado em 2007 e Promotor designado em dezembro de 2007.
	ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO Setor criado em 2007. PC e TTD aprovado em 2007.
	GABINETE DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA tos Setor criado em 2007. Enviaram e-mail solicitando que o PC e a TTD sejam elaborados em janeiro de 2008.

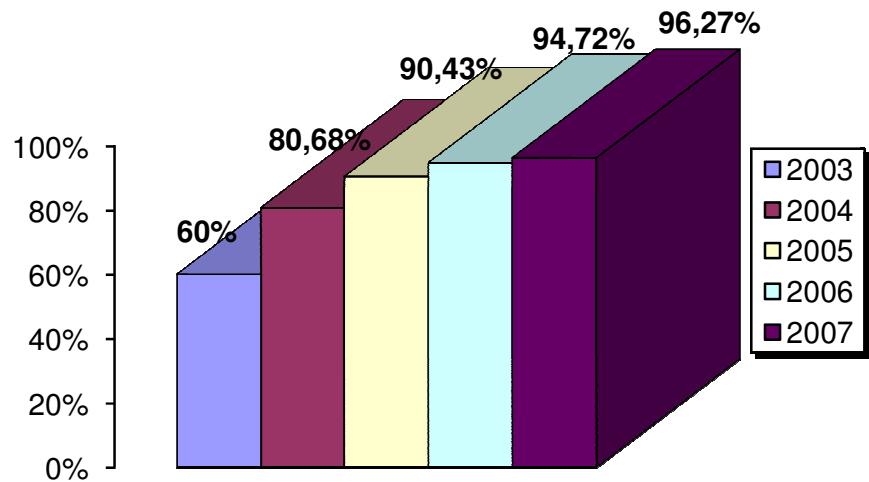
Fonte: MIPA

- Número de setores que em 2006 não estavam implantando a Política de Gestão Documental diminuiu em 2007 de 14 setores (5,28%) para 10 setores (3,73%) e desconsiderando os setores novos, pode-se considerar que 6 Setores (2,23%) não estão implantando.

*Entre estes 6 Setores, 4 estão em revisão do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos em 2007.

GRÁFICO 3

Comparativo da implantação de 2003 a 2007



Fonte: MIPA e Planilha de documentos eliminados, recolhidos e transferidos

- Este gráfico mostra que a implantação da Política de Gestão Documental está se consolidando ano a ano, atingindo quase 100% dos Setores da Instituição.

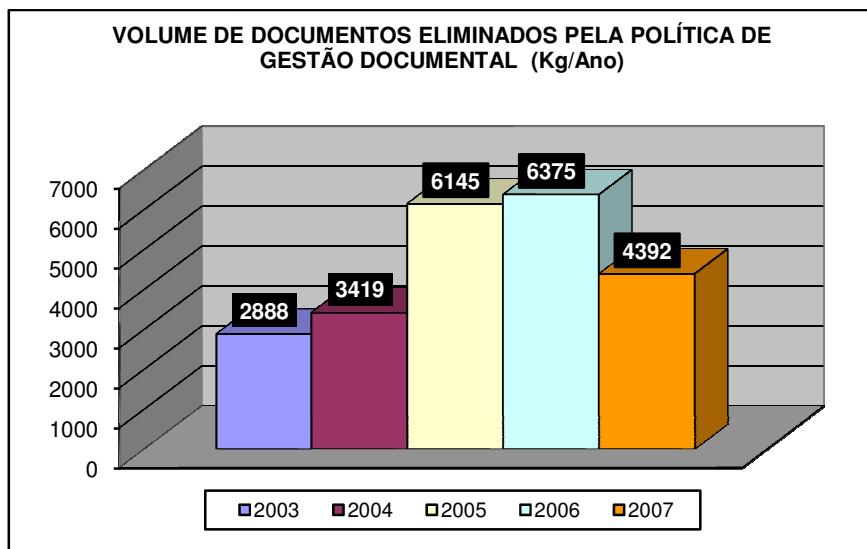


GRÁFICO 4

Fonte: MIPA e Termos e Listas de Eliminação

- Em 2005 os Setores praticamente iniciaram a avaliação documental nos seus acervos acumulados, em 2006 o volume de eliminação se manteve em função da mudança de Setores para prédio novo. Observa-se que em 2007 o volume de documentos eliminados se estabiliza novamente, embora um n.º maior de Setores tenham destinado documentos, conforme Tabela 1.
- 130 (48,51%) Setores já destinaram documentos.
- 115 Setores (42,91%) eliminaram documentos desde o início da implantação da Política.
- Foram eliminados no total 23.219 kg de documentos = 23 t.

TABELA 3

Setores que eliminaram documentos em 2007
CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
CAO dos Direitos Humanos
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Corregedoria-Geral do Ministério Público
Divisão Administrativa
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Procuradoria de Prefeitos
Procuradoria de Recursos - Custos Legis
Procuradoria de Recursos - Recorrente
Promotoria de Justiça Cível, Reg. Públicos e Acidentes do Trab. de Porto Alegre

Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada
Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado
Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves
Promotoria de Justiça de Cacequi
Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa
Promotoria de Justiça de Casca
Promotoria de Justiça de Cerro Largo
Promotoria de Justiça de Estância Velha
Promotoria de Justiça de Farroupilha
Promotoria de Justiça de Feliz
Promotoria de Justiça de Giruá
Promotoria de Justiça de Gramado
Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha
Promotoria de Justiça de Ronda Alta
Promotoria de Justiça de Santana do Livramento
Promotoria de Justiça de São Borja
Promotoria de Justiça de São Jerônimo
Promotoria de Justiça de Taquara
Promotoria de Justiça de Torres
Promotoria de Justiça de Três de Maio
Promotoria de Justiça Militar de Porto Alegre
Promotoria de Justiça Regional do Partenon de Porto Alegre
Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre
Secretaria dos Órgãos Colegiados
Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Unidade de Arquivo
Unidade de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Unidade de Estágios
Unidade de Manutenção
Unidade de Pagamento de Pessoal
Unidade de Protocolo e Expedição
Unidade de Serviços Gerais
Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de Porto Alegre
Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre

Fonte: MIPA

- 46 Setores eliminaram documentos em 2007. Destes, 20 são Promotorias de Justiça do interior.

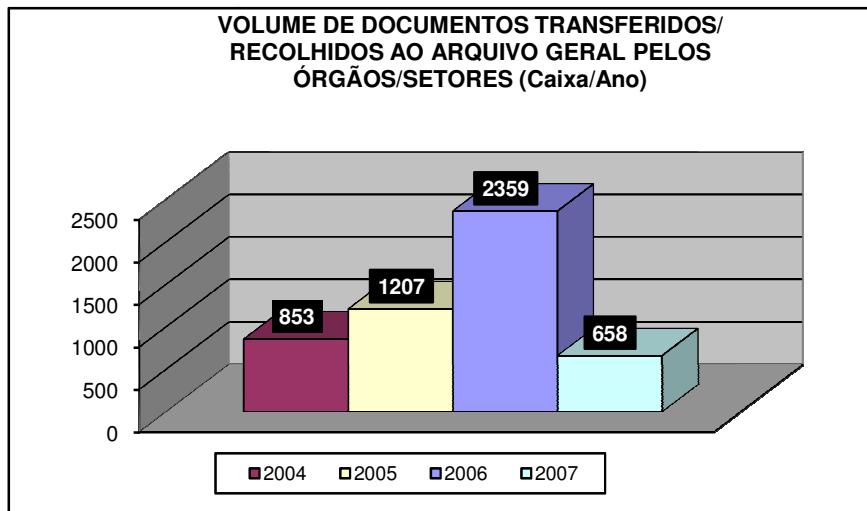


GRÁFICO 5

Fonte: MIPA e Planilha de documentos eliminados, recolhidos e transferidos

- Analisando os gráficos 4 e 5, percebe-se que a Política de Gestão Documental está se consolidando.
- As 658 caixas transferidas/recolhidas em 2007 são provenientes de 42 Setores.
- 72 (26,86%) Setores recolheram/transferiram documentos, totalizando 5.077 caixas.

TABELA 4

Setores recolheram/transferiram documentos em 2007
CAO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA DE PREFEITOS
PROCURADORIA DE RECURSOS
PROCURADORIA DE RECURSOS - CUSTOS LEGIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL, REG. PÚBLICOS E ACIDENTES DO TRAB. DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE GRAVATÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA FAZENDA PÚBLICA E DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CIACA DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BENTO GONÇALVES
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACEQUI

Setores recolheram/transferiram documentos em 2007
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPÃO DA CANOA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARLOS BARBOSA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CERRO LARGO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESTÂNCIA VELHA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FARROUPILHA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GENERAL CÂMARA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GIRUÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IBIRUBÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRAÍ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAJEADO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMARES DO SUL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PLANALTO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SAPIRANGA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOLEDADE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA NO COMBATE AOS CRIMES DA ORDEM TRIBUTÁRIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA MILITAR DE PORTO ALEGRE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DO PARTENON
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DO SARANDI DE POA
SUBCORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS-ASSESSORIA JURÍDICA
SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS (SALA DE APOIO AO MP NO TJ)
UNIDADE DE ARQUIVO
UNIDADE DE ESTÁGIOS
UNIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL
UNIDADE DE REGISTROS FUNCIONAIS

Fonte: MIPA

- Dos 42 Setores que recolheram/transferiram documentos em 2007, 19 são Promotorias de Justiça do interior.

TABELA 5

SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA PARA AS 162 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR	SETORES	%
Implantaram ou estão implantando a Política de Gestão Documental do MP p/ os docs. independente do ano	160	98,76
Não implantaram a Política de Gestão Documental do MP	2	1,24
Concluíram a classificação de documentos	16	9,87
Destinaram documentos	61	37,65
Não destinaram documentos	101	62,34
Eliminaram documentos	55	33,95
Recolheram documentos	30	18,51
Concluíram o trabalho de Gestão Documental	9	5,55

Fonte: MIPA

Percentuais são em relação ao nº total de Promotorias de Justiça do interior

TABELA 6

SITUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR EM RELAÇÃO A SERVIDORES TREINADOS	SETORES	%
	2007	2007
Promotorias de Justiça do interior que estão sem servidor capacitado em Gestão documental	59	37
Promotorias de Justiça do interior que possuem Agentes Administrativos e Secretários de Diligência com treinamento em Gestão Documental	98	61

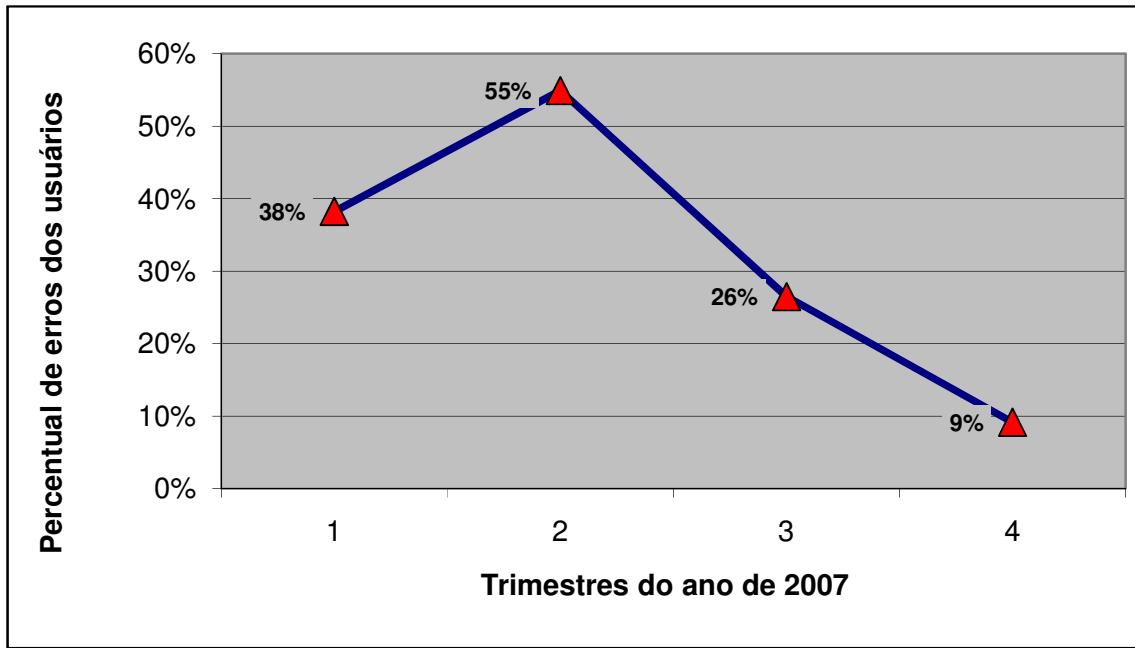
Fonte: MIPA

TABELA 7

<p>Treinados em Promotoria de Justiça do interior <i>Dados levantados em junho/2007, conforme planejamento</i></p>
<p>Receberam treinamento em Gestão documental e estão lotados em Promotorias de Justiça do interior – 24 Assessores, 5 Adidos, 3 Assistente de Promotoria, 4 Auxiliar de Serviços Gerais, 1 datilógrafo e 1 Promotor de Justiça totalizando 22% 98 (61%) Promotorias de Justiça do interior possuem Agente Administrativo ou Secretário de Diligências treinado através do curso de Gestão Documental. Em 20% das Promotorias de Justiça do interior, foram treinados 100% dos Agentes Administrativos ou Secretários de Diligências nelas lotados. 59 (37%) Promotorias de Justiça do interior não possuem Agente Administrativo ou Secretário de Diligências treinado através do curso de Gestão Documental. 04 (2%) Promotorias de Justiça do interior não possuem Agente Administrativo ou Secretário de Diligências lotados. 36 Promotorias de Justiça do interior possuem Agente Administrativo ou Secretário de Diligências que não receberam nenhum tipo de treinamento. 229 Agentes Administrativos ou Secretários de Diligências lotados em Promotorias de Justiça do interior não foram treinados através do curso de Gestão Documental. 132 Agentes Administrativos ou Secretários de Diligências lotados em Promotorias de Justiça do interior foram treinados em Gestão documental</p>

Fonte: MIPA

GRÁFICO 6



Fonte: SGDOC e Relatórios Trimestrais do Projeto

TABELA 8

TIPOS DE ERROS DOS USUÁRIOS

Tipo de Erro	N.º de ocorrências	%
acondicionamento/ordenação	2	1,6%
classificação	8	6,3%
contagem de prazo	18	14,2%
datas-limite	10	7,9%
instrumento duplicado	7	5,5%
instrumento incorreto	4	3,1%
mensuração da quantidade	5	3,9%
omissão de dados/informação incorreta	48	37,8%
procedimento incorreto de destinação	1	0,8%
unidade de medida	24	18,9%
Total	127	100,0%

Fonte: Relatórios Trimestrais do Projeto

LEGENDA DO TIPO DE ERRO

acondicionamento/ordenação	Quando o usuário cometeu algum erro de acondicionamento ou ordenação dos documentos, detectado na conferência física.
classificação	Quando foi verificado algum erro na classificação física das peças e consequentemente na indicação desta classificação no respectivo instrumento.
contagem de prazo	Quando o usuário cometeu erro na contagem do prazo de guarda estabelecido na Tabela de Temporalidade de Documentos.
datas-limite	Quando o usuário cometeu algum erro na indicação das datas iniciais e finais, constantes nos instrumentos de Recolhimento, Transferência e Eliminação de documentos.
instrumento duplicado	Quando o usuário preencheu dois instrumentos idênticos.
instrumento incorreto	Quando o usuário utilizou instrumento incorreto segundo regras de gestão documental.
mensuração da quantidade	Quando o usuário mensurou incorretamente a quantidade (n.º de caixas ou n.º de quilogramas).
omissão de dados/informação incorreta	Quando o usuário omitiu dados, segundo regras de gestão documental, exigidos nos instrumentos ou necessários para a conferência; inclui erros detectados na conferência somente dos dados ou física dos documentos; incluem-se também informações prestadas no instrumento mas não localizadas.
procedimento incorreto de destinação	Quando o usuário realizou algum procedimento físico incorreto de destinação segundo regras de gestão documental.
unidade de medida	Quando o usuário utilizou unidade de medida inadequada, pelas regras de gestão documental, para o instrumento de Recolhimento, Transferência ou Eliminação de documentos.

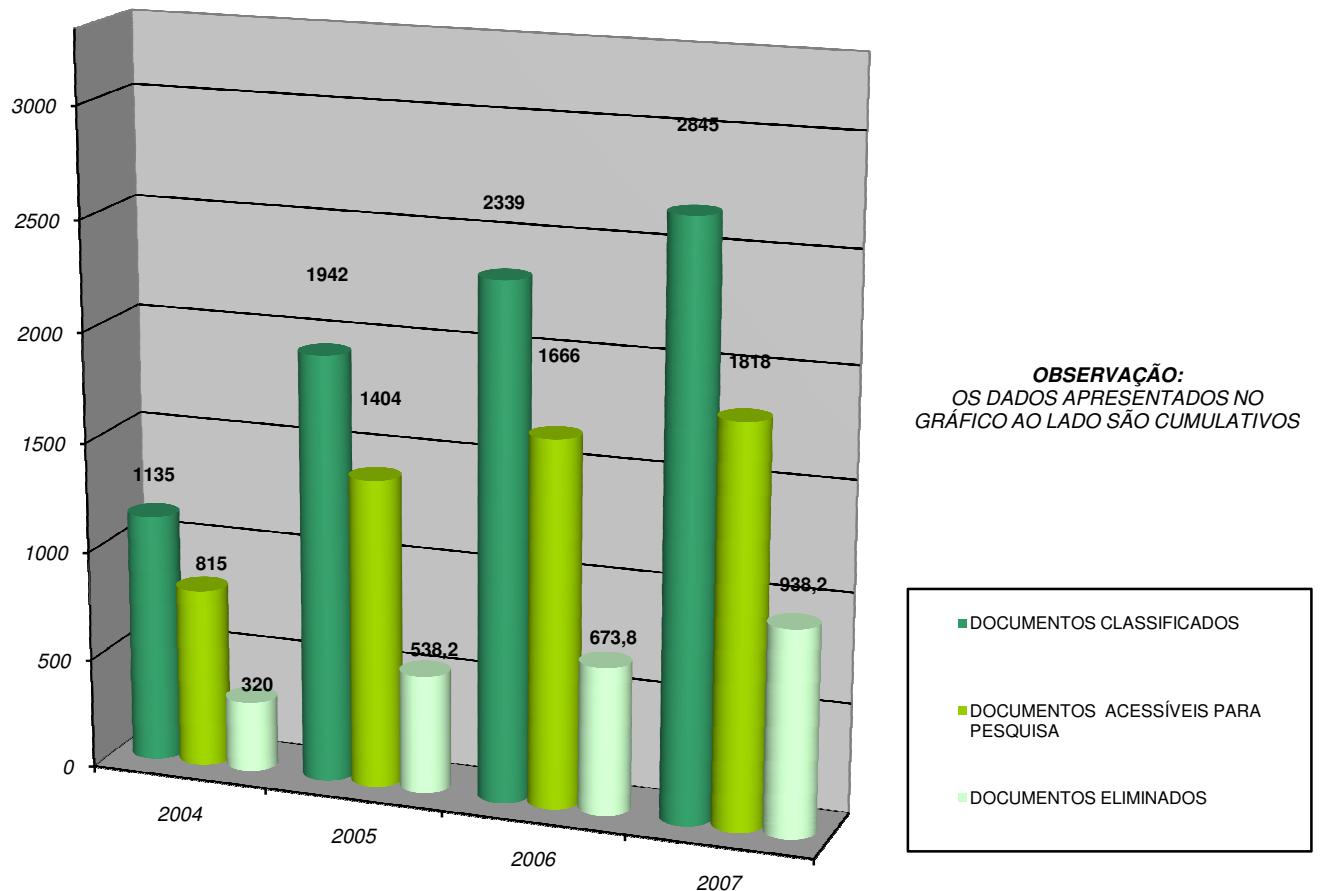
Indicadores do tratamento do acervo acumulado no Arquivo Geral													
Volume total do acervo 3335 caixas													
2.845 caixas-arquivo classificadas = 85,30 %													
1.818 caixas-arquivo acessíveis para pesquisa = 54,51%													
4691 kg de documentos eliminados por Termo/Lista, de Eliminação e documentos sem conteúdo arquivístico = 28,13%													
Ano	Documentos classificados		Documentos acessíveis para pesquisa		kg de documentos eliminados por Termo/Lista Eliminação			kg de documentos eliminados sem conteúdo arquivístico		Total de documentos eliminados			
	Número caixas	Percentual	Número caixas	Percentual	kg	Caixas	Percentual	kg	Caixas	Percentual	Kg	Caixas	Percentual
2004	1135	34,03%	815	24,43%	1490	298	8,93%	110	22	0,66%	160	320	9,59%
2005	807	24,19%	589	17,66%	921	184,2	5,52%	170	34	1,02%	109	218,2	6,54%
2006	397	11,90%	262	7,85%	423	84,6	2,53%	255	51	1,53%	678	135,6	4,06%
2007*	506	15,17%	152	4,55%	1122	224,4	6,72%	200	40	1,19%	132	264,4	7,92%
Total*	2845	85,30%	1818	54,51%	3956	791,2	23,72 %	735	147	4,40%	469	938,2	28,13 %

Indicadores da ação: soma dos dois projetos

GRÁFICO 7

**TRATAMENTO DO ACERVO ACUMULADO -
DOCUMENTOS AVULSOS E PROCESSOS**

ACERVO TOTAL: 3335 CAIXAS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Atendimento aos setores para consultas/desarquivamento de Processos SPI

CRITÉRIOS DE PESQUISA	TOTAL 2007
AND-HIS	52164
AND-MUL	8623
PRO-DES-MUL	7880
PRO-CON-INT	19866
PRO-CON-ARQ-INT	20739
PRO-CON-CRI	4369
PRO-CON-ARQ-CRI	12771
PRO-INC	1000

2. Capacitação do quadro

EVENTO	PARTICIPANTE
	Participação em palestra no TCE: Sistema Fátima Lúcia Gazen de Mesquita, de Arquivo /RS-SIARQ, Sistema de Leonice Geni Röpke Biblioteca, Sistema de Museu, Sistema de informatização em arquivos em junho/2007

3. Cursos que tiveram a participação dos servidores da Unidade como Instrutores

- ✓ Programa de Integração de Novos Servidores – PROSERV para os cargos de Agente Administrativo e Secretário de Diligências.

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

A Divisão de Informática é responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Tais serviços permitem a obtenção de resultados que facilitam e agilizam os trabalhos dos membros e servidores do Ministério Público. Compete à Divisão de Informática:

- Supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral;
- Propor uma política de informática para a Instituição e implementá-la depois de aprovada;
- Mediar e coordenar o relacionamento da Divisão de Informática com as outras Divisões e Unidades;
- Efetuar o planejamento da Divisão de Informática, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas;
- Estabelecer metas e indicadores de desempenho para a Divisão, Assessoria e Unidades e efetuar o seu controle.

Compõe a Divisão de Informática:

- a) Assessoria em Projetos de Tecnologia da Informação;
- b) Unidade de Aplicativos e Internet;
- c) Unidade de Apoio ao Usuário;
- d) Unidade de Desenvolvimento de Sistemas;
- e) Unidade de Equipamentos;
- f) Unidade de Suporte e Rede;

Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação

À Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação, criada pelo Provimento 34/06 de 22/08/2006, incumbe: planejar a infra-estrutura de software e hardware da Instituição em conjunto com as demais áreas ou órgãos envolvidos; pesquisar e propor à Coordenação da Divisão de Informática, juntamente com as demais áreas ou órgãos envolvidos, a aquisição e implementação de novas tecnologias de interesse da Instituição; realizar a especificação de compra e acompanhamento do processo de aquisição de equipamentos e softwares aplicativos; assessorar a Coordenação da Divisão Informática no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de Tecnologia da Informação.

A Assessoria de Projetos em Tecnologia da Informação desenvolveu as seguintes atividades :

- Assessorou as demais Unidades na gestão de 33 contratos hoje em andamento;
- Assessorou as Unidades da Divisão de Informática e participou da coordenação dos trabalhos de mudança do Datacenter para a Sede Nova;

- Elaborou e acompanhou o andamento dos processos envolvendo os editais, pedidos de compras e minutas de contrato para aquisição dos equipamentos, serviços de suporte e logística necessários para o funcionamento dos serviços de informática da Sede Nova;
- Elaborou e acompanhou o andamento dos processos envolvendo os editais, pedidos de compras e minutas de contrato para aquisição dos equipamentos e serviços de informática previstos para 2006 e 2007;
- Assessorou as demais Unidades da Div. de Informática na elaboração dos processos de doação dos equipamentos de informática que se tornaram obsoletos para a instituição;
- Assessorou a Div. de Informática no planejamento e acompanhamento das decisões envolvendo Tecnologia da Informação em questões de infra-estrutura e serviços oferecidos à Instituição;
- Participou dos processos de doação de equipamentos;
- Concedeu a outros Órgãos aproximadamente 100 adesões aos nossos registros de preços;
- Acompanhou e prestou suporte aos sistemas de vigilância com câmeras de vídeo;
- Participou de operações da Especializada Criminal (Gabarito, Farra e Carlos Barbosa)
- Participou da definição de políticas de distribuição de equipamentos, tais como: scanners, impressoras, micocomputadores etc.;
- Viabilizou a contratação de cursos para os servidores da Div. de Informática;
- Assumiu a gestão do contrato das copiadoras de grande porte que anteriormente era gerido pela Div. Administrativa;
- Geriu aproximadamente 20 contratos de serviço e equipamentos, efetuando pagamentos e renovações;
- Realizou 74 processos de aquisição de equipamentos, software e serviços de informática. Tais aquisições foram feitas através de processos licitatórios, adesão a Registros de Preços, dispensas e inexibilidade de licitação;
- Procedeu aproximadamente 12 renovações de contratos vigentes;

Unidade de Aplicativos e Internet

À Unidade de Aplicativos e Internet incumbe: criar, administrar e manter os sites web da Instituição; administrar e manter o correio eletrônico da instituição; administrar e manter a documentação eletrônica da instituição; administrar normas técnicas, padrões, orientações e recomendações relacionadas à segurança e à privacidade da informação constante do correio e documentação eletrônicos da instituição; cadastrar, treinar e administrar os usuários na utilização dos aplicativos à disposição da instituição; cadastrar, administrar e manter a conta dos usuários nos aplicativos à disposição da instituição; pesquisar, testar e propor à Coordenação da Divisão de Informática a aquisição e implementação de novas tecnologias de interesse da instituição; prestar apoio técnico à atividade-fim do Ministério Público nas áreas de sua atribuição.

Além das atividades rotineiras da Unidade, foram desenvolvidos e executados os seguintes projetos:

- Sistema de Manifestação de Interesse Institucional para Procuradoria de Recursos;
- Sistema EAD Ensino a Distância para o CEAF;

- Sistema de Férias dos Membros para a Corregedoria-Geral;
- Banco de Talentos para o CEAF;
- Reformulação dos portais Internet e Intranet para o CAOMA;
- Sistema de Atendimento ao Pùblico para a Promotoria de Execuções Criminais;
- Questionário de Atendimento para o CEAF;
- Questionário para levantamento das matérias da área do consumidor que são utilizadas pelas Promotorias para o CIDECON;
- Customização e alterações do Sistema de Helpdesk Ocomon para a Divisão de Informática;
- Reformulação do Site da DDO;
- Reformular da página da Direção-Geral na Intranet;
- Criação de diversas novas Áreas na Intranet e Internet do MP;
- Criação de diversas Bases de Dados para os setores do MP;
- Estudos e testes para a aquisição de um Appliance para Controle de SPAMs;
- Estudos e testes para a aquisição de um Appliance para pesquisa de documentos eletrônicos;
- Sistema para apuração da Eleição do Conselho Superior do MP para o SOC;
- Sistema de divulgação e inscrição de cursos para o CEAF;
- Avaliação de Reação para o CEAF;
- Sistema de Pesquisa Avançada SGR-Nxt4 para a Procuradoria de Recursos;
- Sistema de Pesquisa Avançada dos relatórios da DAT;
- Indexação dos pareceres da Procuradoria Criminal;
- Migração Bases de Dados em Notes da Biblioteca para a Intranet;
- Reestruturação da página Intranet da Subcorregedoria-Geral;
- Elaboração de Questionário para levantamento da lotação de pessoal das Promotorias de Justiça para a SUBADM;
- Sistema de Recadastramento das Instituições Beneficiárias de Termos de Ajustamento de Conduta pela Internet para a SUBINST;
- Realização de pesquisa na Intranet envolvendo os gestores para o CEAF;
- Construção da página do GEMP 2022 na Intranet;
- Criação de uma Base de Dados para Controle de Processos para o CNMP;
- Reestruturação do layout da página principal da Internet;
- Sistema de Controle de Auditórios para o Cerimonial;
- Estudo e testes de um Sistema de Streaming de Audio e Vídeo para o SOC;
- Sistema de Controle de inscrições e controle de presença no evento 'Seminário Rede de Abrigos' para o CEAF;
- Controle dos materiais permanente de informática para a Divisão de Informática.

Unidade de Apoio ao Usuário

A Unidade de Apoio ao Usuário teve alteradas as suas atribuições através do provimento 34/2006 de 22/08/2006, passando a ter as seguintes incumbências: administrar normas técnicas, padrões, orientações e recomendações relacionadas ao uso das estações de trabalho e aplicativos da Instituição; auxiliar e orientar os usuários na utilização das estações de trabalho, equipamentos, sistemas e aplicativos utilizados na Instituição; cadastrar, administrar e manter a conta dos usuários nos aplicativos e sistemas à disposição da Instituição (rede, sistemas corporativos, sistemas

externos e correio eletrônico); solucionar incidentes relacionados a software e hardware nos equipamentos de informática da Instituição em atendimento de 1º nível; identificar necessidades de treinamento de usuários, realizando seu planejamento juntamente às demais áreas envolvidas; coordenar os serviços de atendimento ao usuário de serviços de informática da Instituição, realizando o registro das solicitações, controlando seus prazos e avaliando a qualidade dos serviços prestados; prestar assessoria técnica no planejamento e execução de apreensões de equipamentos e na realização de perícias técnicas em informática.

No ano de 2007, a Unidade de Apoio ao Usuário afora o suporte a todos os usuários nos recursos computacionais disponibilizados pela PGJ destaca as seguintes atividades:

- Gerenciamento e implantação do “Projeto Domínio”. Este Projeto encabeçado pela Unidade de Apoio ao Usuário, contou com a colaboração da Unidade de Equipamentos e da Unidade de Suporte a Rede. O objetivo do Projeto foi o de colocar todos os usuários da PGJ autenticando em rede através de contas de usuário individuais. A inclusão das máquinas e dos usuários em domínio objetivou em linhas gerais fornecer melhor monitoramento do parque de computadores e dos links; aperfeiçoamento da implantação de políticas de uso das máquinas e da rede. Como corolário: facilidade de atualização e distribuição de software antivírus, liberação de recursos conforme a necessidade e o perfil do usuário (racionalização de recursos), distribuição de pacotes de atualização, entre outras.
- Implantação e treinamento do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) nas seguintes promotorias:
 - Promotoria de Justiça de Controle e Execução Criminal de Porto Alegre – Grupo de Controle Externo da Atividade Policial;
 - Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística
 - Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre - Turmas Recursais
 - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude – Fórum de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Cível, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça de Família e Sucessões de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Regional do Alto Petrópolis de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Regional do Partenon de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Regional da Tristeza de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça Militar de Porto Alegre
 - Destaca-se ainda o reforço no treinamento no SGP nas Promotorias de Itaqui, Tapera, São Luiz Gonzaga, Constantina, Sapucaia do Sul, São Gabriel e São Leopoldo.
 - Gerenciamento das contas de correio eletrônico no tocante ao aumento de cota individual e cadastramento de novos emails, bem como suporte ao usuário no uso dos recursos nas ferramentas clientes de correio.

- Acompanhamento e treinamento dos procuradores de justiça e seus assessores no uso do Sistema Themis em sessões informatizadas do Tribunal de Justiça.
- Manutenção de cadastros dos usuários nos sistemas desenvolvidos pela PGJ e de terceiros, tais como: Expedição, IMS (PROCERGS), APJ, CEC, FIN, SPI, TJP, LIC, LIP, AFE, INFOSEG, Bases de Dados Setoriais no NXT4, rede, Ronda (Controle de Efetividade), SAP, ARH, COMPRAS, SUPRIMENTOS, SESP, SIJ, SGP, MOC, INSP, SJS (VIN, MOT, Consultas Integradas - CSI) e outros.
- Instalação e configuração dos computadores de mesa, portáteis e de impressoras adquiridas em 2007 junto com a Unidade de Equipamentos.
- Na prestação de assessoria em apreensões, perícias e auditorias de equipamentos e sistemas de informática merecem destaque as participações nas operações com a Promotoria Especializada Criminal de Porto Alegre: operação “Gabarito” que investigou fraudes em concursos públicos de diversos municípios, operação “Farra” que investigou irregularidades no uso de diárias e em cursos oferecidos para câmeras de vereadores. Elaborou pareceres técnicos em processos de diversas promotorias, bem como manifestações em sindicâncias internas requisitadas pela Comissão Disciplinar Permanente. Realizou perícias e cópias de dados de computadores apreendidos em diligências de diversas promotorias do interior do Estado, tais como: Taquara, Erechim, Gravataí, Lajeado, Restinga Seca, Bento Gonçalves e outras.
- Prestação de suporte em eventos realizados pelos Centros de Apoio, pelo CEAF e pela Ouvidoria do Ministério Público intitulado “Ouvidoria na Comunidade”.
- Gravação de cópias em CD's/DVD's de materiais para eventos, cópias de dados de usuários e de materiais diversos.
- Manutenção e suporte em Sistemas de microinformática para as Unidade de Arquivo, Promotoria de Família e Sucessões, Divisão de Assessoramento Técnico, CEAF e Unidade de Pagamento de Pessoal. Bem como, confecção de Banco de Dados com base em planilhas da SUSEPE com o intuito de elaborar estudo estatístico da população carcerária para a Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre – Grupo de Execução criminal a fim de instruir processo da mesma.
- A Unidade de Apoio ao Usuário realizou treinamento em PMI, ITIL, I2, Microsoft Publisher e Microsoft SQL Serve.
- Os técnicos da Unidade de Apoio ao Usuário participaram do Programa de Integração de Novos Servidores – Proserv, patrocinado pelo CEAF, na qualidade de palestrantes, onde esclareceram dúvidas sobre sistemas computacionais, legislação da informática dentro do Ministério Público e outros aspectos relacionados à atividade da Divisão de Informática.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

À Unidade de Desenvolvimento de Sistemas compete: planejar, desenvolver, avaliar e manter os sistemas da Instituição; administrar a utilização e a configuração das bases de dados; elaborar manuais de dados técnicos e de apoio ao usuário; orientar e fiscalizar o desenvolvimento de sistemas por empresas contratadas.

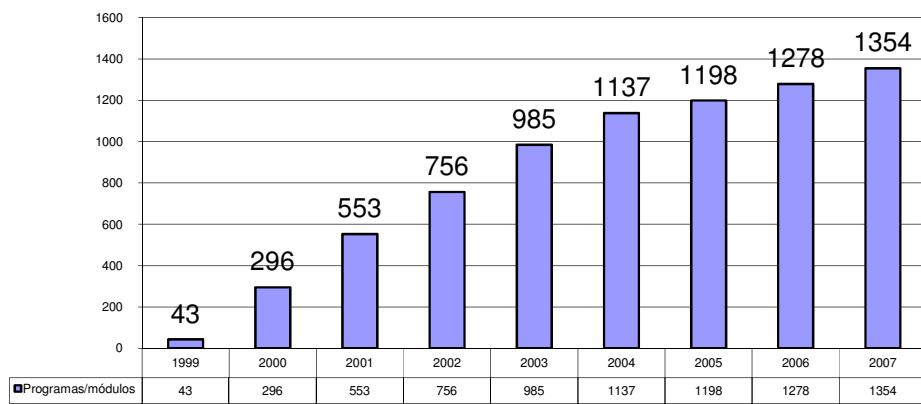
Sistemas Corporativos

INTERDITOS	Sistema de Controle de Interditos e Instituições
SAP	Sistema de Atividades das Promotorias
SIJ	Sistema Processual das Procuradorias de Justiça
SUP	Sistema de Suprimentos
EXP	Expedição
ARH	Administração de Recursos Humanos
PROTOCOLO	Sistema de Protocolos da Direção Geral
CAP	Controle de Arquivamento de Procedimentos Administrativos
SESP	Sistema de Entrada e Saída de Processos da SubJurídica
INSP	Inspeções da Corregedoria-Geral
SGP	Sistema Gerenciador de Promotorias
PMP	Protocolo de correspondências destinadas ao MP
SGR	Sistema Gerenciador de Recursos
MOC	Sistema de Monitoração de Postos de Combustíveis
TTP	Gerenciador da Tabela de Temporalidade de Documentos
TNP	Sistema de Gerência de Transportes
SGC	Sistema Gerenciador de Promotorias - CORREGEDORIA
TJRS	Consultas on-line ao banco de dados do TJ/RS
SPU	Sistema de Protocolo Unificado
SGF	Sistema Gerenciador de Férias de Membros
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos

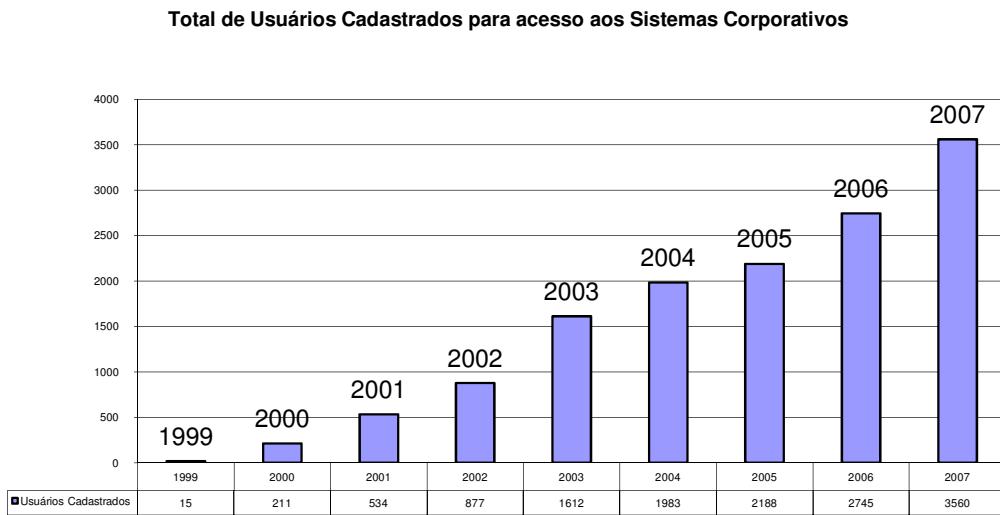
Gráfico Evolutivo

A seguir é apresentado gráfico demonstrativo do número de operações disponibilizadas para os usuários nos sistemas, os quais integram, além de sistemas novos, sistemas já implantados em anos anteriores que agregaram funcionalidades.

Programas/Módulos Implantados



Crescimento da base de usuários



Novos Projetos

A partir deste ano, a relação de novos projetos foi apropriada pela Comissão Permanente de Informática, uma vez que os projetos envolvem, por vezes, várias áreas da Instituição de forma integrada e não somente esta unidade.

UNIDADE DE EQUIPAMENTOS

A Unidade de Equipamentos tem como sua principal atribuição prestar assistência técnica aos equipamentos de informática do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Com uma equipe composta de um coordenador, um agente administrativo, cinco técnicos de informática, seis estagiários-técnicos e um estagiário administrativo, a Unidade de Equipamentos tem como principais tarefas:

- Instalar, testar e realizar a manutenção corretiva nos equipamentos de informática;
- Configurar e certificar as redes lógicas da capital e interior do estado;
- Manter controles dos equipamentos de informática no que se refere a prazos de garantia, locais de instalação, quantitativos e chamados técnicos a terceiros;
- Emitir parecer técnico sobre equipamentos de informática;
- Fiscalizar e informar a execução de contratos de manutenção sobre os equipamentos de informática;

No ano de 2007, a Unidade de Equipamentos efetuou 3.524 instalações e configurações de equipamentos de informática, conforme quadro a seguir. Estas instalações são subdivididas em três categorias:

Acréscimos de novos equipamentos, após a verificação da necessidade e sua viabilidade; Substituições e remanejamentos, objetivando a disponibilização de melhores equipamentos e recursos para atender a maior quantidade de membros, servidores e estagiários do Ministério Público; Desativações, nos casos em que o equipamento se torna obsoleto para a tecnologia empregada.

Demonstrativo de Instalações realizadas em 2007

Descrição	Acrescidos	Substituídos e Remanejados	Desativados	Serviços realizados
Microcomputadores	855	1618	184	2657
Impressoras	420	208	45	673
Scanners	116	2	0	118
Notebooks	30	8	3	41
Servidores	0	3	1	4
Equip. Rede	15	13	3	31
TOTAL	1436	1852	236	3.524

A Unidade de Equipamentos, seguindo uma de suas atribuições, atendeu 3.428 chamados de usuários para manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos de informática do Ministério Público. Os atendimentos realizados objetivam uma solução imediata para os problemas, evitando a intervenção de empresa terceirizada. Ao utilizarmos recursos próprios, obtemos uma significativa diminuição dos custos e um atendimento personalizado.

Demonstrativo de atendimentos realizados em 2007

Descrição	Computadores	Impressoras	Rede	Outros	Total
Sedes da Procuradoria-Geral de Justiça (nova e antiga)	850	321	45	324	1.540
Promotorias Especializadas (Santana)	184	96	12	34	326
Foro Central	11	7	2	4	24
Promotorias dos Foros Regionais	39	19	5	13	76
Promotorias do Interior	742	194	188	243	1.367
Outros	25	22	16	32	95
TOTAL	1.851	659	268	650	3.428

Quando existe a necessidade de troca de módulos, para a solução de um chamado solicitado por um usuário, a Unidade de Equipamentos é responsável pela abertura de chamado técnico para empresas contratadas, monitorando o seu atendimento e exigindo o cumprimento das cláusulas contratuais. Este acompanhamento é registrado em sistema e periodicamente são gerados relatórios com dados estatísticos.

Seguindo o Plano de Informatização do Ministério Público, a Unidade de Equipamentos encerrou o ano de 2007 participando efetivamente das instalações, mudanças e ampliações das redes lógicas e equipamentos nas Procuradorias e Promotorias de Justiça do interior do estado e capital, com seus computadores interligados entre si e conectados à sede do Ministério Público. Para isto, foram necessários desde a inspeção das estruturas existentes, passando pela adequação dessas para a instalação do cabeamento lógico, até os efetivos serviços de implantação/ampliação, identificação e certificação do cabeamento lógico e as instalações e configurações dos equipamentos de informática. Em algumas situações, as Promotorias de Justiça sofreram ajustes de layout e ampliações tanto de cabeamento lógico como de equipamentos.

Serviços técnicos prestados às Promotorias e Procuradorias

Interior do estado:

Abrange todas as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Estado do Rio Grande do Sul.

Capital:

Incluem-se os diversos setores administrativos e institucionais situados nos seguintes locais: Prédio Novo da Sede do Ministério Público, Prédio das Promotorias de Justiça da Av. Santana, Foro Central, Foros Regionais (Tristeza, Sarandi, Restinga, Partenon e Petrópolis), Tribunal Militar do Estado, Foro Regional do 4º distrito, Junta Comercial, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e CIACA;

As instalações de cabeamento lógico perfazem um total de mais de 10.000 (dez mil) pontos lógicos instalados e certificados, nos diversos setores da Procuradoria-Geral de Justiça.

Evolução do parque de equipamentos

Descrição	Até 2004	2005	2006	2007	Previsão de aquisição em 2008
Computadores	3783	3471	4754	3471	985
Impressoras	1347	1880	1880	1880	50
Scanners	109	105	105	335	?
Notebooks	60	50	732	882	?
Servidores de Rede	37	47	47	77	?
Equipamentos de Rede	540	597	680	597	?
Total de Equipamentos	5876	6150	8198	6150	

Outras atividades desenvolvidas no corrente ano pela Unidade de Equipamentos foram:

- Reestruturação de pessoal por atividade;
- Readequação dos fluxos de trabalhos da Unidade;
- Help Desk;
- Implantação de estruturas de equipamentos e rede para eventos do MP (Ouvidoria, CAOs, etc);

- Acompanhamento e suporte técnico às Operações Especiais do MP (Bingo, Narcotráfico, Gabarito, etc);
- Realizações de testes para localizar defeitos nas redes locais e remotas do Ministério Público;
- Manter registros sobre o desempenho dos equipamentos, tanto os ligados em rede como os equipamentos fora da rede;
- Alimentação dos dados em sistema, objetivando eficiência para a localização física de equipamentos de informática, controle de tombo, número de série, etc;
- Operação em sistema interno para efetivar o controle de chamados efetuados à empresas terceirizadas;
- Compra de módulos e componentes para garantir manutenção corretiva própria;
- Planejamento estratégico para o exercício de 2008.

UNIDADE DE SUPORTE À REDE

A Unidade de Suporte à Rede, criada pelo Provimento 22/99, tem como funções, conforme atualização disposta no Provimento 34/06: administrar e manter a rede de comunicação de dados da Instituição; administrar e manter a topologia da rede de informática e da comunicação de dados; implementar a política de segurança de informações para o ambiente operacional da rede de informática; atualizar sistemas operacionais e softwares de rede; estabelecer padrões de hardware e software de rede.

Dentro das suas funções, a Unidade de Suporte à Rede desenvolveu, no ano de 2007, as atividades descritas abaixo.

Quanto à administração e manutenção da rede de comunicação de dados da Instituição:

- Avaliação da estrutura de comunicação de dados existente no MP-RS, considerando tanto os circuitos de dados que interligavam todos os diferentes órgãos do Ministério Público - RS, a partir do seu Datacenter, quanto o acesso do MP-RS à Rede Mundial de Computadores (Internet). Hoje o MP-RS possui cento e setenta e um pontos de presença interligados ao seu Datacenter via frame-relay nas Promotorias de Entrâncias Inicial, Intermediária e Regionais de Porto Alegre e mais seis prédios interligados via fibra ótica (Sede Nova, Sede Antiga, antigas Coordenadorias, Fórum Central de Porto Alegre, Santana e Palácio do Ministério Público) num total de cento e setenta e sete prédios interligados. Deste trabalho de avaliação da estrutura resultou:
- Processo de renovação dos (circuitos) links de fibra ótica entre prédios situados em Porto Alegre, com previsão de aumento de velocidades;
- Processo de aumento da velocidade de acesso do MP-RS à Internet;
- Processo para modificação da estrutura atual dos circuitos (links) de dados entre os diferentes prédios do MP – RS situados em todo o Estado do RS (exceto os de fibra ótica, já citados), considerando mudança de protocolo de comunicação de dados, implementação de priorização de serviços e aumento das velocidades de acesso;
- Estudo de novas tecnologias com vistas ao melhor aproveitamento das velocidades de acesso dos circuitos contratados (performance);

- Abertura de 180 chamados para solução de problemas diversos relacionados aos circuitos de dados, sendo 12 referentes aos links de fibra ótica, 165 referentes aos circuitos frame-relay e 3 relacionados ao acesso à Internet;
- Contratação de prestação de serviços de manutenção e consultoria para equipamento Core de rede situado na Sede da Santana;
- Solicitação e acompanhamento de modificações na estrutura de comunicação de dados em função de mudanças de endereço em 25 pontos de acesso distribuídos pelo Estado;
- Monitoração de disponibilidade e carga dos links de comunicação, com consequente abertura de chamados junto às operadoras em caso de problemas;
- Configuração de equipamentos ativos de rede (switches, hubs e roteadores), para instalação ou substituição entre unidades do MP-RS na Capital e no Interior;
- Interligação da Sede Institucional do MP ao Tribunal de Justiça – RS, através de link próprio de comunicação.

Quanto à administração de servidores de dados e aplicações:

- Monitoração de disponibilidade de equipamentos servidores e serviços neles instalados;
- Atualização de sistemas operacionais e softwares de antivírus em microcomputadores e equipamentos servidores;
- Ampliação da capacidade de armazenamento do subsistema primário de armazenamento centralizado de dados do MP-RS, componente de sua Storage Area Network (SAN);
- Aquisição de soluções de armazenamento de dados e cópias de segurança para servidores localizados em Sedes remotas ao Datacenter do MP-RS, dentro do município de Porto Alegre;
- Projeto e processo de compra de equipamentos servidores de dados, buscando a renovação do parque existente, implementação de novas funcionalidades e composição de solução de alta disponibilidade;
- Contratação de prestação de serviços de assistência técnica preventiva e corretiva em equipamentos servidores de rede.

Quanto à política de segurança de informações:

- Administração das contas de usuários, regulando as permissões de acesso aos recursos da rede de informática. Este trabalho implicou na criação de 2.529 novas contas e 698 novos grupos de usuários, assim como na modificação de 3.836 contas e 1.080 grupos e na exclusão de 509 contas de usuários;
- Inclusão de todos os usuários lotados no interior do Estado ao domínio da rede do Ministério Público – RS;
- Instalação de nova solução de firewall (software que controla o tráfego de dados entre redes diferentes, incluindo Internet), com revisão das políticas de permissão de comunicação existentes, buscando otimizar o seu funcionamento e aprimorar a função de proteção contra invasões;
- Treinamento de 3 técnicos para a utilização da nova solução firewall;
- Realização de cópias de segurança (backups) diários e mensais de arquivos armazenados em diferentes equipamentos servidores;
- Realização de restauração de arquivos perdidos ou danificados (restores);

- Revisão da política de backups dos dados armazenados nos equipamentos servidores, com aprovação de Provimento específico;
- Aquisição de mídias para cópias de segurança (backups).

DIVISÃO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

A Divisão de Arquitetura e Engenharia presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público.

As principais atividades da divisão são a elaboração de projetos, laudos, todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, e os serviços de manutenção.

Além destes, são executadas pequenas adaptações, com o desenvolvimento de lay-outs e fiscalização dos serviços.

As relações de atividades são distribuídas da seguinte forma:

OBRAS

	LOCALIDADE	METRAGEM (m ²)	DATA ENTREGA
1	ALEGRETE - Reforma/manutenção	-	3/10/2007
2	ALVORADA - Locação	245	12/11/2007
3	ALVORADA - Ampliação	334	11/12/2007
4	ANDRADE NEVES - Reforma	3.699	20/11/2007
5	ARROIO DO MEIO - Reforma/manutenção	-	6/9/2007
6	ARROIO GRANDE - Obra nova	155	30/12/2007
7	ARROIO TIGRE - Obra nova	195	17/8/2007
8	BENTO GONÇALVES - Ampliação Cobertura	51	12/12/2007
9	CAMPO BOM - Reforma/manutenção	-	10/10/2007
10	CACHOEIRINHA - Reforma/manutenção	-	6/7/2007
11	CAPÃO DA CANOA - Obra nova	577	11/11/07
12	CAXIAS DO SUL - Reforma/manutenção	-	15/10/2007
13	CEAF POA - Ob nova	1.663	30/4/2008
14	ELDORADO DO SUL - Locação	33	24/9/2007
15	ERECHIM - Estacionamento	-	10/9/2007
16	GARIBALDI - Reforma/manutenção	-	15/05/2007
17	MONTENEGRO - Ampliação	233	9/11/2007
18	MOSTARDAS - Obra nova	164	5/5/2008
19	NONOAI - Reforma/manutenção	-	8/7/2007
20	NOVA PRATA - Obra nova	285	25/5/2007
21	OSÓRIO - Ampliação	140	15/6/2008
22	OTTO NIEMEYER - Estacionamento	-	10/12/2007
23	PASSO FUNDO - Reforma/manutenção	-	27/12/2007
24	PALMARES DO SUL - Reforma/manutenção	-	15/11/2007
25	PROMOTORIA REG. TRISTEZA - Obra nova	472	20/2/2007
26	RONDA ALTA - Locação	126	24/07/07

27	SANTA CRUZ DO SUL - Reforma		30/7/2007
28	SANTA ROSA - Reforma/manutenção	-	4/10/2007
29	SANTO ANT. DA PATRULHA - Troca Telhado	-	20/9/2007
30	SANTO CRISTO - Obra nova	158	30/7/2007
31	SÃO JOSÉ DO NORTE - Restauro	523	20/4/2007
32	SÃO LEOPOLDO - Reforma/manutenção	-	20/12/2007
33	SARANDI - Ampliação	52	28/5/2007
34	SEDE MP AURELIANO - Novas adequações	-	8/12/2007
35	SEDE MP AURELIANO - Estacionamento	2.345	23/08/2007
36	SEDE MP - DR. MILTOM FONTANA	30	8/5/2007
37	SEDE MP AURELIANO – Serv. descont Varca	165	20/4/2007
38	SOLEDADE - Reforma/manutenção	-	15/10/2007
39	TAQUARA - Estacionamento	187	26/7/2007
40	TEUTÔNIA - Reforma/manutenção	-	23/8/2007
41	TORRES - Reforma	-	10/9/2007
42	MANDAÍ - Operação veraneio	-	1/12/2007
43	VERA CRUZ - Obra nova	276	30/4/2007
44	VIAMÃO - Locação 1	52	7/8/2007
45	VIAMÃO - Locação 2	42	11/12/2007
	TOTAL M2	14.498	

Sedes próprias: 8

Locações:5

Reformas/manutenções:25

Ampliações: 5

Restauros: 1

Total: 44

LAUDOS

	LOCALIDADE	OBJETO
1	ALVORADA	laudo de viabilidade técnica locação
2	AV. BENTO GONÇALVES - POA	laudo de viabilidade técnica locação
3	AV. PARÁ - POA	laudo de viabilidade técnica locação
4	AV. RIO GRANDE - POA	laudo de viabilidade técnica locação
5	CACHOEIRA DO SUL	laudo de viabilidade técnica terreno
6	CERRO LARGO	laudo de viabilidade técnica locação
7	CERRO LARGO	laudo de viabilidade técnica terreno
8	CRISCIUMAL	laudo de viabilidade técnica terreno
9	ELDORADO DO SUL	laudo de viabilidade técnica locação
10	ENCANTADO	laudo de viabilidade técnica terreno
11	ENCRUZILHADA DO SUL	laudo de viabilidade técnica terreno
12	GETÚLIO VARGAS	laudo de viabilidade técnica terreno

13	GRAVATAÍ	laudo de viabilidade técnica terreno
14	HERVAL	laudo de viabilidade técnica terreno
15	HORIZONTINA	laudo de viabilidade técnica terreno
16	IVOTI	laudo de viabilidade técnica locação
17	PIRATINI	laudo de viabilidade técnica locação
18	RONDA ALTA	laudo de viabilidade técnica locação
19	SANTANA - POA	laudo de viabilidade técnica prédio - aquisição
20	SÃO GERALDO	laudo de viabilidade técnica locação
21	SARANDI - POA	laudo de viabilidade técnica locação
22	DADE	laudo de viabilidade técnica terreno
23	TAPEJARA	laudo de viabilidade técnica prédio - aquisição
24	TUCUNDUVA	laudo de viabilidade técnica terreno
25	VACARIA	laudo de viabilidade técnica terreno
26	VIAMÃO	laudo de viabilidade técnica locação
27	VIAMÃO	laudo de viabilidade técnica terreno
28	VILA RESTINGA - POA	laudo de viabilidade técnica terreno

Total de laudos: 28

PROJETOS

	LOCALIDADE	(m ²)
1	ALEGRETE	684,42
2	ALVORADA	266,61
3	AVENIDA PERNAMBUCO	473,40
4	CARLOS BARBOSA	164,32
5	CORONEL BICACO	163,78
6	ESTEIO	259,56
7	IJUÍ – Ampliação	183,68
8	JAGUARI	164,32
9	MOSTARDAS	164,32
10	OSÓRIO	139,40
11	SANTANA – POA	7.150,00
12	SBERI	160,73
13	SOLEDADE	684,42
14	TENENTE PORTELA	163,78
15	TRÊS COROAS	163,78
16	TRÊS DE MAIO	303,40
17	URUGUAIANA	1.132,82

Total de projetos: 17

UNIDADE DE MANUTENÇÃO

A Unidade de Manutenção, subordinada a Divisão de Arquitetura e Engenharia desta Procuradoria-Geral de Justiça, tem a finalidade de atender as solicitações de todos os Setores da casa e também de todas as Promotorias de Justiça, inclusive do Interior do Estado, assim como dos Fóruns Regionais na Capital.

A Unidade conta com 6 (seis) Áreas de Atendimento de Serviços, conforme abaixo explanado, dando ainda suporte técnico aos eventos realizados na Sala Conselheiro Nilo da Silva Marques, Anfiteatro e Auditório do Palácio do Ministério Público, inaugurações de Promotorias de Justiça da capital e interior do estado, através de sonorização e gravação, disponibilizando tribuna, bandeiras, tela de projeção e toda infra-estrutura necessária para sua realização.

Setor de Construção Civil

Execução de reformas em geral, tais como reparos e substituição de carpetes, pinturas, reparos em telhados, impermeabilizações em calhas e alferosas, pequenas reformas, limpezas e retirada de caliças.

Setor de Manutenção de Elétrica

Execução de instalações elétricas diversas, de baixa tensão, substituição de disjuntores, lâmpadas, reatores, aterramento, monitoração de fator de potência.

Setor de Manutenção Hidráulica

Manutenção e conserto de válvulas de descarga, controle de consumo de água dos prédios do Ministério Público, consertos na rede de água e esgoto, tais como vazamentos, entupimentos e substituição de componentes, instalação e manutenção de bebedouros, entre outros.

Setor de Marcenaria

Execução de divisórias, confecção de móveis, prateleiras, murais e armários sob medida, paqueteiras, escabelos, colocação de vidros, execução de marcos e guarnições para ar condicionado, reforma e confecção de esquadrias em geral.

Setor de Refrigeração

Instalação, conserto e substituição de aparelhos de ar condicionado de janela; operação do sistema de ar condicionado central do Palácio do MP: consertos de bebedouros d'água e refrigeradores; limpeza e lavagem dos filtros, entre outros.

Setor de Serralheria

Fabricação de grades e esquadrias de ferro em geral, consertos em portões, fechaduras, solda elétrica e pinturas.

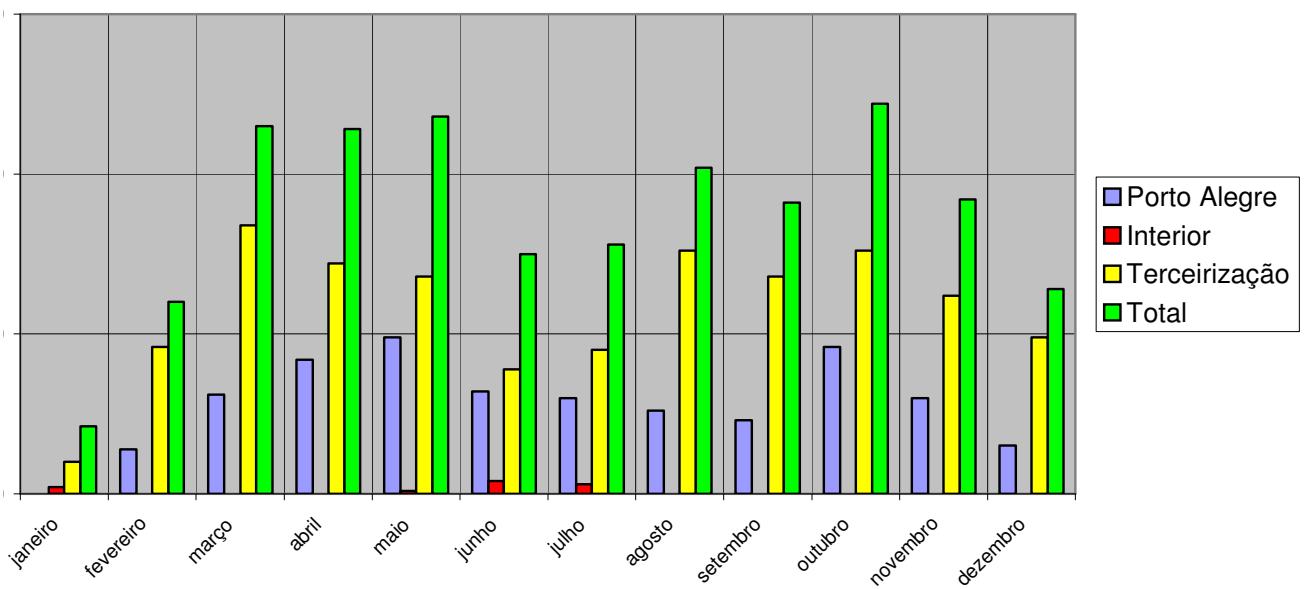
Terceirização de Serviços

A terceirização dos serviços de manutenção ocorre sempre que não é possível o pronto atendimento pela equipe da Unidade de Manutenção e também por orientação da administração, em casos específicos, visando o princípio da economicidade.

Demonstrativos de Atendimentos – Ano 2007

mês	Porto Alegre	Interior	Terceirização	Total
janeiro		2	10	21
fevereiro	14	0	46	60
março	31	0	84	115
abril	42	0	72	114
maio	49	1	68	118
junho	32	4	39	75
julho	30	3	45	78
agosto	26	0	76	102
setembro	23	0	68	91
outubro	46	0	76	122
novembro	30	0	62	92
dezembro	15	0	49	64
Total	347	10	695	1.052

Atendimentos 2007



UNIDADE DE TELEFONIA

A Unidade de Telefonia centraliza todas as atividades relacionadas as comunicações telefônicas, tanto de telefonia fixa como de telefonia móvel.

Assim, desenvolve tanto as tarefas técnicas como as de controle e fiscalização financeira, tais como o recebimento, conferência e, quando corretas, certificação para pagamento das faturas telefônicas emitidas pelas operadoras, providênci a encaminhamento e demais tramites para resarcimentos de gastos que não sejam decorrentes de uso a serviço de ligações eventualmente realizadas, bem como exerce o controle dos bens em uso, inclusive os decorrentes de contratos de comodato, como é o caso dos aparelhos de comunicação móvel.

Na implantação de novas instalações ou na expansão ou melhoria das existentes, a Unidade de Telefonia é a responsável pela elaboração das especificações técnicas e operacionalização técnica dos processos de aquisição de equipamentos e materiais, realiza diretamente a instalação das centrais telefônicas e das redes telefônicas nos prédios próprios ou locados, finalizando com a instalação dos aparelhos telefônicos, aparelhos de fac-símile e outros, tais como Binás.

Também cabe a Unidade de Telefonia, o relacionamento com as operadoras de serviços telefônicos, elaborando os Termos de Referência para a contratação, através de licitações, dos serviços telefônicos fixos e dos serviços móveis pessoais, para ligações locais, ou para outras áreas, estados ou mesmo internacionais.

No ano de 2007, citamos com destaque a instalação de centrais telefônicas não somente em todas as sedes inauguradas ao longo do ano, como o atendimento de todas as solicitações de Promotorias que requisitavam centrais telefônicas, algumas a vários anos. Hoje estão em operação e sob responsabilidade desta Unidade 178 centrais telefônicas, cerca de 3.000 telefones e 447

linhas telefônicas analógicas, além dos entroncamentos digitais que atendem as Sedes de Porto Alegre e o prédio das Promotorias Especializadas em Porto Alegre. Outro fato importante ocorrido em 2007, foi a instalação de serviços de identificação de chamadas nas Promotorias. Tal serviço, de importância inquestionável em especial sob o aspecto de segurança da Instituição, hoje está disponível em 147 Promotorias, e somente não se encontra operando nos locais em que a operadora telefônica ainda não fornece o sinal necessário.

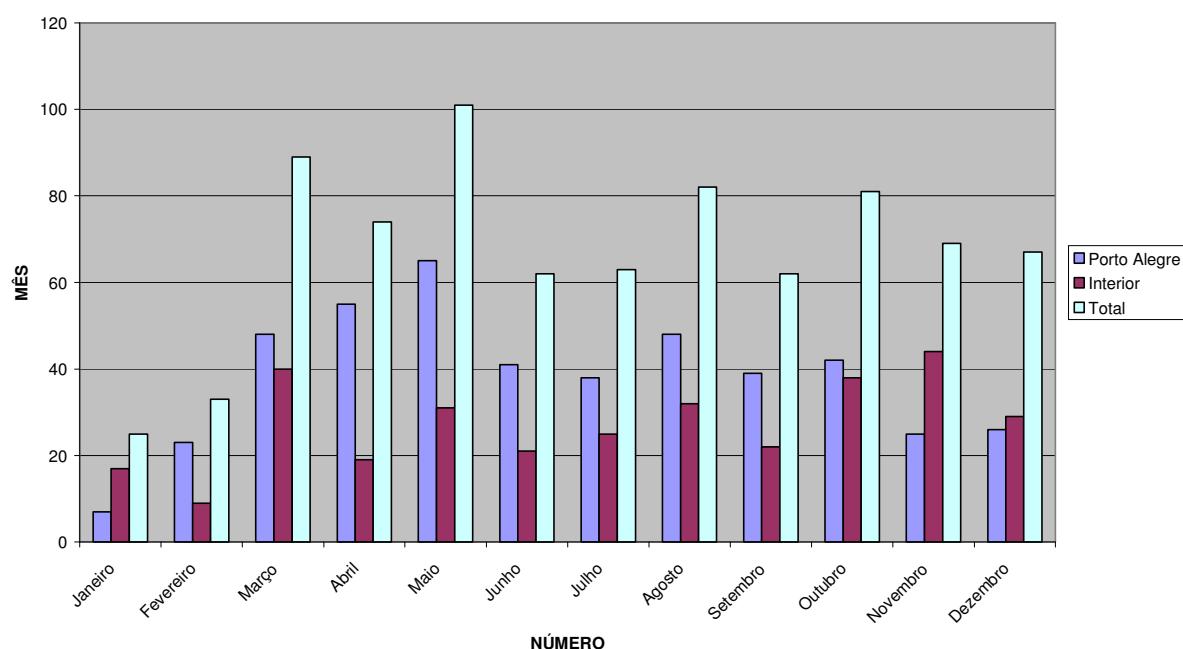
No dia a dia, a Unidade de Telefonia atende a pedidos de serviços, que podem incluir consertos, ampliações, remanejos ou alterações de ramais, bloqueios, formações de grupos de captura, reparos em aparelhos de fax, e tantos outros, tanto em Porto Alegre, como no interior do Estado.

O gráfico abaixo resume estas demandas, todas atendidas diretamente pelos servidores desta Procuradoria-Geral de Justiça:

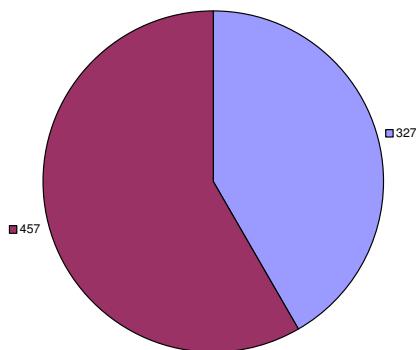
Demonstrativo de atendimentos-2007

Mês	Porto Alegre	Interior	Total
Janeiro	7	17	25
Fevereiro	23	9	33
Março	48	40	89
Abril	55	19	74
Maio	65	31	101
Junho	41	21	62
Julho	38	25	63
Agosto	48	32	82
Setembro	39	22	62
Outubro	42	38	81
Novembro	25	44	69
Dezembro	26	29	67
TOTAL	457	327	808

ATENDIMENTOS DA UNIDADE DA TELEFONIA



Atendimento Unidade de Telefonia
457 - Porto Alegre 327 - Interior Estado
Total de 808 Atendimentos



DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa, atualmente, é composta por quatro unidades: Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Transportes, Unidade de Manutenção de Veículos e Unidade de Administração Predial.

UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS

A Unidade de Serviços Gerais presta apoio a toda Instituição do Ministério Público, atuando em âmbito estadual, ora com a equipe de servidores estatutários, ora com funcionários de contratos terceirizados, como no caso dos serviços de limpeza e conservação (187 postos), e vigilância (24 postos) dos prédios do Ministério Público em Porto Alegre e interior do Estado. No ano de 2007, em conjunto com as Assessorias Jurídicas da Direção-Geral e da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, foi formulado e publicado ato normativo proibindo a contratação de cooperativas para prestação de serviços continuados. Quanto aos equipamentos reprográficos, contamos com 67 (sessenta e sete) unidades, todos com manutenção técnica contratada pelo período de 60 (sessenta) meses.

UNIDADE DE TRANSPORTES

A Unidade de Transportes é responsável por realizar o deslocamento de membros/servidores/material/equipamentos do Ministério Público em objeto de serviço em Porto Alegre e interior do Estado. Atualmente, a Unidade conta com a frota de 89 veículos, todos segurados, sendo sete locados para atendimento das Promotorias Criminais. Neste exercício de 2007, foram adquiridos cinco unidades novas. Quanto ao servidores, dispomos de 34 (trinta e quatro) servidores na função de motoristas da Instituição. No exercício de 2008, a Instituição realizará através de procedimento interno, o 1º leilão de veículos desativados da Unidade de Transportes. O objetivo é gerar receita para futura aquisição de novos veículos.

UNIDADE DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

A Unidade é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de oitenta e dois veículos da Instituição. A Unidade foi criada no exercício de 2006. A principal meta da Unidade é a manutenção dos veículos e consequentemente segurança dos usuários e terceiros. Para isso, há necessidade de efetivação de manutenções/revisões preventivas adequadas às marcas dos veículos assim como revisões corretivas de acordo a demanda. A Unidade é gestora de contratos para prestação de serviços de manutenção de veículos. No exercício de 2008, será efetivado procedimento licitatório com vistas à contratação de serviço de abastecimento de veículos mediante uso de cartão eletrônico.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

A Unidade de Administração Predial presta serviços de natureza administrativa relativos ao prédio-sede da Instituição, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80. É responsável pelo acompanhamento da apólice de seguros do prédio, pela fiscalização de suas condições de manutenção, pelo acompanhamento dos serviços de limpeza e pelo encaminhamento de demandas aos setores competentes. Conta com equipe de três servidores.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Divisão de Recursos Humanos, cujas atribuições constam no Provimento n.º 22/1999, está subordinada à Direção-Geral, sendo composta de quatro unidades: Unidade de Concursos Públicos – UCP; Unidade de Estágios – UEST; Unidade de Pagamento de Pessoal – UPP; e Unidade de Registros Funcionais – URF.

No decorrer do ano de 2007, a Divisão de Recursos Humanos em conjunto com suas unidades trabalhou questões importantes referentes às remoções de servidores e a concursos públicos regionalizados para provimento de cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça. Além disso, foi trabalhada a questão da divisão do Estado em regiões administrativas para atender aos concursos regionalizados, bem como as nomeações nessa modalidade de concurso.

Enfatizamos, ainda, que em 2007, a Divisão participou de todas as etapas do planejamento e da execução das rotinas visando a contratação e efetivação dos concursos públicos que serão realizados no ano de 2008, tendo, inclusive, alguns de seus servidores envolvidos no projeto como Executores e Gestores.

Também em 2007, a Divisão de Recursos Humanos e suas Unidades participaram da análise de alternativas para implantação de um novo sistema informatizado de recursos humanos e folha de pagamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que é iminente a descontinuidade dos atuais sistemas de Pessoal (RPJ-URF) e Folha de Pagamento (RPJ-DPP) utilizados pela Instituição.

Para o ano de 2008, a Divisão de Recursos Humanos, em conjunto com suas unidades, visa:

- A realização dos concursos públicos para provimento de cargos de nível superior e médio do Quadro de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Dar continuidade ao trabalho de estruturação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, considerando a realização dos concursos públicos no ano de 2008;
- Implantação do Sistema de Recursos do Estado – RHE no âmbito do Ministério Público;
- Implantação de um sistema de registro de efetividade eficiente, principalmente para as Promotorias de Justiça do interior do Estado.

UNIDADE DE CONCURSOS PÚBLICOS

As atribuições da UCP estão determinadas no Provimento n.º 48/2007, publicado no DOE de 10/09/2007, sendo a principal incumbência “auxiliar nas atividades relacionadas ao planejamento e ao aperfeiçoamento dos processos de concursos públicos”.

A Unidade de Concursos Públicos participou na elaboração dos seguintes projetos no exercício de 2007:

- 1) projeto que dispõe sobre o novo Regulamento dos Concursos Públicos para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que resultou na criação do Provimento n.º 46/2007, publicado no DOE em 06/09/07;
- 2) projeto sobre a divisão do Estado em regiões administrativas para fins de provimento de cargos por concurso público, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da PGJ – Serviços Auxiliares do MP, que resultou na criação do Provimento n.º 47/2007, publicado no DOE em 06/09/07;
- 3) projeto sobre a remoção voluntária de servidores do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da PGJ, que resultou na criação do Provimento n.º 63/2007, publicado no DOE em 11/12/07;
- 4) projeto sobre as nomeações para o provimento de vagas de cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da PGJ, em virtude de aprovação em concurso público por região administrativa, que resultou na criação do Provimento n.º 64/2007, publicado no DOE em 11/12/2007;
- 5) projeto de criação do Anteprojeto de Lei que trata da alteração das disposições do Estatuto do Ministério Público Estadual - Lei Estadual n.º 6.536/73, com relação ao concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público; e
- 6) projeto de elaboração do Termo de Referência de Licitação para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços visando a organização, realização e administração de concursos públicos para provimento dos cargos de nível superior: Assessor Área-Direito, Assessor-Área Administração, Assessor-Área Contabilidade, Técnico Superior em Informática, Assistente Social, Biólogo, Médico Clínico Geral, Médico Psiquiatra e Psicólogo. Nível médio: Agente Administrativo, Assistente de Promotoria de Justiça, Secretário de Diligências, Técnico em Informática – Área de Sistemas e Técnico de Áudio.

A Unidade de Concursos Públicos participou, ainda, do projeto para realização de concursos, cujas vagas serão providas por regiões administrativas, para os seguintes cargos: Agente

Administrativo, Secretário de Diligências, Assistente de Promotoria de Justiça e Assessor Área do Direito; bem como para provimento em âmbito estadual, para os cargos de: Biólogo, Psicólogo, Assistente Social, Médico Clínico-Geral, Assessor Área Contabilidade, Assessor Área Administração, Técnico de Áudio, Técnico Superior em Informática e Técnico em Informática Área Sistemas.

UNIDADE DE ESTÁGIOS

A Unidade de Estágios, criada em julho de 2002, tem como principais atribuições: propor à Administração Superior do Ministério Público as diretrizes básicas de estágio na Instituição, administrar todas as modalidades de estágio no âmbito do MP e manter estreito relacionamento com as instituições de ensino.

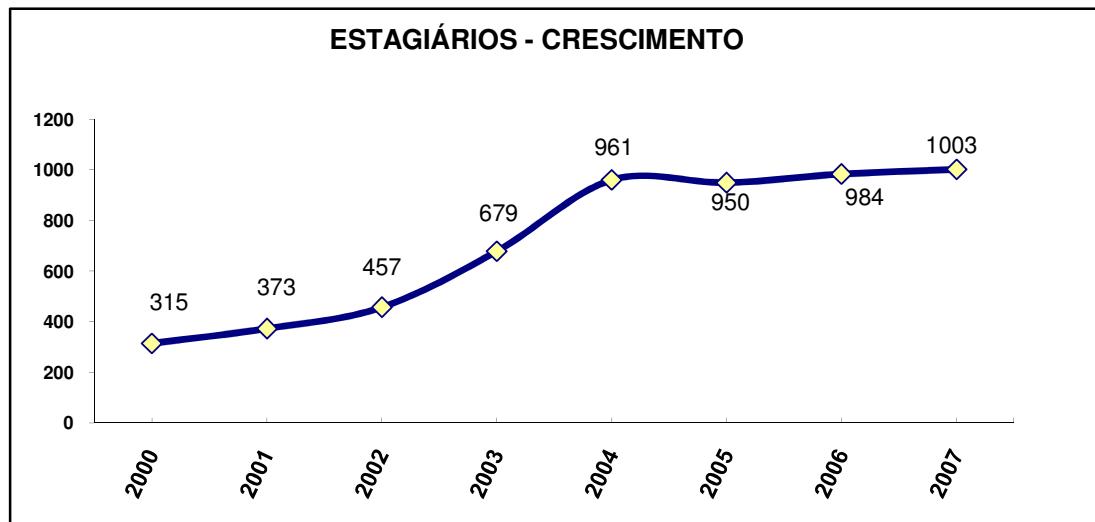
Cabe salientar que no início do ano de 2007 a Administração Superior, com o intuito de aprimorar, ainda mais, a execução de suas atividades institucionais, disponibilizou 1 vaga de estágio remunerado para cada Procurador de Justiça com atuação junto às Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, resultando na oferta de 72 novas vagas – oportunidade de estágio – para estudantes do curso de Direito.

Merce destaque, ainda, a publicação do Provimento n.º 36/2007, em 19 de julho de 2007, que reajustou o valor pago a título de bolsa-auxílio aos estagiários bolsistas do Ministério Público e instituiu o benefício do auxílio-transporte aos estagiários bolsistas desta Casa.

Esta medida aumentou a atratividade e a demanda pela realização de estágio em nossa Instituição, contribuindo significativamente com a redução da rotatividade do quadro e a retenção de talentos.

Em relação ao quadro de estagiários, cabe mencionar que o Ministério Público contava, em abril de 2007, com 1.003 estagiários, sendo que 86% deste quadro prestava estágio de forma remunerada e 88% cursava a Faculdade de Direito, demonstrando a preocupação da atual gestão em proporcionar a esses estudantes aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.

Salienta-se, também, a importância desse tipo de recurso humano na composição da estrutura funcional das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público, já que qualificam, ainda mais, a atuação desta Instituição.



UNIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL

A Unidade de Pagamento de Pessoal tem como principais atribuições a elaboração da Folha de Pagamento de Membros e Servidores, ativos e inativos do MP, bem como, todo o controle do processo de pagamento de Diárias, Ajuda de Custo, Ressarcimento de Despesas com Alimentação e Auxílio-Funeral.

A Unidade de Pagamento de Pessoal subsidia, ainda, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS, na elaboração da folha de Pensões Vitalícias, com a remessa mensal das bases previdenciárias dos contracheques dos Membros e Servidores falecidos do Ministério Público.

Na questão orçamentária, subsidiamos a Divisão de Recursos Humanos e Assessoria de Planejamento e Orçamento na elaboração da peça, no âmbito das despesas de pessoal.

No ano de 2007, trabalhamos em Comissão especialmente criada para melhor definir o perfil do “novo banco de dados” para toda Administração de Recursos Humanos, com a escolha da ferramenta RHE – Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul como a mais adequada, para atividades voltada ao serviço público estadual, com previsão de início dos trabalhos em 2008 e com o envolvimento de diversas unidades de trabalho na definição do perfil do Banco de Dados.

No final do ano de 2007, começamos a trabalhar na administração do “Sistema Gerenciador de Férias dos Membros do Ministério Público”, juntamente com a Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, a Corregedoria-Geral e o Gabinete do Procurador-Geral, com a utilização de rotinas que visam a recuperação de dados referentes ao histórico-financeiro das férias, com o desenvolvimento de novas ferramentas que possibilitem uma maior autonomia dos Membros do Ministério Público na consulta via Intranet.

UNIDADE DE REGISTROS FUNCIONAIS

Durante o ano de 2007, a Unidade de Registros Funcionais esteve envolvida em projetos como o de “Análise da Viabilidade do Ministério Público utilizar o Novo Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - Sistema RHE”, uma meta que estava prevista para esse ano, a qual restou integralmente cumprida, uma vez que o relatório, opinando pela adoção do referido Sistema, foi entregue à Administração Superior no mês de agosto. A adesão ao Sistema RHE encontra-se em sua fase final, remanescendo apenas os ajustes finais para assinatura do contrato. Para o ano de 2008, devem se seguir as fases de customização – indispensável para a adequação às necessidades da Instituição - e implementação do Sistema RHE, nas quais a Unidade de Registros Funcionais terá intensa participação.

A Unidade também esteve envolvida, em auxílio à Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional – UODI - no projeto de “Definição da Estrutura Necessária do Quadro de Pessoal do Ministério Público”, que pretende estabelecer a estrutura de recursos humanos necessária a uma Promotoria de Justiça, a partir de critérios científicos, levando-se em conta: rotinas, produtividade média a ser exigida dos servidores e alocação correta destes nas Promotorias de Justiça, conforme a área de atuação em que efetivamente desempenham suas atividades.

Tal projeto está diretamente ligado a outro no qual a Unidade já trabalha há alguns anos, qual seja, o de estruturação dos diversos órgãos e setores do Ministério Público, cujo objetivo é dotar a Instituição de uma estrutura adequada de recursos humanos. Este projeto, que no ano de 2007 moveu-se com muito vagar, em virtude da inexistência de Concurso, com prazo de eficácia que viabilizasse as nomeações. Em que pese, deve ser retomado de pleno a partir do segundo

semestre de 2008, com a realização de Concursos Públicos para diversos cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça - Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que deverão estar homologados a datar de então.

Essa atividade ganha especial importância quando os dados referentes aos recursos humanos do MP são apresentados. Valendo-se de um comparativo dos últimos 03 anos - a seguir - pode-se verificar que, ao invés de acréscimo – indispensável frente a expressiva demanda de servidores apresentada pela crescente atuação da Instituição -, há uma redução de pessoal no último ano, em consequência da impossibilidade de se efetivar a reposição de servidores que deixaram o Ministério Público.

Cargos Providos Dezembro 2005		Cargos Providos Dezembro 2006		Cargos Providos Dezembro 2007	
Agente Administrativo	226	Agente Administrativo	275	Agente Administrativo	269
Assessor Jurídico	363	Assessor Jurídico	380	Assessor Jurídico	357
Assistente de Promotoria de Justiça	96	Assistente de Promotoria de Justiça	170	Assistente de Promotoria de Justiça	158
Secretário de Diligências	298	Secretário de Diligências	312	Secretário de Diligências	302

Ainda ligadas à questão da estruturação de recursos humanos, merecem destaque outras atividades que foram postas em prática com o fito de melhor atender as necessidades de pessoal das diversas Promotorias de Justiça do Estado, como: a distribuição do Estado em Regiões Administrativas para fins de realização de concursos em formato regionalizado, para os cargos de Agente Administrativo, Secretário de Diligências, Assistente de Promotoria de Justiça e Assessor – Área do Direito; e a alteração das regras para remoção dos servidores do MP, que agora devem permanecer laborando no mesmo órgão ou setor do MP por um período mínimo de 03 anos, antes de pleitearem remoção.

DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

O presente relatório tem por objetivo mostrar os resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de Assessoramento Técnico durante o ano de 2007, sempre buscando atender com presteza, dedicação e maior brevidade possível às solicitações efetuadas por membros ou servidores do Ministério Público, programando cada solicitação para perfeita execução das atividades. Em dezembro de 2007, tivemos a criação de três Unidades na Divisão de Assessoramento Técnico: Unidade de Assessoramento Ambiental, Unidade de Assessoramento Contábil e Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos. Segue abaixo um relato das principais ações realizadas pela Divisão de Assessoramento Técnico durante o ano de 2007:

Planejamento Estratégico

Diante da contínua e crescente demanda de trabalho, bem como do retorno dado pelas Promotorias de Justiça através do formulário da pesquisa de opinião, a DAT vem buscando alternativas para atender as solicitações de maneira mais ágil possível.

Quanto à Unidade de Assessoramento Ambiental, em 2007 a Divisão de Assessoramento Técnico efetuou a capacitação de nova turma de Secretários de Diligências com o objetivo de que os mesmos possam auxiliar suas Promotorias de Justiça na busca de elementos informativos necessários à instrução da investigação de danos ambientais. Dessa maneira, pretende-se que os casos menos complexos, e que não dependam de conhecimento especializado, possam ser encaminhados de maneira mais ágil pelas Promotorias de Justiça.

Com o mesmo objetivo acima, a DAT segue com a divulgação de informações técnicas na página da intranet para auxiliar as Promotorias na instrução dos inquéritos civis. As seguintes informações foram divulgadas em 2007: oficinas mecânicas e borracharias, rampas de lavagem e troca de óleo e armazenamento de resíduos sólidos não perigosos.

Outro trabalho desenvolvido para otimizar a demanda da Área Ambiental foi a operacionalização dos “relatórios eletrônicos” sobre desmatamentos e descapoeiramentos que apresentem informações técnicas suficientes para a emissão dos respectivos pareceres. A emissão desses relatórios permitiu a remessa dos pareceres para as Promotorias em um tempo bem inferior o que permite uma maior agilidade no trabalho ministerial.

Ainda em 2007, a DAT desenvolveu, em conjunto com a Divisão de Informática, uma ferramenta de consulta ao seu banco de pareceres técnicos da área ambiental. Tal iniciativa vai ao encontro de outras da Instituição que buscam o acesso à produção intelectual da PGJ, celeridade e agilidade no encaminhamento dos mais diversos tipos de questões que envolvem a atuação ministerial.

Por fim, a Divisão encaminhou um pedido para a Administração para a criação de uma comissão para definir as atribuições desta Divisão de Assessoramento Técnico na área do meio ambiente, com a participação de Promotores de Justiça e de técnicos, bem como para se buscar alternativas para o atendimento da atual e futura demanda.

Quanto à Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos, efetivou-se à aglutinação dos profissionais da área do Serviço Social, na DAT. Contava-se até o mês de agosto de 2007 com quatro Assistentes Sociais provenientes do último concurso e uma Psicóloga. A partir do referido mês, agregou-se à equipe a profissional que estava lotada nas Promotorias da Infância e Juventude- Núcleo do Ato Infracional (CIACA) e no mês de outubro contou-se também, com a Assistente Social das Promotorias da Família e Sucessões. Contudo, tais profissionais mantiveram, no período, carga horária em seus locais de origem, a primeira com dois turnos semanais no CIACA e a segunda com seis turnos semanais nas Promotorias da Família e Sucessões. Tais arranjos implicam, certamente em avanços na perspectiva de um trabalho articulado dos profissionais da área, contudo ainda carecem de redefinições que permitam a canalização completa das demandas para a DAT, assim como dos profissionais.

Ressalta-se que o assessoramento em áreas como o Serviço Social e a Psicologia vem se constituindo em um processo de reconhecimento das demandas existentes da instituição. Neste sentido, a seguir são relatadas de forma sucinta as principais atividades desenvolvidas no ano de 2007.

Realizaram-se avaliações sociais e psicológicas, demandadas pelas Promotorias da Infância e Juventude, Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, Promotorias de Família e Sucessões, Promotorias de Justiça Regionais e Promotorias de Justiça da região metropolitana (Viamão, Canoas e Gravataí).

Destacam-se dentre as demandas coletivas atendidas a fiscalização de entidades de abrigos para crianças e adolescentes, por meio do Projeto de Fiscalização de Abrigos de Porto Alegre e da fiscalização de abrigos no interior do estado nos municípios de Butiá, Erechim, Ijuí, Santo Augusto, Soledade e Taquari. Realizou-se, ainda, análise de políticas públicas nos municípios de Lajeado (área de exploração sexual), Passo Fundo e Porto Alegre (referente à pirataria), assim como fiscalização a abrigos para idosos em São Borja e Campo Bom.

O Projeto Fiscalização de Abrigos de Porto Alegre, ainda em curso, visa o conhecimento da realidade de toda a rede municipal de abrigos, bem como oferecer subsídios técnicos à intervenção do Ministério Público na área. O projeto teve sua execução iniciada em julho de 2006, sendo as visitas concluídas em junho de 2007. Foram realizadas 75 visitas desde o início do projeto, sendo em torno de 30 no ano de 2007. Após a realização das visitas e elaboração do respectivo relatório realizou-se o Seminário “Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade”, nos dias 03 e 04 de outubro de 2007. As Assistentes Sociais da equipe atuaram no projeto desde a elaboração, até sua plena execução, o que implicou, além de outras tarefas na elaboração de dois textos que compuseram uma publicação entregue a todos os participantes do evento, os quais intitularam-se: “Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade” e “Orientações gerais quanto ao reordenamento de abrigos para crianças e adolescentes”. Também foi apresentado no Seminário o resultado da situação dos abrigos no município. O projeto mencionado mantém-se em 2008, contudo em outra fase de execução, neste momento, focado na efetivação das recomendações apontadas quanto ao reordenamento de cada equipamento de abrigo.

Efetivou-se, a pedido da Administração do Ministério Público, análise técnica da intervenção do Serviço Social na instituição resultando em documento, apresentado ao Subprocurador para Assuntos Administrativos no mês de outubro de 2007, intitulado “Análise da intervenção do serviço social no Ministério Público”.

Deve-se pontuar, ainda, a elaboração concluída em dezembro de 2007, do projeto “Fiscalização de estabelecimentos privados destinados à moradia de pessoas idosas e/ou portadores de transtorno mental, localizados na cidade de Porto Alegre” o qual se encontra em análise pela Administração do Ministério Público.

Foram realizadas, também, atividades voltadas para a área de recursos humanos, quanto ao acompanhamento funcional de profissionais em reabilitação funcional.

Quanto à Unidade de Assessoramento Contábil, temos de ressaltar a realização do 1º Curso de capacitação para Curadores, no intuito de divulgar o Manual de Prestação de Contas de Família e Sucessões. O Manual foi formulado considerando-se o elevado número de processos de curatela e inventário, que exigem a manifestação do Ministério Público quanto à regularidade das prestações de contas realizadas pelos curadores, e que não seguiam nenhum modelo de apresentação. O Curso contou com a presença de oito curadores e teve uma excelente receptividade.

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Ministério Público teve início em 16-12-2003, no edifício da Andrade Neves da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por meta promover os seguintes objetivos: estimular a consciência ambiental; promover o exercício da cidadania; melhora a qualidade do trabalho e ser referência ambiental. Após a implantação do PGRS na sede da Andrade Neves, o PGRS foi implantado na Casa da Cidadania e no edifício que abriga as Promotorias de Justiça da Santana. Em 2007, o Programa foi implantado nos prédios na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto em solenidade que contou com a presença da Administração Superior, de Procuradores, Promotores, servidores e estagiários da Instituição, todos engajados para o sucesso de mais essa etapa. Dando prosseguimento ao cumprimento dos objetivos do Programa, ou seja, efetivar a coleta segregativa em todas as promotorias da capital e interior, foi iniciada a coleta na Promotoria Regional do Alto Petrópolis. Logo a seguir, em dezembro de 2007, foi implantado o PGRS na Promotoria de Justiça de Canoas, a primeira Promotoria do interior contemplada com o Programa. Até o presente momento já foram destinados corretamente as seguintes quantidades de resíduos:

- Papéis: 116.831,00 kg;
- Lâmpadas Fluorescentes: 2.700 unidades

Os resíduos orgânicos são recolhidos pelo DMLU, mediante convênio, tendo como contraprestação a doação dos resíduos classificados como “lixo seco”, destinados à Centrais de Reciclagem.

Além disso, em 2008, dentro de um cronograma de expansão, será iniciada a coleta em todas as Promotorias do interior que contam com sede própria e coleta seletiva na cidade.

Número de Relatórios Produzidos

Em 2007, foram elaborados 4479 documentos pelas três áreas de conhecimento da Divisão de Assessoramento Técnico, assim distribuídos:

- área do meio ambiente: 2709
- área contábil: 1357
- área do serviço social: 413

Temas Abordados

Nos 4479 pareceres/relatórios de vistorias elaborados durante o ano de 2007, os principais temas abordados foram os seguintes:

1. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS:

Foram expedidos, 413 relatórios técnicos distribuídos entre: avaliações sociais, avaliações psicológicas, vistorias a entidades de atendimento, relatórios de análise de projetos e de políticas públicas, bem como projetos de intervenção. Do conjunto das intervenções realizadas noventa porcento ocorreram em Porto Alegre e região metropolitana e dez porcento no interior, sendo distribuídos da seguinte forma, três na região das Missões, três na região Central, um no Planalto e três no Litoral. Entre os principais temas que foram abordados estão os seguintes:

- Infância e juventude
- Idosos
- Doentes Mentais
- Pessoa com deficiência
- Interdição
- Violência contra mulher
- Rede de proteção Social
- Exploração sexual
- Família
- Drogadição/ Alcoolismo

2. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO AMBIENTAL

- agrotóxicos;
- água;
- áreas protegidas;
- construção civil;
- criação intensiva;
- fauna;
- loteamento;
- patrimônio cultural;
- poluição industrial;
- poluição sonora;
- postos de combustível;
- recursos hídricos;
- resíduos sólidos;
- suinocultura;
- construção irregular;
- ar;
- esgoto/saneamento básico;
- flora;
- solo;
- mineração;
- geoprocessamento.

3. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO CONTÁBIL

- Aplicação de Recursos /Fundos;
- Atualização Financeira em Liquidações de Sentença e Termo de Ajustamento de Conduta;
- Avaliações e apuração de valores;
- Custos preços pagos por Entidades Públicas em correlação com os de mercado;
- Diárias de Viagens – verificação da efetividade e excessos;
- Eleitoral – prestações de contas de Partidos Políticos e de Candidatos;
- Falência e Recuperação de Empresas – Acompanhamento da viabilidade do plano recuperação e reestruturação e da prestação de contas do Administrador Judicial;
- Licitação – fiscalização e verificação da legalidade.
- Lei de Responsabilidade Fiscal – Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores;
- Orçamentos – aplicação dos recursos e inversão de ordem cronológica;
- Outros Repasses de Recursos Públicos e Privados (Associações, Cooperativas)
- Perícia Contábil – elaboração de quesitos, análise de laudos periciais em processos, realização de perícias;
- Prestação de Contas de Família, Interdições, Inventários e Sucessões;
- Sigilo Bancário – análise e emissão de pareceres;
- Tarifas Públicas – acompanhamentos dos reajustes e aplicação da planilha do GEIPOT;
- Tomada de Contas de Entidades Assistenciais, Fundos e Fundações;

e) Diversificação dos Recursos Humanos

Em 2006 a DAT já era responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, da defesa do patrimônio histórico-cultural, da contabilidade, das áreas de engenharia civil e arquitetura e da área do serviço social e psicologia. Em 2007, além de se manter essa estrutura de assessoramento, a DAT teve a inclusão no seu quadro de recursos humanos de profissionais da área da contabilidade que estavam lotados no Centro de Apoio Operacional Cível e Patrimônio Público e das assistentes sociais lotadas na Promotoria de Família e Sucessões e da Promotoria da Infância e Juventude do Núcleo do Ato Infracional.

f) Pesquisa de Opinião

A Divisão de Assessoramento Técnico, a partir de 28/06/2004, implantou um sistema de “Pesquisa de Opinião” sobre os relatórios produzidos no setor com a finalidade de se avaliar a qualidade do trabalho elaborado pela Divisão aos Promotores de Justiça. Em 2007, pela primeira vez os resultados qualitativos da atuação das três áreas de assessoramento foram divulgadas em conjunto. Entretanto, diferentemente das pesquisas de Opinião anteriores, os relatórios produzidos pela DAT passaram a ser avaliados observando-se os seguintes itens:

- O parecer atendeu ao que foi solicitado em ofício/despacho?
- As considerações apresentadas permitiram fundamentar tecnicamente a atuação ministerial?
- As conclusões e sugestões do parecer foram apresentadas de forma comprehensível?

- As informações apresentadas foram suficientes para o encaminhamento adequado do processo?
- As medidas sugeridas contemplam solução para a demanda apresentada?
- O fluxo de informações entre a DAT e a Promotoria foi adequado(contacto do assessor, agendamento de vistoria, etc.)?
- O tempo de resposta permitiu que fosse dado encaminhamento ao processo em tempo hábil?

1. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS

No período de 01/01/06 até 31/12/06, foram respondidas 24 pesquisas de opinião. Durante o mesmo período, a Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos emitiu 212 pareceres, representando um retorno de 11% de respostas aos documentos emitidos pela DAT(Direitos Humanos).

Tendo em vista tratar-se da primeira divulgação dos resultados das pesquisas sobre a atuação da DAT na área, também podemos concluir que o assessoramento contábil vem sendo realizado de forma eficiente e com qualidade, pois vários quesitos estão com aprovação de 92%.

2. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO AMBIENTAL

No período de 01/01/06 até 31/12/06, foram respondidas 498 pesquisas de opinião. Durante o mesmo período, a Unidade de Assessoramento Ambiental emitiu 2709 pareceres/relatórios de vistoria na área do meio ambiente, representando um retorno de 20% de respostas aos documentos emitidos pela DAT.

Importante salientar que esse número representa apenas as solicitações que são recebidas na Divisão de Assessoramento Técnico e que são respondidas mediante a emissão de Parecer e/ou Relatório de Vistoria, ou seja, não incluem as demais atividades desenvolvidas pela DAT, tais como: participação em audiências, atendimentos informais, elaboração de roteiros técnicos, participação em reuniões, participação em grupos de trabalhos de discussões técnicas, participação em capacitações, além de também não expressar a complexidade das demandas que chegam à DAT.

Comparando-se os dados dos resultados das duas Pesquisas de Opinião já realizadas, percebe-se que a Divisão de Assessoramento Técnico manteve o bom desempenho já obtido na pesquisa anterior, indicando a qualidade do assessoramento técnico que vem sendo prestado aos Membros do Ministério Público: com os novos quesitos, os resultados apontam que praticamente todos os quesitos analisados chegaram a uma aprovação superior a 93%.

3. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO CONTÁBIL

No período de 01/01/06 até 31/12/06, foram respondidas 48 pesquisas de opinião. Durante o mesmo período, a Unidade de Assessoramento Contábil emitiu 579 pareceres, representando um retorno de quase 10% de respostas aos documentos emitidos pela DAT(Contábil).

Tendo em vista tratar-se da primeira divulgação dos resultados das pesquisas sobre a atuação da DAT na área, também podemos concluir que o assessoramento contábil vem sendo realizado de forma eficiente e com qualidade, pois praticamente todos os quesitos estão com aprovação superior a 92%.

Por fim, a DAT ainda realizou as seguintes atividades:

1. GERAIS (INTER-AGENDA):

Participação das três áreas da DAT na elaboração do mapa estratégico do Ministério Público do Rio Grande do Sul;

2. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS :

Participação de cursos e palestras como ministrante

- 2ª Jornada de Saúde mental do grupo Hospitalar Conceição, na mesa “Tramas e dramas: questões legais no atendimento em saúde mental”. Palestrante: Maria Bernadette de Moraes Medeiros e Sílvia Tejadas
- Seminário “Espaços de atuação do Assistente Social frente as transformações societárias”, sobre o papel do “Serviço Social no campo sócio-jurídico”. Palestrante: Sílvia Tejadas.
- Evento “Perícia Social” promovido pelo IBDFAM. Apresentadora: Sílvia Tejadas.
- Capacitação de candidatos a conselheiros sobre “Redes de atendimento e o conselho tutelar”. Palestrante: Sílvia Tejadas.

Participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos

- Curso de planejamento e avaliação de projetos sociais
- Seminário de Planejamento Familiar
- Seminário FICAI: 10 anos de garantia do direito à educação
- Projeto de Fiscalização de Abrigos de Porto Alegre
- Projeto de Fiscalização de abrigos nos municípios de Butiá, Erechim, Ijuí, Santo Augusto, Soledade e Taquari
- Seminário “Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade”
- Curso de extensão Universitária de coleta de testemunho adulto e infantil
- Treinamento Básico
- Técnicas de entrevista com testemunhas e vítimas
- Socialização Institucional

- Participação da Palestra- “Stress a seu favor”
- Curso de formação sobre “Família em crise, família de baixa renda”
- Planejamento Estratégico- GEMP 2022
- Participação em audiência pública realizada pela Ouvidoria do Ministério Público
- Participação do IV Seminário Regional do Serviço de Sentinelas e V Jornada contra Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no município de Lajeado
- Realização de projeto referente a uso de bebidas alcóolicas, por crianças e adolescentes
- Participação do Projeto “Escolegal”- Programa Educacional sobre Consumo de Produtos Ilícitos- Piratas e Contrabandeados- Aplicado a escolas de ensino fundamental para crianças entre 07 e 12 anos
- Curso de Formação em Direitos Humanos da escola Superior do Ministério Público
- Capacitação para Psicólogo responsável pela avaliação psicológica e como psicólogo perito examinador do trânsito
- Curso de e Curso de Atualização em avaliação psicológica nas organizações
- Participação do Seminário SUAS: Implantação e Participação;
- Participação do 36º Encontro Nacional do CFESS/CRESS.
- Participação do I Encontro Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Cidade de Porto Alegre.

Apresentação de trabalhos em congressos

- Apresentação de trabalho oral no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Apresentadora: Maria Bernadette de Moraes Medeiros.
- Apresentação de pôster e trabalho oral no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Apresentadora: Sílvia Tejadas
- Apresentação de pôster em Feira de Iniciação Científica da PUCRS; Palestrante em capacitação de candidatos a Conselheiros sobre “Redes de atendimento e o Conselho Tutelar. Apresentadora: Sílvia Tejadas

3. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO AMBIENTAL:

Artigos e resumos publicados e submetidos

- Borba, A. W.; Marschin, A. J.; Noronha, F. L.; Casagrande, J.; Mizusaki, A. M. P. 2007. Provenance of the sedimentary rocks of the Bom Jardim Group (Neoproterozoic, southern Brazil): evidences from petrography, geochemistry and Neodymium isotopes. Latin American Journal of Sedimentology and Basin Analysis, vol. 14 (1): 25-42.
- Barros, M. A. S.; Mizusaki, A. M. P.; Weska, R. K.; Borba, A. W.; Chemale Jr., F.; Costa, E. C. 2007. Petrografia, geoquímica, análises isotópicas (Sr, Nd) e geocronologia Ar-Ar dos basaltos de Tapirapuã, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. Pesquisas em Geociências, vol. 33 (2): 71-77.
- Maraschin, A. J.; Mizusaki, A. M. P.; Sbrissa, G. F.; Borba, A. W. 2007. Datação radiométrica de minerais diagenéticos em arenitos-reservatório de hidrocarbonetos. XI Congresso Brasileiro de Geoquímica, Atibaia, SP.

- Souza, L. F.; Ritter, C.; Gelain, D. P.; Andrade, M. E.; Bernard, E. A.; Moreira, J. C. F.; Dal-Pizzol, F. 2007. Mitochondrial superoxide production is related to the control of cytokine release from peritoneal macrophage after antioxidant treatment in septic rats. *Journal of Surgical Research*, v. 141: 252-256.
- Souza, L. F.; Barreto, F.; Silva, E. G.; Andrade, M. E.; Guimarães, E. L. M.; Behr, G. A.; Moreira, J. C. F.; Bernard, E. A. 2007. Regulation of LPS simulated ROS production in peritoneal macrophages from alloxan-induced diabetic rats: involvement of high glucose and PPAR- α . *Life Sciences*, v. 81: 153-159.
- Silva, P. R. S.; Amaral, F. G. 2006. MAICAPI – Metodologia de Avaliação de Impactos e Custos Ambientais em Processos Industriais. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 11: 212-222.
- Amaral, F. G.; Silva, P. R. S. 2007. Avaliação de custos ambientais em processos industriais. *Produto e Produção*.
- Oliveira, T. G.; Tortato, M. A.; Kasper, C. B.; Marques, R. V.; Marques, M. C.; Cassaro, K. 2006. Little spotted cat in Brazil. *Wild Cat News – www.Cougarnet.org*, 5p. il.
- Strieder, A. J.; Buffon, S. A.; Quadros, T. F. P.; Oliveira, H. R. 2007. Sistemas de informações georreferenciadas: tendências futuras. *Conselho em revista*, v. 34.
- Strieder, A. J.; Buffon, S. A.; Quadros, T. F. P.; Oliveira, H. R. 2007. Predicting favourable areas for landsliding through GIS modelling in Aparados da Serra (Brazil). 2007. *Geo-Environment and Landscape Evolution II*, 467-475.
- Souza, L.F.; Silveira, L.K.; Scheren, L. W.; Buffon, S. A. 2007. Tecnologia aplicada à conservação – mapeamento das áreas prioritárias para restauração das matas ciliares nas bacias hidrográficas dos rios Mamputuba e Tramandaí.

Participação em bancas examinadoras

- Participação em banca examinadora de curso de doutorado na área de engenharia florestal (Luciano Scheren).
- Participação em banca examinadora de curso de mestrado na área de engenharia florestal (Luciano Scheren).
- Participações em bancas examinadoras (2) de trabalho de conclusão de curso de geologia (André Borba).

Participação de cursos e palestras como ministrante

- Curso sobre valoração de danos ambientais para o Ministério Público do Estado da Bahia. Ministrantes: Alencar Heidrich e Fábio Mohr.
- Curso GPS – Sistema de Posicionamento Global para a equipe DAT (Ambiental). Ministrantes: Sérgio Buffon e Luiz Fernando Souza.
- TREDILAM 2007 – treinamento de secretários de diligências na área ambiental. Ministrantes: equipe DAT.
- Palestra sobre a evolução do escudo geológico sul-riograndense para a disciplina do curso de geologia da UFRGS. Palestrante: André Borba.
- Treinamento aplicado a Brigada Militar de Não-Me-Toque sobre o uso do decibelímetro. Ministrantes: André Bartrh e Énio Alves da Silva.
- Formação de facilitadores do PGGRS – Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Ministrantes: Paulo Porto e Flávio Faccin.
- Palestras de sensibilização sobre práticas e conceitos do PGGRS. Ministrantes: Paulo Porto e Flávio Faccin.

- Palestra sobre a atuação do engenheiro químico no Ministério Público realizada na ABEQ – Associação Brasileira de Engenharia Química. Ministrantes: Flávio Faccin e Alencar Heidrich.
- Palestra: Geração de Energia e Impactos ao Meio Ambiente – Seminário Economia às 5:30 na FACE/PUCRS. Ministrante: André Borba.
- Professor do curso de especialização em biologia e genética forense na PUCRS (Luiz Fernando Souza).

Defesa de teses, dissertações e monografias

- Defesa de tese de doutorado em engenharia florestal (Rodrigo Mattos).

Participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos

- Curso GPS – Sistema de Posicionamento Global (CEAF).
- Cursos de introdução ao SPRING realizado pelo INPE em São José dos Campos.
- Curso de projeto e operação de estações de tratamento de efluentes líquidos (Hanstec Planejamento e Consultoria Ambiental)
- Palestra da FEPAM sobre a aplicação das novas resoluções 128 e 129/2006 que estabelecem critérios para lançamento de efluentes líquidos
- Curso sobre reuso e redução do consumo de água promovido pela ABES
- Disciplina de tópicos em ecologia: ecologia da restauração do curso de pós-graduação em ecologia da UFRGS
- XV Congresso Brasileiro de Ornitologia (PUCRS)
- Participação no evento Lançamento do Mapeamento do Bioma Pampa (UFRGS).
- Curso sobre créditos de carbono (MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em Porto Alegre
- Curso de extensão universitária sobre macroinvertebrados bentônicos: biomonitoramento das águas pela Unisinos
- Curso de extensão universitária sobre ecologia das aves pela Unisinos
- Curso de extensão universitária sobre mamíferos neotropicais pela Unisinos
- V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em Foz do Iguaçu, PR
- V Meeting of SFRBM – South American Group and V International Conference on Peroxynitrite and Reactive Nitrogen Species, Montevidéu
- Curso de capacitação de docentes pela PUCRS
- IV Simpósio: A Universidade Frente aos Desafios da Sustentabilidade realizado na PUCRS
- Curso Safra 2007/2008 – perspectivas de produção e tendências para os preços de trigo, milho, boi & carnes, arroz, bioenergia e soja
- Curso de pós-graduação em tecnologia de frutas e hortaliças pela UFPEL
- Participação no II Seminário sobre Tecnologias Limpas realizado na UFRGS
- Palestra Passivos Ambientais: Biorremediação, uma Alternativa Tecnológica
- Curso a distância – Fundamentos de Poluição do Ar (Apliquim Tecnologia Ambiental)
- Participação no Curso A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro;
- Participação no 3º Seminário de Arquitetura – Jaguarão Ecletismo no Sul
- Participação no Treinamento Básico e Socialização Institucional – MP/RS;
- Participação no Planejamento Estratégico – GEMP 2022;
- Participação no IV Workshop de Analista de Resíduos Agrotóxicos do Estado do Rio Grande do Sul;

- Participação no Treinamento Os 10 anos da Lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos;
- Participação no Curso Atualização em gestão – Coaching;
- Participação no Curso Gestão Integrada de Resíduos e Água;

Apresentação de trabalhos em congressos

- Sauter I. P.; Souza, L. F.; Souza, M. M.; Jardim, F. R.; Bernard, E. A. Participação dos receptores de adenosina na ativação de mmp-9 por ácido lipoteicóico. In: XIX Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, Porto Alegre. Livro de Resumos, 2007, 390-390.
- Souza, M. M.; Souza, L. F.; Sauter I. P.; Nunes, T. E. T.; Jardim, F. R.; Bernard, E. A. Efeito da adenosina extracelular na produção de óxido nítrico modulada por componentes da parede celular de bactérias. In: XIX Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, Porto Alegre. Livro de Resumos, 2007, 390-390.
- Souza, L. F.; Franke, C.; Nunes, C. C.; Jardim, F. R.; Margis, R.; Bernard, E. A. Lipoteichoic acid stimulated nitric oxide production is regulated by A2A and A2B adenosine receptors in RAW 264.7 macrophages. In: V Meeting of SFRBM – South American Group and V International Conference on Peroxynitrite and Reactive Nitrogen Species, 2007, Montevidéu. Livro de Resumos, 2007, 61-61.

Participação de audiências públicas

- Audiência pública sobre a troca de mananciais para abastecimento de água de Butiá e mineração de carvão da empresa COPELMI.
- Audiência pública sobre o plano de ação do grupo de trabalho Beira-Trilho em Passo Fundo.
- Audiência pública sobre patrimônio histórico em Esteio.
- Audiência pública sobre a mineração de arenito na região de Sério.
- Audiência pública sobre recuperação de matas ciliares em Tucunduva e Novo Machado.
- Audiência pública sobre impactos da poluição do Rio dos Sinos no município de Estância Velha.
- Audiência pública sobre plano de manejo do Parque Estadual de Itapeva em Torres.

Estudos de análise de EIA-RIMA

- Complexo Carrero II – Hidrelétrica de Guaporé.
- CTSUL – Companhia Termelétrica do Sul de Cachoeira do Sul.
- VCP – Silvicultura Metade Sul.
- COPELMI – mineração de carvão em Butiá.
- Planos diretores dos municípios de Capão da Canoa e Imbé.

Outros

- Trabalho de análise do zoneamento ambiental da silvicultura.
- Elaboração do guia de procedimentos para quantificação de custos ambientais.
- Reuniões para apresentação e aprimoramento dos procedimentos de quantificação de custos ambientais.
- Acompanhamento como assistentes técnicos em inspeções e perícias judiciais.
- Trabalho de análise e vistorias a respeito da mineração de arenito na região de Sério.

- Elaboração do roteiro de atuação para poços de captação de águas subterrâneas.
- Implementação do programa de monitoramento mensal das queimadas no RS através do uso do banco de dados do INPE.
- Trabalho de análise dos focos de queimadas entre os anos 2003 e 2007 no RS, identificando áreas com grande concentração de queimadas.
- Participação nas reuniões de discussão sobre zoneamento ambiental da silvicultura no RS.
- Participação nas reuniões do COMITESINOS.
- Ações para a implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na nova sede do MP, em prosseguimento ao programa implantado em 2002;
- Análise de riscos sobre ocupação de área contaminada por cromo, cedida à construção de campus da Universidade Unipampa em Uruguaiana.
- Estudo de causas e valoração de impactos na bacia do Rio dos Sinos, após ocorrida mortandade de 86 ton de peixes.
- Elaboração das informações técnicas: oficinas mecânicas e borracharias, rampas de lavagem e troca de óleo e armazenamento de resíduos sólidos não perigosos;

4. UNIDADE DE ASSESSORAMENTO CONTÁBIL:

- Realização de Seminário sobre o “Manual de Prestação de Contas de Família e Sucessões e respectivo roteiro de avaliação” destinado aos Curadores, Tutores e Inventariantes;
- Participação no “Curso de Aperfeiçoamento em ACCESS” - ministrado pelo SENAC Informática;
- Participação no “Curso Prático de Licitações” ministrado pela Escola Superior da PGE – RS;
- Participação no “Seminário de Combate a Pirataria” ministrado pelo CEAF;
- Participação no “Seminário Plano de Metas Compromisso todos pela Educação” ministrado pelo IGAM
- Participação no “Curso de Contabilidade Pública” Ministrado pelo Grupo Fortes.
- Participação do “Curso Contabilização, Escrituração e Demonstrações Contábeis no RPPS” ministrado pelo IGAM
- Participação no “Congresso da Boa Governança no Sistema Financeiro” ministrado pelo IIEDE – Instituto Internacional de Estudos de Direito de Estado.
- Participação no “I Fórum Estadual de Vigilância de Medicamentos e as Relações de Consumo” ministrado pelo CEAF
- Participação no seminário “As Reformas Institucionais: a busca de um consenso” – VII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional – pala OAB/RS.
- Participação no “Congresso Internacional da Gestão da Qualidade” – 42ª Reunião do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade

**SUBPROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS**



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Criada pela Lei Estadual nº 11.410, de 06 de janeiro de 2000, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais está estruturada no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional; promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos.

Para auxiliar a consecução destes objetivos, encontram-se vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais: o Gabinete de Planejamento Institucional (GABPLAN), o Gabinete Eleitoral (GAEL), a Força-tarefa Bingos, os Centros de Apoio Operacional e o Memorial do Ministério Público.

Ao longo do ano de 2007, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolveu suas atividades a partir do Planejamento Estratégico Institucional 2006/2007, sempre buscando o aprimoramento da política institucional. Com esse foco, participou ativamente do GEMP 2022 – Gestão Estratégica do Ministério Público; bem como apoiou ações por área de atuação (meio ambiente, cidadania, infância e juventude, ordem urbanística, consumidor, criminal e cível). Noutra face de sua atuação, no atendimento de membros da Instituição, serviu de instrumento para a solução de diversos procedimentos, buscando a valorização da função como órgão agente, o incremento do contato social e a efetividade de atuação.

Assim, para delinear a atuação no exercício de 2007, sem qualquer pretensão exaustiva, seguem relatados os pontos relevantes que marcaram a política institucional, a gestão de Promotores e Procuradores de Justiça e as relações estabelecidas com órgãos públicos e a sociedade civil organizada.

a) Atividades do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Toda a atuação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais passa por estratégias ancoradas na garantia da independência política e funcional do Ministério Público. O trabalho caracteriza-se por um fluxo contínuo de relações, por exemplo, com o Procurador-Geral de Justiça e demais Subprocuradores-Gerais de Justiça, com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, Centros de Apoio, Promotorias de Justiça Especializadas, Assessorias e principalmente pelo atendimento direto aos Membros da Instituição.

Seguem apenas os atos mais solenes ou que comportaram agendamento prévio. Igualmente em relação às atividades externas, trata-se antes de quadro ilustrativo, sem qualquer pretensão exaustiva.

Atividades internas e externas do Subprocurador-Geral de Justiça Para Assuntos Institucionais	
Reuniões com o Procurador-Geral de Justiça	42
Reuniões com os Subprocuradores-Gerais de Justiça	10
Reuniões com a Corregedoria-Geral do Ministério Público	04
Reuniões com Coordenadores de Promotorias de Justiça Especializadas	11
Reuniões com Coordenadores de Centros de Apoio	16
Reuniões com Procuradores/Promotores de Justiça	44
Reuniões com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário	55
Reuniões e/ou Audiências com órgãos externos	52
Participação em solenidades	48
Representação do Procurador-Geral de Justiça em eventos e solenidades	11
Visitas em Promotorias de Justiça do Interior	13
Participação em reuniões com Ministérios Públicos de outros Estados, GNCOC e CNPG	13
Participação em reuniões de planejamento e/ou execução de projetos institucionais:	
Alinhamento Estratégico/ GEMP 2022	
Programa Veraneio	19
Combate à Pirataria	
Conselhos de atuação por área: Criminal, Cível e Defesa do Patrimônio Público, Consumidor, Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, Meio Ambiente, Infância e Juventude e Direitos Humanos.	03
	04
	05
Participação em Congressos, Seminários e Palestras	18
Contatos com a mídia:	
Participação em programas de televisão	05
Entrevistas para programas de televisão	11
Entrevistas para rádios/jornais/web-sites	35

b) Dados qualitativos da atuação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Para atuar com eficácia, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais desenvolve atividades destinadas a dar sustentação e credibilidade às ações do Ministério Público.

Internamente, a atuação ancora-se na divulgação das questões de interesse aos Membros da Instituição e na promoção da integração entre Promotores e Procuradores de Justiça. Externamente, atua no estreitamento das relações da Instituição com outros Órgãos Públicos e, de modo geral, com a sociedade.

Nesse sentido, a agenda de compromissos é constantemente atualizada e, muitas vezes, alterada, para acompanhar a dinâmica dos acontecimentos que exigem a participação da Instituição. As exigências e solicitações são plúrimas, desde a realização de reuniões interinstitucionais, audiências públicas, passando por palestras, entrevistas (para toda a mídia, com ênfase para a capilaridade das rádios regionais e municipais) e contatos diretos com autoridades e a sociedade civil, como fora demonstrado na tabela anterior.

Ainda, para ilustrar, seguem relacionadas reuniões e audiências realizadas em 2007, que identificam a pluralidade de assuntos abordados: Associação de Moradores da Rua Dario Pederneiras, União de Vereadores do Rio Grande do SUL – UVERGS, Audiência Pública sobre Silvicultura em Pelotas e Caxias do Sul, Audiência Pública MST e FARSUL, Audiência Pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da ALRS, Sindicado dos Registradores do Rio Grande do Sul, Colégio Registral do Rio Grande do Sul, Colégio Notarial do Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Repressão à Fraude, Sindicato Estadual das Rodoviárias, Sindicato dos Escrivães de Polícias – UGEIRM, Frente Parlamentar contra Prorrogação de Pedágios e o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul-CPERGS. Em relação ao trabalho realizado junto a órgãos e instituições governamentais, podem ser citadas reuniões com o Comando da Brigada Militar, Chefia de Polícia, Instituto Geral de Perícias-IGP, SUSEPE/RS, FASE/RS, Casa Civil, Secretarias de Estado (Segurança Pública, Justiça e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) e Secretarias Municipais de Porto Alegre (Meio Ambiente, Gestão).

A eficácia da atuação institucional passa, também, pela realização de convênios em diferentes áreas de atuação. Assim, por força do Provimento 13/2005, incumbe à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais a avaliação do interesse em formalizar ou renovar convênios em que seja parte o Ministério Público. Em 2007 foram analisadas 30 propostas de convênios, sendo que 07 foram celebrados no exercício passado, 19 foram apreciados favoravelmente e 03 não foram renovados.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais atua como agente catalisadora e facilitadora de procedimentos, servindo de canal de comunicação aos Membros do Ministério Público e à sociedade. Em 2007, a Secretaria da Subprocuradoria-Geral expediu 930 ofícios/memorandos e 830 mensagens de e-mail, recebeu 1.283 correspondências e 1.413 mensagens de e-mail e promoveu a tramitação de 305 despachos em novos expedientes.

Parte das demandas recebidas são intervenções solicitadas por Membros do Ministério Público, para fins de agilizar procedimentos ou contribuir na solução de entraves. Em 2007 foram expedidos ofícios a 31 diferentes órgãos, totalizando 174 intervenções, a saber:

Intervenções realizadas a pedidos de Procuradores/Promotores de Justiça	
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	04
Associação Anti-Pirataria Cinema e Música – APCM	01
Associação Brasileira de Inteligência	05
Banrisul	01
Banco Central do Brasil	01
Casa Civil RS	02
Chefe de Polícia	13
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG	03
Colégio Registral do Rio Grande do Sul	01
Comando-Geral da Brigada Militar do RS	10
Conselho Nacional do Ministério Público	01
Corregedoria-Geral da Justiça do RS	09
Corsan	01
CPERS	01
Defensoria Pública do RS	03
Detran RS	02

Famurs	01
FEPAM	01
Fórum Nacional de Combate à Pirataria	01
Fundação de Assistência Socio-Educativa	01
Instituto Geral de Perícias - IGP	06
Município de Porto Alegre	01
Ministério da Previdência Social	01
Ministério do Meio Ambiente	01
Ministério Público Especial no TCE	01
Ministério Público Estadual de Minas Gerais	01
Ministério Público Estadual de Goiás	01
Ministério Público Federal no RS	04
Ouvidoria Agrária Nacional	01
Procon Estadual do RS	01
Procuradoria-Geral da República	01
PUCRS	01
Receita Federal	01
Secretaria da Segurança Pública do RS	29
Secretaria de Justiça e do Desenvolvimento Social	02
Secretaria Estadual da Infra-Estrutura e Logística	01
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	04
Secretaria Estadual da Fazenda	01
Secretaria da Habitação, Desenvolvimento Urbano do Estado do RS	01
Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	02
Secretaria da Irrigação e Usos Múltiplos da Água	01
Superintendência Regional da Polícia Federal	04
SUSEPE	06
Tribunal de Contas do Estado	15
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	06
Outros	19

Para exemplificar dados da comunicação interna, é válido citar os Ofícios-Circulares enviados aos Membros da Instituição para constante atualização:

Memo-Circular SUBINST. nº 194/07 e 608/07 – registros de armas;

Memo-Circular SUBINST. nº 309/07 e 355/07 – disciplina para instauração e tramitação de Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público;

Memo-Circular SUBINST nº 586/07 – atuação do Ministério Público em questões agrárias;

Memo-Circular SUBINST. nº 630/07 – qualificação de testemunhas em denúncias de natureza criminal;

Memo-Circular SUBINST. nº 659/07 – estatística dos inquéritos civis e ações civis públicas existentes no Rio Grande do Sul que versam sobre improbidade administrativa;

Memo-Circular SUBINST. nº 740/07 – estatística de denúncias e sentenças de bens apreendidos em ações penais relativas a crimes de lavagem de dinheiro;

Memo-Circular SUBINST/CGMP. nº 631/07 – políticas públicas para pessoa determinada, maior e carente;

Memo-Circular SUBINST. nº 741/07 – cobrança de emolumentos de requisições oriundas do Ministério Público

Memo-Circular SUBINST de 26/12/07- decisão liminar obtida pelo Ministério Público contra portaria que impunha limites ao exercício do controle externo da atividade policial.

O trabalho de atualização dos Membros da Instituição passa, também, pelo criação de ferramentas de apoio ao cotidiano das Promotorias de Justiça do Estado. Para esse fim, a Subprocuradoria-Geral de Justiça elaborou e divulgou um Manual de Sistema de Consultas, para auxiliar os Promotores e Procuradores de Justiça no desempenho de suas atribuições diárias, facilitando a operação de todos os sistemas de consultas a bancos de dados disponibilizados ao Ministério Público. São eles: Consultas Integradas, sistemas da PROCERGS, INFOSEG (que inclui a base de dados da Receita Federal – pessoa física e jurídica), consulta processual do TJRS, COAF, dentre outros.

No ano de 2007, esta Subprocuradoria fez o acompanhamento processual de processos de interesse e repercussão institucional (como o julgamento do apenado Papagaio), cujos andamentos (liminares, sentenças, acórdãos), foram acompanhados de perto, bem como seus resultados divulgados na *intranet* do MP ou por e-mail circular.

b) GABINETE DE APOIO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Criado em abril de 2003 pelo Provimento n.º 15/2003, o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional (GABPLAN) tem funções de assessoramento e configura-se como uma importante ferramenta de formulação, monitoramento e avaliação de ações e posicionamentos institucionais, além de facilitar a cooperação com organismos governamentais e não-governamentais e auxiliar na atualização e consecução do plano geral de atuação institucional.

Para tanto, o GABPLAN participa da construção de diretrizes e metas da Instituição, atuando, neste particular, de forma articulada com o GAGI (Gabinete de Articulação e Gestão Integrada) e o CEAF (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional) e em permanente contato com os CAOs (Centros de Apoio Operacional), bem como prestando assistência aos órgãos de execução no planejamento de suas atividades funcionais e contribuindo na busca de integração dos diversos organismos institucionais.

A fim de concretizar tais objetivos, durante o ano de 2007, realizaram-se diversas reuniões entre o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, a coordenação do Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, dos Centros de Apoio Operacional e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Nesses encontros, foram discutidas estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada pelas diversas áreas da Instituição, bem como a participação desses entes no projeto GEMP 2022.

b.1) Gestão Estratégica do Ministério Público – GEMP 2022:

O projeto GEMP 2022 (Gestão Estratégica do Ministério Público) foi instituído com o objetivo de construção de um futuro compartilhado, através do estabelecimento de uma visão comum, da definição de prioridades e de mecanismos para a atuação integrada. Foi concebido não como um projeto de Administração, e sim da Instituição, a ser concretizado em várias etapas, ou seja: Alinhamento Estratégico; Construção do Mapa Estratégico; Pré-Validação do Mapa Estratégico; Formulação de Indicadores; Validação do Mapa Estratégico; Estabelecimento de Metas, Projetos e Planos de Ação; Lançamento; Monitoramento, etc.

Ao longo do ano de 2007, na busca de concretizar o objetivo de consolidação de um projeto e da implementação de um modelo de gestão estratégica, foram realizadas diversas atividades que, além de constituírem um momento para repensar a Instituição, representaram também o pontapé inicial de um processo contínuo, que se ajusta perfeitamente ao dia-a-dia institucional.

Nesse processo, a coordenação do GABPLAN integrou a Comissão Executiva do GEMP 2022, responsável pela implementação das etapas previstas no projeto, participando de reuniões semanais, que ocorreram a partir do início do mês de abril de 2007, e se estenderam até o lançamento oficial do Mapa Estratégico, em 14 de dezembro do corrente.

b.2) Criação de um Núcleo de Inteligência no âmbito do MP-RS:

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais há alguns anos vem procurando informar e qualificar os Membros do MP-RS em relação e esse tipo de atividade.

Em 2007, com o intuito proporcionar a seus membros conhecimento dos fundamentos da atividade, promoveu-se um ciclo de estudos sobre procedimentos de inteligência, do qual participaram, além de Colegas com atuação na área de execução, a coordenação do GABPLAN e de outros órgãos da Administração Superior do MP-RS (total de 33 Membros).

O evento, denominado Ciclo de Estudos e Procedimentos Básicos de Inteligência, com carga horária de 30 horas-aula, foi organizado e ministrado por integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), no Palácio do Ministério Público, entre os dias 28 de maio e 1º de junho.

A par disto, visando preparar a criação de um Núcleo de Inteligência na Instituição, em Curitiba, o Coordenador do GABPLAN participou, entre os dias 22 e 23 de novembro, do “Encontro de Trabalho sobre a Tecnologia da Informação Aplicada às Ações Institucionais”, coordenado pelo Núcleo de Pesquisa e Informação do MP-PR, que teve como principal finalidade difundir conhecimento sobre o uso das novas tecnologias disponíveis, bem como, juntamente com a coordenação do CAOCRIM e do Colega Daniel Sperb Rubin, visitou os Núcleos de Inteligência dos Ministérios Públicos do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, além de estreitar contatos com congêneres dos Ministérios Públicos de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

As sugestões para a efetiva implementação de um projeto de criação do Gabinete ou Núcleo de Inteligência, de cuja construção tem participado ativamente a coordenação do CAOCRIM e o Dr. Daniel Rubin, encontram-se em fase final de elaboração, devendo ser entregues ao Procurador-Geral de Justiça nos primeiros meses de 2008.

b.3) Programa Veraneio 2007

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Provimento n.^o 27/2006, visando a atender aos anseios da sociedade e a dar cumprimento a sua missão constitucional, através do Programa Veraneio, implementado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, adotou medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população no litoral norte.

O lançamento oficial do Programa Veraneio 2007 ocorreu no dia três de janeiro, na Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a presença do então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Roberto Bandeira Pereira; do então Suprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais Interino, Dr. Gilmar Possa Maroneze; da então Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos Interina, Dra. Isabel Dias Almeida; do Subcorregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Armando Antônio Lotti; da Vice-Presidente Social da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Dra. Carmem Silvia Reis Conti; do então Coordenador do CAO de Defesa do Consumidor, Dr. Paulo Valério Dal Pai Moraes; da então Coordenadora do CAO da Ordem Urbanística, Dra. Karin Sohne Gens, e de diversos Promotores de Justiça, Servidores, Prefeitos Municipais da região e autoridades civis e militares.

O Programa Veraneio 2007 foi coordenado pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, representada pelos Promotores Assessores Dr. Carlos Alberto de Araújo e Dr. Luiz Eduardo de Oliveira Azevedo.

Para a função de Coordenador do Litoral foi designado o Dr. Júlio Alfredo de Almeida, Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça Especializada de Osório. E, para a coordenação local, foram escolhidos (pelos próprios participantes do programa) os seguintes Promotores de Justiça: Tramandaí, Dra. Luciana Cano Casarotto; Torres: Dra. Brenusa Marquardt Corleta; e Capão da Canoa: Dra. Caroline Gianlupi.

Para atuação nas funções de execução do Programa Veraneio 2007 foram designados 5 (cinco) Promotores de Justiça para a Promotoria de Justiça de Tramandaí, 4 (quatro) para a de Capão da Canoa e 4 (quatro) para a de Torres. Os Promotores de Justiça designados cumpriram atribuições nas áreas da Infância e Juventude, Criminal, Ambiental e da Defesa Comunitária. A força de trabalho ministerial totalizou, portanto, 13 (treze) Promotores de Justiça designados e 12 (doze) titulares.

No Programa Veraneio 2007, o critério de escolha dos Promotores de Justiça designados foi o sorteio público, nos termos do artigo 5º do Provimento n.^o 27/2006.

PROMOTORES DE JUSTIÇA SORTEADOS

TRAMANDAÍ	CAPÃO DA CANOA	TORRES
1. Alceu Rocha	1. Lisiâne Messerschmidt Rubin	1. Gisele Müller Monteiro
2. Mariana de Azambuja Pires	2. Alexandre Aranalde Salim	2. Marcelo Ries
3. Felipe Teixeira Neto	3. <u>Leonardo Giardin de Souza</u>	3. Márcio Roberto Silva de Carvalho
4. Alexandra Carniel Antonio	4. Janaína de Carli dos Santos	4. <u>Francisco José Borges Motta</u>
5. João Paulo Fontoura de Medeiros		

No curso do Programa Veraneio 2007, foram enviados a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça e para a Corregedoria-Geral do Ministério Público informações sobre pessoas atendidas e processos em tramitação, bem como os relatórios das atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça, titulares e designados, integrantes do Programa Veraneio 2007.

Os dados totalizados são os seguintes:

PESSOAS ATENDIDAS NAS PROMOTORIAS

OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006

Os dados em vermelho são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005

PROMOTORIA	TRAMANDAÍ	CAPÃO DA CANOA	TORRES	TOTAL
PESSOAS ATENDIDAS	799 948 472	589 683 552	584 648 365	1972 2279 1389

INGRESSO DE EXPEDIENTES NAS PROMOTORIAS

OBS: Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006

Os dados em vermelho são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005

PROMOTORIA	Entrada Processos Criminais	Entrada Processos Cíveis	Entrada Processos Inf. Juv	TOTAL
TRAMANDAÍ	4567	389	351	5307
	5685	338	358	6381
	4419	462	740	5621
CAPÃO DA CANOA	3119	723	294	4136
	3938	623	285	4846
	4093	613	229	4935
TORRES	2609	438	261	3308
	2991	466	422	3879
	2713	325	322	3360
TOTAL	10295	1550	906	12751
	12614	1427	1065	15106
	11225	1400	1291	13916

DEMONSTRATIVO GERAL DE MATERIAS

RELATÓRIO GERAL

<ul style="list-style-type: none"> • PROMOTORIA: CAPÃO DA CANOA • TRAMANDAÍ • TORRES <hr/> <p style="text-align: center;">INFÂNCIA E JUVENTUDE</p>
PESSOAS ATENDIDAS
AÇÕES AJUIZADAS
INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS
OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PROC. E EXP. JUDICIAIS RECEBIDOS
AUDIÊNCIAS ASSISTIDAS
EXP. POLICIAIS P/ APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
PROCESSOS DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL RECEBIDOS
NOTIFICAÇÕES P/ AUDIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO
PROMOÇÕES E PARECERES EM PROCESSOS JUDICIAIS
PROMOÇÕES E PARECERES MEDIDA DE PROTEÇÃO

MANIFESTAÇÕES DIVERSAS EM PROC. DE EXUC. E MEDIDAS SÓCIO-EDUCAT.	123
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS EM PROC. DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	183
MANIF. DE IMPULSO EM EXP. ADM. INSTAURADOS	179
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS	252
MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS AJUSTADAS PELO MP	119
PEDIDOS DE DILIGÊNCIAS	34
REMISSÕES CONCEDIDAS	150
AUDIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO PRESIDIDAS	186
DENÚNCIAS OFERECIDAS	2
EXPEDIENTES ARQUIVADOS	26
OFÍCIOS EXPEDIDOS	145
MANIF. EM FICHAS DE COMP. DE ALUNO INFREQÜENTE	20
NOT. P/ COMPROVAÇÃO DE MATRÍ. DO ANO LETIVO 2005	13
PEDID. ARQUI. EM EXP. POL. P/ APURAÇÃO DE ATO INFRAC.	78
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS	74
MEMO. EM PROC. P/ APURAÇÃO DE ATO INFRAC.	18
PARECERES EM PEDIDOS DE LIBERD. PROVISÓRIA	17
PARECERES EM AUT. P/ TRAB. DE MENOR	58
REPRESENTAÇÕES OFERECIDAS	53
PESSOAS OUVIDAS POR TERMO	40
REUNIÕES	16
TOTAL DE AUDIÊNCIAS EXTRAJUDICIAIS DE PROCEDIMENTOS NA PROMOTORIA	83
CÍVEL	
TERMOS DE AJUSTAMENTO	0
AUDIÊNCIAS ASSISTIDAS	259
PESSOAS ATENDIDAS	163
AÇÕES AJUZADAS	4
INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS	8
OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	24
DENÚNCIAS OFERECIDAS	0
RECOMENDAÇÕES	0
MANIFESTAÇÕES EM INQUÉRIOTS CIVIS	191
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS/ PARECERES	641
CIDADANIA	
PESSOAS ATENDIDAS	106
AÇÕES AJUZADAS	1
INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS	2
OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	5
DENÚNCIAS OFERECIDAS	0
DEFESA DO CONSUMIDOR	
PESSOAS ATENDIDAS	19
AÇÕES AJUZADAS	0

INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS	1
OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	8
DENÚNCIAS OFERECIDAS	0
MEIO AMBIENTE	
MANIFESTAÇÕES EM ACP	24
PESSOAS ATENDIDAS	357
AÇÕES AJUIZADAS	12
TACS FIRMADOS	40
INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS	41
PALESTRAS	0
OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	497
TERMOS AJUSTADOS	40
RECURSOS E CONTRA-RAZÕES	0
ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS	13
DENÚNCIAS OFERECIDAS	0
CRIMINAL	
PESSOAS ATENDIDAS	256
INQUÉRITOS POLICIAIS REQUISITADOS	18
INQUÉRITOS POLICIAIS RECEBIDOS	3102
PEÇAS DE INFORMAÇÃO OU "NOTITIAE CRIMINIS" RECEBIDAS	101
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS RECEBIDOS	2478
AÇÕES PENais AJUIZADAS (CRIMES AMBIENTAIS)	1
AÇÕES PENais AJUIZADAS (CRIMES DEFINIDOS NO ECA)	0
AÇÕES PENais AJUIZADAS (CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR)	12
AÇÕES PENais AJUIZADAS (CRIMES DA LEI DE TÓXICOS)	48
AÇÕES PENais AJUIZADAS (MATÉRIA RESIDUAL)	212
PEDIDO DE PRISÕES PREVENTIVAS FORMULADOS	14
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS / INVESTIGATÓRIOS	1
INSTAURADOS	
PROPOSTAS DE TRANSAÇÃO FORMULADAS	85
PROPOSTAS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO FORMULADAS	52
FEITOS CRIMINAIS INSTAURADOS NO PERÍODO	43
FEITOS CRIMINAIS ENCERRADOS NO PERÍODO	4
SENTENÇAS PROFERIDAS	103
RECURSOS INTERPOSTOS PELO MP	50
RECURSOS RESPONDIDOS PELO MP	46
AUDIÊNCIAS ASSISTIDAS	2966
PEDIDOS DE DILIGÊNCIA	408
DEVOLVIDOS C/ DENÚNCIAS	471
IDEM, C/ PEDIDO DE ARQUIVAMENTO	1981
DEVOLVIDOS C/ EXTINÇÃO PUNIBILIDADE	466
DEVOLVIDOS SEM EXAME	18
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS EM INQUÉRITOS POLICIAIS	454
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS EM PROCESSOS	1658
MANIFESTAÇÕES DIVERSAS EM TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	1669

DENÚNCIAS OFERECIDAS	515
VISITAS OU INSPEÇÕES EM DELEGACIAS	0
PESSOAS DENUNCIADAS, CONDENADAS, ABSOLVIDAS OU COM PROCESSO SUSPENSO PELOS SEGUINTE CRIMES	
HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO	1
HOMICÍDIO DOLOSO	17
FURTO DE VEÍCULOS	14
FURTO DE RESIDÊNCIA/ESTABELECIMENTO COMERCIAL	122
RECEPTAÇÃO DE VEÍCULOS/PEÇAS	26
ESTELIONATO	41
PORTE DE ARMA	45
EMBRIAGUÊS AO VOLANTE	8
TRÁFICO DE DROGAS	38
PORTE DE TÓXICOS P/ USO PRÓPRIO	23
OUTRAS INFRAÇÕES PENais	230
DA PRISÃO E LIBERDADE	
PARECERES DO MP EM PEDIDO DE PRISÃO PROVISÓRIA	95
OUTROS	
AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE	233
REPRESENTAÇÃO PELA BUSCA E APREENÇÃO DE ARMAS, OBJETOS DE CRIME	57
PEDIDO INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO	107
ADOLESCENTE Q/ COMETEU ATO INFRACIONAL/ MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA	0
MANIFESTAÇÕES DIVER. PROCESSO	947
MANIFESTAÇÕES DIVER. TC'S	328
PARECERES EM EXPEDIENTES PENais	165
ALEGAÇÕES FINAIS	139
PROMOÇÕES DIVERSAS	623

Importante registrar que, a partir do ano de 2003, foi instituída, no âmbito do Programa Veraneio, uma pesquisa de opinião visando a identificar o grau de satisfação da população com os serviços públicos oferecidos pela Instituição.

Seguem, abaixo, os dados referentes à consulta realizada durante o Programa Veraneio 2007. Os dados em azul são relativos ao Programa Veraneio 2006. Os dados em vermelho são os relativos ao Projeto Veraneio Cidadão 2005

DADOS DERIVADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Comparecimento por notificação	Média
Atendimento pelos servidores	Ótimo 80% 78% 75%	Ótimo 64% 62% 71%	97% de avaliação positiva 97,5% de avaliação positiva
	Bom 18% 21% 23%	Bom 32% 34% 26%	97,5% de avaliação positiva
Tempo de espera	Até 15min 92% 87% 88%	Até 15min 83% 75% 83%	87,5% até 15min 81% até 15min 85,5% até 15min
	Até 30min 6% 8% 8%	Até 30min 13% 17% 12%	9,5% até 30 min 12,5% até 30min 10% até 30min
Como considera esse tempo de espera	Ótimo 78% 78% 74%	Ótimo 59% 53% 65%	98,5% de avaliação positiva 97,5% de avaliação positiva
	Aceitável 22% 21% 23%	Aceitável 38% 27% 42%	97% de avaliação positiva
Atendimento pelo Promotor	Ótimo 81% 81% 80%	Ótimo 71% 69% 74%	97% de avaliação positiva 95% de avaliação positiva
	Bom 17% 16% 18%	Bom 25% 27% 24%	98% de avaliação positiva
Esclarecimento pelo Promotor	Ótimo 78% 78% 76%	Ótimo 64% 60% 67%	95,5% de avaliação positiva 97% de avaliação positiva
	Bom 19% 20% 20%	Bom 30% 36% 31%	97% de avaliação positiva
Avaliação Geral dos Serviços	Ótimo 72% 73% 70%	Ótimo 53% 53% 62%	95% de avaliação positiva 94% de avaliação positiva
	Bom 24% 23% 26%	Bom 41% 39% 33%	95,5% de avaliação positiva

Universo da pesquisa = 1359 formulários;
883 formulários completamente preenchidos

Os dados computados, acima colacionados, e que compõem o relatório final do Programa Veraneio 2007, com apreciação qualitativa e informações objetivas e quantificadas, S.M.J., demonstram a necessidade de manutenção do programa, bem como justificam o reforço de Promotores de Justiça no litoral.

Por fim, ressalta-se que o Programa Veraneio vem cumprindo, com eficiência, os propósitos institucionais de primar pelo atendimento qualificado ao cidadão, buscando diálogo e aproximação com a sociedade, bem como de dar maior visibilidade e credibilidade à Instituição. Dessa forma, constitui importante instrumento de atendimento aos anseios da sociedade e da realização das mais nobres missões institucionais.

b.4) Combate à Pirataria

Buscando fortalecer e intensificar o combate à pirataria (e aos demais ilícitos a ela ligados), que mina as estruturas sociais e corrói os pilares do sistema econômico, em 25 de maio de 2004, juntamente com inúmeros outros órgãos e instituições públicas e organismos da sociedade civil, foi firmado o primeiro “Termo de Cooperação Objetivando o Desenvolvimento de Ações Governamentais e Não-governamentais Visando ao Combate à Pirataria”.

A partir de uma perspectiva interinstitucional, idealizou-se o desenvolvimento de ações integradas e harmônicas que pudessem colaborar para o êxito de uma política criminal preventiva e técnica, visando à redução dos índices da criminalidade relacionada direta ou indiretamente à pirataria.

A operacionalização das atividades do Comitê dá-se por meio de reuniões setoriais entre os participantes, divididos em (03) três unidades de trabalho: COMITÊ INTERINSTITUCIONAL: formado por todas as entidades firmatárias do termo de cooperação; COMITÊ EXECUTIVO: define e coordena os trabalhos de planejamento e execução, disponibilizando os recursos humanos e materiais necessários para a operacionalização das estratégias definidas pelo Comitê; e GRUPO DE APOIO: formado por entidades da iniciativa privada, auxiliares do Comitê Executivo.

Durante o ano de 2007, em 09 de julho, foi realizada a 7ª Reunião do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria, com abertura pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Mauro Herique Renner. A pauta envolveu as seguintes questões: a) formular proposição de alternativas institucionais de combate à pirataria, articulando linhas de ação no âmbito das políticas social e criminal harmônicas e eficazes; b) obter alocação de recursos humanos e materiais para a implementação das ações de combate à pirataria; c) atender a necessidade de conscientizar a sociedade dos malefícios da pirataria, buscando impedir o crescimento.

Durante o encontro, foi discutida e aprovada a renovação do Termo de Cooperação, com estabelecimento de novas diretrizes e metas para o Comitê. Foi, também, rediscutida a viabilidade da criação da Delegacia Especializada de Combate à Pirataria, e avaliadas as ações empreendidas por provocação do Comitê. Discutiu-se, ainda, o lançamento de uma Cartilha sobre pirataria, bem como foi divulgada a intenção de realização de um seminário, promovido pelo Ministério Público, em parceria com o Fórum Nacional contra a Pirataria e a Illegalidade (FNCP). Por fim, foi apresentado aos participantes da reunião o projeto piloto de educação “ESCOLEGAL”.

O Projeto “Escolegal” é uma iniciativa do Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência (ICDE), que contou com a parceria do MP-RS, através da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, da Rede de Cooperação Integrada por Escolas Estaduais do RS (Redescola), e da Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre (Ajepoa). O projeto visa a educar alunos, pais e professores quanto aos riscos do consumo de produtos ilícitos; às armadilhas do fácil acesso a esse tipo de

mercadorias; e à proximidade dessas atividades com as demais formas de manifestação da criminalidade organizada. O objetivo é conscientizar a população acerca dos malefícios provocados pela pirataria, alertando a comunidade escolar para o risco do uso de produtos piratas e contrabandeados.

O projeto, inicialmente, foi desenvolvido em três escolas da rede estadual de Porto Alegre, o que contou com o acompanhamento da Equipe Técnica da Divisão de Assessoramento Técnico do MP-RS.

Ainda nessa seara, no dia 20 de agosto de 2007, na sede do MP-RS, realizou-se o Seminário de Combate à Pirataria, em parceria com o Fórum Nacional de Combate à Pirataria e a supervisão do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Deu-se ao evento o formato de “curso de capacitação de agentes públicos no combate à pirataria”. O evento contou com a participação de aproximadamente 300 agentes públicos.

Após tratativas que levaram a formulação de um novo termo de cooperação, em 03 de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, foi assinado o novo documento. O novel texto foi adaptado às novas diretrizes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP. Firmaram o documento, além dos signatários do termo original, os seguintes novos integrantes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Polícia Federal; Associação Riograndense de Imprensa; Associação Antipirataria Cinema e Música; Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha; Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência, e o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade.

Ainda no mês de dezembro, realizaram-se 02 reuniões com os integrantes do Comitê Executivo provisório, com o objetivo de definir (e coordenar) trabalhos e ações conjuntas a serem empreendidas no final do mês de dezembro e no período de veraneio de 2008.

Tão-somente com intenção ilustrativa, refere-se que, a partir de ações apoiadas pelo Comitê e executadas pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre, durante o ano de 2007 foram apreendidos 18.640 pacotes de cigarro; 321.963 CDs e DVDs; 11.582 óculos; 605 bolsas, carteiras, niqueleiras, mochilas e pochetes; 8.190 roupas; 09 rádios; 3.507 relógios; 6.682 tênis/sapatos; 1.431 de outros produtos pirateados.

b.5) Organização da agenda institucional. Divulgação e qualificação dos eventos e projetos institucionais:

Com a finalidade de viabilizar a atuação articulada dos diversos órgãos que compõem a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e os órgãos de execução do MP-RS, o GABPLAN mantém atualizada e acessível (via *intranet*) a agenda institucional, por meio da qual são divulgados os eventos promovidos e/ou apoiados pelas diversas instâncias da Instituição. Além disso, empenha-se o gabinete na qualificação e divulgação interna e externa desses eventos, em especial os promovidos pelos Centros de Apoio Operacional.

Com tal desiderato, e também com o objetivo de possibilitar a participação do maior número possível de agentes da Instituição, durante o ano de 2007, as tradicionais reuniões dos Conselhos de Procuradores e Promotores de Justiça foram realizadas, preferencialmente, em conjunto por duas ou mais áreas, sempre procurando envolver matérias de interesse comum (reuniões em 25.05; 24/08; 18/09; 19.10 e 30.11).

Citam-se, a seguir, exemplificativamente, algumas outras atividades desenvolvidas e/ou apoiadas pelo GABPLAN durante 2007, implementadas com o objetivo de dar a devida divulgação e qualificar os eventos e projetos institucionais:

Combate à Pirataria

Como já referido alhures, no dia 20 de agosto, no Auditório Modercil Paulo de Moraes, em Porto Alegre, realizou-se o Seminário de Combate à Pirataria. Evento promovido pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais (representado pelo GABPLAN) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com o Fórum Nacional de Combate à Pirataria. O evento teve como objetivos principais atualizar e aprimorar os conhecimentos de membros e servidores do Ministério Público e de outros órgãos públicos responsáveis pela atividade de fiscalização na área de combate à pirataria.

A fim de dar publicidade às ações do Comitê e do próprio MP-RS no combate à pirataria, o coordenador do GABPLAN participou do programa “Conhecendo o Ministério Público”, de responsabilidade da Assessoria de Imprensa do MP-RS, que vai ao ar nos canais 16 e 8 da NET, abordando o tema pirataria.

Semana do Ministério Público

Conjuntamente com a Assessoria de Cerimonial do MP-RS, o GABPLAN organizou a Semana do Ministério Público, cuja programação estendeu-se do dia 26 de junho a 29 de junho, em Porto Alegre.

Nesses dias, além da prestação de contas anual do PGJ à Assembléia Legislativa, ocorreu o lançamento da 9ª edição do prêmio “Jornalismo do MP-RS” e a inauguração da exposição “História do MP Gaúcho”, além de homenagens ao Procurador-Geral de Justiça e ao Presidente da Associação do Ministério Público cujos mandatos encerraram no início do ano.

A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro

Com o objetivo de apresentar idéias e ações relativas à proteção do patrimônio cultural, bem como ampliar o debate sobre o tema, compartilhando conhecimentos, o GABPLAN, o Memorial do MP-RS, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, a Promotoria de Justiça Especializada do Meio Ambiente de Porto Alegre, em parceria com a OSCIP Defender, promoveram, no dia 23 de agosto, no Palácio do Ministério Público, um grande debate sobre a tutela do patrimônio cultural.

O evento iniciou com a palestra do Procurador do Estado do Paraná, Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, sobre o tema “Conquistas e Desafios na Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro”, e finalizou com uma mesa de debates sobre “Políticas Públicas de Defesa do Patrimônio Cultural”, reunindo a Superintendente Regional do IPHAN, Ana Lúcia Meira; a Diretora do IPHAE, Maria Beatriz Kother; a Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Ana Maria Moreira Marchesan; o arquiteto e professor da UNIRITTER, Flávio Kiefer, e foi mediado por Telmo Padilha, da OSCIP Defender. A promoção objetivou, também, referenciar o Dia Nacional do Patrimônio Cultural, que se comemora em 17 de agosto.

Movimento Contra a Impunidade e a Corrupção

O Coordenador do Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, no dia 13 de julho, em Porto Alegre, participou da manifestação pública denominada Movimento Contra a Impunidade e a Corrupção, protagonizada pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio Grande do Sul com o apoio de inúmeras instituições públicas e organizações da sociedade civil, entre as quais a Associação do Ministério Público (AMP) e Associação dos Juízes do Estado (Ajuris).

A manifestação, materializada em ato público de repercussão nacional, ocorreu na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, e consubstanciou um ato de repúdio à corrupção.

Ainda em relação a este tema, o coordenador do GABPLAN participou do programa “Sala de Audiência”, de responsabilidade da AJURIS, que vai ao ar na TV Assembléia e na TV Justiça, abordando o tema “a corrupção e os mecanismos oficiais de controle”.

Projeto “Integração do Atendimento dos Centros de Apoio Operacional e Controle de Qualidade” (SPI 13692-0900/07-8)

Por iniciativa da coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM), o GABPLAN participou e apoiou a elaboração do projeto “Integração do Atendimento dos Centros de Apoio Operacional e Controle de Qualidade”, que tem como objetivo a criação de um padrão mínimo para a realização do atendimento ao público dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, possibilitando que recebam o mesmo tratamento estatístico e, por conseguinte, sejam aptos a possibilitar a filtragem e a produção de dados sob parâmetros comuns a todos os Centros de Apoio, bem como criando condições para avaliação desse trabalho tanto no âmbito interno (pelos Centros de Apoio) quanto externo (pelos clientes do serviço do Centro de Apoio).

Projeto “Qualidade do Atendimento ao Público” (SPI 12720-0900/07-0)

Consubstancia o projeto em referência uma proposta de ampliação do projeto qualidade de atendimento implementado tradicionalmente durante o Programa Veraneio, e que tem como objetivo principal a reafirmação do compromisso institucional de velar pela qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços do MP-RS.

O projeto idealizado pelo GABPLAN contou com valiosas contribuições do CEAF e DDO (Divisão de Desenvolvimento Organizacional), e sua versão inicial está sendo testada no Programa Veraneio 2008.

Convênio com o Conselho de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Sul – CREA (SPI 9762-0900/06-0)

Desde do ano de 2006, tramita no âmbito do MP-RS proposta de convênio com o CREA/RS, objetivando a articulação e interação em atividades da área de engenharia e outras áreas de atuação de seus associados tendo em vista a atividade institucional do Ministério Público, bem como, entre outros compromissos, proporcionar o assessoramento técnico e científico ao MP-RS em atividades que necessitem a assunção de responsabilidade técnica.

A fim de que o eventual convênio pudesse alcançar as concretas necessidades da instituição ministerial, no exercício do ano de 2007, foram colhidas sugestões dos coordenadores de Centros de Apoio Operacional e, com base nelas, elaborada uma nova minuta. A nova minuta

foi encaminhada à direção do CREA-RS para exame e, se for o caso, preparação do novo termo de convênio.

Protocolo de Intenções entre MP-RS e Estado do Rio Grande do Sul, por meio Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social e da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul

Intermediado pelo GABPLAN, em 18 de dezembro de 2007, foi assinado e publicado o citado Protocolo de Intenções, visando a implantação dos Sistemas Estadual Municipais de Atendimento Socioeducativo.

O protocolo prevê como objetivo principal a “conjulação de esforços e de iniciativas destinadas à criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas do Estado com vistas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade aplicadas ao adolescente autor de ato infracional e ao apoio técnico aos Municípios para a criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida”.

Força-Tarefa Operação Bingo

No âmbito do setor denominado Força-Tarefa Operação Bingo, vinculado à Subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, foram, no exercício de 2007, desenvolvidas diversas atividades, tanto na esfera cível, quanto criminal.

Podemos enumerar:

- 1) denúncias oferecidas pela prática de falsidade ideológica (uso de “laranjas”) - art.299 do CP - em contratos de constituições de casas de bingos e caça-níqueis: 03 (três);
- 2) Denúncias oferecidas no Juizado Especial Criminal pela prática das contravenções penais de jogos de azar e/ou loteria não autorizada: 41 (quarenta e uma);
- 3) Contra-razões de agravo nas ações civis públicas referidas: 01 (uma);
- 4) Apelações cíveis nas ações civis públicas: 01 (uma);
- 5) Contra-razões de apelação nas ações civis públicas: 01 (uma);
- 6) Memoriais: 05 (cinco);
- 7) Pareceres em Agravo: 02 (dois);
- 8) Embargos de declaração: 01 (um);
- 9) Apelações criminais: 08 (oito);
- 10) Contra-razões de apelação criminais: 03 (três);

- 11) Mandado de segurança: 21 (vinte e um);
- 12) Pareceres diversos: 16 (dezesseis);
- 13) Pareceres em mandado de segurança: 18 (dezoito reais);
- 14) Pareceres em Habeas Corpus: 09 (nove);
- 15) Manifestações em geral: 142 (cento e quarenta e dois);
- 16) Manifestações em pedido de restituição: 05 (cinco);
- 17) Manifestações no Juizado Especial Criminal: 1023 (mil e vinte três);
- 18) Pedido de mandado de busca e apreensão: 215 (duzentos e quinze);
- 19) Total de processos judiciais examinados pelo setor, que tramitam na Comarca de Porto Alegre: 1801 (mil oitocentos e um);
- 20) Número total de audiências assistidas pelos Promotores de Justiça: 356 (trezentos e cinqüenta e seis);
- 21) Ofícios expedidos: 450 (quatrocentos e cinqüenta);
- 22) Diligências externas: 693 (seiscientos e noventa e três);
- 23) Informações anônimas recebidas: 400 (quatrocentas);
- 24) Quantidade de máquinas “caça-níqueis” apreendidas do interior do Estado: 3794 (três mil setecentos e noventa e quatro);
- 25) Quantidade de valores apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos e máquinas caça-níqueis que operavam no interior do Estado: R\$ 432.675,79 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscientos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos);
- 26) Quantidade de máquinas “caça-níqueis” apreendidas na Capital do Estado: 3499 (três mil quatrocentas e noventa e nove);
- 27) Quantidade de valores apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos e máquinas caça-níqueis que operavam na Capital do Estado: R\$ 546.312,26 (quinhentos e quarenta e seis mil trezentos e doze reais e vinte e seis centavos);
- 28) Valores obtidos em transações penais, os quais foram destinados, dentre outras entidades, ao Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), Polícia Civil, Instituto Miguel Dario, Conselho Pró Segurança Pública (CONSEPRO): R\$ 422.805,51 (quatrocentos e vinte e dois mil oitocentos e cinco reais e cinqüenta e um centavos);

Acrescente-se, outrossim, que, para ter efetividade o combate aos jogos ilícitos, o Promotor de Justiça responsável pela Força-Tarefa, bem como seu substituto, estiveram presentes em audiências realizadas nas Comarcas de Porto Alegre – em Varas Cíveis, Criminais e nos Juizados Especiais Criminais –, de Caxias do Sul e de Canguçu – ambas no Juizado Especial Criminal –, além de defenderem teses em sustentações orais em sessões de julgamento da Turma Recursal Criminal do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do mais, destaca-se que o Promotor de Justiça Coordenador da Força-Tarefa Bingo, objetivando apurar fatos relacionados a exploração de jogos de azar, realizou colheitas de declarações de diversas pessoas nas cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul.

Outras medidas que concorreram para o êxito Institucional foram o suporte jurídico aos Membros do Ministério Pùblico (entrega de "kit" caça-níquel e auxílio em recursos) e o ajuizamento de medidas judiciais pela Procuradoria de Recursos perante ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Menciona-se, também, que, otimizando operações de apreensão de máquinas caça-níqueis, este signatário realizou reuniões com Promotores de Justiça do interior do Estado para a apresentação do trabalho de combate ao jogos ilícitos.

Ademais, durante o ano, várias foram as reuniões com outras Instituições (Pólicia Federal, Receita Federal, Ministério Pùblico Federal, Instituto-Geral de Perícias, Brigada Militar, Polícia Civil, Prefeituras de Municipais de Caxias do Sul e de Novo Hamburgo, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, SUSEPE, Secretaria da Segurança, Superintendência e Capitania dos Portos, Secretaria de Ciência e Tecnologia) para estabelecer parceria no combate aos jogos ilícitos, mostrando-se exitosa a articulação, como se vê das apreensões de máquinas caça-níqueis nesta Capital e nas cidades do interior, como por exemplo nas operações ocorridas nos Municípios de Canguçu, Uruguaiana, São Borja, Canela, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Gravataí, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Canoas, Torres, Gramado, Guaíba, Montenegro.

Salienta-se, ainda, que a Força-Tarefa, através do Coordenador e auxiliares, organizou, conferiu e entregou ao Poder Judiciário e Promotorias de Justiça do Interior do Estado documentos apreendidos em operações ocorridas no ano de 2002, realizadas na cidades de Erechim, Passo Fundo, Caxias do Sul e Pelotas.

MEMORIAL

Atividades ordinárias

- Aquisição de 160 itens (87 fotos, 43 documentos e 30 objetos) que compõem o acervo da Exposição "História do Ministério Pùblico Gaúcho";
- atualização de banco de dados para acervo documental, 337 catalogações de material bibliográfico, 1.151 catalogações de material fotográfico e 57 catalogações de material audiovisual;
- 126 tachações de *Clipagem Cultural* na Internet;
- produção de 45 matérias veiculadas na *home page* do Memorial;

- campanha direcionada aos membros inativos para doações de acervo para exposição permanente;
- degravação e transcrição de 04 entrevistas;
- Inclusão de 50 instituições de interesse do Memorial no *mailing list*;
- assessoria de imprensa para divulgação da exposição "História do Ministério Público Gaúcho" e do encontro "A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro";
- produção de 90 kits de publicações do Memorial para distribuição às autoridades e profissionais de relacionamento com a Instituição.

Projetos Gráficos

Selo comemorativo dos 150 anos do Palácio;

produção de 17 peças gráficas, entre fôlders, banners e convites, para exposições elaboradas pelo Memorial;

digitalização do Acervo Audiovisual: especificação e aquisição de gravador de DVD para digitalização do acervo audiovisual do Memorial;

MP na Estrada: Material gráfico (criação e impressão);

MP na Comunidade: Arte dos banners (Ouvidoria);

GEMP 2022: Logomarca, material de divulgação (GAGI);

Calendário 2008 (GAGI);

edição e clipagem: gestão do Dr. Roberto (Imprensa);

Guia Interno da Sede do MP (Gab. PGJ);

arte de banners do MP (Cerimonial);

Cartão de Boas Festas, Dr. Renner (Gab. PGJ);

apresentação em slideshow com imagens de posses de novos Promotores para AMP/RS;

suporte e finalização de vídeo de boas-vindas do Dr. Renner para novos servidores (CEAF).



Projetos em andamento

Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul, vol. V, "Os vinte anos da Constituinte de 1988".

Está em fase de conclusão a preparação da obra Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul, vol. V, "Os vinte anos da Constituinte de 1988". Trata-se de um volume com entrevistas de membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul e de São Paulo, bem como de políticos gaúchos que participaram da história da Instituição, com enfoque na importância da Constituição de 1988 para o Ministério Público. Foram selecionados os seguintes depoentes: Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Cláudio Ferraz Alvarenga, Cláudio Brito, Edison Pontes de Magalhães, José Augusto Amaral de Souza, Paulo Natalício Weschenfelder, Paulo Ricardo Tonet Camargo, Tael Selistre, Victor Faccioni, Voltaire de Lima Moraes.



As entrevistas já foram revisadas pelos historiadores e estão sendo corrigidas pela revisora Sonia Pinto. Os currículos dos depoentes já estão sendo elaborados. O texto de introdução já foi concluído. O setor de criação já está trabalhando na elaboração das fotos e da capa.

História das Promotorias do Interior

Em outubro, demos início à execução do projeto "História das Promotorias do Interior". Escolhemos a Promotoria de Pelotas por ser uma Promotoria antiga e representativa do Sul do Estado. Em 2 de outubro, fomos a Pelotas e realizamos entrevistas com dois Promotores, Paulo Charqueiro e Isnar Oliveira Correa. Também realizamos pesquisa na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

Solicitamos ao Arquivo do Ministério Público material sobre Pelotas. O Arquivo dispõe de relatórios da referida Promotoria para a Corregedoria-Geral a partir da década de 1940. Esses relatórios serão analisados.

Os próximos passos serão a avaliação desse material e, possivelmente, entrevistas com membros aposentados que passaram por Pelotas. Finalmente, será elaborado um texto sobre a história da Promotoria. As entrevistas podem ser a base para um futuro volume "Histórias de Vida".

Aperfeiçoamento de equipe

Os servidores do Memorial realizaram os seguintes cursos durante o ano de 2007:

Segundo Seminário Sobre Processo Eletrônico - 5 e 6 de abril

17º N Design Encontro Nacional de Estudantes de Design - 15 a 21 de julho
Florianópolis / SC

Individualização Executória da Pena - 5 de outubro

Atualização em Gestão - Comunicação Interna - 13 de novembro

Oficina de Projetos em Museologia - 27 e 28 de novembro

Curso de Extensão em Direito Penal e Direito Processual Penal
Segundo semestre de 2007

Reformas Legislativas e os reflexos na atuação ministerial

Visitas Externas

Durante o ano de 2007, o Memorial buscou estreitar relacionamento com entidades e instituições visando a estabelecer parcerias e maior acessibilidade a projetos afins. Seguem algumas Instituições que o Memorial prestigiou buscando integração:

Visita ao Memorial do Tribunal de Justiça de São Paulo (*benchmarking* para montagem da exposição "História do Ministério Público Gaúcho") - maio/07

Visita à coordenação do Memorial do Judiciário do RS maio/07

Visita à direção do Memorial do Rio Grande do Sul maio/07

Visita à coordenação do Memorial do Tribunal de Contas do Estado - maio/07

Visita à direção e à exposição "Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960 e às Transformações da Cidade", no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa - out/07

Lançamento da 13ª edição do projeto "O Livro sobe ao Palco", ocorrido na Sala José Lewgoy do Solar dos Câmara, na Assembléia Legislativa - out/07

Solenidade de entrega dos prêmios aos vencedores da mostra realizada como atividade paralela no 35º Festival de Cinema de Gramado, ocorrida na Sala José Lewgoy do Solar dos Câmara - out/07

Solenidade de implantação da biblioteca virtual da Assembléia Legislativa do RS na 53ª Feira do Livro - out/07

Sessão de autógrafos do livro "Porto Alegre Centro Cultural", que trata dos monumentos de Porto Alegre, na 53ª Feira do livro - out/07

Cerimônia de inauguração de espaço expositivo no Arquivo Público do RS - out/07

Evento no Memorial do RS de lançamento do livro "Sonhos de Liberdade" na 53ª Feira do Livro - out/07

Sessão solene de homenagem aos 170 anos da BM no TME - nov/07

Entrega do prêmio COMPACH 2007 ao MP - dez/07

Visitas ao PALÁCIO através do MEMORIAL

Visita do Adido de Cooperação e Ação Cultural da Embaixada da França em Porto Alegre (SCAC-Poa) - maio/07

Visita técnica da comissão encarregada de implementar o Memorial da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Uva e Vinho, no município de Bento Gonçalves - jun/07
Visita de monitores da Secretaria Especial de Turismo - jun/07

Visita de Diretores de Escolas das Assembléias Legislativas Estaduais e do Senado Federal - jul/07

Visita de monitores da Secretaria especial de Turismo - out/07

Alunos de graduação em Direito da ESADE - out/07

Visita dos alunos de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS - dez/07

Visitas de escolas públicas e particulares do ensino médio e fundamental

Projeto Educação

O Projeto Educação foi criado em 2007 visando divulgar aos estudantes do ensino fundamental e médio as atribuições, bem como o Palácio, do Ministério Público.

Para tal, foi criada uma cartilha com atividades lúdicas e um programa de visitação guiada pelo Palácio.

Ao desenvolver o Projeto Educação, foram realizados *benchmarkings* no Memorial do Tribunal de Justiça e no Memorial da Câmara de Vereadores.

Programa de História

Entrevistas realizadas em 2007:

Edison Pontes de Magalhães (29/03/2007);

Paulo Charqueiro (02/10/2007);

Isnar Oliveira Correa (02/10/2007);

Luís Carlos Rodrigues Duarte (27/11/2007).

As entrevistas são realizadas pelos dois historiadores, um como entrevistador e outro como assistente. Após, o depoimento é degravado pela taquígrafa Sonia Pinto e textualizado pelo historiador entrevistador. A textualização tem a finalidade de "limpar" o texto eliminando repetições e vícios da linguagem oral. O próximo passo é o envio para o depoente que pode alterar, eliminar

ou acrescentar trechos. Juntamente é enviado o termo de cessão de direitos autorais para ser assinado pelo depoente. Finalmente, o depoimento é arquivado, ficando disponível para a publicação ou para consulta.

Publicações

No ano de 2007, foram publicados dois capítulos de livros:

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF, A. W. Garibaldi: A Gênese do Mito In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylva Bojunga (org.). Os caminhos de Garibaldi na América. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 3, p. 125-144.

SOUTO, C. V. ,BISCHOFF, A. W. Garibaldi e a Revolução Farroupilha In: Omar de Barros Filho; Ricardo Vaz Seelig; Sylvia Bojunga (org.). Sonhos de Liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007, v. 4, p. 125-137.

Publicação de artigo do Promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto sobre os 150 anos do Palácio do Ministério Público. Jornal O Sul, 10/09/2007.

Pesquisas e Pareceres

Pesquisas de Promotorias para a Associação do Ministério Público: A Associação do Ministério Público solicita, cada vez que uma nova sede do Ministério Público é inaugurada no interior ou na capital, uma listagem com os nomes dos promotores que atuaram naquela promotoria, bem como as datas de sua passagem. Para confeccionar essas listas contamos com duas fontes básicas: o banco de dados dos membros inativos para os membros aposentados e a Subcorregedoria-Geral para os membros que ainda estão atuando. Na Subcorregedoria-Geral, os servidores Cássio Dornelles Bombach e Zilá Ferraz de Moraes pesquisam os registros dos Membros e enviam ao Memorial. De posse desses dados, elaboramos as listas. No ano de 2007 foram realizadas as seguintes pesquisas: Vacaria, Bom Jesus, Taquari, Campina das Missões, Sapiranga, Canguçu, São Sebastião do Caí, Carazinho, Santo Antônio das Missões, Garibaldi, São Gabriel, General Câmara, São Francisco de Paula, Gramado, Santa Maria, Não-Me-Toque, Júlio de Castilhos, Pedro Osório, Palmares do Sul, Santa Bárbara do Sul, Canela, Taquara, Vera Cruz, Capão da Canoa, Santo Cristo e Promotoria do Foro Regional da Tristeza.

Em março de 2007, fizemos um estudo acerca da valoração histórico-cultural do Largo da Epatur ou Largo Zumbi dos Palmares. O parecer instruiria um inquérito civil a respeito da implantação do projeto "Portais da Cidade" no referido local.

Em maio, a pedido da Promotoria de Taquara, visitamos aquela cidade com vistas a realizar estudo acerca da valoração histórico-cultural de prédio histórico que estava sendo demolido. Foi realizada vistoria do prédio, bem como pesquisas na biblioteca da cidade para a confecção de parecer.

Exposições e Eventos

"História do Ministério Público Gaúcho"

Inaugurada em 26 de junho, dentro das comemorações da semana estadual do Ministério Público, a exposição "História do Ministério Público Gaúcho", organizada pelo Memorial, apresentou alguns momentos da história da Instituição, destacando a luta de Promotores e Procuradores de Justiça que fizeram com que o Ministério Público se tornasse o guardião da cidadania, além de apresentar essa evolução institucional através de objetos, móveis e documentos de época, como, por exemplo, o telefone utilizado pelo Procurador-Geral de Justiça para falar exclusivamente com o Governador do Estado, o ofício de solicitação do Presidente do Estado Borges de Medeiros com encaminhamento ao então Procurador-Geral do Estado Carlos Thompson Flores, de 1902, o livro de posse de 1908, onde consta a posse de Getúlio Vargas, entre outros. Vale salientar que esta é a 1^a exposição permanente sobre o Ministério Público no Rio Grande do Sul, servindo como mais um canal de aproximação da Instituição com a sociedade, uma vez que abre as portas para o cidadão, demonstrando como se deu a evolução do Ministério Público, sendo, ao mesmo tempo, um facilitador para a compreensão real do papel ministerial.

"A Ferro e Fogo", Tempo de Solidão

Em julho de 2007, o Memorial do Ministério Público, em parceria com familiares do escritor Josué Guimarães, inaugurou a exposição denominada "A Ferro e Fogo", Tempo de Solidão, alusiva à obra homônima do escritor e baseada na minissérie produzida pela RBS TV. A mostra, que teve a curadoria de Rejane e Elaine Guimarães, reuniu trabalhos do artista e obras em diversas técnicas, como óleo sobre tela, esculturas em terracota, aquarelas, entre outras, de filhos, sobrinhos e netos de Josué Guimarães.

"O Ministério Público e a Tutela do Patrimônio Cultural"

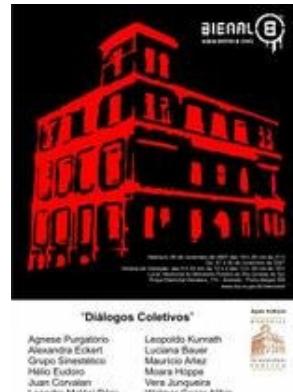
Desde o mês de setembro de 2007, o *hall* do Palácio do Ministério Público está com a mostra denominada "O Ministério Público e a Tutela do Patrimônio Cultural", a qual foi produzida para o Encontro "A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro", ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano. Nela é possível conhecer algumas ações do *parquet* na defesa e na recuperação de edificações, monumentos e locais históricos em diversos pontos de nosso Estado. Em cada iniciativa é contada a forma de atuação do Ministério Público e a consequente proteção ao bem histórico, preservando a história da comunidade local e de toda a sociedade sul-rio-grandense.

O Povo e o "Forte Apache"

De 23 de agosto a 30 de setembro, o Palácio do Ministério Público foi o local da exposição "O Povo e o Forte Apache", da artista plástica Irene Ludwig. A mostra reuniu pinturas de óleo sobre tela e desenhos, feitos exclusivamente pela artista, com a proposta de reproduzir o Palácio do Ministério Público e as pessoas que circulam diariamente ao redor dele e da praça Marechal Deodoro.

Bienal B - Diálogos Coletivos

Durante o mês de novembro de 2007, o subsolo do Palácio do Ministério Público foi o local para a exposição "Diálogos Coletivos", evento realizado entre o Memorial do Ministério Público e o projeto Bienal B, organização independente e paralela à Bienal do Mercosul, com obras de diversos artistas. A mostra contou com trabalhos que abordaram temáticas relativas às atividades desempenhadas pelo Ministério Público perante a sociedade, como o combate à violência contra a pessoa, crimes contra o meio ambiente, as questões indígenas, entre outras. As obras apresentaram técnicas como fotografias, pinturas, desenhos e serigrafia.



"Encontro com as Raízes"

A exposição "Encontro com as Raízes", de Armando González, reuniu esculturas provenientes de raízes de chirca, vegetação oriunda da fronteira do Uruguai com o estado do Rio Grande do Sul. Nas temos a composição da técnica do artista uruguai com a simplicidade do campo, traduzidas nas obras que, ao formarem imagens e figuras, buscaram despertar o senso crítico no espectador. A mostra teve a complementação de quadros pintados pelo artista uruguai, cuja inspiração resultou das referidas raízes, objeto principal dessa exposição. Ela foi realizada em conjunto com o Memorial do Ministério Público e integrou a programação da Bienal B, durante o mês de outubro de 2007, no Palácio do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

"MOSAICO EST"

De 03 a 28 de dezembro o Palácio do Ministério Público recebeu a exposição "MOSAICO EST", a arte do mosaico romano desenvolvida pela Oficina de Mosaico Romano e Contemporâneo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS. Sob a coordenação do mosaicista Leonardo Posenato, a exposição exibiu cerca de sessenta obras, em sua maioria confeccionadas com mármores e granitos de vários lugares do mundo, utilizando a técnica "Rustico Grezzo" - chamada de aparência rústica, resultado da quebra de pedras feitas à mão com a marterlina de mosaico -, trazida da Itália.

"A Tutela do Patrimônio Público"

No dia 23 de agosto de 2007 ocorreu no Palácio do Ministério Público o evento "A Tutela do Patrimônio Público", promovido em conjunto pelo Memorial do Ministério Público e pela Promotoria do Meio Ambiente. No evento, que contou com 150 participantes, ocorreram palestras proferidas por especialistas no assunto, visita guiada ao Palácio, com a arquiteta responsável pela restauração e uma exposição a respeito da intervenção do Ministério Público gaúcho na proteção do patrimônio público do Estado. A exposição foi concebida e planejada pelo Memorial. Recebemos inquéritos civis versando sobre patrimônio histórico das seguintes promotorias: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Taquara, Rio Pardo, Viamão. Dentre esses, escolhemos os mais representativos. Foram os seguintes: Viaduto Otávio Rocha, Cinema Capitólio, Casa de Simões Lopes Neto, Casa da Swift, Igreja Evangélica da Taquara, Estação Férrea de Rio Pardo e

Trincheiras Farroupilhas. Os inquéritos foram estudados e elaboramos um histórico, desde a notícia do risco à deterioração do prédio/sítio até o desfecho da intervenção do Ministério Público. Foram selecionadas fotos de antes e depois da intervenção do Ministério Público.

Encontro AMPRS e Memorial

No dia 14 de julho, o Palácio do Ministério Público, através do Memorial, recebeu grupo de membros aposentados da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul para coquetel de confraternização e visita à exposição "História do Ministério Público Gaúcho". O encontro promovido pelo Vice-Presidente dos aposentados da AMPRGS, Nilson Pacheco, aconteceu no *hall* do anfiteatro das Cocheiras e contou com a presença do supervisor do Memorial, Promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, e da coordenadora do setor, Vanessa Scliar.

Palestras do PROSERV

Em 2007, o Memorial passou a integrar o PROSERV, programa de integração dos novos servidores. A programação inclui uma palestra de uma hora sobre a história do Ministério Público do Rio Grande do Sul e uma visita guiada à exposição "A História do Ministério Público Gaúcho". A palestra consiste numa exposição dialogada, acompanhada de imagens, que versa sobre a história da instituição ministerial desde as suas origens na Idade Média francesa até os dias atuais. Estão incluídos fatos pouco conhecidos como a passagem de Getúlio Vargas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e a nomeação de uma mulher, Sophia Galanternick, como promotora de justiça em 1938.

O cronograma das palestras foi o seguinte:

- 8 de agosto: 30 assessores jurídicos;
- 22 de agosto: 26 secretários de diligência;
- 29 de agosto: 32 assistentes de promotoria;
- 5 de setembro: 33 assistentes de promotoria;
- 12 de setembro: 29 assistentes de promotoria;
- 28 de setembro: 40 agentes administrativos;
- 1º de outubro: 25 assistentes de procuradoria;
- 5 de outubro: 41 agentes administrativos;
- 10 de outubro: 38 servidores de diversos cargos.

Participação na Semana do Ministério Público no Interior

Durante o 2º semestre do ano de 2007, o Memorial participou da programação da Semana do Ministério Público pelo interior do Estado, com a exposição itinerante "História do Ministério Público Gaúcho". Tal iniciativa, realizada em conjunto com AMPRGS e as Promotorias de Justiça do interior, objetivou levar até as comunidades locais um pouco da trajetória da instituição ministerial, por meio de painéis que apresentaram fotos, datas e fatos marcantes das diversas administrações superiores que se sucederam ao longo dos anos, ou seja, desde o período imperial até os dias atuais. Para o ano de 2008 o Memorial colima a continuidade deste projeto.

Abaixo, tem-se a listagem das Promotorias de Justiça que receberam a exposição:

Semana do Ministério Público em Santa Maria (agosto/2007);
Semana do Ministério Público em Santa Cruz do Sul (setembro/2007);
Semana do Ministério Público em Passo Fundo (novembro/2007).

Memorial no lançamento do GEMP 2022

No dia 08 de agosto, o Ministério Público do Rio Grande do Sul lançou o planejamento estratégico da Instituição, denominado "GEMP 2022 - Gestão Integrada do Ministério Público", o qual teve sua abertura no auditório da nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça. No evento, o Memorial esteve presente com a mostra "História do Ministério Público Gaúcho", que permaneceu exposta no hall de acesso ao referido auditório até o dia 17 de agosto. A mostra levou para a nova sede painéis contando a cronologia da Instituição, além de documentos, pertences e livros originais de época que demonstram cada período dessa evolução do Ministério Público até os nossos dias, disponibilizando, assim, aos membros e servidores do prédio toda essa história que o Memorial preserva e acondiciona em seu acervo funcional no Palácio do Ministério Público.

Semana comemorativa dos 150 anos do Palácio do MP

No dia 05 de setembro, comemoram-se os 150 anos da pedra fundamental do prédio que abriga atualmente o Palácio do Ministério Público. Neste período o Memorial preparou uma semana com uma agenda especial, que recepcionou a visita de servidores da Secretaria de Obras Públicas do Estado, monitores da Secretaria Especial do Turismo de Porto Alegre, estudantes dos cursos de graduação de História e Arquitetura e pessoas interessadas em conhecer a história da edificação, sua relevância política e cultural através de passeio interno, com acompanhamento dos historiadores, e apresentação de palestras. Outrossim, para a comemoração do sesquicentenário, foi confeccionado um selo alusivo aos 150 anos do prédio, que popularmente se denominou "Forte Apache", o qual o Memorial, desde então, tem utilizado em seus eventos e exposições.

[**Gabinete de Assessoramento Eleitoral**](#)

Criado em abril de 2005, pelo Provimento nº 08/2005, o *Gabinete de Assessoramento Eleitoral* tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à árdua tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Os dados a seguir demonstram a intensa procura dos Membros do Ministério Público a esse órgão de assessoramento.

- Subsídios de apoio enviados aos Membros do Ministério Público -

1. Número de consultas	503
2. Modelos	249
3. Legislação	116
4. Jurisprudência	540
5. Doutrina	65
6. Respostas do coordenador	38
7. Respostas da assessoria	465
8. Pareceres exarados	15

EIXOS DE ATUAÇÃO



EIXOS DE ATUAÇÃO

Historicamente, o Ministério Públco organizou-se em sete grandes eixos de atuação, que correspondem à atual estrutura dos Centro de Apoio Operacional , aos quais foram designadas novas tarefas (Provimento 15/2007). Neste contexto, destacam-se algumas realizações.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Curso Técnico de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil - Realizado visando à qualificação dos membros e técnicos do Ministério Públco para utilizar técnicas avançadas de coleta de testemunho adulto e infantil, a fim de obter o melhor resultado possível das entrevistas, tais como identificação de testemunhas e falsas memórias. Trata-se de experiência pioneira no país e na América Latina.

- V Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2003, e tendo como objetivo principal aprofundar a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção infanto-juvenil. Foram realizadas 15 audiências públicas, abrangendo 143 municípios gaúchos, alcançando um público aproximado de 3.000 pessoas. A proposta da V Jornada foi a de ampliar a rede de proteção, permitindo o ingresso de 17 instituições como parceiras do compromisso, assim como a participação de novos municípios.

- Transporte Escolar - O Ministério Públco intermediou as negociações entre o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), resultando na assinatura de **Termo de Acordo** com a finalidade de regrar o pagamento do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, meio rural, realizado pelos municípios no ano letivo de 2007.

- “Bully” - Outra ação de impacto referiu-se à comercialização no Rio Grande do Sul do Jogo “Bully” (atividade em que o jogador, para vencer a partida, deveria efetuar ações de agressão contra professores, atos de violência e de promiscuidade), o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e o Centro Integrado de Defesa do Consumidor convidaram a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul para analisar o material e informar tecnicamente sobre os possíveis efeitos no psiquismo de crianças e adolescentes. No início de 2008, a partir de representação encaminhada pelo Ministério Públco, decisão judicial proibiu a importação, distribuição e comercialização do referido jogo.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas

Exigir qualidade na educação básica

- **Parceria com o DECA** - Por fim, menciona-se os trabalhos realizados em parceria com o DECA, dos quais resultaram proposta de alteração legislativa que não permita interpretação diversa do artigo 243 do ECA, que não seja a de criminalizar a conduta de quem dá ou vende bebida alcoólica para criança ou adolescente, está proposta foi apresentada ao Secretário Estadual de Segurança para estudo. A parceria estabelecida resulta da convicção de que a redução do consumo de bebida alcoólica pelos jovens permite melhoria no sistema de saúde pública, assim como no de segurança. Em outubro foi assinado pelo Ministério Público um **Termo de Cooperação Operacional** tendo por objetivo combater a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em Porto Alegre. Pelo acordo, os estabelecimentos comerciais deverão exigir a apresentação do documento de identidade para comprovação da idade.

CRIME

- **Sonegação Fiscal** - Na área do combate à **Sonegação Fiscal** e aos **Crimes Tributários** os trabalhos investigativos do Ministério Público, oriundos da coleta de depoimentos e de documentos, inclusive de outros Estados, forneceram subsídios e desencadearam inúmeras ações fiscais. Em 2007, o Ministério Público, através da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes Tributários, somente de um acusado pediu o seqüestro de **62 bens**, sendo **25 imóveis** e **37 veículos**, calculados em **R\$ 12 milhões**. Neste caso específico, ocorrido na Serra gaúcha, a fraude foi detectada inicialmente pela Receita Estadual, que repassou as informações à Promotoria Especializada. Os prejuízos aos cofres públicos provocados pela sonegação em ICMS atingiram **R\$ 48,5 milhões**.

- Ao longo de 2007, a Promotoria de Justiça Especializada de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária denunciou **92 sonegadores**, cujos prejuízos ultrapassam **R\$ 150 milhões**. Desde 2000, a Promotoria abriu processo-crime contra **950 fraudadores** que lesaram os cofres gaúchos em mais de **R\$ 1 bilhão**.

- **“Operação Gabarito”** - Ao longo de 2007, vários Promotores de Justiça ingressaram com ação civil pública nos Foros locais, contra Prefeitos e Secretários Municipais envolvidos no esquema que burlava concursos públicos, foi a chamada **“Operação Gabarito”**. Afastamento de Prefeitos, desconstituição de concursos públicos, fixação de multas, perda dos direitos políticos, indisponibilidade de bens e resarcimento ao erário público foram algumas das solicitações feitas pelo Ministério Público à Justiça.

- **“Nerds II”** - O Ministério Público também denunciou à Justiça 20 dos 29 integrantes do grupo de hackers durante a operação **“Nerds II”**. A ação foi efetuada por agentes da Força-Tarefa da Promotoria de Justiça Especializada Criminal da Capital e teve apoio da Polícia Civil. Os hackers – indivíduos que ingressam em sistemas fechados de computadores – lesando clientes e instituições financeiras, desviaram via Internet mais de **R\$ 10 milhões** de contas bancárias.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Intensificar o combate
à corrupção e ao
crime organizado

Prevenir o crime em geral
pela efetiva execução da
 pena e redução da
 reincidência

- **Bingos** – destacam-se, também, os números impressionantes das diversas operações de apreensão de máquinas caça-níqueis realizadas pela Força Tarefa Bingos e pelos Promotores de Justiça do interior do Estado no combate ao jogos ilícitos: **3.794** máquinas “caça-níqueis” e R\$ **432.675,79** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam no interior do Estado; **3.499** máquinas “caça-níqueis” e R\$ **546.312,26** apreendidos pela Autoridade Policial em casas de bingos que operavam na Capital e R\$ **422.805,51** obtidos em transações penais, os quais foram destinados, dentre outras entidades, ao Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), Polícia Civil, Instituto Miguel Dario, Conselho Pró Segurança Pública (CONSEPRO).

MEIO AMBIENTE

- **Águas Subterrâneas** - Neste eixo, no ano de 2007, o Ministério Público enfrentou assuntos como a proteção e o adequado uso das **águas subterrâneas** no âmbito do Estado, o gerenciamento dos **resíduos sólidos** nos prédios da Instituição, assim como os reflexos da questão do desastre ambiental ocorrido no **Rio dos Sinos**, em outubro de 2006, quando **86 toneladas** de peixes morreram.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Garantir a proteção
dos recursos hídricos

- **Silvicultura** - Foram discutidas situações pontuais relativas à expansão da plantação de árvores em grandes extensões de terra no Rio Grande do Sul. O objetivo do Ministério Público é garantir uma regulamentação que propicie a preservação do meio ambiente, para tanto, há um **Termo de Ajustamento de Conduta** celebrado entre o Ministério Público e o Governo do Rio Grande do Sul, impondo a realização do Zoneamento Ecológico do Estado e o Licenciamento Ambiental da Silvicultura submetido ao prévio Estudo de Impacto Ambiental.

- **Créditos de Carbono** - Foi composta uma comissão para discutir a atuação do Ministério Público nessa frente. O objetivo do grupo é definir uma posição Institucional sobre a possibilidade de viabilizar, nos Termos de Ajustamento de Conduta e nas Ações Civis Públicas, compensações ambientais através da neutralização ou da venda de créditos de carbono. A compra de créditos de carbono é uma ferramenta importante nesse contexto, sendo que o Ministério Público poderá contribuir para o enfrentamento do problema, em suas atuações judicial e extrajudicial. A Instituição vai propor ações que obriguem os agentes poluidores, como forma de compensação ambiental, a desenvolver projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em áreas como a geração de energia elétrica, suinocultura, aterro sanitário, entre outras, de modo a inibir e reduzir as emissões de CO₂, fazendo, inclusive, com que tais atividades - do ponto de vista ambiental - tornem-se sustentáveis economicamente.

- **Bacias Hidrográficas** - Em outra frente, atendendo antigo desejo da classe de que atuações institucionais de caráter regionalizado fossem possíveis, desencadearemos ações em cada uma das **25 Bacias Hidrográficas** existentes em nosso Estado. Atuaremos, prioritariamente, na restauração das **matas ciliares** e no tratamento dos resíduos sólidos, buscando a recomposição

das áreas onde identificada a existência de “lixões” e a implementação de políticas públicas para o enfrentamento do tema, com foco na educação ambiental.

DIREITOS HUMANOS

Na promoção dos **direitos humanos**, temos uma frente de atuação prioritária, com ênfase para a efetivação dos direitos prometidos pela Constituição Federal na área da saúde pública, cuidando-se, ainda, da tutela da população idosa e de prevenir discriminações de todo tipo, seja em função de sexo, cor, religião, etc.

Mapa Estratégico MPRS

Perspectiva: Processos

Foco de Atuação

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

- **Saúde** - Dando continuidade à implementação e à difusão da Política Estadual de Saúde e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Pùblico para a efetiva aplicação desta Política, foram realizados no ano de 2007 sete encontros regionais de saúde no Estado. Assim como foi assinado **Termo de Ajustamento de Conduta** com o Município de Porto Alegre, no sentido de que se abstinha de contratar profissionais para a área da atenção básica da saúde, incluindo os profissionais do Programa Saúde da Família, sem a realização de concurso público ou de processo seletivo público.

- **Política Nacional de Planejamento Familiar** - No ano de 2007, se vem intensificando a divulgação e implementação da **Política Nacional de Planejamento Familiar** (Lei 9.263/96), como ação básica de saúde voltada à constituição de um ser humano autônomo e menos conflituoso no meio social. Para tanto, em março, o Ministério Pùblico celebrou **Protocolo de Intenções** para Promoção do **Planejamento Familiar** no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Foi promovido ainda um importante evento na área que objetivou desenvolver um Seminário experimental sobre **Paternidade Responsável**, introduzindo a idéia da Escola de Paternidade Responsável, projeto permanente, com início previsto para o ano de 2008.

- **Portadores de Necessidades Especiais** - Foram realizados oito encontros regionais para discussão das **Políticas para Pessoas com Deficiência** no Estado do Rio Grande do Sul, bem como seminário acerca do assunto, possibilitando um espaço de integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais.

- **Idoso** - Com o objetivo de propiciar espaço de discussão e troca de experiências sobre o **Estatuto do Idoso** e sobre a necessidade de medidas que viabilizem a garantia dos direitos nele assegurados foram realizados encontros ao longo de 2007. Os resultados foram positivos no sentido de colher informações sobre o estabelecimento de rede de atendimento de todos os

municípios do Estado, bem como, das demandas existentes na área, reflexos da aplicação da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

CÍVEL

Na área **cível** em geral, além de atuarmos em todos os processos judiciais em que há interesse social ou individual indisponível (causas de família, incapazes), há especial atenção à defesa do patrimônio público, especialmente no combate à improbidade administrativa; no decorrer de 2007 desenvolveram-se projetos destinados a difundir os mais atualizados conceitos de combate à **improbidade administrativa** dos agentes públicos.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

O Ministério Público procura enfrentar alguns temas emblemáticos que refletem as formas mais freqüentes de desvio de valores e de desvio de finalidades no seio da administração pública, como as **licitações**, as concessões de **diárias**, o **nepotismo** e o relacionamento do setor público com entidades do chamado **terceiro setor**.

- “**Fraude dos Selos**” - Em ação de grande repercussão a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre ajuizou ação civil pública de responsabilidade por improbidade administrativa contra Ubirajara Macalão e outras pessoas que participaram da chamada “**fraude dos selos**” na Assembléia Legislativa. A fraude ocasionou um dano ao patrimônio público estimado em, no mínimo, **R\$ 3,3 milhões**.

- “**Farra das Diárias**” - Destaca-se também as diversas denúncias pelos crimes de peculato, concussão, uso de documento falso, falsidade ideológica, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva oferecidas pelo Ministério Público contra parlamentares e servidores do Poder Executivo envolvidos na chamada “**farra das diárias**”.

CONSUMIDOR

Nesta área, efetivou-se experiência piloto (Provimento n.º 22/2007) integrando o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, surgindo desta união o **CENTRO INTEGRADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CIDECON)**.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

- **Combate à adulteração de combustíveis** - O Ministério Público vem atuando na coibição de fraudes na qualidade dos combustíveis comercializados em conjunto com outros órgãos públicos, como a ANP

– Agência Nacional de Petróleo, o Laboratório de Combustíveis da UFRGS, a Fundação CIENTEC e o INMETRO, o que tornou o RS o estado com menor índice de adulteração no país. Além dessa atividade, também adotou medidas voltadas à prevenção de danos aos consumidores pela oferta ou **publicidade enganosa** sobre a origem dos combustíveis. A **clonagem de marcas** de distribuidoras conhecidas foi fortemente coibida no nosso Estado através da celebração de compromisso de ajustamento com 16 distribuidoras. Por iniciativa do Ministério Público, em 2007, das aproximadamente 850 amostras coletadas e analisadas, 18 foram objetos de medidas judiciais em todo o Estado, proibindo a comercialização do combustível. Todos os casos foram desencadeados a partir do trabalho do **CIDECON**, que com seu laboratório móvel, em parceria com as Promotorias do Interior do Estado, realiza as coletas, analisa o combustível e toma as medidas cabíveis em casos de adulterações.

- **Leite** - Importante ressaltar a recente celebração de **Termo de Cooperação** entre o Ministério Público Estadual e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates visando a implementar uma atuação conjunta na avaliação da conformidade dos **produtos lácteos** no Estado, com vistas a prevenir e coibir qualquer alteração das características dos produtos lácteos que tenham o potencial de torná-los inadequados, químico ou biologicamente, ao consumo, ou que, de alguma forma, desrespeite às exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica.

ORDEM URBANÍSTICA

- **Estatuto da Cidade** - O compromisso do Ministério Público foi reforçado pelo Estatuto da Cidade, onde a regularização fundiária ganha destaque. O Promotor de Justiça protagoniza a inserção de número expressivo de pessoas, geralmente de baixa renda, à cidade formal, compelindo o loteador ou o Município a registrar o **loteamento irregular**, conferindo aos adquirentes de terrenos loteados segurança jurídica e minimizando o grave problema da habitação.

- **Regularização Fundiária** - O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, assinaram **Termo de Cooperação**, objetivando o estabelecimento de bases para cooperação técnico-operacional para a implementação da regularização fundiária de interesse social. A parceria tem por escopo facilitar a implementação dos planos diretores e a troca de informações, tornando mais eficazes as medidas e ações na regularização fundiária.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

- **Loteamentos Clandestinos** - Além de ter intermediado as tratativas que culminaram com a assinatura do referido **Termo de Cooperação**, ao longo de 2007, o Ministério Público deu prosseguimento às tratativas para a elaboração e assinatura de Termo de Cooperação envolvendo a Prefeitura de Porto Alegre, SINDUSCON, CRECI, SERGS, DEMHAB, Brigada Militar e CREA, cujo escopo é o de regularizar **loteamentos clandestinos**, bem como congelar as **ocupações irregulares**, com vistas à tutela do direito de moradia e ao impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais, no âmbito da Capital gaúcha.

- **Surf x Áreas de Pesca** - Outro tema que mereceu atenção especial na pauta da Instituição ao longo de 2007, foi a demarcação de áreas para pesca e loteamentos clandestinos no litoral norte gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da **Federação Gaúcha de Surf (FGS)**.

- **Plano Diretor** - Trabalhamos, também, no fomento ao Plano Diretor como instrumento de política urbana, adotando uma postura preventiva e de orientação técnica aos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, visando evitar a atuação ministerial em juízo quando já perpetrado o ato ilícito.

ATIVIDADES DOS CENTROS DE APOIO

Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

O presente relatório tem por objetivo registrar e apresentar, tanto para o público interno da Instituição quanto à comunidade em geral, as ações realizadas pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude durante o ano de 2007. Trata-se de um diagnóstico da atuação institucional destinadas à promoção, à defesa e ao estudo dos direitos assegurados com absoluta prioridade às crianças e adolescentes.

I. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO

<i>Atividades do Coordenador</i>	
1. REUNIÕES DE TRABALHO:	
1.1. Com o Procurador-Geral de Justiça e órgãos da Administração Superior	23
1.2. Com os Coordenadores dos Centros de Apoio	4
1.3. Com órgãos de execução	13
1.4. Com outros órgãos da PGJ e de outras entidades	90
Total	130
2. ATIVIDADES EXTERNAS:	
2.2. Contatos com a mídia:	
2.2.1. Entrevistas concedidas à jornais	15
2.2.2. Entrevistas concedidas à rádios	21
2.2.3. Entrevistas concedidas à televisão	18
Total	54
2.3. Palestras/Aulas realizadas em cursos, seminários, encontros, congressos, jornadas e fóruns	
Total	29
2.4. Participação em Solenidades	
2.4.1. Do Ministério Público	9
2.4.2. De outras entidades	13
Total	22
2.5. Viagens (interior do RS e outros Estados)	
Total	30
ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO	
1. ATENDIMENTOS :	
Consultas c/ pesquisa	1.239
Pareceres elaborados pelo CAOIJ	16
Correspondências recebidas	
Ofícios expedidos	1.690
E-mails enviados	2.519

E-mails recebidos	5.322
3. INFORMATIVOS:	
Circular Informativo On-line	8
4. PUBLICAÇÕES	Número de exemplares:
4.1. Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Pertinente - 2007 – Revisto e Atualizado	3.000
5. ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES/EVENTOS	
5.1. Reuniões do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude-CONPPIJ	3
5.2. Outros eventos organizados	1

ATUAÇÃO DO CENTRO DE APOIO EM PROGRAMAS, PROJETOS E OUTRAS AÇÕES DE INTERESSE DA ÁREA

Curso Técnico de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, realizou entre os dia 09 e 13 de abril o “Curso de Técnica de Coleta de Testemunho Adulto e Infantil”, visando a qualificação dos membros e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para utilizar técnicas avançadas de coleta de testemunho adulto e infantil, a fim de obter o melhor resultado possível das entrevistas, tais como identificação de testemunhas e falsas memórias.

A aula inaugural ocorreu no dia 09.04.2007, no Palácio do Ministério Público, sendo o curso ministrado pela Professora Amina Memon, membro efetivo da British Psychological Society, PhD pela University of Aberdeen, England, expert em Psicologia Forense e Psicologia da Testemunha. A realização do curso colocou o Ministério Público gaúcho em posição de destaque, tendo em vista ser experiência pioneira no país e na América Latina. Seu objetivo principal foi criar um grupo de referência no país que possa multiplicar a formação técnica para novos grupos, inclusive em outras instituições ligadas ao contexto judicial.

V Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Em continuidade ao trabalho iniciado em 2003, e tendo como objetivo principal aprofundar a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela rede de proteção infanto-juvenil, foram realizadas 15 (quinze) audiências públicas, abrangendo 143 municípios gaúchos, alcançando um público aproximado de 3000 pessoas. O Ministério Público foi representado pelo Coordenador do Centro de Apoio e 15 Promotores de Justiça com atuação na área da infância e da juventude. A proposta da V Jornada foi a de ampliar a rede de proteção, permitindo o ingresso de 17 instituições como parceiras do compromisso, assim como a participação de novos municípios.

Transporte Escolar

Diante da realidade do transporte escolar oferecido no Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério Público, através do Dr. Miguel Granato Velasquez, Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, intermediou as negociações entre o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), resultando na assinatura de Termo de Acordo (21.03) com a finalidade de regrar o pagamento do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, meio rural, realizado pelos municípios no ano letivo de 2007. Posteriormente, em 25.05.07, houve a instalação do Grupo de Assessoramento ao Regime de Colaboração entre as instituições, com a proposta de discutir casos específicos, em que, municípios com realidades diferentes, possam receber valores adequados a sua realidade.

Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Pertinente

A 3ª edição da publicação institucional organizada pelo Centro de Apoio da Infância e Juventude foi revista e atualizada até dezembro de 2006, contendo novas leis de interesse da área, bem como a íntegra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Normas do CONANDA para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos. Os exemplares foram enviados às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Procuradores de Justiça com atuação na matéria, assim como para diversas instituições com atuação na proteção e defesa da infância e da juventude, tais como Conselho Tutelar, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, escolas da rede pública de ensino, faculdades de direito, entre outros.

Parceria com o Centro de Apoio Criminal e com o DECA

Foi apresentado ao Secretário Estadual de Segurança proposta de alteração legislativa que não permita interpretação diversa do artigo 243 do ECA, que não seja a de criminalizar a conduta de quem dá ou vende bebida alcoólica para criança ou adolescente. Para a apresentação da alteração legislativa, foi solicitada a contribuição do Dr. Sérgio de Paula Ramos, no sentido de que o referido profissional elaborasse a justificativa para o projeto.

Maioridade Penal

Pelo Centro de Apoio foi elaborado e divulgado nacionalmente o texto “Hecatombe X ECA”. O Artigo destaca a situação da infância e da juventude brasileira e alerta para o fato de que a sociedade em geral e a imprensa tendem a considerar os adolescentes infratores como os responsáveis pela situação da criminalidade do país. No entanto, através do texto, são apresentados dados estatísticos que demonstram que os jovens são em maior parte, vítimas de atos de violência do que autores de crimes violentos. O documento trouxe argumentos para combater a crescente manifestação de necessidade de redução da maioridade penal, tendo sido encaminhado para diversas instituições de proteção à infância e juventude, e, inclusive, aos Deputados Federais e Senadores do país. Ainda, a questão da maioridade penal foi debatida no IX Fórum Nacional de Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional da Infância e da Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, evento ocorrido no Rio de Janeiro, resultando na elaboração de Moção de Repúdio à Proposta de Redução da Maioridade Penal.

Encontro com Jornalistas

Em maio de 2007 foi realizado encontro com jornalistas da RBS TV com o fito de apresentar a realidade da infância e da juventude brasileira. A proposta teve por objetivo esclarecer que a criança e o adolescente não possui seus direitos efetivamente cumpridos pelo Poder Público e que a situação de criminalidade existente no país não é de sua responsabilidade. Foram apresentados dados estatísticos que demonstram que os jovens são em maior parte, vítimas de atos de violência do que autores de crimes violentos. O documento trouxe argumentos para combater a crescente manifestação de necessidade de redução da maioridade penal.

Articulação com os Shoppings

Em agosto de 2007 foi realizado encontro com os Diretores de Shoppings de Porto Alegre com fito de esclarecer sobre a atuação dos órgãos de proteção à infância e juventude, visando ao estímulo de doações ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para tanto, os mencionados estabelecimentos foram convidados a estabelecer parceria com o Ministério Público Estadual e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente através da aplicação do Projeto “Estacionamento Solidário – Dia 12 de outubro – Pare pela Crianças”. O mencionado projeto tinha por objetivo destinar os recursos do estacionamento obtidos no dia da criança ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Jogo Bully

Tendo conhecimento acerca da existência e comercialização no Rio Grande do Sul do Jogo Bully (atividade em que o jogador para vencer a partida deveria efetuar ações de agressão contra professores, atos de violência e de promiscuidade), o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e o Centro Integrado de Defesa do Consumidor convidaram a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul para analisar o material e informar tecnicamente sobre os possíveis efeitos no psiquismo de crianças e adolescentes.

Exibição de Filmes

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude objetivando a garantia dos direitos culturais, assim como apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais assinou Termo de Cooperação com a Secretaria Estadual da Cultura parceria para a exibição de filmes nas dependências do Órgão Ministerial. A exibição dos filmes ocorre na primeira terça-feira de cada mês e é destinada aos funcionários do Ministério Público e à sociedade em geral.

Tratativas com a Secretaria Estadual de Educação

Durante o ano de 2007 diferentes temas envolvendo a questão do direito à educação foram abordados, sendo o Ministério Público consultado acerca das possibilidades e conveniência de procedimentos envolvendo assuntos como enturmação, matrícula aos seis anos de idade e transporte escolar.

Saúde Escolar

A questão da saúde escolar foi novamente trazida ao Ministério Público. Juntamente com a Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa, através de audiências públicas, o assunto foi debatido por diversos profissionais que prestam atendimento à saúde nas escolas da rede pública estadual. O Centro de Apoio defende a manutenção do trabalho desenvolvido nos CAEs, e a ampliação do Programa de Assistência à Saúde Escolar. O Ministério Público fará parte do grupo de trabalho formado por representantes do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado (Sintergs), das Secretarias Estaduais da Educação, Saúde e Administração, bem como do Sindicato Médico do RS (Simers).

Termo De Cooperação Operacional Coibi A Venda De Álcool Para Jovens

Em outubro foi assinado pelo Ministério Público um Termo de Cooperação Operacional tendo por objetivo combater a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em Porto Alegre. Pelo acordo, os estabelecimentos comerciais deverão exigir a apresentação do documento de identidade para comprovação da idade. O Procurador-Geral de Justiça, Mauro Henrique Renner, participou da assinatura conjuntamente com o Secretário de Segurança do Estado, José Francisco Mallmann.

Panorama temático das consultas que geraram pesquisa no Centro de Apoio ANO 2007											
JIJ	Caxias do Sul	Novo Hamburgo	Osório	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz	Santa Maria	Santo Ângelo	Uruguaiana	Total
ASSUNTO											
Educação	19	24	14	27	30	47	33	60	5	21	280
Conselhos	17	20	7	24	18	32	18	22	33	3	194
Outras Questões	10	12	0	8	17	34	7	23	14	4	129
Ato Infracional	11	10	2	11	5	16	9	10	15	1	90
Adoção	9	6	3	12	0	11	11	11	10	2	75
Questões processuais	1	11	5	7	3	12	9	17	6	0	71
Saúde	4	2	9	8	4	9	9	7	12	3	67
Crimes	5	7	1	9	3	18	2	10	5	1	61
Prevenção	7	4	3	12	3	7	2	5	6	1	50
Abrigo	5	7	1	1	4	12	3	8	2	2	45
Convivência familiar e comunitária	4	0	3	5	5	6	5	2	5	1	36
Medidas Socioeducativas	3	2	1	4	3	2	5	4	5	0	29
Medidas protetivas	5	0	5	3	1	1	1	5	2	0	23
Trabalho infantil	4	4	1	4	0	2	4	0	2	0	21
Infrações administrativas	2	1	2	0	1	5	1	5	2	1	20
Poder familiar	3	0	1	1	2	3	3	0	2	0	15
Direito a filiação	0	1	0	1	1	1	1	3	2	0	10
Drogadição	0	1	1	2	1	0	0	2	0	1	8
Direitos fundamentais	0	0	1	2	0	1	1	0	1	0	6
Programas	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	4
Fiscalização de entidades	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Direito a respeito e dignidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Políticas de atendimento	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Viagens	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total por JIJ	110	113	61	142	101	221	124	196	130	41	1239

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ENVIADA AO CENTRO DE APOIO

Portaria de Instauração de Inquérito Civil/ Peças de Informação/ Recomendações/Sindicância/Recursos	269
2. Termos de compromisso de ajustamento	10
3. Ações civis públicas e outras iniciais	34
4. Denúncias com crianças e adolescentes vítimas	92

II. ANÁLISE QUALITATIVA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente - FICAI Implementação no Estado em 2007 - 93% dos municípios												
Juizados Regionais		Porto Alegre	Novo Hamburgo	Osório	Pelotas	Santa Maria	Caxias do Sul	Santo Ângelo	Uruguaiana	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Total no Estado do RS
Município que implementaram	25	35	22	20	43	44	76	7	52	137	462	
Municípios que não implementaram	0	0	1	7	1	3	7	1	6	9	34	
Total	25	35	23	27	44	47	83	8	58	146	496	
DESEMPENHO DA FICAI												
Crianças/ adolescentes que retornaram à escola												421
Crianças/adolescentes que retornaram para a mesma escola												258
Crianças/adolescentes encaminhados para outra escola												163
tuações que ensejaram representação por infração administrativa (art. 249 do ECA)												55
cais arquivadas por falta de localização dos alunos ou de seus responsáveis												185
quivamentos motivados pela mudança de endereço para outra Comarca												116
quivimento em razão dos adolescentes terem completado 18 anos												104
xpedientes administrativos instaurados para apurar negligências por parte dos pais												87
utras hipóteses												250
Total												1218

- fonte: relatório mensal da FICAI enviado pelos Promotores de Justiça ao CAOIJ

IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO RS											
Juizados Regionais	Porto Alegre	Novo Hamburgo	Osório	Pelotas	Santa Maria	Caxias do Sul	Santo Ângelo	Uruguaiana	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Total no Estado do RS
Município que possuem CT criados por ação do MP	20 4	15 16	19 3	20 6	40 3	27 18	70 12	7 1	40 18	89 44	347 125
Municípios que não possuem CT	0	4	1	1	1	2	1	0	0	12	22
Municípios com CT desativado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Total		25	35	23	27	44	47	83	8	58	146
											496

Fonte: material enviado ao CAOIJ.

ACOMPANHAMENTO DO COMBATE À PEDOFILIA NA INTERNET		
PERÍODO	DENÚNCIAS	PERGUNTAS
EM 2001	740	71
EM 2002	1.245	98
EM 2003	916	32
EM 2004	1.148	4
EM 2005	223	3
EM 2006	4.545	-
EM 2007	9.886	-

Fonte: Clique-denúncia – www.mp.rs.gov.br – caoinfancia@mp.rs.gov.br. Dados apurados a partir de 12 de setembro de 2001 e atualizados até 31/12/2007

Crianças e Adolescentes Vítimas Denúncias Encaminhadas Ao Centro De Apoio		
Tipo Penal por cópia de denúncia encaminhada ao CAOIJ/RS		Nº de Denúncias
Art. 214 do CP – Atentado violento ao pudor		39
Art. 213 do CP – Estupro		15
Art. 121 do CP – Homicídio		12
Art. 244-A do ECA – Exploração Sexual		5
Art. 244 do CP – Abandono material		5
Art. 1º da Lei 2.252/54 – Dispõe sobre corrupção de menores		5
Art. 243 do ECA – Vender, fornecer...produtos que causem...		3
Art. 136 do CP – Maus-tratos		3

Art. 157 do CP – Roubo	2
Lei 9.455/97	1
Art. 218 do CP – Corrupção de menores	1
Art. 241 do ECA	1
TOTAL	92

Centro de Apoio Operacional Criminal

I - QUANTIFICATIVO

Reuniões de trabalho	78
Com o Procurador-Geral de Justiça	
Com os Coordenadores dos demais CAOs	5
Com outros órgãos ou entidades	33
Com órgãos da Administração Superior	24
Participações em CONCRIMs	2
Reuniões com órgãos de execução	14
Atendimentos realizados	1.697
Visitas a Órgãos Públicos	10
Atividades Culturais e de Intercâmbio	14
Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público	1
Palestras realizadas a outras entidades	0
Participação em Congressos, Seminários ou Encontros	13
Eventos realizados	2
Contatos com a mídia	12
Atuações como representante da Instituição em solenidades	11
Participações em cerimônias da Instituição	35
Consultas aos sistemas de informações (SJS, CEEE, etc.)	122

II - DESCRIPTIVO

Correspondência Expedida	
1. Ofícios Expedidos	176
1.1. Para Órgãos do Ministério Público – RS	130
1.1.1. Envio de Material de Apoio	36
1.1.2. Outras Comunicações	28
1.1.3. Encaminhando documentos para providências	66
1.2. Para Outros Órgãos	46

1.2.1. Encaminhamento de Documentos para Providências	10
1.2.2. Outras Comunicações	36
2. Mensagens de Fax Enviadas	153
2.1. Para Órgãos do Ministério Público – RS	153
3. Telefonemas Retornados	444
4. Correspondência Eletrônica Enviada (e-mails)	1.422
4.1. Envio de Material de Apoio	1.394
4.2. Outras Comunicações	28
Atividades Desenvolvidas	
1. REUNIÕES DE TRABALHO	
Objetivos:	
a) Planejamento;	
b) Relações entre os diversos órgãos ligados à atividade criminal.	
1.1. Com Órgãos do Ministério Público	67
1.1.1. Com o Procurador-Geral de Justiça	22
1.1.2. Com os Coordenadores dos demais CAOs	5
1.1.3. Com órgãos da Administração Superior	24
1.1.4. Participações em CONCRIMs	2
1.1.5. Reuniões com órgãos de execução e participações em conselhos ligados aos CAOs	14
1.2. Com outros órgãos ou entidades	33
1.2.1. Com a Secretaria da Justiça e Segurança/RS	10
1.2.2. Com órgãos da Persecução Criminal	7
1.2.3. Com outras instituições	16
2. ATENDIMENTOS REALIZADOS	
2.1. A Promotores ou Procuradores de Justiça	1.697
2.1.1. Pesquisas e atendimentos diversos	1.575
2.1.2. Consultas aos sistemas de informações	122
3. VISITAS A ÓRGÃOS PÚBLICOS	
06/02 - Reunião com presidente da Assembléia Legislativa	
07/02- Reunião com Secretaria Municipal do Meio Ambiente	
07/03 - Homenagem ao dia internacional da mulher no Palácio Farroupilha	
13/04- Prefeitura de Lajeado	
16 e 17/04- Representante da Instituição na posse do Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina	

30/04- Reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública	
04/07- Reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública	
01/08- Reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública	
05/09- Reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública	
27/09- visita ao Depósito de Drogas do DENARC	
4. ATIVIDADES CULTURAIS E DE INTERCÂMBIO	
4.1. Palestras realizadas a órgãos do Ministério Público	
08/11-I Forum Estadual de Vigilância de Medicamentos e Relações de Consumo- Repercussão Penal na Fiscalização de Medicamentos	
4.2. Palestras realizadas a outras entidades	
4.3. Participações em Congressos, Seminários e Encontros	
02/03 - Aula inaugural do 3º Curso de Formação de Escrivães de Polícia	
31/03 - 3º Encontro Jurídico-Espírita do RS, no auditório do MP/RS	
16/03 - Aula inaugural da 3ª Edição do Curso de Direito Ambiental da UFRGS	
25 a 27/04- Conselho Nacional Procuradores Gerais- CNPG- Fortaleza	
15 e 16/05- CCJC- Brasília	
30/05 a 01/06- CNPG Natal	
02 e 03/08- I Seminário "O Combate à Violência Começa em Casa", um Movimento pela efetivação da Lei Maria da Penha	
08 e 10/08- Gestão Estratégica do Ministério Público- GEMP 2022	
14 e 15/08- CNPG- Brasília	
01 e 02/10 - Ministro da Justiça (INFOSEG), em Brasília. Encontro Nacional	
05/11- Belo Horizonte, visita ao Gabinete de Inteligência e Órgãos da Execução Penal	
12 e 13/11- Brasília, CNPG	
22 e 23/11- Espírito Santo, GCOC	
5. EVENTOS REALIZADOS	
25/05- CONCRIM	
19/10- CONCRIM	
6. CONTATOS COM A MÍDIA	
6.1. Programas de Televisão	
21/03 - Entrevista para o Jornal do Almoço, Assunto: Papagaio	
27/03 - Entrevista para a TVCOM, no Palácio Piratini	
29/03 - Programa Frente a Frente, da TVE, ao vivo	
30/07 - Entrevista para o RBS notícias sobre a deficiência nos inquéritos policiais	
6.2. Programas de Rádio	
27/03 - Entrevista para "O Pioneiro", por telefone.	
27/03 - Entrevista para "Zero Hora"	
28/03 - Entrevista para Rádio Gaúcha	

28/03 - Entrevista para Rádio Guaíba	
28/03 - Entrevista para Rádio Bandeirantes	
28/03 - Entrevista para ABC Domingo	
02/07 - Entrevista publicada no Correio do Povo sobre aumento da violência	
02/07 - Entrevista publicada no Correio do Povo sobre crimes de drogas	
7. PARTICIPAÇÃO EM CERIMÔNIAS DA INSTITUIÇÃO	
04/03 - Debate dos Promotores de Pelotas	
07/03 - Debate em Santa Maria	
08/03 - Debate em Passo Fundo	
09/03 - MP na Estrada, em Ernestina do Sul	
09/03 - Debate em Caxias do Sul	
16/03 - Debate em Porto Alegre	
19/03 - Inauguração da PJ de Palmares do Sul	
19/03 - Inauguração da PJ de Sapirola	
19/03 - Inauguração da PJ de Gramado	
20/03 - Inauguração da PJ de Garibaldi	
20/03 - Inauguração da PJ de General Câmara	
20/03 - Inauguração da PJ de São Sebastião do Caí	
21/03 - Inauguração da PJ de Carazinho	
21/03 - Inauguração da PJ de Não-Me-Toque	
21/03 - Inauguração da PJ de Júlio de Castilhos	
22/03 - Cerimônia do Dia Mundial da Água, no auditório do MP/RS	
22/03 - Inauguração da PJ de Santa Maria	
22/03 - Inauguração da PJ de Santa Bárbara do Sul	
22/03 - Inauguração da PJ de São Gabriel	
26/03 - Inauguração da PJ de Santa Maria	
26/03 - Inauguração da PJ de Santo Antônio das Missões	
27/03 - Inauguração da PJ de Canela	
27/03 - Inauguração da PJ de Campina das Missões	
27/03 - Inauguração da PJ de São Francisco de Paula	
29/03 - Inauguração da PJ de Pedro Osório	
29/03 - Inauguração da PJ de Canguçu	
30/03 - Inauguração da PJ de São José do Norte	
28/05- Abertura do Ciclo de Estudos Básicos de Inteligência- CEAF	
03/07- Posse novos integrantes Conselho Superior do Ministério Público	
13/07- Reunião de Avaliação dos 100 primeiros dias de Gestão	
01/11- Lançamento da ferramenta Disponibilização Eletrônica de Pareceres	
03/12- Assinatura Termo de Cooperação no Combate à Pirataria	
06/12- Posse Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.	
07/12- Audiência Pública projeto Ouvidoria na Comunidade.	
27/12- Lançamento da ferramenta "Manifestação de Interesse Institucional"	

8. PROJETOS PARA 2008	
Realização do Encontro Criminal, no mês de abril.	
Realização de duas reuniões do CONCRIM	
Efetivação do projeto de informatização dos dados referentes ao artigo 366 do CPP, envolvendo o MP/RS, Poder Judiciário e SSP	
Encerramento e assinatura dos convênios com a Google Inc. e a CORSAN	
Incentivar a utilização da ferramenta de trabalho institucional Intranet.	
Incentivar a divulgação de informações institucionais e técnico-jurídicas pelo Informativo do CAOCrim.	

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Reuniões de Trabalho

TOTAL	248
--------------	-----

Atendimentos/Pesquisas Realizados para Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça

TOTAL	919
--------------	-----

Eventos Organizados pelo Centro de Apoio

Assunto	Data e Local
Sensibilização Ambiental dos Prefeitos da AMAU – Associação dos Municípios da Região do Alto Uruguai - com a participação de Promotores de Justiça, Prefeitos, CORSAN, DRH	22/05/07, em Erechim
Sensibilização Ambiental dos Prefeitos da AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção - com a participação de Promotores de Justiça, Prefeitos, CORSAN, DRH	04/10/07, em Passo Fundo
TOTAL	2

Reuniões do Conselho do Ministério Público do Meio Ambiente – CONMAM

Reuniões Ordinárias	3
Reuniões Extraordinárias	0
TOTAL	3

Participação em Comissões/Conselhos

Conselho de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente	03
Comissão para tratar da atuação do Ministério Público frente ao Créditos de Carbono	01
Comissão para definição das atribuições da Divisão de Assessoramento Técnico	01
Comissão Executiva do Programa de Gerenciamento dos Resíduos	03

Sólidos do Ministério Público	
Comissão Deliberativa do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos do Ministério Público	02
TOTAL	10

Representações:

Participação em Eventos		
Local	Assunto	Data
Porto Alegre	Evento AGERGS – Ciclo de Palestras sobre Regulação dos serviços de Saneamento Básico	09/04/2007
Porto Alegre	Comando Ambiental – Solenidade de Troca de Comando Ambiental da Brigada Militar	10/04/2007
Fortaleza	Congresso AMBRAPA	25/04/2007
São Paulo	Congresso Meio Ambiente – Tema: Planeta Verde	30/05 a 01/06/2007
Porto Alegre	Evento Greenpeace na Usina do Gasômetro	03/06/2007
Taquara	I Seminário Regional: Desafios Ambientais do Cotidiano	15/06/2007
Porto Alegre	Seminário Estadual de Cana-de-Acúcar do Álcool e Etanol	02/08/2007
Porto Alegre	Lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Nova Sede do ministério Público	17/08/2007
Torres	VII Encontro Sul Brasileiro de Direito Constitucional – Palestra Senador Pedro Simon	23/08/2007
Porto Alegre	Evento Meio Ambiente Cultural - A Tutela do Patrimônio Cultural	23/08/2007
Esteio	Lançamento da Cartilha de Boas Práticas Ambientais na Suinocultura – Expointer	28/08/2007
Esteio	Cerimônia de entrega do Prêmio O futuro da Terra 2007 – Expainter	28/08/2007
Nova Prata	Solenidade de inauguração da nova sede do Ministério Público	29/08/2007
Porto Alegre	2º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – Tema: Desafio Global um desafio para mídia	12/09/2007
Porto Alegre	Solenidade comemorativa aos 18 anos do Grupamento Aéreo da BM	24/09/2007
Salvador	XVII Congresso Nacional do Ministério Público	26 a 29/09/2007
Cruz Alta	Reinauguração do Museu Érico Veríssimo	17/11/2007
Capão da Canoa	Inauguração da Promotoria de Capão da Canoa	29/11/2007
Igrejinha	Inauguração do Espaço cultural da Casa do Imigrante	06/12/2007
TOTAL		19

Palestras e Cursos Ministrados

Local	Assunto	Data
Porto Alegre	Palestra no Hotel Holiday Inn	03/05/2007
Porto Alegre	Palestra FMP no Palácio do Ministério Público	24/05/2007
Guaíba	Palestra na ULBRA – pauta: Meio Ambiente e Recursos Hídricos	05/06/2007
Lajeado	Palestra: I Seminário Brigada Militar do Vale do Taquari	13/06/2007
Porto Alegre	Seminário Técnico de Florestamento na metade do RS	12/07/2007
Londrina	VI Seminário Sul de Resíduos Sólidos	04/07/2007
Esteio	Expointer - Painel - "Arroz Irrigado: Produtividade, Qualidade e Sustentabilidade" - palestra "Ações e desafios da lavoura de arroz na perspectiva do Ministério Público"	27/08/2007
Gramado	XV Encontro Nacional de Perfuradores de Poços Artesianos Palestra: O Ministério Público e as Águas Subterrâneas	29/10/2007
TOTAL		08

Participação em Audiências Públicas		
Local	Assunto	Data
Porto Alegre	Aquecimento Global - Organizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do RS	13/06/2007
Carazinho	Poços Artesianos - Organizada pela Promotoria de Justiça de Carazinho	21/06/2007
Porto Alegre	Discutindo a Saúde, o Meio Ambiente e o Urbanismo Promovida pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.	25/06/2007
Farroupilha	A quantidade e qualidade da água que abastece a população de Farroupilha – Barragem São Miguel Organizada pela Promotoria de Justiça de Farroupilha	27/06/2007
Bento Gonçalves	A quantidade e qualidade da água que abastece a população de Bento Gonçalves – Barragem São Miguel Organizada pela Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves	27/06/2007
Rio Pardo	Construções em Balneários Organizada pela Promotoria de Justiça de Rio Pardo	15/08/2007
Porto Alegre	Uso de Queimadas e sua Permissão como Técnica de Manejo do Solo	16/08/2007

	Organizada Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa	
Porto Alegre	Apresentação do Plano Nacional de Saneamento Organizada Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa	19/09/2007
Porto Alegre	Audiência Pública para discutir a situação do Comando Ambiental da BM Organizada Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa	17/10/2007
Cruz Alta	Poços Artesianos Organizada pela Promotoria de Justiça de Cruz Alta	17/12/2007
TOTAL		10

Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio

Correspondências	
Recebidas	325
Expedidas (Total)	304
- CAO/Cível	176
- SGCAEF (Serviço Geral de Contadoria e Análise Econômico-Financeira)	128
- Ofício Circular	3

Portarias recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Instauradas (2007)	915
Instauradas (28/11 até 31/12/2006)	93

Ações de Improbidade Administrativa recebidas pelo Centro de Apoio Cível	
Iniciais (2007)	74
Iniciais (28/11 a 31/12/2006)	3

Atendimentos realizados no Centro de Apoio Cível	
A Promotores de Justiça	38

Assunto	Número de Consultas
Direito Público (diversos)	102
Improbidade Administrativa	418
Lei de Responsabilidade Fiscal	52
Direito Tributário	231
Direito Administrativo (diverso)	328
Licitações	233

Trânsito	124
Direito Trabalhista	36
Direito de Família	272
Registros Públicos	269
Direito Comercial (diversos)	83
Falências e Concordatas	258
Direito Previdenciário	45
Processo Civil	475
Direito Constitucional	108
Direito Civil (diversos)	392
Ação Civil Pública e Inquérito Civil	154
Outros	23

Participação em Eventos	
Palestras proferidas	01

Material Expedido aos membros do Ministério Público - Dentre outros;	Número
Informativos	5
Jurisprudências selecionadas	586
Doutrinas selecionadas	75
Pareceres Firmados pelo Coordenador	106 (2007) 06 (28/11 a 31/12/2006)

Eventos Realizados pelo CAO Cível
CONDEPP (24/08/07 e 30/11/07)
CONFAM (24/08/07 e 30/11/07)
Reunião de Trabalho Regional em Santa Cruz do Sul (08/10/2007)
Reunião de Trabalho Regional em Ijuí (09/11/2007)
Reunião de Trabalho Regional em Erechim (26/11/2007)
Palestra Ética e Legalidade na Atividade Parlamentar e Visão do Ministério Público como Órgão de Fiscalização (27/11/2007)

Reuniões de trabalho do Coordenador
Total: 109

Cursos e Seminários freqüentados pelos Assessores do CAOCIVEL (Aperfeiçoamento e qualificação profissional)
- Desfibrilador Externo Automático (DEA) – Salva Coração na Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul: Julyana Vaz Pinto.
- V Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Maria Lucia Mariz Pinto Scalco; Julyana Vaz Pinto;

**Cursos e Seminários freqüentados pelos Assessores do CAOCIVEL
(Aperfeiçoamento e qualificação profissional)**

Vincenza Baiotto Soares;
Aécio Schöder da Silveira.

- Palestra Stress a seu favor:
Julyana Vaz Pinto;
Vincenza Baiotto Soares;
Aécio Schöder da Silveira.

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos

No ano de 2007 o plano de atuação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos desenvolveu suas atividades elegendo quatro áreas prioritárias de atuação, para as quais foram voltadas suas ações, no sentido de garantir a efetivação das políticas públicas voltadas para tais temáticas, conforme os projetos relacionados a seguir:

Projeto/Área de atuação	Metas	Objetivos	Planos de atuação
Planejamento Familiar	Viabilização da Política de Planejamento Familiar em todo o Estado do RS	Implementação da Política de Planejamento Familiar em todo o Estado do RS; Difusão da Política de Planejamento Familiar nas Promotorias de Justiça e nos Municípios; Integração entre os setores e organizações que atuam na área.	Convênios; Protocolos de Intenções; Adesões de Entidades; Encontro Regionais e Encontro Estadual; Subvenções Sociais para execução de projetos.
Saúde Pública	Implementação e difusão da Política Estadual de Saúde, especialmente na área de medicamentos.	Instrumentalizar os Promotores de Justiça que atuam na área da saúde; Promover espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política.	Encontros Regionais de Saúde; Convênios; Protocolos de Intenções; Subvenções Sociais para execução de Projetos
Pessoas com Deficiência	Implementação das Políticas para as pessoas com deficiência no Estado; e	Integração das entidades que atuam na área, fixando princípios de cooperação técnica para estimular ações	Encontros Regionais de Promotores de Justiça para discutir sobre a aplicabilidade das Políticas voltadas para as

	<p>Garantir o cumprimento dos prazos de acessibilidade no RS.</p>	<p>que possibilitem a melhor informação;</p> <p>Implementação dos direitos sociais e individuais indisponíveis e a melhoria no que se refere à acessibilidade das pessoas com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.</p>	<p>pessoas com deficiência;</p> <p>Garantir o cumprimento dos prazos de acessibilidade previstos no decreto 5296/04;</p> <p>Convênios;</p> <p>Protocolos de Intenções;</p> <p>Subvenções Sociais para execução de Projetos.</p>
Idosos	<p>Garantir a aplicabilidade da Lei 10.741/2003 que garante os direitos dos Idosos e,</p> <p>Viabilizar uma rede de atendimento que atenda as necessidades dos idosos no RS.</p>	<p>Propiciar espaço de discussão e troca de experiências sobre a aplicabilidade do Estatuto do Idoso;</p> <p>Estudar o papel do Ministério Público e a necessidade de medidas que viabilizem a garantia dos direitos nele assegurados;</p> <p>Fazer o levantamento de informações sobre o estabelecimento de rede de atendimento de todos os municípios do Estado, bem como, das demandas existentes na área, reflexos da aplicação da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso</p>	<p>Encontros Estadual em comemoração aos quatro anos da Lei 10.741/2003 e avaliação de sua aplicabilidade;</p> <p>Convênios;</p> <p>Protocolos de Intenções;</p> <p>Subvenções Sociais para execução de Projetos.</p>

Área da Saúde:

Desde o ano de 2001, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio o Operacional dos Direitos Humanos, contando com a participação da Promotoria Especializada dos Direitos Humanos, vem promovendo Encontros Regionais de Saúde com Promotores de Justiça, para discussão da estrutura e dinâmica das ações do Sistema Único de Saúde – SUS e a atuação do Ministério Público.

Dando continuidade à implementação e à difusão da Política Estadual de Saúde e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política, foram realizados no ano de 2007 sete encontros regionais de saúde no Estado, conforme cronograma abaixo:

MUNICÍPIOS/MACRORREGIÕES	2007				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
I – Ijuí Região Missioneira	20				
II – Santa Cruz do Sul Região dos Vales	26				
III – Santa Maria Região Centro-Oeste		04			
IV – Pelotas Região Sul			15		
V – Caxias do Sul Região Serra			29		
VI – Passo Fundo Região Norte				13	
VII – Porto Alegre Região Metropolitana					06

Este Centro de Apoio participou também dos Fóruns Regionais promovidos pelo CREMERS: “Aspectos Éticos e Legais do Prontuário Médico”, contando com a participação do Coordenador do Centro de Apoio e também de outros Promotores de Justiça, como palestrantes.

Outra importante atuação na área da saúde, foi a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, que este Centro de Apoio, juntamente com a Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre e o Ministério Público do Trabalho, firmaram com o Município de Porto Alegre, no sentido de que se abstinha de contratar profissionais para a área da atenção básica da saúde, incluindo os profissionais do Programa Saúde da Família, sem a realização de concurso público ou de processo seletivo público.

Tal iniciativa serviu como modelo para que Promotorias do interior do Estado firmassem termos de ajustamento de conduta com a mesma finalidade.

Área de Planejamento Familiar:

Entre os anos de 2005 e 2006, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio o Operacional dos Direitos Humanos, contando com a participação da Promotoria Especializada dos Direitos Humanos, promoveu 9 (nove) Encontros Regionais de Promotores de Justiça, para discussão da viabilização da Política de Planejamento Familiar nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, não somente propondo integração entre secretarias responsáveis pela efetiva aplicação da referida política pública, como também agregando organizações, governamentais ou não governamentais, interessadas e preocupadas com a problemática em questão.

Dando continuidade à implementação e à difusão da política de Planejamento Familiar que vem sendo desenvolvida pelo Ministério Público Estadual, em conjunto com o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social, as Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos e, nesta segunda fase, com a Organização Não-Governamental Brasil Sem Grades, programou este CAO, para o ano de 2007, mais cinco fóruns regionais de Planejamento Familiar.

No dia 29 de março de 2007, o Ministério Público celebrou protocolo de intenções para Promoção do Planejamento Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Governo do Estado do RS, a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública.

Além dos encontros realizados, descritos na tabela abaixo, o Coordenador deste CAO participou de reuniões semanais com os entes envolvidos no referido protocolo de intenções, para desenvolver ações visando a promoção da Política de Planejamento Familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

FÓRUNS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR	DE	2006	2007			
		Dezembro	Março	Abril	Junho	Agosto
I Fórum – Rio Grande	04					
II Fórum – Caxias do Sul		26				
III Fórum – Santa Maria			27			
IV Fórum – Passo Fundo				22		
II Fórum Estadual – Porto Alegre						2 e 3

Foi promovido ainda, por este Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, um evento importante na área do Planejamento Familiar que objetivou desenvolver um Seminário experimental sobre Paternidade Responsável, que introduzirá a idéia da Escola de Paternidade Responsável, esta como projeto permanente, com início previsto para o ano de 2008.

Tal projeto é desenvolvido entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Poder Judiciário, Assembléia Legislativa; Ministério Público, através da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos; Secretaria Estadual da Saúde; Secretaria Estadual da Educação; ONG Brasil Sem Grades.

A idéia principal deste projeto é evoluir no planejamento familiar como ação básica de saúde, passando da fase de orientação (desenvolvida, ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007, através dos eventos sobre Planejamento Familiar em todas as regiões do Estado) para a fase prática, fazendo com que o programa de Planejamento Familiar passe a ser um treinamento prático permanente às equipes que lidam com as famílias – profissionais da saúde e da educação. A Escola de Paternidade Responsável será importante instrumento para atenuar os problemas sociais decorrentes da falta de planejamento familiar: violência, miséria, drogadição, entre outros.

Área de Pessoas com Deficiência:

Em dezembro de 2006, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul celebrou convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS, com interveniência do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades - FADERS, objetivando a integração das atuações dos participes, fixando princípios de cooperação técnica para estimular ações que possibilitem a melhor informação, implementação dos direitos sociais e individuais indisponíveis e a melhoria no que se refere à acessibilidade das pessoas com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, realizou este CAO, no segundo semestre do ano de 2007, oito encontros regionais para discussão das Políticas para Pessoas com Deficiência no Estado do Rio Grande do Sul, nas datas e municípios relacionados:

MUNICÍPIOS	2007			
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	DEZEMBRO
I – Bento Gonçalves	13			
II – Santa Cruz do Sul	27			
III – Rosário do Sul		14		
IV – Pelotas			05	
V – Passo Fundo			08	
VI – Ijuí			19	
VII – SANTA MARIA			29	
Encontro Anual sobre Pessoas com Deficiência PORTO ALEGRE				20

Outro evento realizado por este Centro de Apoio foi o seminário anual sobre Pessoas com Deficiência”, realizado no dia 20 de dezembro, no auditório da nova sede do Ministério Público, em comemoração à Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, possibilitando um espaço de

integração entre as entidades de atendimento, municipais e estaduais, como também entre as pessoas portadoras de necessidades especiais em todo Estado do RS.

Tal iniciativa resultará em trabalho conjunto entre o Ministério Público Estadual e Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social, através da FADERS, para o ano de 2008, em que as referidas instituições unificarão seus esforços na realização dos fóruns regionais no interior do Estado, objetivando dar continuidade ao projeto de implementação das políticas voltadas às pessoas com deficiência.

Área dos Idosos:

Desde o ano de 2004, foram realizados doze encontros regionais com os Promotores de Justiça de diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de propiciar espaço de discussão e troca de experiências sobre o Estatuto do Idoso e sobre a necessidade de medidas que viabilizem a garantia dos direitos nele assegurados.

Os resultados dos encontros foram positivos no sentido de colher informações sobre o estabelecimento de rede de atendimento de todos os municípios do Estado, bem como, das demandas existentes na área, reflexos da aplicação da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Durante o ano de 2007, este CAO atendeu diversas solicitações dos Promotores de Justiça na área do idoso, bem como, participou de várias reuniões do Fórum Permanente de Proteção ao Idoso – FOPI, no qual foram estudadas e estabelecidas normas de orientação para abertura e funcionamento de instituições que abrigam idosos cujos resultados foram apresentados aos Secretários Estaduais de Saúde e de Assistência Social.

Além deste assessoramento e dos encontros e projetos desenvolvidos nas áreas prioritárias deste CAO, foram realizados também, atendendo a solicitações de Promotores de Justiça das Comarcas do interior do Estado, assessoramento em reuniões nas sedes das Promotorias do interior do Estado, contribuindo, dessa forma, na busca de alternativas que assegurassem o atendimento da prestação da saúde pública; em assinaturas de Termos de Ajustamento, bem como de Convênios, objetivando atender as mais diversas demandas nas áreas da saúde pública, fornecimento de medicamentos, planejamento familiar, pessoas com deficiências e violência doméstica contra mulheres.

Tais demandas e solicitações é que continuam demarcando as prioridades de atuação deste centro de Apoio, através do grande número de solicitações dos Promotores de Justiça e das dificuldades encontradas em suas respectivas Promotorias, envolvendo os quatro temas em destaque.

Afora tais iniciativas, persiste o trabalho diário de atendimento aos Promotores de Justiça, através de contatos telefônicos, esclarecendo-se dúvidas e sugerindo formas de atuação, além do municiamento com matérias doutrinárias e jurisprudenciais, tendo sido realizados oitocentos e seis atendimentos aos Promotores de Justiça.

Outra forma de trabalho utilizada por este centro de Apoio, foi a constante atualização de informações na internet e divulgação de promoções de arquivamento, ações ajuizadas e assinaturas de termos de ajustamentos, visando compartilhar informações pertinentes às temáticas relacionadas a área dos Direitos Humanos, atualizando e integrando os Promotores de Justiça.

Nesse período ainda, foram realizadas três sessões do Conselho de Procuradores e Promotores de Justiça dos Direitos Humanos - CONDIH, conforme pautas a seguir relacionadas:

Março 2007: Sessão Conjunta do CONDIH, CONPPIJ E CONDEPP, com a participação da Subprocuradoria Geral para assuntos jurídicos e Procuradoria de prefeitos;

Agosto 2007: Reunião Conjunta do CONDIH e CONURB, com a pauta: TAC Loteamentos Arroio do Meio, Encontros Regionais – Regularização de Loteamentos e Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística para Pessoas Portadoras de Deficiência;

Outubro 2007: A questão dos veículos de tração humana e veículos de tração animal - circulação urbana e dignidade do trabalho.

Conforme estabelecido pelo GEMP, as prioridades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos para o ano de 2008 são o fortalecimento da atenção básica em saúde, por meio da Estratégia da Saúde da Família, e o Planejamento Familiar, além de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, auxiliando na implantação das Políticas Públicas das áreas da Saúde; Assistência Social e Pessoas com Deficiência.

Em síntese, este Centro de Apoio, prestou atendimentos aos Promotores de Justiça, além da participação em eventos externos, representações, audiências, elaboração e execução de Projetos, Seminários, Encontros Regionais, vistorias em instituições, reuniões, assinaturas de termos de ajustamento de conduta e de convênios, conforme tabela de dados quantitativos abaixo:

DADOS QUANTITATIVOS: 2007

Correspondências Expedidas	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	56
OFÍCIOS CIRCULARES EXPEDIDOS	0
MEMORANDOS INTERNOS	174
MEMORANDOS INTERNOS/CIRCULARES	09
E-MAILS EXPEDIDOS	2.735
FAX EXPEDIDOS	17
Correspondências Recebidas	
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS (OFÍCIOS, MEMORANDOS E OUTROS)	456
E-MAILS RECEBIDOS	8.319

Atendimentos realizados pelo CAO	
AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA	806
AO PÚBLICO EM GERAL	6

PARECERES ELABORADOS PELO CAO DIREITOS HUMANOS	
SAÚDE	27
SAÚDE / IDOSOS / PCD	1
DIREITOS DA MULHER	1
MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMUNIDADE (PROGRAMA)	1
TRABALHO	2

PARECERES ELABORADOS PELO CAO DIREITOS HUMANOS

IDOSOS	3
DIREITOS HUMANOS	1
SEGURANÇA PÚBLICA	1
DISCRIMINAÇÃO	1
PLANEJAMENTO FAMILIAR	1
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3

Documentos recebidos no Centro de Apoio dos Direitos Humanos

INQUÉRITOS CIVIS	285
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	51
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	10
TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	52
MEDIDAS DE PROTEÇÃO	7
PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO	79
RECOMENDAÇÕES	9
AÇÕES DE EXECUÇÃO	10
INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS	6
REPRESENTAÇÕES	3
OUTROS DOCUMENTOS	6
Total	518

Descrição das Reuniões com Órgãos/Entidades Externas

GRUPO DE TRABALHO SOBRE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS /AJURIS	15
ONG BRASIL SEM GRADES	1
SEGMENTOS DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/SUS/ESTADO (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)	1
SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE (DR. OSMAR TERRA/REPRES.)	4
FÓRUM PERMANENTE DO IDOSO–FOPI	4
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	5
GRUPO DE TRABALHO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR/PATERNIDADE RESPONSÁVEL	26
UNISINOS	1
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (CES)	1
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS (AUDITÓRIO DA TRAMONTINA - CARLOS BARBOSA)	1
CONSELHO CONSULTIVO DO PORTAL SOCIAL (FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROtsky SOBRINHO)	2
REUNIÃO COM PROMOTORES E PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA SOBRE QUILOMBOS	1

Descrição das Reuniões com Órgãos/Entidades Externas	
COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLENCIA	2
SUBCOMISSÃO DE MEDICAMENTOS DE USO ESPECIAL E DE USO CONTÍNUO	3
REUNIÃO COM CONSELHO ESTADUAL PPD'S/FADERS/FAMURS	12
PRESIDENTE DA FADERS	1
COMISSÃO DA CAMPANHA DO AGASALHO	2
SECRETARIA DE SAÚDE/HOSPITAL PSQUIÁTRICO DE RIO GRANDE	1
REUNIÃO E LANÇAMENTO DA CAMPANHA ``PLANTANDO A SOLIDARIEDADE``	1
REUNIÃO COM COSMAM/CEDECONDH	1
COORDENADORIA DA SAÚDE FAMILIAR	1
SAMU	1
REUNIÃO ENSAIO DO II FÓRUM ESTADUAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR	1
DR. ARMANDO AFONSO KONZEN (DIRETOR DEP. DE CIDADANIA DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL)	1
REUNIÃO SOBRE PSF E PACS COM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA E PROMOTORES DE JUSTIÇA	1
DR. CÉZAR AUGUSTO WEBER	1
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1
COORDENADORIA DE AUDITORIA MÉDICA DO ESTADO (CAME)	1
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)	1
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)	2
SR. NILO (ABRASCONSEG)	1
CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (SRA. JUSSARA RAWTH)	1
MAJOR GERSON (COMANDANTE DA 1ª COMPANHIA DA BRIGADA MILITAR)	1

Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos	
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA	15
COORDENADORES DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	6
OUVIDORIA NA COMUNIDADE – RESTINGA	1
SESSÃO CONJUNTA CONDIH/CONPPIJ/CONDEPP	1
SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	7
VISITAS A QUILOMBOS COM AS DOUTORAS ISABEL GUARISE E ANA RITA SCHINESTSCK	2
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	7
GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (GEMP)	9
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRAMANDÁ-RS	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LEOPOLDO-RS	2
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PLAMEIRA DAS MISSÕES-RS	1
REUNIÃO CONJUNTA CONDIH/CONURB	2
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA CRUZ DO SUL-RS	1

Descrição das reuniões com Órgãos/Setores Internos	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACHOEIRINHA-RS	1
ENCONTRO DE TRABALHO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL DIREITOS HUMANOS/CÍVEL COM PROMOTORES DA REGIÃO DE IJUÍ	1

Participação em Encontros/Palestras/Eventos	
EVENTO: PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER – ANFITEATRO HUGO GERDAU DA SANTA CASA	PORTO ALEGRE
PAINEL SOBRE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE (PLENARINHO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)	PORTO ALEGRE
SEMINÁRIO SOBRE MEDICAMENTOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO	PORTO ALEGRE
CICLO DE CONFERÊNCIAS DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP ("A VEDAÇÃO DA CENSURA E A PROTEÇÃO PREVENTIVA DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE: UM DILEMA?")	PORTO ALEGRE
SEMINÁRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR	CAXIAS DO SUL
I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO	SÃO JERÔNIMO
CICLO DE PALESTRAS SOBRE ALEITAMENTO MATERNO	PORTO ALEGRE
PALESTRA SOBRE DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA APAE DE VIAMÃO	VIAMÃO
DEBATE NO CENTRO DE EVENTOS DA PUC: "RELAÇÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E PORTA DE ENTRADA DAS EMERGÊNCIAS"	PORTO ALEGRE
SIMPÓSIO SOBRE GRAVIDEZ E SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA NO AUDITÓRIO DANTE BARONE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	PORTO ALEGRE
PALESTRA SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR NA PREVENÇÃO DA VIOLENCIA - UNISC	SANTA CRUZ DO SUL
XVII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM O TEMA: "OS NOVOS DESAFIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO"	SALVADOR-BA
SEMINÁRIO SOBRE ABRIGOS DE PORTO ALEGRE (AUDITÓRIO MP)	PORTO ALEGRE
PALESTRA SOBRE DIREITOS HUMANOS/SAÚDE (FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE)	PORTO ALEGRE
PALESTRA SOBRE ÉTICA MÉDICA: SUA IMPORTÂNCIA DIÁRIA NO EXERCÍCIO DA MEDICINA (FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE)	PORTO ALEGRE
I FÓRUM ESTADUAL DE VIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS E AS RELAÇÕES DE CONSUMO	PORTO ALEGRE
II PAINEL SOBRE DIREITO DA SAÚDE (AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA)	PORTO VELHO-RO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL)	BRASÍLIA-DF
PALESTRA NO AUDITÓRIO DO CREMERS COM O TEMA: "ÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO MÉDICO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA".	PORTO ALEGRE

Participação em Encontros/Palestras/Eventos	
I SEMINÁRIO GAÚCHO DE DIREITO SANITÁRIO (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA)	PORTO ALEGRE

Encontros/Eventos promovidos pelo Centro de Apoio
REUNIÃO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR (IMPLANON) – AUDITÓRIO MONDERCIL PAULO DE MORAES – PORTO ALEGRE-RS
I ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE IJUÍ-RS
II ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO SUL-RS
II FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR DE CAXIAS DO SUL-RS
III FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR DE SANTA MARIA-RS
III ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA-RS
IV ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE PELOTAS-RS
IV FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR DE PASSO FUNDO-RS
V ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE CAXIAS DO SUL-RS
VI ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE PASSO FUNDO-RS
II FÓRUM ESTADUAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR DE PORTO ALEGRE-RS
VII ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE
I ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE BENTO GONÇALVES-RS
II ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE SANTA CRUZ DO SUL-RS
III ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE PORTO ALEGRE-RS
IV ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE ROSÁRIO DO SUL-RS
V ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE PELOTAS-RS
VI ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE PASSO FUNDO-RS
SEMINÁRIO SOBRE PATERNIDADE RESPONSÁVEL DE PORTO ALEGRE-RS
VII ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE SANTA MARIA-RS
VIII ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA DE IJUÍ-RS
SEMINÁRIO ANUAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES (AUDITÓRIO MONDERCIL PAULO DE MORAES, MINISTÉRIO PÚBLICO).

Viagens
VIAGEM PARA SÃO LEOPOLDO (UNISINOS – REUNIÃO SOBRE CONVÊNIOS)
VIAGEM PARA CAXIAS DO SUL (II FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR)
VIAGEM PARA CARLOS BARBOSA (REUNIÃO SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS)

Viagens
VIAGEM PARA IJUÍ (I ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA SANTA CRUZ DO SUL (II ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA SANTA MARIA (III FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR)
VIAGEM PARA SANTA MARIA (III ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA LAJEADO (ALMOÇO DE INTEGRAÇÃO COM OS PREFEITOS DO VALE DO TAQUARI)
VIAGEM PARA CAXIAS DO SUL (SEMINÁRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR)
VIAGEM PARA PELOTAS (IV ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA PASSO FUNDO (IV FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR EM PASSO FUNDO)
VIAGEM PARA CAXIAS DO SUL (V ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA QUARAÍ (AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR)
VIAGEM PARA PASSO FUNDO (VI ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE)
VIAGEM PARA TRAMANDAÍ (REUNIÃO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA)
VIAGEM PARA PALMEIRA DAS MISSÕES (REUNIÃO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA)
VIAGEM PARA BENTO GONÇALVES (I ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA SÃO LEOPOLDO (REUNIÃO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA)
VIAGEM PARA SANTA CRUZ DO SUL (II ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA SANTA CRUZ DO SUL (PALESTRA SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR NA PREVENÇÃO DA VIOLENCIA)
VIAGEM PARA ROSÁRIO DO SUL (IV ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA SALVADOR-BA (XVII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
VIAGEM PARA PALOTAS (V ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA PASSO FUNDO (VI ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA SANTA CRUZ DO SUL (REUNIÃO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA)
VIAGEM PARA SANTA MARIA (VII ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA IJUÍ (VIII ENCONTRO REGIONAL SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA)
VIAGEM PARA LAJEADO (GEMP-GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
VIAGEM PARA NOVO HAMBURGO (GEMP-GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
VIAGEM PARA CAXIAS DO SUL (GEMP-GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
VIAGEM PARA TRAMANDAÍ (GEMP-GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
VIAGEM PARA PORTO VELHO-RO (II PAINEL SOBRE DIREITO DA SAÚDE)
VIAGEM PARA BRASÍLIA-DF (REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS)

Outras Atividades	
SOLENIDADES DE POSSE.	3
ALMOÇOS/JANTARES/CAFÉS-DA-MANHÃ DE TRABALHO.	4
SOLENIDADE DE OUTORGА DA MEDALHA DO MÉRITO FARROUPILHA AO SR. SÉRGIO TESSARO.	1
SOLENIDADE DE PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DO MP AO PARLAMENTO E A SOCIEDADE.	1
LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO.	1
PALESTRA DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA COM O TEMA ``MINISTÉRIO PÚBLICO: RECEITA, DESPESA E PLANEJAMENTO PÚBLICO.	1
ASSINATURA TAC/PSF NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.	1
CURSO PARA OS COORDENADORES DOS CAO'S COM O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.	1
ASSEMBLÉIA DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (SEDE CAMPESTRE DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)	1
SOLENIDADE DE APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS PARA COMPOR A REDE PARCERIA SOCIAL.	1
ASSINATURA TAC/MEDICAMENTOS.	1
EVENTO DA FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO.	1
PRESença NA INAUGURAÇÃO DE SEDE DA PROMOTORIA REGIONAL DE TRISTEZA.	1
ASSINATURA DO CONVÊNIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO (CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA VILA PINTO).	1
SOLENIDADE DE HOMENAGEM AOS APOSENTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ANO DE 2007.	1
ALMOÇO COM PALESTRA DE AÉCIO NÉVES, GOVERNADOR DE MINAS GERAIS (FEDERASUL).	1

Entrevistas/Mídia	
ENTREVISTA PARA A RBS TV SOBRE IMPLANTES SUBCUTÂNEOS E A SUSPENSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
ENTREVISTA PARA O JORNAL EXTRA CLASSE	1
ENTREVISTA PARA TVE SOBRE PACS/PSF	1
ENTREVISTA PARA A REDE RECORD	1
ENTREVISTA PARA A RÁDIO GUAÍBA (PROGRAMA ESPAÇO ABERTO)	1
ENTREVISTA PARA A RÁDIO DA UFRGS (PROGRAMA LIGA DOS DIREITOS HUMANOS)	1

Representação do Procurador Geral de Justiça
POSSE DA DIRETORIA DA FADERS
SUBCOMISSÃO DE MEDICAMENTOS DE USO ESPECIAL E DE USO CONTÍNUO (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)
SUBCOMISSÃO DE MEDICAMENTOS DE USO ESPECIAL E DE USO CONTÍNUO (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)
REUNIÃO-ALMOÇO DA FEDERASUL (A FORÇA SINÉRGICA DO VOLUNTARIADO)
LANÇAMENTO DA REDE PARCERIA SOCIAL NO TEATRO SÃO PEDRO
XVI REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE OUVIDORES DE POLÍCIA
EVENTO DA FAMURS: ``COMPROMISSOS COM A GESTÃO DA SAÚDE''
ENCONTRO DE IMERSÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLENCIA
LANÇAMENTO DA FRENTES PARLAMENTAR PELA HARMONIA ENTRE PESCADORES E PRATICANTES DE ESPORTES NÁUTICOS
SUBCOMISSÃO DE MEDICAMENTOS DE USO ESPECIAL E DE USO CONTÍNUO (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)
FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE ORTANÁSIA
AULA INAUGURAL DO 10º CURSO DE FORMAÇÃO DE PROMOTORIAS LEGAIS POPULARES
III FÓRUM POLÍTICO UNIMED-RS
LANÇAMENTO DO RELATÓRIO SOCIAL 2006 NO AUDITÓRIO DO HOSPITAL CRISTO REDENTOR (GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO)
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE INCLUSÃO NOS CURRÍCULOS DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)
ENCERRAMENTO DA CAMPANHA DO AGASALHO (PALÁCIO PIRATINI)
REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLENCIA (CENTRO ADMINISTRATIVO)
5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE: SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-POLÍTICA OU ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
8ª JORNADA DE PSIQUIATRIA (FIERGS)
WORKSHOP OSTEOPOROSE (FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE)
EVENTO COM O TEMA: `` A COMUNIDADE MOSTRA O QUE FAZ DE MELHOR E A GENTE APLAUDA'' (VESTÍBULO NOBRE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA).
FÓRUM SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO SÉCULO XXI (TEATRO DANTE BARONE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA).

Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias tem como propósito fomentar o debate e estabelecer subsídios jurídicos aos Colegas no que toca à regularização fundiária e ordenação urbana.

Este ano, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2003, foram produzidos 19 (dezenove) Boletins Informativos, com seleção de jurisprudência e notícias atualizadas, bem como trabalhos de Colegas que se destacaram na área. Impende destacar que, a partir do mês de maio, os aludidos Boletins Informativos passaram a ser editados quinzenalmente.

O CAO Urb, através do exame diurno do Diário da Justiça, localiza notas de expediente relativas a ações civis públicas em grau recursal, obtém cópia dos pareceres ministeriais lançados no segundo grau de jurisdição, distribuindo-os aos demais Centros de Apoio Operacional, de acordo com a matéria do julgamento a ser proferido.

Foi mantido o diálogo com diversos órgãos e entidades, tais como SEHADUR, FAMURS, SINDUSCON, SERGS, CRECI, CREA, METROPLAN, Defensoria Pública Estadual e Prefeituras Municipais.

Por iniciativa deste Centro de Apoio, o Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, assinaram Termo de Cooperação, objetivando o estabelecimento de bases para cooperação técnico-operacional para a implementação da regularização fundiária de interesse social. A parceria tem por escopo facilitar a implementação dos planos diretores e a troca de informações, tornando mais eficazes as medidas e ações na regularização fundiária. Pelo ajuste, compete ao Ministério Público e à SEHADUR designar membros para promover ou participar de encontros, seminários e oficinas, visando à troca de experiências, à formação bilateral e à organização de cursos de atualização. Os órgãos também ficam responsáveis por desenvolver ações destinadas a viabilizar e agilizar os processos de regularização fundiária no Estado.

Além de ter intermediado as tratativas que culminaram com a assinatura do referido Termo de Cooperação, ao longo do corrente ano, o Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, conjuntamente com a Promotoria de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre, deu prosseguimento às tratativas para a elaboração e assinatura de Termo de Cooperação envolvendo a Prefeitura de Porto Alegre, SINDUSCON, CRECI, SERGS, DEMHAB, Brigada Militar e CREA, cujo escopo é o de regularizar loteamentos clandestinos, bem como congelar as ocupações irregulares, com vistas à tutela do direito de moradia e ao impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais, no âmbito da Capital gaúcha, estimando-se que ainda no primeiro trimestre de 2008 venha a ser assinado.

Dentre outros eventos, destaque para a participação da Coordenadora do CAOURB no "Seminário Nacional sobre o tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo", realizado de 04 a 07 do mês de setembro, na cidade de São Paulo-SP. O seminário, que incluiu apresentação de trabalhos profissionais e de pesquisa, além de conferências e mesas-redondas, teve por objetivo principal promover um debate, em bases científicas, sobre os limites entre urbanização e preservação ambiental, especialmente

nos casos de áreas de preservação permanente em assentamentos urbanos. O material trazido deste evento está sendo divulgado aos Promotores de Justiça e se encontra a disposição no CAO para consulta.

Destaca-se também a participação da Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias na 3ª Conferência Estadual das Cidades, no Centro Vida, em Porto Alegre, em setembro. O evento, cujo objetivo era definir políticas públicas interdisciplinares em desenvolvimento urbano, contou com a presença de cerca de mil delegados eleitos nas conferências municipais e regionais, representando cerca de 270 municípios gaúchos, além de representantes de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e do poder público.

Importante mencionar o “workshop” realizado por este Centro de Apoio da Ordem Urbanística e Questões fundiárias junto à Promotoria de Justiça de Pelotas, visando dar apoio na busca de soluções para a problemática dos assentamentos informais nos Municípios daquela região.

Um dos temas que freqüentou a pauta do CAOURB ao longo do ano, com atuação conjunta com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, foi a demarcação de áreas para pesca e surf no litoral norte gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da Federação Gaúcha de Surf (FGS).

No ano de 2007, foram realizados 03 (três) encontros do Conselho de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias - CONURB. O primeiro deles, ocorrido no dia 25 (vinte e cinco) de maio do corrente ano, realizou-se de forma integrada com o Conselho dos Procuradores e Promotores de Justiça do Meio Ambiente, e tratou, em síntese, da vigência do Enunciado nº 06 do CONMAM. Já a reunião seguinte do CONURB, ocorrida no dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2007, pode ser acompanhada à distância, por intermédio da ferramenta de comunicação “chat”. O intuito do fórum via “chat” é promover uma maior integração entre os membros que não podem estar presentes no local da reunião. Além disso, a necessidade da Instituição lançar mão das ferramentas tecnológicas visa facilitar o diálogo institucional. O último encontro do ano, realizado no dia 19 (dezenove) de outubro, tratou, dentre outros itens, da “atuação do Ministério Público frente aos Créditos de Carbono”, bem como da “questão dos condutores de veículos de tração animal e de tração humana: dignidade da pessoa humana, proteção dos animais e circulação urbana”.

Ao longo deste ano, o CAOURb recebeu 20 Termos de Ajustamento de Conduta, relativos à regularização fundiária, permitindo, com isso, o acesso de milhares de pessoas à moradia, o que desvela o alcance social da ação do Ministério Público na esfera urbanística.

Foram computados, de janeiro a novembro do corrente ano, 506 atendimentos às Promotorias e Procuradorias de Justiça.

A seguir, a demonstração dos dados quantitativos do trabalho realizado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias:

ATENDIMENTOS REALIZADOS – 506

Atendimentos Realizados – Janeiro - 35

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 10
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05
- Ações de usucapião – 07
- Outros – 13

Atendimentos Realizados – Fevereiro - 22

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 06
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 02
- Ações de usucapião – 06
- Outros – 08

Atendimentos Realizados – Março - 36

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 12
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 04
- Ações de usucapião – 10
- Outros - 10

Atendimentos Realizados – Abril - 40

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 22
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 01
- Ações de usucapião – 04
- Outros – 13

Atendimentos Realizados – Maio - 49

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 23
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 03
- Ações de usucapião – 6
- Outros –17

Atendimentos Realizados – Junho - 55

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 14
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 08
- Ações de usucapião – 06
- Outros – 27

Atendimentos Realizados – Julho - 46

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 15
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 04
- Ações de usucapião – 05
- Outros – 22

Atendimentos Realizados – Agosto - 45

- Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 15
- Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 04
- Ações de usucapião – 08

- Outros – 18
- Atendimentos Realizados – Setembro - 57
 - Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 16
 - Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05
 - Ações de usucapião – 05
 - Outros – 31
- Atendimentos Realizados – Outubro - 44
 - Parcelamento solo – loteamento/desmembramento– 12
 - Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 09
 - Ações de usucapião – 08
 - Outros – 15
- Atendimentos Realizados – Novembro - 45
 - Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 15
 - Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 07
 - Ações de usucapião – 04
 - Outros – 19
- Atendimentos Realizados – Dezembro- 31
 - Parcelamento solo – loteamento/desmembramento – 08
 - Regularização via Provimento n.º 28/04 “More Legal III” – 05
 - Ações de usucapião – 05
 - Outros – 14

REUNIÕES DE TRABALHO - 88

- Reuniões de Trabalho Janeiro - 07
 - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Coordenador do CAO da Infância e Juventude
 - Coordenador do Gabinete de Recursos Hídricos
 - Dr. João Pedro Lamana Paiva
 - Departamento de Esgotos Pluviais de Porto Alegre
 - Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e Assessoria do SINDUSCON e da Sociedade de Engenharia
 - Secretário Estadual da Habitação e Desenvolvimento Urbano
 - Assessor Jurídico e Liquidante da COHAB

Reuniões de Trabalho Fevereiro - 0

- Reuniões de Trabalho Março – 04
 - Coordenadores do CAO's e Procurador-Geral de Justiça
 - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
 - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
 - Coordenadores dos CAO's e Ouvidoria do Ministério Público

Reuniões de Trabalho Abril – 8

- Reunião na AGERGS: Perspectivas do Sanemaneto Básico
- Coordenadores CAOUrb e CAOMA - FAMURS - Saneamento básico
- Reunião da Bacia do Rio dos Sinos: Ações propostas pela Força Tarefa, para recuperação da qualidade ambiental.
- Reunião com a Dra. Mercedes Rodrigues (PGM) no Gabinete do Dr. Mauro Henrique Renner (PGJ) para recebimento de documentos da PGM relativos aos loteamentos no Bairro do Lami.
- Reunião com o Dr. João Olímpio (advogado), Loteamentos e incorporações em Gramado/RS
- Reunião no CAOUrb com os Coordenadores do CAOUrb e CAOCível com o Dr. João Pedro Lamana Paiva, Oficial Registrador
- Reunião na SUBINST e Coordenadores dos CAOS, Assunto: Calendário institucional
- Visita Cortesia a SEMA, com a participação do DEFAP, FEPAM e Fundação Zoobotânica

Reuniões de Trabalho Maio – 14

- Reunião sobre a Lei de Saneamento, com a participação do Dr. Alexandre Saltz(Coordenador CAOMA e do Dr. Alexandre Lipp João(Coordenador CAO Consumidor).
- Inspeção em terreno urbano com o Dr. Mauro Souza - CAO Direitos Humanos
- Reunião de Centros de Apoio na sala de reuniões da SUBINST, com a seguinte pauta:
 - 1)Eleição de temas ou áreas prioritárias;
 - 2) Projetos, Metas, Objetivos e Planos de Atuação;
 - 3) Revisão da agenda 2007;
 - 4) "Conselhão".
- Reunião sobre o Projeto Habitat para as Ilhas - Hospital Moinhos de Vento
- Reunião no Instituto Geral de Perícias – IGP, com a participação do Dr. Alexandre Saltz(Coordenador CAOMA), Dr. Victor Hugo Palmeiro (Coordenador GABPLAN) e Dr. Ivan Melgaré (Coordenador CAO Crime), sendo o assunto: perícias ambientais
- Reunião com Assessoria Jurídica da AES-SUL, tendo como pauta a realocação das famílias instaladas sob as redes de transmissão.
- Visita ao Quilombo dos Alpes - Bairro Glória, com o Dr. Mauro Souza, Coordenador do CAODIH
- Reunião dos Coordenadores dos CAOs com o Procurador Geral de Justiça, tendo como pauta a Apresentação do Planejamento Estratégico;
- Reunião conjunta do CONCRIM, CONDEPP, CONURB e CONMAM, tendo como pauta do CONMAM e CONURB: o Enunciado n.º 06 do CONMAM (a ocupação do solo urbano deve adequar-se às restrições impostas pelas normas de tutela ambiental, especialmente o Código Florestal Federal) e sua compatibilização com a legislação de parcelamento do solo urbano.
- Eleição do novo coordenador administrativo dos Centros de Apoio Operacional
- Reunião com Coordenadores de CAOs em São Paulo, na sede da PGJ/SP
- Reuniões Bacias Sinos e Gravataí, tendo como pauta Saneamento: Captação de recursos; Consórcio Intermunicipal; Plano Regional de Saneamento; Financiamento dos sistemas
- Visita à Vila Progresso, em São Leopoldo
- Reunião Grupo de Trabalho para Eventos Ambientais Adversos, no auditório do CEVS.

Reuniões de Trabalho Junho – 8

- Posse dos Coordenadores das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal
- Reunião com SUBINST, GABPLAN e Coordenadores dos CAOs, tendo como pauta: 1) Prioridades de atuação dos Centros de Apoio: projetos e ações para 2007; 2) Projeto "Controle de Qualidade dos Atendimentos" (Dr. Ivan Melgaré); 3) Programa Veraneio Cidadão: avaliação do interesse institucional na continuidade do projeto; 4) Memo.Subinst.nº 309/07 - propostas para disciplinar, em todo o Ministério Público Nacional, a instauração e a tramitação de inquérito civil; 5) Atribuições das Promotorias Especializadas (Dr. Alexandre Saltz). 6) Avaliação do "Conselhão' realizado dia 25/05 e formatação do Conselho das áreas do consumidor, infância e juventude, direitos humanos e patrimônio público.
- Reuniões Bacias Sinos e Gravataí, tendo como pauta Pauta: Planejamento Ambiental: - Planos Municipais (Ambiental, Saneamento, etc); - Geoprocessamento; - Zoneamento Ambiental e Regamentos Específicos; - Arroios Luiz Rau, Portão e Estância Velha, Local: Auditório da Prefeitura de Novo Hamburgo.
- Reunião na SUBINST com Presidente da Associação de Moradores da Rua Dario Pederneiras
- Reunião com SUBINST e Coordenadores dos CAOs
- Reunião Bacia Sinos e Gravataí – Canoas
- Reunião com o Secretário da Habitação do Estado - Marco Alba
- Reunião com a Assessora Jurídica da FAMURS, Dra. Margere

Reuniões de Trabalho Julho – 7

- Reunião com SUBINST e Coordenadores dos CAOs
- Reunião no Gab. do Dr. Mauro Henrique Renner com Diretoria da FAMURS
- Reunião com SUBINST e Coordenadores dos CAOs – CDL, para tratar da celebração de convênio que possibilitará ao Ministério Público realizar pesquisa on-line no banco de dados do CDL de Porto Alegre (Serviços de Proteção ao Crédito)
- Reunião com representantes da Secretaria da Saúde e outros Coordenadores de CAOs
- Reunião com os Promotores do Litoral, para tratar internamente a respeito das áreas de pesca e surfe
- Reunião com Dr. Anízio - Estrutura de Servidores dos CAOs
- Reunião com o Sindicato Estadual das Rodoviárias

Reuniões de Trabalho Agosto – 8

- Reunião de Coordenadores dos CAOs, na sala de reuniões da SUBINST
- Reunião com Ouvidor Agrário Nacional (Des. Gercino) e Superintendente do INCRA
- Alinhamento Estratégico do projeto GEMP 2022 - Gestão Estratégica do Ministério Público
- Reunião para tratar da implantação do sistema de saneamento básico em Viamão
- Reunião dos Conselhos: CONURB e CONDIH
- Reunião com Rosane (CEVS)
- Reunião dos Coordenadores dos CAO's com o Procurador Geral de Justiça
- Reunião sobre a demarcação da área de pesca e surf na sala do Procurador Geral de Justiça com a presença de representantes da Federação Gaúcha de Surf, Deputado Estadual Sandro Boka e outros.

Reuniões de Trabalho Setembro – 02

- Reunião no CEVS sobre saneamento

- Reunião GEMP 2022

Reuniões de Trabalho Outubro – 09

- Reunião conjunta extraordinária do CONMAM e CONURB
- Reunião com técnicos da CEF
- Reunião entre Dra. Isabel e Drs. Luciano Brasil, Fábio Sbardelotto e Norberto Avena
- Reunião de validação do Mapa Estratégico
- Reunião com SUBINST e Coordenadores dos CAOs
- GEMP - Reuniões CAOs (metas e projetos)
- Reunião : Perfuração de Poços Artesianos
- Reunião conjunta do CONCRIM, CONDEPP, CONURB e CONMAM
- Workshop Regularização Fundiária - Santana do Livramento

Reuniões de Trabalho Novembro – 10

- Reunião com o Procurador-Geral de Justiça, assunto: Lançamento da Disponibilização Eletrônica de Pareceres
- Assembléia Geral – PGJ
- Reunião com o DEMHAB, com a presença dos Promotores da PJ Urbanística, na sala de reuniões dos CAO's.
- Reunião – Corsan
- Comissão especial para analisar a questão do lixo no RS, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Reunião – DAT, para tratar da análise dos Planos Diretores
- Reunião - Secretário de Obras do Município de Maquiné
- Reunião do GTEAAS - Grupo Técnico Integrado para Vigilância dos Eventos Ambientais Adversos à Saúde
- Reunião na Comissão de Assuntos Municipais da AL/RS, para tratar do seguinte assunto: Situação dos moradores do Condomínio “Castelinho”, em Viamão, e o andamento do processo judicial que diz respeito à referida área.
- Reunião para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica MPE x SEHADUR, na sala do Procurador Geral de Justiça, Dr. Mauro Henrique Renner, com a presença do Secretário de Habitação do Estado, Sr. Marco Alba.

Reuniões de Trabalho Dezembro – 11

- Reunião com Secretário Municipal da Cultura no Gab. do Dr. Milton Fontana
- Reunião da Subcomissão de Habitação Popular e Regularização Fundiária - Assembléia Legislativa, para tratar das questões relativas as remoções das famílias que ocupam a área do Unidão, na Restinga, e aos compromissos assumidos pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Governo do Estado, relativos ao seu Assentamento.
- Reunião com Rose - Patrimônio da União – “Chocolatão”, 10. andar
- Reunião: Programa Veraneio 2008
- Reunião com o escopo de viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e o congelamento das ocupações no Município de Porto Alegre/RS
- Reunião no Gabinete do Procurador Geral de Justiça com o Secretário César Busatto, para tratar da Conferência Mundial das Cidades

- Reunião com Vereador de Santo Antônio da Patrulha - Regularização Fundiária, com a presença da Promotora de Justiça da Defesa Comunitária do respectivo município, Dra. Paula Regina Mohr.
- Reunião com o Dr. Alexandre Saltz (Coordenador CAOMA) para tratar da Portaria n.º 45 – SEMA
- Seminário Anual sobre Políticas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades
- Reunião para Definição das Atribuições da DAT
- Reunião com SUBJUR - Recurso contra ADIN que julgou Lei Municipal de Novo Hamburgo (VTAs)

PARTICIPAÇÕES EM PALESTRAS E EVENTOS - 55

Participações em Palestras/Eventos Janeiro – 01

- Solenidade de lançamento do Programa Veraneio Cidadão

Participações em Palestras/Eventos Fevereiro - 0

Participações em Palestras/Eventos Março – 01

- Palestra proferida na Comissão de Regularização Fundiária do MP/DFT, assunto: Projeto More Legal III

Participações em Palestras/Eventos Abril – 03

- CORSAN e FAMURS realizaram 8º Encontro de Procuradores e Assessores Jurídicos e o 7º Encontro de Secretários Municipais de Administração e de Governo do RS, Assunto : Gestão Associada de Serviços Públicos de Saneamento - Água e Esgoto.
- Audiência Pública Câmara de Vereadores de POA
- Participação no VII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, realizado na Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), em Fortaleza

Participações em Palestras/Eventos Maio – 03

- Participação no I Seminário Internacional Estado Socioambiental, que realizou-se no Salão de Atos da PUCRS
- Audiência Pública para aprovação de proposta de anteprojeto de lei objetivando a revisão do plano diretor de Porto Alegre, Local: Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre/RS
- Solenidade de Lançamento do Portal Viva Mais - Ambiente Interativo de Educação para o Trânsito

Participações em Palestras/Eventos Junho – 16

- Seminário temático - Câmara de Vereadores - Qualidade do ar
- Seminário de lançamento da Conferência Estadual das Cidades na Assembléia Legislativa
- Lançamento da Cartilha de Regularização Fundiária - PGM e PUC – Prédio 11 PUCRS
- Audiência Pública - Plano Diretor de Porto Alegre(L: Ginásio da Brigada Militar)
- Audiências Públicas Regionais - Ação de despejo - moradores - linhas de transmissão AES-SUL, em São Leopoldo
- Audiência Pública para tratar da criação do Aeroporto Regional das Hortências, na Assembléia Legislativa

- I Fórum Estadual de Habitação Social, com apoio do Demhab e participação dos técnicos do Ministério das Cidades e de entidades nacionais.
- Audiências Públicas Regionais - Ação de despejo - moradores - linhas de transmissão AES-SUL, em Esteio
- Audiência Pública - Discutindo a Saúde, Meio Ambiente e Urbanismo, na Assembléia Legislativa, em comemoração a Semana do MP Estadual
- Lançamento do Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul – 9ª edição;
- Congresso de Direito Municipal "A Federação e as Políticas Públicas em debate"
- Abertura da exposição "História do Ministério Público Gaúcho"
- Palestra sobre o Poder de Polícia do Corpo de Bombeiros na Prevenção de Sinistros: Prevenção e controle de acidentes tecnológicos.
- Ministério Público - Prestação de Contas 2006
- Descerramento da foto do Doutor Roberto Bandeira Pereira
- Lançamento da Frente Parlamentar pela Harmonia entre Pescadores e Praticantes de Esportes Náuticos, na Assembléia Legislativa

Participações em Palestras/Eventos Julho – 8

- Audiências Públicas Regionais - Ação de despejo - moradores - linhas de transmissão AES-SUL
- Posse dos membros titulares e suplentes do CSMP biênio 2007/2009
- Seminário temático - Câmara de Vereadores - Qualidade do solo
- Palestra na FMP
- Audiências Públicas Regionais - Ação de despejo - moradores - linhas de transmissão AES-SUL, em Sapucaia do Sul
- Seminário "Novas Diretrizes do Saneamento Básico à Luz da Lei n. 11.445/07"
- Apresentação da Política Nacional de Educação em Direito Sanitário, na Escola de Saúde Pública
- Oficina Intersetorial de Gestão de Riscos e Redução de Desastres

Participações em Palestras/Eventos Agosto – 8

- Oficina Intersetorial de Gestão de Riscos e Redução de Desastres
- Audiência Pública - Ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho - Câmara de Vereadores POA
- I Encontro Regional sobre Pessoas com Deficiência, na PJ Bento Gonçalves
- Seminário na Câmara de Vereadores POA - Água e Saneamento
- Curso para a Comissão avaliadora dos trabalhos do GEMP 2022
- Encontro "A Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro"
- III Encontro Regional sobre Pessoas com Deficiência - A Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística
- Palestra 7ª Jornada do Adulto Maduro

Participações em Palestras/Eventos Setembro – 03

- Seminário Nacional sobre o tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo – APP Urbana, no Auditório da FAUUSP, em São Paulo.
- Reunião no CEVS sobre saneamento

- Evento em Pelotas, com Promotores de Justiça da Região, sobre Parcelamento do Solo Urbano

Participações em Palestras/Eventos Outubro – 06

- Evento sobre Saneamento em Passo Fundo - Zona da Produção
- Seminário REFORMAS LEGISLATIVAS E OS REFLEXOS NA ATUAÇÃO MINISTERIAL
- Representando Dr. Mauro Renner - 6a Edição do Evento Melhores Mulheres 2007
- Seminário na Câmara de Vereadores POA – Resíduos
- Reunião conjunta do CONCRIM, CONDEPP, CONURB e CONMAM
- Audiência Pública - Problemática da Regularização Fundiária em Porto Alegre

Participações em Palestras/Eventos Novembro – 04

- Palestra: "A Natureza Vinculativa do Plano Diretor no Brasil" - Des. Rogério Gesta Leal
- Audiência Pública - Missão da Relatoria Nacional da Moradia em Rio Grande/RS
- Representar Dr. Mauro Renner no lançamento do Fórum Permanente da Subcomissão de Habitação Popular e Regularização Fundiária da Assembléia Legislativa do RGS.
- 3ª Conferência Nacional das Cidades

Participações em Palestras/Eventos Dezembro – 02

- Solenidade - posse do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do MP dos Estados/União
- Audiência Pública - Vida Centro Humanístico, tendo como Tema Principal: Violência nas Escolas das Regiões Norte/Nordeste e Eixo Baltazar

CORRESPONDÊNCIA - 610

Correspondência Janeiro - 41

Expedida – 27

Recebida – 14

Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Fevereiro – 08

Correspondência Agosto - 108

Expedida – 0

Recebida – 08

Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Março – 19

Expedida – 13

Recebida – 06

Ofícios-Circulares – 0

Ofícios-Circulares - 2

Correspondência Abril –63

Expedida – 39

Recebida – 24

Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Maio – 40

Expedida – 22

Recebida – 18

Ofícios-Circulares – 0

Correspondência Junho – 40

Expedida – 16

Recebida – 24

Ofícios-Circulares – 0

NOTAS DE EXPEDIENTE – 2.442

- Janeiro - 137
- Fevereiro – 85
- Março – 236
- Abril – 207
- Maio – 180
- Junho – 204
- Julho – 177
- Agosto – 234
- Setembro – 173
- Outubro – 236
- Novembro – 333
- Dezembro - 240

**CORREGEDORIA-
GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público.

A Corregedoria é comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, que é auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, por ele indicado ao Procurador-Geral de Justiça, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias, além de substituí-lo em eventuais faltas, impedimentos e suspeições. Além disso, conta com uma equipe de Promotores de Justiça de entrância final, denominados Promotores-Corregedores, atualmente formada por 8 (oito) integrantes, também indicados ao Chefe da Instituição pelo Corregedor-Geral.

No desempenho das suas atribuições, cumpre à Corregedoria-Geral fornecer aos demais órgãos da Administração Superior os subsídios necessários para o exercício das suas funções, manifestando-se sobre a maioria dos assuntos relativos ao Promotor e à Promotoria, buscando, com isso, a aproximação entre os agentes ministeriais – especialmente aqueles classificados no interior do Estado – e a Administração Superior.

Assim, através de inspeções ordinárias, relatórios de atividades, acompanhamento dos estágios probatórios e demais informes, a Corregedoria-Geral almeja a plena realização dos seus objetivos, seja fiscalizando preventivamente os trabalhos dos Promotores de Justiça, seja orientando-os nos seus eventuais equívocos ou dúvidas.

A Corregedoria-Geral é o órgão de orientação dos Promotores de Justiça no âmbito do Ministério Público, fornecendo-lhes orientações e recomendações de índole pessoal, funcional e jurídica, resguardando a independência funcional dos Promotores de Justiça e a dignidade da Instituição.

Ademais, exerce também a função de fiscalização, recebendo representações e demais formas de notícias contra os agentes ministeriais, dando o devido encaminhamento e, se necessário, instaurando os respectivos procedimentos disciplinares, para o posterior julgamento pelos órgãos colegiados da Instituição.

O Dr. Mário Cavalheiro Lisbôa assumiu, em 22 de dezembro de 2004, a Corregedoria-Geral do Ministério Público, tendo sido reconduzido ao cargo, em 27 de novembro de 2006, por um mandato de dois anos, exercendo suas atividades conjuntamente com o Dr. Armando Antônio Lotti, que desempenha as funções de Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CORREGEDORIA-GERAL

Matéria Disciplinar/Correicional

Inspeções realizadas	138
Orientações expedidas em inspeções	69
Recomendações expedidas em inspeções	08
Expedientes Disciplinares ou Funcionais	
Instaurados de ofício	12
Instaurados por provocação de Procurador de Justiça	16
Instaurados por provocação de Promotor de Justiça	06
Instaurados por provocação de terceiro	107
Instaurados por outros modos de provocação	11
Manifestações	225
Pareceres	206
Inquéritos Administrativos	
Portarias de instauração	05
Relatórios finais/Pareceres conclusivos	06
Processos Administrativos-Disciplinares	
Portarias de instauração	07
Relatórios conclusivos/Pareceres	04
Procedimentos Investigatórios Criminais recebidos do Procurador-Geral de Justiça por delegação	10
Relatórios	02

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA

1 – Atuação Extrajudicial

Pessoas atendidas	13.433
Notícias/representações/reclamações recebidas	3.913
Indeferimento de instauração	560
Peças de informação/inquéritos civis/procedimentos administrativos instaurados	5.454
Manifestações diversas	58.866
Audiências realizadas (IC, PI e PA)	11.860
Vistorias realizadas pessoalmente	334
Participações em reuniões e eventos	1.514
Audiências públicas/reuniões realizadas	985
Compromissos de ajustamento firmados	3.624
Recomendações	539
Promoções de arquivamento	5.860

2 – Atuação Judicial

Ações ajuizadas	1.704
Réplicas	557
Memoriais/debates	396
Razões e contra-razões	710
Acordos homologados	58
Audiências judiciais assistidas	1.744
Audiências judiciais não assistidas	60
Outras manifestações	5.997

3 – Atuação Criminal

Procedimentos investigatórios criminais instaurados	283
Requisição de IP ou TC	674
Denúncias oferecidas	394
Encaminhados ao JECRIM	729
Pedidos de diligências	566
Promoções de arquivamento	591
Alegações escritas/debates	104
Audiências judiciais assistidas	1.026
Audiências judiciais não assistidas	194
Razões/contra-razões	73
Outras hipóteses	2.240

INFÂNCIA E JUVENTUDE

1 - Matéria Cível

1.1 – Atuação Extrajudicial

Notícias/representações/reclamações recebidas	6.326
Peças de informações e inquéritos civis instaurados	776
Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	4.882
Indeferimento de instauração	89
Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	2.629
Manifestações diversas em expedientes	32.666
Vistorias realizadas pessoalmente	134
Recomendações	227
Compromissos de ajustamento firmados	73
Promoções de arquivamento	2.181
Expedientes sem impulso há mais de 30 dias	1.031
Participação em reuniões e eventos	1.946
Audiências públicas/reuniões realizadas	855
FICAls recebidas	4.070
Comunicações de internação compulsória recebidas	1.009

1.2 – Atuação Judicial

Ações civis ajuizadas no período	849
Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas no período	264
Medidas de proteção propostas no período	1.974
Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	812
Razões e contra-razões de recursos	786
Pareceres	10.039
Promoções diversas	39.494
Processos com vista, fora do prazo	117

2- Matéria Criminal

Inquéritos policiais recebidos no período	1.163
Inquéritos policiais vindos do período anterior	207
PICs instaurados no período	07
PICs em tramitação	07
PICs pendentes de manifestação	41
Pedidos de diligências sem denúncia	228
Denúncias oferecidas	724
Pedidos de arquivamento	807

3 – Ato Infracional

Expedientes transferidos do período anterior	1.335
Expedientes recebidos no período	17.397
Pedidos de diligências	4.308
Expedientes pendentes de manifestação	854
Pedidos de arquivamento	10.156
Audiências de apresentação realizadas	15.019
Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	1.771
Remissões concedidas, com aplicação de medidas	7.076
Representações oferecidas	6.765
Internações provisórias requeridas	839

3.1 – Adolescentes Representados

Total de adolescentes representados	8.146
Representados por homicídio doloso, consumado ou tentado, simples ou qualificado:	320
Idem, cometido em bando ou gangue	08
Idem, no ambiente doméstico	03
Idem, contra criança ou adolescente	22
Por homicídio culposo no trânsito	15
Por lesões corporais	1.087
Por lesões corporais no trânsito	22
Por latrocínio, consumado ou tentado	58
Por roubo, consumado ou tentado	1.016
Por furto, consumado ou tentado	2.787
Por infração à liberdade sexual	160
Por tráfico de drogas	151
Por porte de entorpecentes	319
Por porte de arma	279
Outros atos infracionais	2.668

3.2 – Fase Judicial

Manifestações diversas na fase de conhecimento	14.414
Debates orais	371
Memoriais	2.925
Recursos interpostos pelo Ministério Público	412
Contra-razões de recursos	1.153
Promoções na fase de execução de medida socioeducativa	15.038

3.3 – Medidas Socioeducativas Aplicadas

Advertência	3.875
Reparação do dano	168
Prestação de serviço à comunidade	2.692
Liberdade assistida	496
Semiliberdade	17
Internação com atividades externas	67
Internação sem atividades externas	233
Progressões em medidas aplicadas	92
Regressões de medidas aplicadas	95

4 – Dados Gerais

Pessoas atendidas	23.303
Procedimentos em tramitação na Promotoria, relacionados a abrigamento	85
Crianças/adolescentes abrigados no período	1.835
Total de crianças/adolescentes abrigados	989
Entidades de abrigamento existentes no Estado	85
Audiências judiciais assistidas	19.035
Audiências judiciais não assistidas	3.723

5 – Informações do Cartório Judicial

Processos de apuração de ato infracional em andamento	8.512
Demais processos da infância e juventude em andamento	20.376
Processos de execução de medida socioeducativa em andamento	3.454
Reparação do dano	19
Prestação de serviço à comunidade	2.192
Liberdade assistida	682
Semiliberdade	05
Internação	145

CÍVEL

1 – Família e Sucessões

Intervenções em habilitação de casamento	30.701
Promoções	74.062
Pareceres	145.235
Ações ajuizadas pelo Ministério Público	516
Acordos firmados na Promotoria	369
Inspeções do Ministério Publico (tutelas e interdições)	238
Recursos interpostos pelo Ministério Público	66
Manifestação em recursos das partes	911
Outras hipóteses	1.340

2 – Varas Cíveis

Ações ajuizadas pelo Ministério Público	555
Promoções	21.931
Pareceres	36.724
Recursos interpostos pelo Ministério Público	212
Manifestações em recursos das partes	879
Outras hipóteses de intervenção	12.014

3 - Fundações

Fundações em funcionamento	345
Visitas de inspeção realizadas	59
Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	12
Outras formas de atuação	96

4 – Fazenda Pública

Promoções	29.774
Pareceres	112.580
Recursos interpostos pelo Ministério Público	723
Manifestações em recursos das partes	8.605
Outras hipóteses	2.087

5 – Registros Público

Promoções	2.951
Pareceres	9.602
Ações ajuizadas pelo Ministério Público	19
Recursos interpostos pelo Ministério Público	18
Manifestações em recursos das partes	19
Outras hipóteses	360

6 – Falência e Recuperação de Empresas

6.1 – Matéria Criminal

Promoções diversas em inquéritos ou PICs	351
Inquéritos policiais requisitados	02
Extinção da punibilidade	27
Denúncias oferecidas	78
PICs instaurados	61
PICs arquivados	22

6.2 – Matéria Cível

Promoções em falências	3.427
Pareceres em falências	4.294
Promoções em recuperações judiciais	53
Pareceres em recuperações judiciais	17
Pareceres em habilitação de crédito	6.256
Recursos interpostos pelo Ministério Pùblico	380
Leilões assistidos	107
Vistorias e inspeções	16
Ações ajuizadas	06
Outras hipóteses	2.004

7 – Dados Gerais

Pessoas atendidas	14.285
Audiências assistidas	65.940
Audiências não assistidas	17.209
Assistência a rescisões de contrato de trabalho	9.148
N.º de processos em carga ao final do período, fora do prazo	1.878
Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou de que participou	607
Processos civis em andamento	852.395

ELEITORAL

1 - Atuação como Promotor Eleitoral

Inquéritos policiais recebidos do período anterior	158
Inquéritos policiais recebidos no período	129
Outros expedientes investigatórios recebidos	161
Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	58
Pedidos de diligências em inquéritos policiais	46
Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período(Res.03/04-OECPMP)	05
Denúncias oferecidas	78

Promoções diversas em feitos criminais	938
Alegações finais	38
Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	14
Ações de impugnação de registro de candidatura proposta	05
Ações de impugnação de mandato eletivo	04
Investigações judiciais eleitorais propostas	03
Representações por propaganda irregular proposta	08
Pareceres/intervenções diversas	5.837
Razões em recurso interpostos pelo Ministério Público	166
Contra-razões em recursos	42
Pareceres em recursos	35
Outras hipóteses de atuação	462

2 – Dados Gerais

Pessoas atendidas na Promotoria	230
Audiências assistidas	347
Audiências não assistidas	15
Inquéritos policiais pendentes de manifestação no prazo	02
Número de processos em carga, ao final do período no prazo	08
Palestras/encontros/entrevistas promovidos ou do que participou	25

CRIMINAL

1 – Expedientes Investigatórios

1.1 – Inquéritos Policiais

Transferidos do período anterior	2.713
Recebidos no período	224.923
Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	21.666
Pedidos de diligência sem denúncia	25.828
Devolvidos com pedido de arquivamento	118.179
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	5.731
Manifestações diversas	39.874
Denúncias oferecidas	17.854
Pendentes de manifestação no prazo	1.924
Pendentes de manifestação com prazo excedente	890

1.2 - Procedimentos Investigatórios Criminais (Res. 03/04-OECMP)

Instaurados no período	395
Em andamento	211
Manifestações diversas	1.883
Audiências realizadas	596
Pessoas ouvidas por termo	687
Promoções de arquivamento	220
Denúncias oferecidas	88
Pendentes de manifestação	303

2 - Juizado Comum

Pareceres e promoções diversos em processos criminais	146.832
Alegações finais escritas	24.281
Debates orais	564
Apelações interpostas	2.494
Recursos em sentido estrito interpostos	433
Contra-razões recursais	12.144
Correções parciais propostas	112
Mandados de segurança propostos	16
Habeas corpus propostos	318
Audiências judiciais assistidas	96.745
Audiências judiciais não assistidas	22.005
Propostas de suspensão condicional do processo	1.697
Processos pendentes de manifestação no prazo	350
Processos pendentes de manifestação fora do prazo	176

3 – Juizado Especial Criminal

Termos circunstaciados transferidos do período anterior	1.880
Termos circunstaciados recebidos no período	199.304
Termos pendentes de manifestação	1.174
Manifestações diversas em termos circunstaciados	92.833
Denúncias oferecidas	
1) Orais	535
2) Escritas	9.720
Pedidos de diligência	19.083
Promoções de arquivamento por renúncia	14.959
Outras promoções de arquivamento	41.107
Pedidos de extinção da punibilidade	28.480
Transações propostas	21.333
Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	589
Propostas de suspensão condicional do processo	3.634
Audiências assistidas	83.673
Audiências não assistidas	19.342

Recursos interpostos	574
Contra-razões oferecidas	898
Manifestações diversas em processos	17.013
Debates orais	421
Alegações escritas em substituição aos debates	2.148
Correções parciais propostas	17
Mandados de segurança propostos	01
Habeas corpus propostos	02
Pareceres emitidos (Turma Recursal)	1.921
Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal)	254
Processos pendentes de manifestação fora do prazo	42

4 - Pessoas Denunciadas (Consumado e Tentado)

Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	04
Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	07
Homicídio dolo eventual trânsito	26
Homicídio contra criança ou adolescente	37
Homicídio no ambiente doméstico	55
Homicídio culposo no trânsito	463
Homicídio culposo praticado por médico	16
Homicídio culposo (outras hipóteses)	125
Homicídio doloso	2.267
Aberto	65
Lesões graves contra criança ou adolescente	60
Omissão de socorro praticado por médico	02
Maus-tratos contra criança ou adolescente	126
Furto de veículos	923
Furto residência ou comércio	6.926
Roubo contra pedestre	1.921
Roubo em residência ou estabelecimento comercial	2.351
Roubo a banco ou a transporte de valores	89
Roubo em transporte coletivo	307
Roubo contra criança ou adolescente	16
Roubo de veículo	817
Latrocínio em residência ou estabelecimento comercial	140
Latrocínio em transporte coletivo	10
Latrocínio contra criança ou adolescente	09
Extorsão mediante seqüestro	55
Recepção de veículos ou peças	1.576
Estelionato	1.884
Estupro ou atentado violento ao pudor	634
Idem, no ambiente doméstico	130
Idem, contra criança ou adolescente	438
Idem, cujo agente tem vínculo familiar com a vítima	127
Abandono material ou intelectual	301
Contra a administração pública	1.355
Contra a administração da justiça	518

Porte de arma	4.093
Tortura	70
Tortura contra criança ou adolescente	30
Embriaguez ao volante	656
Racismo	14
Meio ambiente	609
Tráfico de drogas	2.346
Porte de tóxicos para uso próprio	1.049
Ordem tributária	39
Falimentares	13
Abuso de autoridade civil	15
Abuso de autoridade militar	57
Falsificação de medicamentos	14
Relações de consumo	125
Outras infrações penais	17.366

5 – Da Prisão e Liberdade

Pareceres em pedidos de prisão/liberdade provisória	11.738
Prisões provisórias requeridas	2.263
Recursos interpostos	224

6 - Tribunal do Júri

Audiências assistidas	3.542
Audiências não assistidas	665
Alegações do artigo 406 do CPP	2.185
Libelos	2.127
Outros pareceres e promoções	10.140
Recursos na fase da pronúncia	212
Sessões transferidas a pedido do Promotor de Justiça	37
Sessões realizadas no período	1.537
Réus absolvidos com pedido do MP	377
Réus absolvidos sem pedido do MP	260
Réus condenados	1.161
Recursos interpostos na fase do julgamento em plenário	168
Contra-razões recursais	1.165
Processos pendentes de manifestação no prazo	09
Processos pendentes de manifestação fora do prazo	04

7 – Execução Penal

Guias de execução fiscalizadas	16.043
Pareceres e promoções	174.840
Mandados de segurança e outras medidas acautelatórias	1.015
Recursos interpostos	6.371

Processos pendentes de manifestação no prazo	193
Processos pendentes de manifestação fora do prazo	03
Visitas de controle a presídios	307
Pessoas atendidas	5.556
Informações remetidas a apenados	9.524
Processos de execução criminal analisados	888
Expedientes administrativos instaurados	4.445
Expedientes administrativos arquivados	3.262
Apenados ouvidos	2.363
Despachos	12.667
Requisições de inquéritos ou sindicâncias	3
Reuniões externas	13
Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	392

8 – Auditoria Militar

Inquéritos policiais transferidos do período anterior	209
Inquéritos policiais recebidos no período	1.385
Outros expedientes investigatórios recebidos/sindicâncias recebidas	82
Pedidos de diligência sem denúncia	319
Denúncias oferecidas	150
Devolvidos com pedido de arquivamento	610
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	06
Devolvidos com outra manifestação	292
Pendentes de manifestação no prazo	70
Pendentes de manifestação com prazo excedente	149
Alegações escritas	321
Sessões de julgamento realizadas	380
Recursos interpostos	18
Contra-razões recursais	262
Promoções e pareceres em processos cíveis	75
Audiências judiciais assistidas	1.452
Audiências judiciais não assistidas	480

9 - Informações Gerais

Pessoas atendidas na Promotoria	13.600
Atos de controle externo da atividade policial	725
Inquéritos policiais pendentes de vista junto ao Poder Judiciário	3.778
Inquéritos policiais aguardando cumprimento de diligências	5.463
Processos criminais em andamento	124.809
Processos de execução criminal em andamento	19.992
Processos de Júri em andamento	4.701
Processos do Juizado Especial Criminal em andamento	59.293
Processos da Auditoria Militar em andamento	292

PLANTÃO DE PORTO ALEGRE

1 - INTERVENÇÕES

1.1 – Infância e Juventude

Adolescentes infratores apresentados	661
Representações contra adolescentes	359
Pedido de internação de adolescente	368
Pedido de outras medidas de proteção	179

1.2 – Cível

Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	63
Manifestação em ação com interesse de menor	69
Outras manifestações	208

1.3 – Criminal

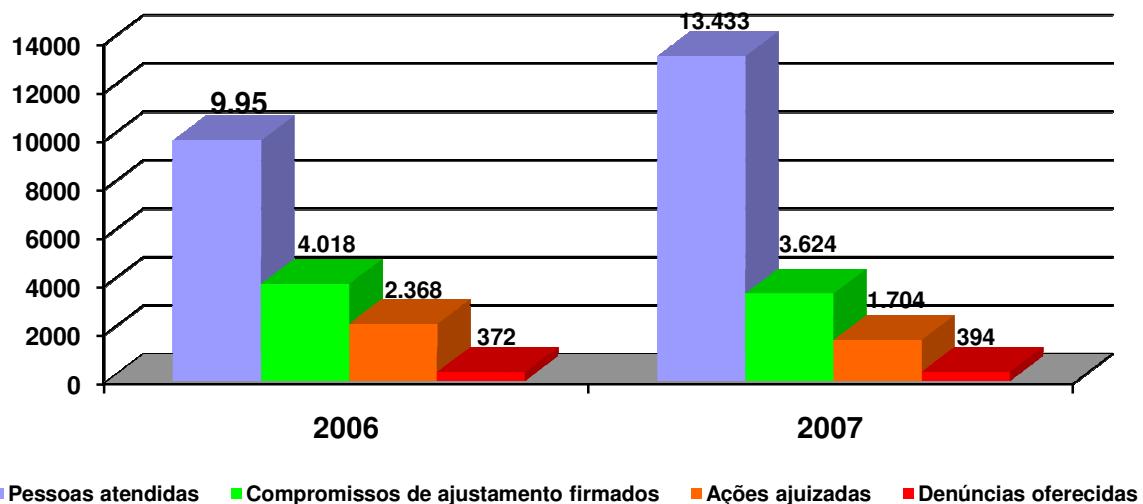
Manifestação em auto de prisão em flagrante	2.195
Pareceres em pedido de liberdade provisória	835
Manifestação em representação de prisão preventiva	163
Manifestação em representação de prisão temporária	161
Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	29
Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	900
Manifestação em representação de interceptação telefônica	451
Pedido de prisão preventiva	124
Quebra de sigilo telefônico	251
Outras manifestações	631

2. DESIGNAÇÕES – JUIZADO COMUM

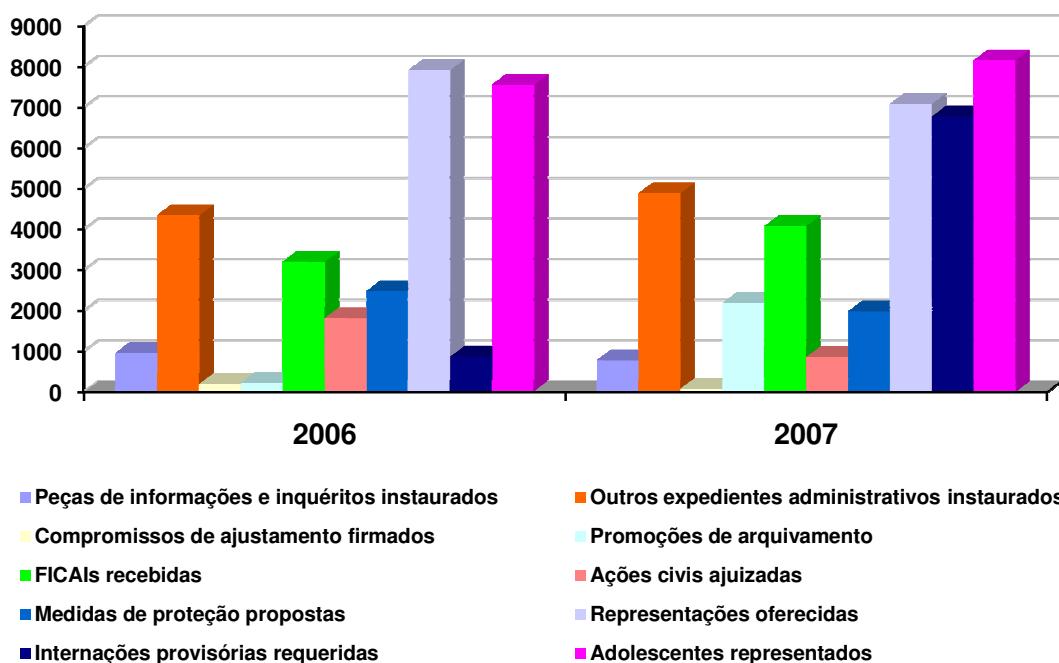
Contra-razões recursais	443
Devolvidos com denúncias	229
Devolvidos com pedido de arquivamento	175
Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	58
Devolvidos com pedido de diligências	241

GRÁFICOS COMPARATIVOS – 2006 E 2007

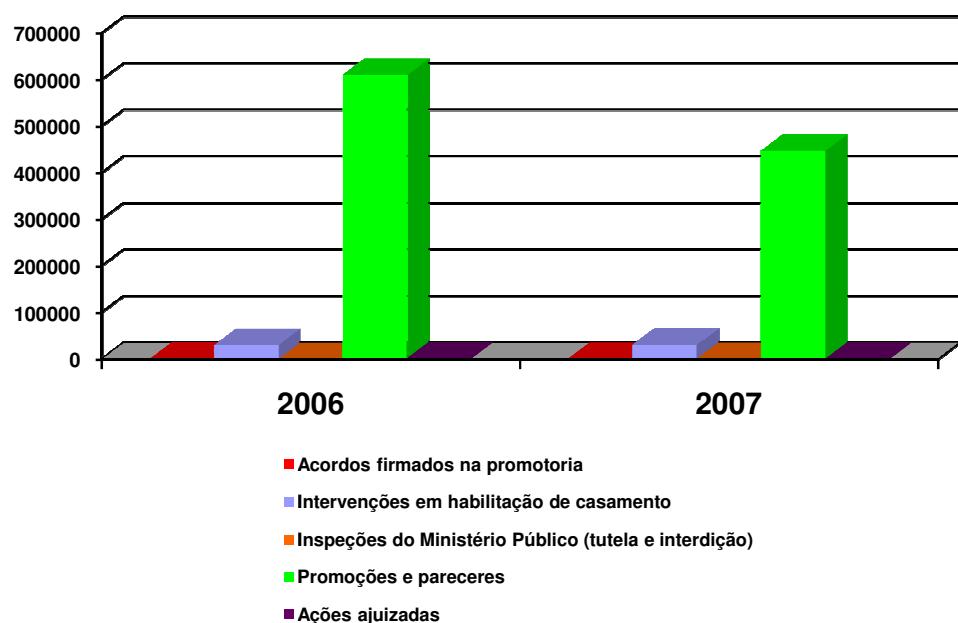
DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA



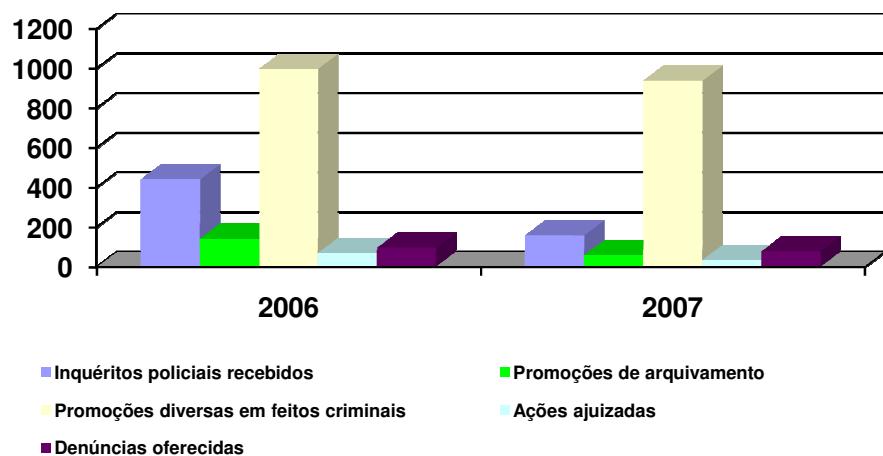
INFÂNCIA E JUVENTUDE



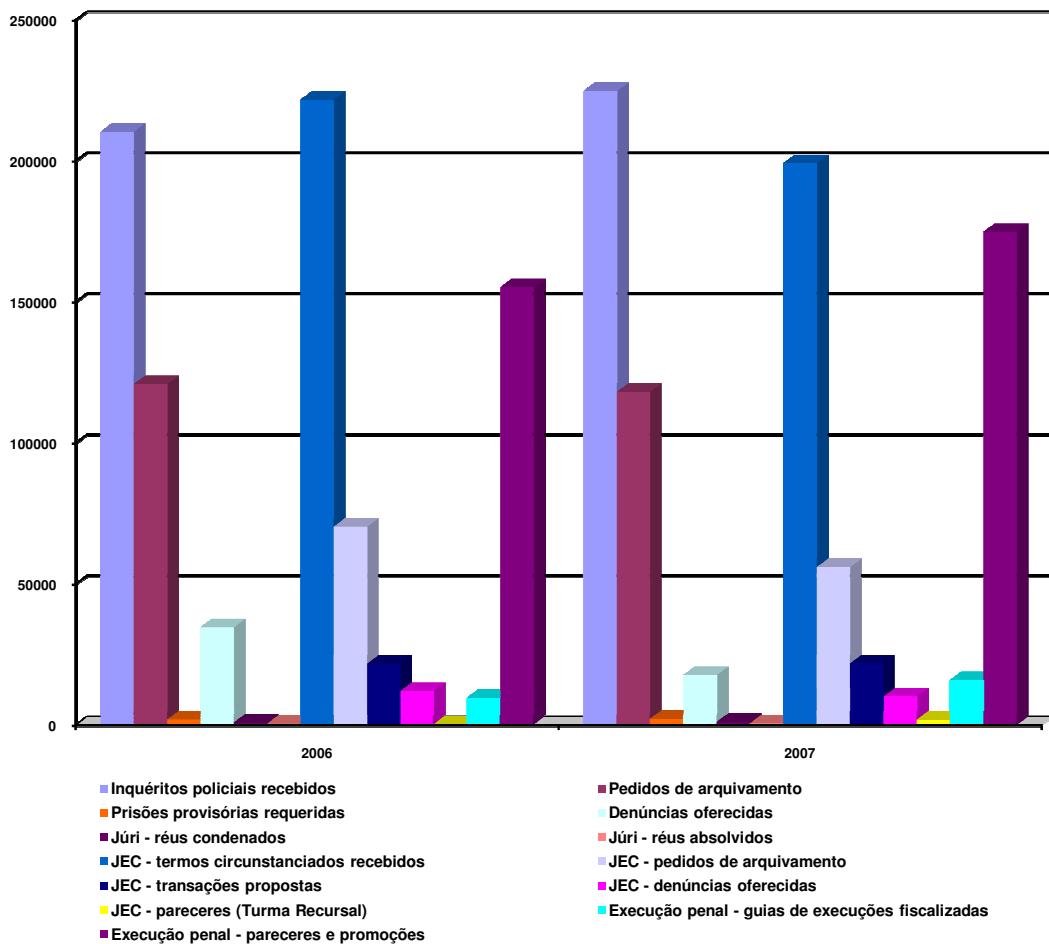
CÍVEL



ELEITORAL



CRIMINAL



PANORAMA
2007



Informações encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Pùblico, conforme as Resoluções n.ºs 12/2006 e 25/2007. Disponíveis, na íntegra, em www.cnmp.gov.br/documentos/navega-documentos/documentos/relatorios/relatorios-anuais.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS 1º/01/07 A 31/12/07	
	DESPESA LIQUIDADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	281.635.296,60	32.359,52
Pessoal Ativo	220.479.974,05	32.359,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.155.322,55	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	24.427.249,46	
Indenização por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.427.249,46	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	257.240.406,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.991.366.037,10	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	1,8386%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	279.827.320,74	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,9%	265.835.954,70	
FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE		

NOTAS:

- 1) Deduzindo-se os valores referentes a Revisão Anual Salarial, de que trata o art. 37, inciso X, da CF, decorrente da aplicação da Lei nº 12.442/06, no total de R\$2.182.365,31 a Despesa Total com Pessoal Ajustada corresponde a R\$ 255.058.041,35 representando, como **Limite Legal, 1,82297%** sobre a Receita Corrente Líquida.
- 2) O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionista como gastos de pessoal.
- 3) Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS.
- 4) Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente.
- 5) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art.35 da Lei 4.320/64.

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

	Ativos		Inativos	
	Membros	Servidores	Membros	Servidores
Remuneração Média - RS	R\$ 15.428,03	R\$ 4.813,04	R\$ 20.763,42	R\$ 8.609,50
Remuneração Média Nacional	R\$ 19.948,50	R\$ 2.905,55	R\$ 21.706,22	R\$ 5.141,32
Renda per capita Membros/Servidores	RS = R\$ 7.735,28 Média Nacional = R\$ 12.635,19		RS = R\$ 17.701,33 Média Nacional = R\$ 26.629,43	

DADOS ADMINISTRATIVOS

N.º de Cargos	Procuradores de Justiça	Promotores de Justiça	Servidores de carreira	Cargos em Comissão	Vagas de Estágio
Providos - RS	113	556	1.442	265	1.022
TN* - Providos	1.091	7.271	11.603	4.398	7.228

*TN = Total Nacional

Analisando-se os dados administrativos, notamos que existe um déficit de quase **10%** no número de Procuradores de Justiça e de **27%** no número de Promotores de Justiça no Rio Grande do Sul.

N.º de	Membros Inativos	Servidores Inativos	Habitantes do Estado	Municípios do Estado	Comarcas	Municípios com sedes próprias do MP
	248	87	10.867.102	496	165	162

ATUAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO FUNCIONAL					
PROSSOS	CÍVEIS	Que deram entrada em 2.º grau	72.454	99,16%	
		Que deram saída em 2.º grau	71.850		
		Em andamento em 1.º grau	1.660.652		
		Média mensal por Procurador de Justiça	105		MN* = 74
	CRIMINAIS	Que deram entrada em 2.º grau	32.277	100%	
		Que deram saída em 2.º grau	32.442		
		Em andamento em 1.º grau	141.379		
		Média mensal por Procurador de Justiça	91		MN* = 75
INQUÉRITOS	EXECUÇÃO CRIMINAL	Em andamento	56.346	72,28%	
		Em andamento	15.296		
		Em andamento	123.763		
	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Recebidos	174.550		
		Devolvidos	126.171		
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	CIVIS	Instaurados	6.871	17,75%	
		Em andamento	23.787		
	ADIN's	Ajuizadas	856	33,33%	
		Julgadas procedentes	152		
		Em andamento	5.678		
ADIN's	Propostas		120	33,33%	
	Julgadas procedentes		40		

*MN = Média Nacional

TERMOS CIRCUNSTANCIADO	N.º de termos circunstanciados recebidos	153.912	49,07%
	N.º de termos circunstanciados devolvidos	75.533	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	Firmados	1228	
N.º de Processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis – custos legis		1491	
N.º de Pessoas denunciadas	38.533		11,22%
N.º de Pessoas condenadas	4.323		

NOMINATA (MEMBROS)

PROCURADORES DE JUSTIÇA - 113

AFONSO ARMANDO KONZEN
ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE
ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU
ANA MARIA SCHINESTSCK
ANA MARISA AINHORN OSSOK
ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO
ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO
ANTONIO AUGUSTO VERRADA CERQUEIRA
ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS
ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA
ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
ARNALDO BUEDE SLEIMON
BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA
BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA
CARLOS DIAS ALMEIDA
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA
CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO
CLÁUDIO BARROS SILVA
CLÁUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO
CRISTIANE TODESCHINI
DARIO WILDE DE OLIVEIRA DELMAR PACHECO DA LUZ
DENISE MARIA NETTO DUARTE
EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE
EDUARDO DE LIMA VEIGA
EDUARDO ROTH DALCIN
EDUARDO WETZEL BARBOSA
ELAINE FAYET LORENZON SCHALY
ELIANA MARIA MORESCHI
EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO
FRANCISCO WERNER BERGMANN
GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
GILBERTO THUMS
GILMAR POSSA MARONEZE
GLÉNIO AMARO BIFFIGNANDI
HEID OURIQUE CAMPOS
IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA
IRENE SOARES QUADROS
ISABEL DIAS ALMEIDA
IVORY COELHO NETO
JACQUELINE FAGUNDES ROSENFIELD
JANDIRA DE CAMPOS
JOÃO CARLOS PACHECO
JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO
JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE
JOSÉ TÚLIO BARBOSA
JUAN CARLOS DURÁN
JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI
JULIA ILENIR MARTINS
JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA
JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER
KELLER DORNELLES CLÓS
LÊNIO LUIZ STRECK

LEONEL PIRES OHLWEILER
LISIANE DEL PINO
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ
LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU
LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI
LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO
LUIZ FELIPE BRACK
LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA
LUIZ INÁCIO VIGIL NETO
LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO
MAGALI MANNHART HOFFMANN
MARCELO ROBERTO RIBEIRO
MARCIÀ LEAL ZANOTTO FARINA
MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA
MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS
MARIA LORENI CARGNELUTTI
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO
MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA
MARIO ROMERA
MARLY RAPHAEL MALLMANN
MARTA LEIRIA LEAL PACHECO
MAURO HENRIQUE RENNER
MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
PAULO ANTÔNIO TODESCHINI
PAULO EMÍLIO JENISCH BARBOSA
PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL
PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES
REGINALDO MACIEL FRANCO
RICARDO ALBERTON DO AMARAL
RICARDO DA SILVA VALDEZ
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
RICARDO MOREIRA LINS PASTL
RICARDO VAZ SEELIG
ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
ROBERTO CLAUS RADKE
ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN
ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
SARA DUARTE SCHÜTZ
SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO
SÉRGIO SANTOS MARINO
SÍLVIA CAPPELLI
SIMONE MARIANO DA ROCHA
SOLANGE MARIA PALMA ALVES
SONIA MARA FRANTZ
SUZANA SILVEIRA DA SILVA
TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI
VALÉRIA BASTOS DIAS
VERA LÚCIA QUEVEDO FERREIRA
VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA
WALTER CAMEJO FILHO
ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL – 173

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES
ADRIANO MARMITT
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
AIRTON ALOISIO MICHELS
AIRTON ZANATTA
ALCEU SCHOELLER DE MORAES
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI

ALEXANDRE LIPP JOÃO
ALEXANDRE PORTO FRANÇA
ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
ALINE MACHADO XAVIER
ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI
ANA LÚCIA CARDozo DA SILVA
ANA LÚCIA CIOCCHI AZEVEDO
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSCK
ANDRÉ CIPELE

ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN
ANDRÉA CECIM FORTES
ANGELA SALTON ROTUNNO
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER
ANTÔNIO LUIZ OTILIA
ARI COSTA
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA
BEATRIZ DURO GICK
BENHUR BIANCON JUNIOR
BRUNO HERINGER JUNIOR
CARLA CARPI NEJAR
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO
CARMEN SILVIA REIS CONTI
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA
CLÁUDIA REGINA LENZ ROSA
CLÓVIS BRAGA BONETTI
CYNTHIA FEYH JAPPUR
DANIEL SPERB RUBIN
DANIELA SANTOS VARIANI
DARWIN FERRAZ REIS
DAVID MEDINA DA SILVA
DÉBORA BALZAN
DENISE CASANOVA VILLELA
DENISE MARIA DURO REIS
DIANE CRISTINA TAGLIARI PIRES
DIOMAR JACINTA RECH
DIRCE CARVALHO SOLER
DÓRIS PAIM ZANINI
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA
EDUARDO ALBERTO TEDESCO
EDUARDO BERNSTEIN IRIART
ELEONORA MACHADO POGLIA
ELIANE RIBEIRO PORTELA
FABIANO DALLAZEN
FÁBIO BIDART PICCOLI
FÁBIO COSTA PEREIRA
FÁBIO ROQUE SBARDELOTTO
FELIPE HOCHSCHET KREUTZ
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN
FLÁVIO DUARTE
FRANCESCO CONTI
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GERALDO JUNG MESSA
GERSON LUIS KIRSCH DAIELLO MOREIRA
GÉRSON LUIS TEIXEIRA
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA
GILMAR BORTOLOTTO
GUACIRA ALMEIDA MARTINS
GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ
GUSTAVO RONCHETTI
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO
HERIBERTO ROOS MACIEL
IEDA HUSEK WOLFF
INGLACIR DORNELLAS CLÓS DELAVEDOVA
ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY
IVAN SARAIWA MELGARÉ
IVETE BRUST
JAQUELINE MARQUES DA LUZ
JAYME WEINGARTNER NETO
JOÃO BARCELLOS DE SOUZA JÚNIOR
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO
JOÃO NUNES FERREIRA
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER
JOSE FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR
JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI
JOSÉ QUINTANA FREITAS

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO
JOSIENE DA SILVA MENEZES
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES
JULIO CESAR FINGER
KARIN SOHNE GENZ
LAURA LOUZADA JACCOTTET
LESSANDRA BERGAMASCHI
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ
LISETE ERBES
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE
LUCIANO FARIA BRASIL
LUCIANO DIPP MURATT
LUCIANO PRETTO
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA
LÚIS ALBERTO BORTOLACCI GEYER
LÚIS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
LÚIS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER
LÚIS ROGÉRIO LIMA TAVARES
LUIZ CARLOS GICK FAN
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES
MARCELO LEMOS DORNELLAS
MARCELO LISCIO PEDROTTI
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO
MARCOS REICHELT CENTENO
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES
MARIA ALICE BUTTINI
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA
MARIA INÉS SILVA SPERB
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE
MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA
ALGARVE
MARIANGELA RENNER BOSSLE
MARILIA COHEN GOLDMAN
MARINÉS ASSMANN
MARISA LARA ADAMI DA SILVA
MARTHA SILVA BELTRAME
MARTHA WEISS JUNG
MAUREN JARDIM GOMES
MAURO FONSECA ANDRADE
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH
MAURO LÚIS SILVA DE SOUZA
MIGUEL GRANATO VELASQUEZ
MILTON FONTANA
MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO
NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
NOARA BERNARDY LISBOA
NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA
ODETE PINZETTA
PATRÍCIA ZANCHI CUNHA
PAULO LEANDRO DA ROSA SILVA
PAULO SÉRGIO CASSOL LUBIANCA
PEDRO JARDEL DA SILVA COPPETI
RENATO VINHAS VELASQUES
RENOIR DA SILVA CUNHA
RICARDO FELIX HERBSTRH
ROBERTO VARALO INÁCIO
ROGÉRIA HELENA CIPRIANI
ROGERIO ROQUE WEILLER
ROSELE MARIA LUCHESE
ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES
ROSSANO BIAZUS
RUBEN GIUGNO ABRUZZI
RUI PAULO NAZÁRIO DE OLIVEIRA
SANDRA GOLDMAN RUWEL
SANDRA SANTOS SEGURA
SILVIO MIRANDA MUNHOZ
SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH
SÔNIA ELIANA RADIN

SYNARA JACQUES BUTTELLI
TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA
TÊMIS LIMBERGER
THALES VOLCATO PEREIRA
TIAGO DE MENEZES CONCEIÇÃO
UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES

VELEDA MARIA DOBKE
VERA LUCIA DA SILVA SAPKO
VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO
VILNECI PEREIRA NUNES
WINFRIED SCHLEE

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA – 252

ADRIANA CRUZ DA SILVA
ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI
ADRÍO RAFAEL PAULA GELATTI
ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA
ALESSANDRA MOURA
ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ
ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO
ALEXANDRE ARANALDE SALIM
ALINE DOS SANTOS GONÇALVES
ALJACIRA LIMA TERRA
ÁLVARO LUIZ POGLIA
AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE
ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA
ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE
ANA EMÍLIA VILANOVA
ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR
ANA PAULA BERNARDES
ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD
ANDRÉ BARBOSA DE BORBA
ANDRÉ COSTA
ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE
ANDRÉ FERNANDO RIGO
ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES
ANDREA DA SILVA UEQED
ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
ANDRÉA SOARES TORRES
ANDREIA HERMINIA ALLIATTI
ANELISE GREHS STIFELMAN
ANGELA CAREN DAL POS
ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES
BÁRBARA DA COSTA LANGE
BELMIRO PEDRO WELTER
CAMILA LUMMERTZ
CARLA CARRION FRÓS
CARLA LARA ADAMI DA SILVA
CARLA SOUTO PEDROTTI
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES
CARLOS AUGUSTO FIORIOLI
CAROLINA BARTH LOUREIRO
CAROLINA SANFELICE MARIANI
CAROLINE VAZ
CASSIANO MARQUARDT CORLETA
CASSIANO PEREIRA CARDOSO
CATIUCE DA SILVA RIBAS
CELSO DE ASSIS REMONTI
CELSO PEDRO STEIN
CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN
CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS
CINARA VIANNA DUTRA BRAGA
CINTHIA MENEZES RANGEL
CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO
CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS
CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO
CLEONICE RODRIGUES AIRES
CRISTIANE CARDOSO
CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES
CRISTIANO LEDUR
CRISTIANO SALAU MOURÃO
DANIEL MARTINI

DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ
DANIELA LUCCA DA SILVA
DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA
DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI
DANIELE DA SILVA PIRES
DANIELE SCHNEIDER
DANIELI DE CÁSSIA COELHO
DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA
DÉBORA REGINA MENEGAT
DÉBORA REZENDE CARDOSO
DÉCIO LÚIS SILVEIRA DA MOTA
DELSON ARNILDO MANZKE
DENILSON BELEGANTE
DIEGO CORREA DE BARROS
DIEGO MENDES DE LIMA
DIEGO ROSITO DE VILAS
DIOLINDA KURRLÉ HANNUSCH
EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA
EDGAR OLIVEIRA GARCIA
EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES
EDUARDO BUAES RAYMUNDI
EDUARDO CORAL VIEGAS
EDUARDO RITT
EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ
ELCIO RESMINI MENESSES
ÉRICO FERNANDO BARIN
ÉRICO REZENDE RUSSO
EUGÊNIO PAES AMORIM
FÁBIO LUSA MARCON
FERNANDA RUTTKE DILLENBURG
FERNANDA SOARES PEREIRA
FERNANDA WEIAND
FERNANDO BUTTINI
FERNANDO CHEQUIM BARROS
FERNANDO GERSON
FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS
FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES
GIANI POHLMANN SAAD
GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS
GISELE MORETTO
GISELE MÜLLER MONTEIRO
GISELLE TANARA SOARES
GISLAINE ROSSI LUCKMANN
GRAZIELA VIEIRA LORENZONI
GUILHERME RIBEIRO KRATZ
GUSTAVO RAMOS VIANA
GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GUSTAVO WALKER ZETTLER
HEITOR STOLF JÚNIOR
HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE
IOANNIS FEDRIZZI PETALAS
ISNAR OLIVEIRA CORRÊA
IVANA KIST HUPPES FERRAZZO
IVANA MACHADO BATTAGLIN
IVANISE JANN DE JESUS
JAIME NUDILEMON CHATKIN
JANAINA DE CARLI DOS SANTOS
JANINE BORGES SOARES
JANOR LERCH DUARTE
JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO
JEANINE MOCELLIN JEFFERSON DALL'AGNOL

JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA
JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO
JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL
JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO
JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS
JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
JOCELAINE PAINS TELES
JOEL OLIVEIRA DUTRA
JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN
JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI
JOSÉ EDUARDO GONÇALVES
JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO
JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA
JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS
JULIANA BOSSARDI
JULIANA MARIA GONGO
JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA
JÚLIO CÉSAR DE MELO
JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA
JULIO FRANCISCO BALLARDIN
KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN
KARINA BUSSMANN CABEDA
LEONARDO GUARISE BARRIOS
LETÍCIA VITERBO ILGES
LISANDRA DEMARI
LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA
LUCIANA MORAES DIAS
LUCIANA ROMANI
LUCIANE FEITEN WINGERT
LUCIANO VACCARO
LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA
LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA
LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ
LUIS FERNANDO COPETTI LEITE
LUIZ CARLOS PRA
MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES
MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO
MARCEL TISSER PITERMAN
MARCELA ROMERA
MARCELO DE SOUZA GONZAGA
MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS
MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES
MARCELO NAHJYS THORMANN
MARCELO RASQUIN BERTUSSI
MARCELO RIES
MARCELO TREVIZAN
MÁRCIA CORSO RUARO
MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO
MÁRCIO SCHLEE GOMES
MARCOS FERRAZ SARALEGUI
MARCOS SIMÕES PETRY
MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE
MARIA AUGUSTA MENZ
MARIA AUGUSTA ONGARATTI
MARIA COUGO OLIVEIRA MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO
RODRIGUES
MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ
MARIA LAURA MORAES LUZARDI
MARIA RITA CAMPOS PITERMAN
MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA
MÁRIO LUIZ GUADAGNIN
MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR
MAURÍCIO TREVISAN
MAURO ROCHA DE PORCHETTO
MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA
NÁDIA BARON RICACHENEVSKY
NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES
NATHÁLIA SWOBODA CALVO
NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO
PAULA REGINA MOHR
PAULO DA SILVA CIRNE
PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA
PAULO GILBERTO VIEIRA
PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO
PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO
RAFAEL CRUZ AMARAL
RAFAEL FESTA
RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS
RAQUEL ISOTTI
REJANE VIEIRA E SILVA
RENATA PINTO LUCENA
RICARDO CARDOSO LAZZARIN
RICARDO LOZZA
RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA
ROBERTA BRENNER DE MORAES
ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI
ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA
ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO
ROCHELLE DANUSA JELINEK GARCEZ
RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS
RODRIGO CARPI NEJAR
RODRIGO DA SILVA BRANDALISE
RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA
RODRIGO LÓPEZ ZILIO
RODRIGO SCHOELLER DE MORAES
ROLANDO RAUL MORO
ROSANGELA CORRÊA DA ROSA
ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
ROSI MARIA BARRETO TONDO
ROSIMARI MELLER ANTONELLO
RUI PREDIGER
SANDRO DE SOUZA FERREIRA
SÁVIO VAZ FAGUNDES
SÉRGIO CORNELLES MATHEUS
SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH
SÉRGIO HIANE HARRIS
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
SÍLVIA REGINA BECKER PINTO
SIMONE ANNES KEUNECKE
SIMONE DE NIZA E CASTRO
SIMONE MARTINI
SIMONE SPADARI
SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA
SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA
TATIANA ALSTER
THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETTO
TIAGO MOREIRA DA SILVA
VALÉRIO COGO
VALTER PRIEBE
VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO
VANESSA DA SILVA
VANESSA SALDANHA DE VARGAS
VELOCY MELO PIVATTO
VERCILEI LINO SERENA
VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL
WALESKA FLORES AGOSTINI
WANDERLEI JOSÉ HERBSTRITH WILLIG

**PROMOTORES DE JUSTIÇA DE
ENTRÂNCIA INICIAL – 131**

ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO
ADRIANO LUÍS DE ARAUJO
ADRIANO PEREIRA ZIBETTI
ALESSANDRO SALAZAR ROSSATO
ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL
ANA PAULA MANTAY
ANAMARIA THOMAZ
ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER
ANDREA ALMEIDA BARROS
ANTONIO METZGER KÉPES
BRENUSA MARQUARDT CORLETA
BRUNO PEREIRA PEREIRA
CAMILA SANTOS DA CUNHA
CAMILE BALZANO DE MATTOS
CARLA PEREIRA RÉGO FLÓRES SOARES
CAROLINE GIANLUPI
CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA
CAROLINE SPOTORNO DA SILVA
CHARLES EMIL MACHADO MARTINS
CINTIA FOSTER DE ALMEIDA
CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO
CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT
CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING
CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR
CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
CRISTIANA MÜLLER CHATKIN CRISTIANE MARIA SCHOLL
LEVÍEN
CRISTIANE MELLO DE BONA
DAMASIO SOBIESIAK
DANIEL BARBOSA FERNANDES
DANIEL COZZA BRUNO
DANIEL RAMOS GONÇALVES
DANIEL SOARES INDRUSIAK
DANIELA SILVEIRA TIMM
DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER DAVI LOPES
RODRIGUES JÚNIOR
DIEGO PESSI
DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA
ELEMAR GRÄBNER
EVANDRO LOBATO KALTBACH
EVERTON LUÍS RESMINI MENESSES
FABIANE CIOCCARI
FABIANE RIOS LISARDO
FABIANO REDIVO SILVA
FELIPE TEIXEIRA NETO
FERNANDA BROLL CARVALHO AHMAD
FERNANDO CESAR SGARBOSSA
FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA
GABRIELA MONTEIRO
HENRIQUE RECH NETO
IVANDA GRAPIGLIA VALIATI
JAIR JOÃO FRANZ
JANINE ROSI FALEIRO
JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME
JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDozo
JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO
JULIANO GRIZA
JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER
KARINA ALBUQUERQUE DENICOL
KARINNA LICHT ORLANDI GOULART
KÁTIA REGINA GRIZA
LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA
LEANDRO TATSCH BONATTO
LEONARDO CHIM LOPES
LEONARDO GIARDIN DE SOUZA
LEONARDO MENIN
LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN
LUANA ROCHA RIBEIRO
LUCIANA CANO CASAROTTO
LUCIANA WILLIG SANMARTIN
LÚCIO FLÁVIO PRETTO
LUCIO FLAVO MIOTTO
LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS
LUZIHIRIN CAROLINA TRAMONTINA
MARCELO ARAUJO SIMÕES
MARCELO AUGUSTO SQUARÇA
MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY
MARCELO TUBINO
MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA
MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN
MARCIO SCHENATO
MARCOS EDUARDO RAUBER MARI ONI SANTOS DA SILVA
MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ
MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA
MARIANA DE AZAMBUJA PIRES
MARISAURA INÉS RABER FIOR
MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI
MARTIN ALBINO JORA MAX ROBERTO GUAZZELLI
MELISSA MARCHI JUCHEN
MICHAEL SCHNEIDER FLACH
NATÁLIA CAGLIARI
NILTON KASCTIN DOS SANTOS
PAULA ATAIDE ATHANASIO
PAULA BITTENCOURT ORSI
PAULO ADAIR MANJABOSCO
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA
PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO
PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR
PLÍNIO CASTANHO DUTRA
RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES
REGINALDO FREITAS DA SILVA
RENATO MOURA TIRAPELLE
RICARDO GRALHA MASSIA
RICARDO MELO DE SOUZA
RICARDO SCHINESTSCK RODRIGUES
ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO
ROGÉRIO FAVA SANTOS
ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS
RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO
RONALDO LARA RESENDE
ROSÂNGELA MAZZUCO
RUDIMAR TONINI SOARES
SANDRO LOUREIRO MARONES
SÉRGIO ANTÔNIO BINS
STÉFANO LOBATO KALTBACH
STELA BORDIN
SUSANA CORDERO SPODE
SUZANE HELLFELDT
TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT
TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI
THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA
VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS
VALDOIR BERNARDI DE FARÍAS
VERA REGINA MELATTE CORINO
VINICIUS DE MELO LIMA
VITASSIR EDGAR FERRAREZE
WILSON LUÍS GREZZANA
XIMENA CARDozo FERREIRA